

**Famílias Brasileiras:**  
**poderes, desigualdades e solidariedades**



*[Série]* **Família e Gênero** | nº 14

**Famílias Brasileiras:  
poderes, desigualdades e solidariedades**

*Parry Scott*

Editora  
Universitária  UFPE

*Recife, 2011*

Universidade Federal de Pernambuco  
Publicações Especiais do Programa de Pós-Graduação em Antropologia  
@ Núcleo de Pesquisa Família, Gênero e Sexualidade (FAGES)

#### Conselho Editorial

Antônio Carlos Motta  
Bartolomeu Figueiró de Medeiros  
Carlos Sandroni  
Danielle Perin Rocha Pitta  
Eduardo Duarte  
Josefa Salete Barbosa Cavalcanti  
Judith Chambliss Hoffnagel  
Luís Felipe Rios

Maria Aparecida Lopes Nogueira  
Maria do Carmo Tinoco Brandão  
Marion Teodósio de Quadros  
Peter Schröder  
Renato Athias  
Roberta Campos  
Roberto Motta  
Parry Scott

#### Núcleo de Pesquisa Família, Gênero e Sexualidade

Coordenadores: Parry Scott e Judith Chambliss Hoffnagel  
<http://www.ufpe.br/fages>  
[fages@ufpe.br](mailto:fages@ufpe.br)

#### Créditos

*Capa* | Ana Farias  
*Projeto Gráfico* | Evelyn Rodrigues  
*Revisão* | Evelyn Rodrigues

*Montagem e Impressão*

**Editora  
Universitária**  **UFPE**

Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20 | Várzea, Recife - PE | CEP: 50.740-530  
Fones: (0xx81) 2126.8397 | 2126.8930 | Fax: (0xx81) 2126.8395  
[www.ufpe.br/edufpe](http://www.ufpe.br/edufpe) | [edufpe@nlink.com.br](mailto:edufpe@nlink.com.br) | [editora@ufpe.br](mailto:editora@ufpe.br)

Editora Associada a



*Catálogo na fonte*

Bibliotecária: Joselly de Barros Gonçalves, CRB4-1748

---

S425f	Scott, Parry. Famílias brasileiras : poderes, desigualdades e solidariedades / Parry Scott. – Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2011. 235 p. – (Série Família e Gênero, n.14)
	Inclui bibliografia. ISBN 978-85-7515-885-4 (broch.)
	1. Família – Brasil – Aspectos sociais. 2. Etnologia – Brasil. 3. Mulheres chefes de família. 4. Patriarcado. 5. Igualdade. 6. Solidariedade. I. Título. II. Série.
306.85	CDD (22.ed.) UFPE (BC2011-058)

---

Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos e videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial em qualquer sistema de processamento de dados e a inclusão de qualquer parte da obra em qualquer programa juscibernético. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração.  
*Todos os direitos reservados.*

# Apresentação

Com as publicações de 2011 a série **FAMÍLIA E GÊNERO** do FAGES-Núcleo de Família, Gênero e Sexualidade inicia um novo formato. As nossas publicações anteriores, mesmo numerosas e explícitas em sua relação à série, não tiveram nenhuma marca identificadora sistemática de pertencerem a uma série organizada pelo FAGES. A partir destas edições, iniciamos a sequência numérica formal (contando com a enumeração retroativa dos números já publicados) e um desenho de capa reconhecível para uma série que pretendemos manter ativa enquanto o núcleo mantiver suas atividades de pesquisa e divulgação de reflexões.

A finalidade da série é divulgar resultados de pesquisas e reflexões sobre os assuntos tratados nas linhas de pesquisas do núcleo (gênero, família, sexualidade, saúde, e equidade de desenvolvimento), incluindo trabalhos escritos por integrantes do núcleo, bem como os trabalhos de outros estudiosos sobre estes assuntos, cuja vasta divulgação entre a comunidade acadêmica se mostra relevante para a ampliação do conhecimento científico e acadêmico e para a elaboração de políticas públicas.

As publicações da série, publicadas pela Editora Universitária da UFPE, para 2011 incluem:

n.13 *Homens e dinâmicas culturais: Saúde reprodutiva, relações raciais, violência*

Marion Teodosio de Quadros; Liana Lewis [Org.]

n.14 *Famílias brasileiras: Poderes, desigualdades e solidariedades*

Parry Scott

n. 15 *Etapas da vida - jovens e idosos na contemporaneidade*

Maria da Conceição Lafayette de Almeida; Marcia Reis Longhi [Org.]

n. 16 *Gênero e violência em espaços rurais e urbanos no Nordeste*

Marion Teodosio de Quadros; Lady Selma Ferreira Albernaz [Org.]

n. 17 *Gênero, saúde e práticas profissionais*

Pedro Nascimento; Luis Felipe Rios [Org.]

As publicações anteriores, todas da Editora Univesitária da UFPE, com exceção dos números 03 (Editora OEA), e 12 (Editora Mulheres), incluem:

- n.01 *Pesquisando gênero e família (I)* | 1996  
Revista Anthropológicas, n. 1
- n.02 *Famílias, sexualidades, saúdes (IV)* | 2001  
Revista Anthropológicas, n. 9
- n.03 *Identidade, fragmentação e diversidade na América Latina* | 2003  
Parry Scott; George Zarur [Org.]
- n.04 *Os garimpeiros em Paracatu: História recente, características sociais, cultura e desafios* | 2005  
Parry Scott; Monica Franch Gutierrez; Marion Teodosio de Quadros; Pedro Nascimento
- n.05 *Família, teoria social e identidade brasileira (IX)* | 2006  
Revista Anthropológicas, n.16. Parry Scott; Marcia Thereza Couto [Org.]
- n.06 *Pensando família, gênero e sexualidade* | 2006  
Roberta Bivar Carneiro Campos; Judith Hoffnagel [Org.]
- n.07 *Agricultura familiar e gênero: Práticas, movimentos e políticas públicas* | 2006, segunda edição 2010  
Parry Scott; Rosineide Cordeiro
- n.08 *Saúde, sexualidade e famílias urbanas, rurais e indígenas* | 2007  
Parry Scott; Renato Athias; Marion Teodosio de Quadros
- n.09 *A diversidade do Ibura: Gênero, geração e saúde num bairro popular do Recife* | 2009  
Parry Scott; Marion Teodosio de Quadros
- n.10 *Gênero, diversidade e desigualdades na educação: Interpretações e reflexões para formação docente* | 2009  
Parry Scott; Liana Lewis; Marion Teodosio de Quadros [Org.]
- n.11 *Negociações e resistências persistentes: Agricultores e a Barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado* | 2010  
Parry Scott
- n.12 *Gênero e geração em contextos rurais* | 2010  
Parry Scott; Rosineide Cordeiro; Marilda Menezes [Org.]

# Sumário

## APRESENTAÇÃO

## INTRODUÇÃO

- 19** Família, gênero e poder no Brasil do século XX
- 77** A etnografia da família de camadas médias e de pobres urbanos: Trabalho, poder e a inversão do público e do privado
- 95** Patriarcalismo e ideias salvacionistas
- 113** Famílias e campos de negociação para políticas públicas: Polissemia e mobilidade
- 125** Família, moralidade e as novas leis
- 135** Mulheres chefes de família: Abordagens e temas para as políticas públicas
- 157** O homem na matrifocalidade: Gênero, percepção e experiências do domínio doméstico
- 183** Família, gênero e saúde na Zona da Mata de Pernambuco
- 207** Monoparentalidade, analfabetismo e políticas de gênero e geração





# Introdução

O título desta coletânea de artigos, “FAMÍLIAS BRASILEIRAS: PODERES, DESIGUALDADES E SOLIDARIEDADES”, reflete mais de trinta anos de pesquisa sobre as famílias no Brasil, realçando aspectos de gênero e de geração. Nestas décadas, cheguei a conclusão, um tanto óbvia, que não há uma família brasileira e que a busca de tal família marca múltiplos posicionamentos ideológicos dos autores que entram na busca dela. Mais sério ainda, conclui que as disputas sobre definições do que compõem o que chamariamos de “família”, embora tenham contribuído para enormes avanços nas nossas reflexões, são fadadas a engessar um conceito cuja operacionalidade se manifesta justamente na sua própria maleabilidade. Invocar a família para descrever qualquer fenômeno é um ato de adesão a discursos sobre processos sociais e simbólicos que constroem simultaneamente, desigualdades e solidariedades articuladas em torno de gênero e de geração. Famílias são cristalizações de relações de poder que, estudadas nos contextos específicos onde ocorrem e são pensadas, servem para realçar as maneiras pelas quais, em épocas e locais diferentes, se justificam e se questionam desigualdades relacionadas com classe, com gênero e com geração.

Neste sentido, a família é representada simultaneamente: [1] como um reduto de solidariedade e de resistência de cidadãos que mal encontram outros espaços sociais para se defenderem contra explorações dos mais diversos tipos, ou, ao contrário, que encontram na família um espaço muito convidativo para compartilhar de uma forma restrita de fluxos dos benefícios do acesso ao poder; e [2] como um lugar da imposição de desigualdades de gênero e de geração. Estas tensões permanentes desaconselham abordagens que advogam a unicidade tanto da interpretação da capacidade das famílias empregarem contrapoderes que defendem os seus componentes contra a exploração alheia ou contra a dilapidação dos seus patrimônios, quanto da interpretação das famílias serem os próprios veículos da dominação masculina e da dominação das gerações mais velhas. Observa-se que o que acontece, caso por caso, se localiza na articulação variada destes processos. Em algumas situações o que chama atenção é ser pela própria família que as pessoas não se sucumbam com tanta intensidade a desigualdades. E, em outras situações,

tais desigualdades parecem ser intensificadas no seio da família. A família se confunde com o parentesco que David Schneider descreveu como carregado de significados de solidariedade difusa e durável nos anos 60 e 70. A instituição destas noções solidárias ora se reporta a ideias arraigadas de consanguinidade, ora se reporta às conexões construídas por uma convivência que afirma que há outras coisas, além do sangue, que unem as pessoas, como diz Janet Carsten. Assim, a família revela a multiplicidade das suas referências, ficando desautorizada, a utilização de um conceito isolado capaz de oferecer qualquer explicação única de processos que atingem o grupo.

Outrossim, a incapacidade de oferecer uma única explicação não pode ser confundida com a inutilidade enquanto referência para interpretação. Não há outras instâncias sociais que revelam com tanta nitidez a combinação do privado e do público; da competição para adesão identitária com apelo à ideia de fazer parte, ou de pertencer; da realização de negociações entre homens e mulheres e entre ocupantes de gerações distintas; do estabelecimento de morais socioculturais contextualizados que permitam a elaboração simbólica de um arcabouço de referentes invocáveis para orientar pensamento e ação; da solidarização contra incursões alheias; e de rupturas diante da força das mesmas incursões. É no jogo entre estes e outros fenômenos que as famílias brasileiras mostram as suas especificidades e que são as famílias que se apresentam ao longo desta coletânea.

Os capítulos deste livro se dividem em duas partes: A primeira parte inclui cinco capítulos, e elabora reflexões teóricas e comparativas sobre família, gênero e gerações e suas implicações para políticas públicas; a segunda parte reúne estudos empíricos que subsidiaram as ideias apresentadas.

O capítulo “**Família, gênero e poder no Brasil do século XX**” é o capítulo mais explicitamente de revisão bibliográfica na coletânea. Ele acompanha mais de cem anos de elaborações de pensadores brasileiros sobre família e gênero, até o início do século atual, realçando como a troca, o controle e a atribuição de significados às mulheres se associam a estruturas de poder internacionais. Mostra como as mudanças nas maneiras de abordar família e gênero, com ênfase sobre o controle da sexualidade e da domesticidade, fomentam a compreensão de

transformações na identidade nacional, bem como nas relações de gênero. Estabelece uma sequência de mudanças nas formas de autores nacionais e estrangeiros abordarem as famílias brasileiras e as relações de gênero, dando realce primeiro a um período de *arrependimento exógeno*, quando o país se constrói, de uma forma negativa, com referência especial à diferenciação racial e à miscigenação, para depois inverter a situação e idealizar as *famílias patriarvais* como contribuintes para uma integração nacional em tempos de centralização do Estado. Em sequência, ao se aderirem a uma meta desenvolvimentista internacionalizada e burocratizante, os estudiosos de comunidades enxergam o ponto de chegada idealizado de *famílias nucleares urbanas*, retratando a maneira que a urbanização homogênea e padroniza as famílias que saem do campo. A observação mais aguçada e crítica revela o desgaste ocorrido nesse modelo nos meados do século passado; e os processos de empobrecimento das famílias e da sobrecarga em mulheres urbanas de classes populares trabalhadoras, que tornam as *famílias empobrecidas matrifocais* o centro de atenção de um mundo ideologicamente dicotomizado entre blocos capitalistas e socialistas. Com a queda do muro do Berlim e a unificação globalizada, o olhar se desliza para o terreno do direito e dos direitos e da internacionalização de demandas, resultando num enfoque que privilegia *famílias alternativas diversas*. Cada mudança retém enormes contribuições dos enfoques que a antecedem, e as ideias sobre família e gênero, em toda a sua multiplicidade, mostram a sua sensibilidade para as diferentes construções históricas de ideologias de identidade nacional num mundo em fluxo.

O próximo capítulo “**A etnografia da família de camadas médias e de pobres urbanos: Trabalho, poder e a inversão do público e do privado**” foi elaborado anteriormente ao primeiro capítulo, e refere ao problema do limitado diálogo entre pesquisadores de famílias em camadas sociais diferentes, com referência especial à literatura produzida nos anos 80 e 90. Observando os conceitos privilegiados por observadores de camadas distintas, argumenta que a troca de ênfases poderia enriquecer ambos os conjuntos de estudos. Por um lado, mostra o quanto os estudos sobre camadas populares enfatizam renda, poder e trabalho, a detrimento de estudos sobre as subjetividades dos integrantes destes grupos e atribui boa parte desta análise a dois fatos: Ao fato da própria importância de renda e trabalho terem para a sobrevivência destas camadas, e ao fato que os estudiosos vêm de outra camada social e isto dificulta a sua leitura de

subjetividades desta população. Por outro lado, mostra que os estudiosos de camadas médias, por terem tanta afinidade com os grupos que estudam e por adotarem uma referência interpretativa que privilegia a compreensão dos significados do grupo, superenfatizam a leitura psicologizante e privatizante dos integrantes destas famílias. Ao procederem assim, criam uma cumplicidade de silenciamento sobre os assuntos de trabalho e poder, bem como de controle sobre o trabalho alheio, que são bases de sustentação dos privilégios do grupo, mas que não recebem a atenção devida pelos seus intérpretes. A contribuição teórica do trabalho é um apelo aos autores que têm privilegiado uma camada ou outra, para se descolarem das suas tradições de referências interpretativas para poderem enriquecer as suas interpretações usando aportes que aprendem com autores que têm investigado outras camadas. Empregando a ideia de “reconhecimento deslocado”, usado por Pierre Bourdieu e Jane Collier, explora as implicações destas práticas para fazer referência a inversões do público e do privado nas interpretações sobre as famílias brasileiras de camadas diferentes.

Em “**Patriarcalismo e ideias salvacionistas**” a reflexão gira em torno de três conjuntos de ideias que se construíram com referência à ideia de “patriarcalismo”: Marxismo, Nacionalismo e Feminismo. Ao destrinchar os elementos que orientam estas três abordagens, percebe-se que o patriarcalismo se associa a teorias que explicitamente advogam a salvação de alguma coletividade: O proletariado, a nação e a mulher. Nestas teorias o recurso discursivo ao patriarcalismo facilita a identificação de um antagonista (no marxismo e no feminismo) ou de um protagonista (no nacionalismo subjacente às ideias de integração social de Gilberto Freyre), dando uma substância combativa e engajada à argumentação. As alianças tácitas e abertas que os teóricos constroem com grupos sociais para promoverem as suas ideias podem ajudar a combater ou enaltecer uma figura central, mas o custo disso é uma elaboração teórica que é enfraquecida pela sua desconsideração inicial da diversidade. Assim, com tempo, o redimensionamento de teorias construídas em torno do patriarcalismo obrigatoriamente passa por uma ampliação da valorização da diversidade, descentralizando o enfoque simplificador que, inicialmente, objetivava reforçar a adesão a adeptos dispostos à contribuir para a salvação de algum grupo, mas que percebem que o caminho da “salvação” é mais complexa.

O capítulo seguinte, **“Famílias e campos de negociação para políticas públicas: Polissemia e mobilidade”** explora a relação entre políticas públicas e o discurso sobre a família nas políticas públicas. Ela aponta as irrefutáveis consequências da polissemia e diversidade do termo “família” como um fator que abre um leque de possibilidades viáveis para a formação de campos de negociações sobre políticas. Isto se articula com a relativa inflexibilidade do Estado gerada no processo de disciplinar os seus objetos de políticas que ebrentam sérias dificuldades em lidar com questões de mobilidade e mudança que constituem parte do cotidiano de todas as famílias e redes de sociabilidade que invocam os valores relacionais de pessoas próximas para elaborar estratégias próprias.

No capítulo **“Família, moralidade e as novas leis”** as observações de primeiro capítulo sobre as novas maneiras de enxergar famílias no mundo globalizado concretizam e exemplificam algumas mudanças apresentadas pelas famílias e como redundam, tanto na criação de novas vivências de moralidades familiares, quanto em desafios para a legislação contemporânea e o tratamento jurídico de famílias. Sem que se pretenda esgotar as mudanças que exigem re-elaborações, o trabalho reflete sobre a ampliação generalizada da chefia feminina; sobre os efeitos da transição demográfica que resultaram numa queda de fecundidade e num aumento da longevidade; sobre as novas tecnologias reprodutivas que não somente aumentam a eficiência do controle da reprodução da população, mas que também oferecem oportunidades para a intervenção médica contra a infertilidade; o aumento de divórcios e separações que cria uma diversidade e flexibilidade de relações de parentesco e de novas conectividades numa diversidade de arranjos residenciais; nos direitos sobre circulação e trabalho de crianças que articula políticas do Estado e de movimentos sociais na negociação com grupos de parentesco sobre maneiras diversas de integrarem os seus filhos nas suas estratégias de sobrevivência e nas suas práticas de adoção; e no reconhecimento de uniões homossexuais e dos direitos reivindicados por elas.

Em **“Mulheres chefes de família: Abordagens e temas para as políticas públicas”** as considerações apresentadas fazem parte de um conjunto de preocupações que orientaram o grupo de trabalho sobre mulheres chefes de família na Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPd), discutidas numa reunião da Associação

Nacional de Estudos Populacionais em Caxambú em 2000 e retomadas num pré-evento da reunião da mesma associação em 2002. O Grupo de Trabalho da CNPD juntou uma série de revisões bibliográficas e estudos específicos para subsidiar a discussão das ideias apresentadas sobre a relação deste fenômeno com a elaboração de políticas públicas específicas. A ideia do artigo é instigar o pensamento sobre a condição de mulher chefe de família como demandante, e alvo de políticas públicas específicas. Além de mostrar a diversidade de situações vividas por mulheres chefes de família, discutir a própria noção de chefia e tecer comentários sobre a história dos estudos sobre chefia feminina, o capítulo sugere alguns pontos que merecem atenção especial nas esferas de trabalho, justiça, educação, saúde e agricultura.

Os três capítulos finais são estudos mais empíricos sobre poder, família, gênero e gerações, o que não implica que não tenham servido para a elaboração de conceitos que informam a compreensão destes assuntos entre famílias brasileiras.

No capítulo **“O homem na matrifocalidade: Gênero, percepção e experiências do domínio doméstico”** apresentam-se os resultados de uma pesquisa realizada nos anos 80, apoiada pela Fundação Carlos Chagas (4º Concurso de Dotações de Pesquisas sobre Gênero), pela Associação Brasileira de Estudos Populacionais e pelo CNPq, em que se indaga sobre as diferentes percepções de homens e mulheres sobre o domínio doméstico a partir de um estudo num bairro popular do Recife, o bairro dos Coelhos. Neste trabalho, quando as pesquisas sobre a masculinidade eram apenas incipientes, escutaram-se homens e mulheres relatando as suas experiências de formarem pares, terem filhos, verem os seus filhos crescerem e dissolverem e reformarem os seus próprios grupos domésticos. Notou-se uma nítida diferenciação na vivência de ciclos domésticos por homens e por mulheres, e foi fundamental diferenciar entre uma construção discursiva da mulher que ela está *ativamente controlando* a participação no seu grupo doméstico, enquanto a construção discursiva do homem era que a o seu grupo doméstico estava *plenamente sob controle* e não precisava ser exposto ao escrutínio alheio.

O próximo capítulo, **“Família, gênero e saúde na Zona da Mata de Pernambuco”**, resultou de uma ampla pesquisa quantitativa e qualitativa com uma equipe de pesquisa grande, que aplicou questionários e realizou

grupos de discussão, entrevistas e observação em treze municípios da Zona da Mata de Pernambuco. O capítulo explora a relação entre os arranjos familiares em toda essa zona canavieira, discutindo a saúde dos residentes para compreender a articulação entre a história particular e o estabelecimento de processo de diferenciação por gênero na família. Trabalha com um questionário que permitia a resposta de chefia masculina, chefia feminina ou “chefia compartilhada”, com esta última opção sendo escolhida como descrição da situação das suas casas por mais que 20% dos que responderam. Discute a formação dos grupos domésticos por sexo e idade e as suas condições de saúde e a vida reprodutiva. Examinando a subordinação intradoméstica. Aborda as famílias chefiadas por pessoas casadas e as famílias chefiadas por pessoas sozinhas solteiras, separadas e divorciadas, e por pessoas sozinhas viúvas, revelando a extrema precariedade da condição de vida dos homens viúvos sozinhos.

No último capítulo, “**Monoparentalidade, analfabetismo e políticas de gênero e geração**”, reportam-se os resultados de uma pesquisa realizada a pedido da Coordenadora da Mulher da Cidade do Recife, que percebeu um ponto de inversão na taxa de analfabetismo na população, em torno de 35 anos de idade no início da década de 2000. Acima de trinta e cinco anos de idade há mais analfabetas femininas; abaixo de 35 anos há proporcionalmente mais analfabetos masculinos. A partir desta constatação realiza-se um estudo de equipe que compara a situação do Recife com o restante do país, discute o letramento e a sua importância na vida dos habitantes de bairros de camadas populares e depois discorre sobre as histórias de vida das mulheres que revelam os rígidos controles aos quais elas foram submetidas, ao longo da vida e que impediram que elas estudassem, tanto na cidade, quanto no campo, pelas mãos dos seus pais e seus parceiros, e de acordo com as elaborações simbólicas que elas mesmas faziam sobre o seu protagonismo na sua própria vida. No caminho, mesmo que se revelem escolas que experimentam programas positivos para alfabetização e avanços entre mais jovens, especialmente as mais jovens, resta um quadro de precárias oportunidades e impedimentos sistemáticos para estas mulheres tomarem as rédeas das suas vidas.

A compilação desta coletânea contou com a compreensão e permissão de várias fontes, e agradeço a todas:

Ao Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais por reproduzir **Família, gênero e poder no Brasil do século XX**. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB*, São Paulo, v. 58, n. 1, p. 29-78, 2004.

À Revista Anthropologicas (então Revista de Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco) e ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco por reproduzir **A etnografia da família de camadas médias e de pobres urbanos: Trabalho, poder e a inversão do público e do privado**. In: SCOTT, R. Parry (Org.). *Revista de Antropologia*. 2 ed. Recife: Programa de Pós-graduação em Antropologia, v. 1, p. 142-160, 1996.

À UFPE-FAGES e à Editora Universitária da UFPE por reproduzir **Patriarcalismo e idéias salvacionistas**. In: SCOTT, R. Parry; ZARUR, George (Org.). *Identidade, fragmentação e diversidade na América Latina*. Recife: Editora Universitária UFPE, p. 227-244, 2003.

À Editora Garamond por reproduzir o capítulo **Família, moralidade e as novas leis**. In: ÁVILA, Maria Betânia; PORTELLA, Ana Paula; FERREIRA, Verônica (Org.). *Novas legalidades e democratização da vida social: Família, sexualidade e aborto*. Rio de Janeiro: Garamond, p. 43-52, 2005.

À Fundação Carlos Chagas por reproduzir **O homem na matrifocalidade: Gênero, percepção e experiências do domínio doméstico**. *Cadernos de Pesquisa*, n. 73, p. 38-47, 1990.

À Associação Brasileira de Estudos Populacionais, por permitir a reprodução dos trabalhos disponíveis em seu site:

**Mulheres chefes de família: Questões, tendências, políticas**. In: Pré-Congresso Mulheres Chefes de Família: Crescimento, Diversidade e Políticas, 2002, Ouro Preto. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/XIII encontro/scott\\_intro\\_mulher\\_chefe.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/XIII encontro/scott_intro_mulher_chefe.pdf)>.

**Família, Gênero e saúde na Zona da Mata de Pernambuco**. In: Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, XI, 1998, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ABEP, 1990.



**Monoparentalidade, analfabetismo e políticas de gênero e geração.** In: Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, XIV, 2004, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ABEP, 2004.

A pesquisa “Mulheres Analfabetas no Recife” feita para a coordenadoria da Mulher e a Secretaria de Educação da Cidade do Recife, teve como equipe da instituição responsável, FAGES: coordenação: Parry Scott, Judith Hoffnagel, Conceição Lafayette; pesquisadores: Adeilson Tavares, Ana Paula Lima, Andréa Brito, Dayse Santos, Madiana Rodrigues, Magda Fernandes, Marcelo Miranda, Maria Cecília Patrício, Mary Mendes, Sandra Araújo. Da Prefeitura do Recife contamos com o apoio da coordenação institucional da Coordenadoria da Mulher, Karla Magda de Melo Menezes e Suzana Marques Dantas, e do Departamento de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria de Educação, Leila Loureiro. (Relatório Final da pesquisa de FAGES, Mulheres Analfabetas no Recife, Recife, 2003).



# Família, gênero e poder no Brasil do século XX

## INTRODUÇÃO

Este estudo, de sucessivas abordagens sobre a família no Brasil, trata, na verdade, da construção da nação brasileira. Em parte, encontra a sua inspiração numa observação simples, mas muito importante, de Claude Levi-Strauss (1976, 1981), na sua procura por elementos universais na formação de todas as sociedades humanas. Ele observou que a troca de mulheres é a base para toda organização social, iniciando e completando circuitos sociais caracterizados por reciprocidade e alianças. Como o seu interesse se restringia à descrição da lógica subjacente de unidades mínimas de parentesco exógamo, não voltou sua atenção a macrounidades historicamente construídas, como as nações.

Da nossa perspectiva, enfocar a sequência de mudanças históricas associadas à troca, ao controle e à significação atribuída às mulheres, no contexto das estruturas de poder internacionais, pode ajudar a entender não somente como se constituem as estruturas de poder nacionais, mas também como o estabelecimento de formas de abordar a família fomenta a compreensão de transformações na identidade nacional, bem como as mudanças nas relações de gênero. Em *The traffic of women...* Rubin (1975) faz uma adaptação crítica do quadro teórico de Levi-Strauss, aprofundando-se na relação entre os contextos históricos de poder e as transformações nas abordagens predominantes sobre família, e se debruça sobre a noção de troca de mulheres e as relações de gênero.

É inegável que as nações formam suas identidades em torno de crenças e imagens construídas sobre a composição da sua própria população, e também sobre as relações da sua população com as populações de outras nações. Sejam quais forem os processos políticos da definição de fronteiras nacionais, qualquer população nacional se constrói, biológica e socialmente, como resultado da procriação de homens e mulheres em uniões com variadas valorizações sociais, em constante transformação decorrente de combinações históricas particulares e com a atribuição de significados simbólicos de fatores diversos. O que se mantém constante,

então, é que, ao se reproduzirem, homens e mulheres geram uma população cujas características sociais se tornam elementos socioculturais que se mesclam no caldeirão do qual sairão as identidades nacionais. Os princípios básicos de parentesco<sup>1</sup> nunca se perdem. Sem esquecer o argumento exógamo-cêntrico de Levi-Strauss, Fox (1967) identifica esses princípios como: [1] as mulheres engravidam; [2] os homens engravidam as mulheres; [3] os homens tendem a dominar; e [4] sempre há alguma proibição contra a procriação entre pessoas proximamente aparentadas. Esses princípios operam também na procura por uma lógica subjacente que oferece interpretações sobre quais são os mecanismos que permitem a *continuação* da dominância masculina, e quais são aqueles que contribuem para a sua *transformação* histórica. Quem vai procriar para formar a população do país é uma questão de relações de poder sobre o acesso a mulheres (e o controle sobre elas), às quais se conferem valorizações simbólicas diferenciadas. Evidentemente, ao fazer isso, pelo menos duas questões sobre a circulação das mulheres na sociedade precisam ser abordadas. A primeira é: *Como se controla a sexualidade?* E a segunda: *Como se forma a domesticidade?* Ambas são questões sobre as implicações de trocas e do exercício de poder, e podem ser enxergadas da perspectiva da família no seu contexto histórico.

Uma nação elabora os seus padrões de interação com outras nações de acordo com as suas próprias crenças sobre a importância da exogamia e da endogamia por vias de classe, de etnia e de nacionalidade, entendidas como inseridas na rede mais ampla de trocas que estruturam as relações de poder internacionais. Família e gênero são metáforas de relações de poder mais amplas, embora, vistos de uma maneira mais apurada, frequentemente são o próprio material do qual são forjadas essas relações. É pela lente da família e das redes de parentesco que a domesticidade e a sexualidade são representadas socialmente, espelhando as preocupações de toda a sociedade.

Antes de discutirmos os exemplos específicos da sociedade brasileira, faremos referência a algumas ideias que embasam este texto, dando ênfase especial às teorias de relações de gênero. Tais teorias já construíram uma legitimidade acadêmica para tratar questões que envolvem as relações entre

---

<sup>1</sup> A esse respeito, são diferentes as formulações de Levi-Strauss (1976, 1981) e de Fox (1967).

homens e mulheres, e amadureceram o suficiente para hoje abranger um leque de vertentes teóricas diversas. Há cerca de dez anos, a historiadora Joan Scott (1995) defendia, em um argumento muito bem estruturado, o uso do conceito de gênero na análise de relações de poder<sup>2</sup> na sociedade (e vice-versa). Desde então, seu trabalho tornou-se a porta de entrada para muitos dos autores que têm escrito sobre gênero, como é o caso do presente estudo.

Aqui pretendemos verificar *como o pensamento social que constrói nações incorpora as relações entre mulheres e homens no seu quadro interpretativo*. Esse enfoque vai muito além das relações entre homens e mulheres, entendidas como relações de poder. Inevitavelmente, as relações entre os sexos estão permeadas por conteúdos que realçam a distribuição de poder na sociedade. Essa perspectiva critica abertamente a percepção de relações entre homens e mulheres como naturalizadas, como se fosse parte de uma ordem preestabelecida, na qual não haveria necessidade de se questionar os fundamentos subjacentes e se compreender a formação das imagens e crenças como produtos culturais. Scott (1995) insiste que, para entender as implicações das relações entre homens e mulheres como relações de poder, é preciso abordar múltiplas evidências encontradas em interpretações de dados construídas sobre as esferas simbólicas, normativas, transitivas e contextualizadas.

Voltando às questões sobre o controle da sexualidade e a formação da domesticidade na constituição de uma população nacional, é importante entendermos que, na melhor tradição cultural, as características específicas abordadas estão sujeitas a interpretações *simbólicas* e *normativas* no nível próprio do contexto nacional (escolhido aqui, arbitrariamente, dentre os níveis interpretativos possíveis). Os significados de comportamento social relacionados com a formação de alianças coletivas e trocas feitas no processo de constituir a população precisam ser entendidos como *transitivos*, porque visivelmente sujeitos a mudanças com o passar do tempo, e *contextuais*, porque sua compreensão e relevância variam com a própria complexidade, tanto de cenários socioeconômicos diferentes,

---

<sup>2</sup> Acerca das relações de poder, ver o estudo de Adams (1975) sobre poder social e energia; os textos de Bourdieu (1990, 1993, 1995, 1996, 1999), em que as relações de gênero são vistas da ótica da dominância masculina; e o trabalho de Collier (1988), que aborda poder e gênero em populações indígenas americanas.

como do uso que os próprios pensadores sociais fazem da ideia de “contextos diferentes” na construção de identidades nacionais. Para podemos melhor discernir a relação próxima entre estruturas de poder internacionais em transformação e os aspectos simbólicos, normativos, transitivos e contextuais das relações de gênero, é aqui de suma importância lançar mão das diversas abordagens de autores brasileiros e estrangeiros sobre família, gênero e poder no Brasil.

Há uma sucessão específica de enfoques no estudo da população brasileira e da sua formação familiar durante o século XX. A cultura brasileira, observada em autores nacionais e estrangeiros - que produzem em contextos históricos de relações de poder internacionais -, reservou, sucessivamente, um lugar especial para a diferenciação racial e a miscigenação, para *famílias patriarcais*, para *famílias nucleares urbanas*, para *famílias empobrecidas matrifocais*, e para *famílias alternativas diversas*. Como iremos mostrar nas próximas páginas, essa sequência de ênfases se relaciona proximamente à posição do Brasil numa rede complexa de relações internacionais em constante transformação, e disso faz parte o processo de situar as diferenças de gênero na sociedade brasileira.

Os quatro séculos anteriores ao século XX foram de contato cultural entre colonizadores, populações indígenas e trabalhadores negros escravizados importados, e, justamente por isso, é preciso prefaciá-la a discussão sobre esse século com um retrato simplificado e generalizado da sociedade colonial brasileira até o império do século XIX. A troca principal de mulheres realizada no Brasil colonial foi entre a sociedade indígena e os colonizadores, com os homens portugueses tomando as mulheres indígenas como esposas e concubinas. Chegaram no Novo Mundo solteiros ou desacompanhados de suas mulheres; e mesmo a minoria acompanhada optou por deixar as portuguesas no litoral do Brasil enquanto iam explorar novos sítios com suas entradas e bandeiras. Foi uma troca profundamente desigual, pois, com raras exceções, os homens portugueses, detentores de uma tecnologia superior, não deram a contrapartida aos indígenas masculinos. Os colonizadores não tinham mulheres para trocar, e as trocas materiais e de serviços invariavelmente eram desfavoráveis aos indígenas. Mais do que uma “circulação” de

mulheres, o que ocorreu foi uma apropriação das indígenas pelos portugueses<sup>3</sup>.

Não menos desigual foi a exploração sexual e laboral das mulheres negras, trazidas para servir aos colonizadores. Primeiro ficaram como escravas nas áreas de plantio e, posteriormente, também nas áreas de mineração de ouro. Os documentos históricos são repletos de exemplos de uniões inter-raciais nessas condições<sup>4</sup>.

Essa incorporação histórica de mulheres indígenas e negras abriu a vida doméstica brasileira a uma extraordinária influência dessas mulheres. Enquanto o Brasil forjava a sua própria população, o seu padrão particular de exogamia colonizadora generalizada (independente de qualquer questão de legitimidade), surgia uma nação de povo misturado racialmente, cuja lealdade às formalidades da organização social europeia (traçada pelo lado paterno, evidentemente), não raramente foi superada pela lealdade (dessa vez traçada pelo lado materno) aos padrões culturais de populações não-europeias.

## O período de arrependimento exógamo

No início do século XX, momento pós-abolicionista no qual se fundamenta a construção da nação brasileira e a formação da família nacional, encontra-se um ambiente de “arrependimento exógamo”, decorrente inclusive da predominância de um quadro interpretativo da teoria evolucionista, fundamentado em ideias sobre potencialidades e diferenças inerentes entre raças, que continua presente, mesmo transformado, presente até hoje na sustentação de ideias sobre família.

---

<sup>3</sup> Darcy Ribeiro (1995) aborda esse processo com clareza e Fernandes (1997) desenvolve ainda mais o argumento com evidência histórica sobre a relação entre a formação familiar indígena, sexualidade e domesticidade no estabelecimento de redes de parentesco coloniais e relações de gênero. Vainfas (1989) e Mott (1983) também abordam direta e claramente questões sobre sexualidade no período colonial.

<sup>4</sup> Boxer (1962) e Freyre (1969) são autores clássicos que lidam com essas questões; e Skidmore (1976), Degler (1976) e Zarur (1996) contribuem, com vertentes diferentes, ao debate sobre o significado dessas uniões na formação da identidade nacional.

Esse pensamento social espelha as ideias evolucionistas européias, forjadas no século XIX<sup>5</sup>. A situação única do Brasil é de ter hospedado a casa real portuguesa e passado longos anos como um “império doméstico”. Os impérios europeus eram impérios ultramarinos, construídos com o estabelecimento da hegemonia sobre populações distantes e diferentes, cuja inferioridade descrita enfatizava características raciais. Isso facilitou a separação entre os governos e os governados, pois, as teorias em voga sobre raça e clima, se adequaram perfeitamente à ideia da superioridade das nações européias.

O império brasileiro, diferente dos impérios europeus, foi construído mediante uma hegemonia social sobre a sua própria população, e não sobre populações estrangeiras. Isso não impediu que o discurso reinante sobre o progresso na formação da Nova República, iniciada em 1890, remetesse aos mesmos argumentos sobre a diferença racial. Como a formação familiar brasileira historicamente envolveu populações portuguesas, indígenas e negras, e o resultado das misturas raciais precisava ser enquadrado para que os brasileiros pudessem se estabelecer como “nação”, como república independente, com a sua própria população (mesmo que nem todos os seus componentes fossem entendidos inicialmente como “cidadãos”), a ideia de família foi ofuscada pela questão de se ter de conviver com as implicações de uma população de sangue misturado.

O desejo de ser tão europeu quanto possível permeia a produção teórica e literária desse período, e o desafio de construir uma nação na base de uma população “vira-lata” se apresenta como problema maior. Assim, se vê a miscigenação como prejudicial ao crescimento de uma nação independente. Escritores de renome, como Silvio Romero, Euclides da Cunha e Nina Rodrigues realizaram descrições admiráveis de culturas e populações brasileiras em contextos raciais e geográficos distintos<sup>6</sup>, ao mesmo tempo que argumentaram sobre as sérias limitações aospotenciais

---

<sup>5</sup> Schwarcz (1993) produziu um dos estudos recentes mais eloquentes sobre esse patrimônio intelectual e social.

<sup>6</sup> Ortíz (1985) escreveu uma das obras mais conhecidas sobre o pensamento social brasileiro, e os trabalhos de Motta Lima (1990, 1998) e M. Corrêa (1999) tratam particularmente de Silvio Romero e Nina Rodrigues.



da nação ao se fazer povoada por uma população carregada de elementos inferiores advindos de negros e indígenas.

A exogamia dos colonizadores do Brasil, que procuraram mulheres nativas e negras para serem as mães dos seus filhos, criou um problema: A nova nação nasceu com os defeitos percebidos da composição racial da sua população. Os filhos de casamentos mistos não podiam ser considerados inteiramente de origem européia, e os brasileiros, mesmo ricos e influentes, de segunda, terceira e quarta gerações, diferente dos que habitavam a Europa, não podiam lançar mão da ideologia reinante de superioridade racial para legitimar a sua superioridade social. É um período de desespero étnico, quando a promoção de imigração, primeiramente, por populações trabalhadoras européias e, logo depois, por orientais, se justifica como um “embranquecimento” da população e um reforço ao seu moral “trabalhador”, livrando-a de alguns dos defeitos inerentes à mistura racial, realinhando assim a nação às suas origens européias e globais, para poder fazer parte da comunidade internacional de nações<sup>7</sup>.

Os novos imigrantes tinham mais equilíbrio nas proporções de homens e mulheres, especialmente no Sul, onde se idealizaram locais de destino para o estabelecimento de agricultura familiar. Assim estabelecidas, as populações formadas eram relativamente endógamas (sobretudo nas áreas rurais e quando comparadas com os habitantes miscigenados anteriores). Simbolicamente, o Brasil se reeuropeizou, e o passado histórico exógamo dos fundadores europeus estava a caminho de correção.

## **O período de integração patriarcal**

O movimento modernista nos anos 20 antecede um período de centralização do Estado brasileiro, que ocorre nos anos 30 e 40, quando, internacionalmente, Estados fortes fascistas e corporativistas lutam para a hegemonia numa Europa dividida, ao mesmo tempo que a economia americana se fortalece, apesar dos contratempos da Grande Depressão. Durante o Estado Novo há uma consolidação das funções centralizadoras de instituições nacionais brasileiras, contrariando a tendência de uma distribuição regional forte que regia as províncias anteriormente. O

---

<sup>7</sup> Seyferth (1990) lida muito bem com as questões de imigração e de embranquecimento social.

estabelecimento de um Estado forte e centralizado requer uma ressignificação dos elementos que constituem a população brasileira.

Um estado forte tem cidadãos obedientes e com direitos. Para que a nação seja capaz de integrar todos, é preciso desviar a atenção da população de sua percepção de defeitos. Os pensadores, nesse contexto, retrabalham as ideias sobre o Brasil e criam novas imagens sobre a sexualidade, a formação da família e da domesticidade, e desse trabalho emerge a figura do patriarca como símbolo da integração nacional. Nessa hora, a “família” vira um porta-estandarte simbólico, e a frase constitucional que “a família é a base de tudo” assume um significado de integração e controle no âmbito da diminuição das preocupações sobre a suposta natureza prejudicial da composição racial da população.

Escritores e pesquisadores modernistas, como Mário de Andrade (1988) em *Macunaíma* e em sua coleta de dados sobre as manifestações folclóricas no Brasil afora, ridicularizam a indefinição do caráter brasileiro, ao mesmo tempo que enfatizam a riqueza da diversidade social e cultural do país. Esses intelectuais sinalizam a necessidade de repensar os componentes raciais da identidade brasileira.

É nesse clima intelectual que aparecem novas interpretações do Brasil que ressaltam a família patriarcal. Os dois exemplos de maior destaque entre os “pensadores patriarcais” são Oliveira Vianna (1920, 1933) e Gilberto Freyre (1964, 1967, 1969, 1979). O primeiro não emprega as suas observações sobre a organização familiar patriarcal para questionar a validade de interpretações raciais sobre a possibilidade de progresso. Enfatiza, sim, a possibilidade de integrar o Brasil sob o comando das populações “meridionais”, mais arianas e distantes da economia tradicional açucareira nordestina, cujo regime escravocrata contribuiu para a formação de uma população racialmente mista. Para ele, o que importa não é tanto a continuação de um pensamento embasado numa diferenciação racial preconceituosa sem fundamentos, mas a identificação da família patriarcal como um elemento importante para o desenvolvimento da nação, e sugere que os estados do Centro-Sul sejam vistos como representantes do que é mais promissor e menos atrasado no país.

A síntese apresentada por Gilberto Freyre é muito conscientemente anti-racista na sua elaboração, e se calca na antropologia boasiana

americana, a qual enfatiza o cultural como uma base mais firme do que o racial para a compreensão de formações sociais. A natureza difusionista da antropologia americana se articula muito bem com a função da construção da nação, seja nos Estados Unidos, seja no Brasil. O quadro populacional americano tem diferenças e semelhanças importantes quando comparado ao brasileiro: A diferença principal é a natureza mais endógama da colonização americana - os colonizadores, incluindo uma proporção muito mais alta de mulheres do que no Brasil, o que facilitou a não-realização de casamentos com índias e negras, e a conseqüente não-incorporação de padrões domésticos que tais alianças implicariam na formação de uma população de cidadãos e de uma classe de líderes; e as semelhanças jazem no fato de que ambas as nações são formadas por grandes contingentes populacionais de imigrantes, cujas contribuições para a formação de novas nações podem ser identificadas e valorizadas positivamente. Ao enfatizar as “contribuições culturais”, Freyre encontrou uma maneira muito eficiente de inverter o dilema de negatividade que permeava as ideias teórico-raciais evolucionistas. No caso do Brasil, Freyre ressalta a sexualidade e a domesticidade como instrumentos fundamentais para forjar uma identidade nacional positiva. Sob a bandeira de patriarcalismo, aquela mesma atividade sexual dos homens colonizadores portugueses que produziram o “arrependimento exógamo” devido às suas conseqüências na composição racial da população brasileira em décadas anteriores, torna-se um fator positivo na integração de uma diversidade de origens culturais (Scott, 2003). O patriarca centralizador assume o papel simbólico de fundador de um grupo doméstico extenso e poderoso, cujas semelhanças estruturais com o novo Estado centralizador no Brasil valorizam a capacidade dos homens de mandar e de integrar os outros sob a sua liderança. As polêmicas que rondam a versão apologética (ou, às vezes, abertamente entusiasmada) das atitudes dos senhores de engenho portugueses exógamos, pintada por Freyre, frequentemente erram o alvo - um Brasil com uma população mista (morena, mulata, mestiça, miscigenada etc), e uma autoridade central forte que sabe valorizar as contribuições dessa mistura, é uma imagem mais otimista do país que uma imagem de ter de suportar um sobrepeso racial como argumentavam os pensadores sociais anteriores.

A capacidade de se orgulhar de uma diversidade étnica e racial permite uma reavaliação da composição dos cidadãos do país. As contribuições de

populações indígenas e negras são contribuições provenientes da interação entre essas mulheres e os homens portugueses. Em “*Casa Grande e Senzala*” e “*Sobrados e mocambos*”, Freyre dá ênfase às práticas sexuais e à vida doméstica, aos gostos culinários, à organização arquitetônica, à linguagem e estética. Esboça, assim, uma esfera doméstica bastante adequada ao domínio do patriarca. São contribuições que as mulheres fizeram a um mundo masculino. As práticas exógamas não conjuram mais uma imagem de um dilema racial ameaçador porque agora estão sob o controle firme de um domínio doméstico rico, variado e extenso, de uma classe de elite, cuja base patriarcal a denota como verdadeiramente nacional. Esse domínio masculino é ainda mais acentuado quando Freyre descreve a fragilidade extraordinária das mulheres coloniais portuguesas - as esposas oficiais. Dessa forma, a diferenciação marcada de gênero se torna evidência de um controle centralizado da organização social.

Freyre não acredita num patriarcado eterno. De fato, uma das suas maiores preocupações refere-se à documentação do declínio da ordem patriarcal. Ele está criando um mito de fundação histórica e não uma descrição da realidade atual. Essa preocupação com o declínio do patriarcado reporta a outra tentativa de interpretação: Como inserir o Brasil da época no molde de desenvolvimento capitalista que vinha se tornando mais e mais evidente. Se a escrita de Freyre deixa o seu leitor com a impressão de que alguma coisa muito valiosa está em vias de se perder com o fim do patriarcado, a procura de Sérgio Buarque de Hollanda (1988) em *Raízes do Brasil* é muito mais explícita no seu questionamento sobre como o país iria se enquadrar nos esquemas reinantes de desenvolvimento capitalista. Ecoando Freyre, Sérgio Buarque identifica raízes brasileiras na extraordinária influência da família e da vida doméstica na personalidade da população - e especialmente na da elite de origens agrárias. A sua descrição da cordialidade como um elemento fundamental do caráter brasileiro é uma das interpretações mais conhecidas da brasileiroice, mas é importante lembrar que a perspectiva de do autor é muito crítica à cordialidade. Ele acredita que essa característica dificulta a passagem de um Estado patrimonial para um Estado mais impessoal e organizado em princípios burocráticos racionais. A noção weberiana urge a necessidade de cortar os laços com a comunidade doméstica para poder gerar um Estado cuja ética conforma com o desenvolvimento de um capitalismo avançado (com referência à metade do século XX). Isso vai de

encontro com o valor simbólico do patriarcado, da domesticidade e da cordialidade<sup>8</sup>. Dessa perspectiva, a integração aparentemente harmoniosa da diversidade racial no âmbito doméstico-cultural é uma nova limitação à inserção brasileira numa ordem mundial comandada pelo modelo euro-americano.

## O período do alto modernismo e da padronização das famílias

Internacionalmente, a euforia pós-guerra, com a vitória das forças aliadas, vem acompanhada por uma exportação massiva de estratégias de planejamento administrativo e de financiamento, comandadas pelos Estados Unidos para que os demais países pudessem se adequar ao modelo de desenvolvimento capitalista propalado nos anos 40 e 50. Historiadores econômicos, como Walt Whitman Rostow (1952) e Albert O. Hirschman (1965), e psicólogos, como David MacClennan (1961), constroem modelos de desenvolvimento econômico - baseados obviamente no modelo americano - tendo em vista uma sociedade que valorize o espírito empreendedor e garanta o consumo pleno; e o Departamento de Estado americano oferece ajuda aos demais países na montagem de burocracias e de agências de desenvolvimento setoriais que capacitem administradores para implantar esses modelos. A eficiência do planejamento é um dos “motes” desse período de alto modernismo<sup>9</sup>, e a crença nos esquemas evolucionistas ressuscitados sopram nova vida na ideia de progresso, cuja linguagem maior é a do “desenvolvimento”. O progresso parece inevitável para aqueles capazes de propor esquemas de desenvolvimento que controlem a industrialização e a organização das populações em acentuado processo de urbanização. Essa capacidade de controle e organização é

---

<sup>8</sup> O artigo de Couto (1999) mostra claramente como as ideias de Weber sobre a relação entre a comunidade doméstica e desenvolvimento capitalista se formam, ajudando na compreensão das bases do pensamento de Sérgio Buarque de Hollanda.

<sup>9</sup> A ideia de alto modernismo é amplamente discutida no livro *Seeing like a state* (Scott, 1998) e é uma referência importante para a compreensão do contexto histórico do período no Brasil. O autor parte da inspiração social e arquitetural da criação da cidade moderna e planejada de Brasília, usando o estudo de caso de um antropólogo, James Holston (1989).

necessária para que os países em vista trilhem os caminhos de chegada à seleta comunidade dos países desenvolvidos.

Nesse ambiente eufórico e otimista, não há, formalmente, muito espaço para uma ideologia patriarcal, nem para a manutenção dos privilégios das classes oligárquicas, nem para a “corrupção” dos homens cordiais, que detêm uma capacidade marcada de beneficiar aquelas pessoas mais proximamente aparentadas a eles. Os estudos de famílias no mundo desenvolvido repetidamente frisam a influência da urbanização sobre a organização das famílias - identificando uma tendência para a diminuição do tamanho da família, a nucleização dos grupos domésticos e o fim anunciado das grandes famílias tradicionais (Goode, 1964; Winch, 1963; Parsons, 1955; Lewis, 1959, 1961, 1966). Dessa perspectiva, a família nuclear é um ponto de chegada, e a mudança faz parte de uma tendência inevitável que acompanha a urbanização, o que ocorre no mundo desenvolvido e que ocorrerá também nos países em desenvolvimento, dentre eles, o Brasil. Ao prosseguirem no caminho do desenvolvimento, as famílias não serão mais extensas e patriarcais, tornando-se unidades pequenas e mais democráticas mais bem adaptadas às condições urbanas.

Nesse período, o estudo da família brasileira, mesmo reconhecendo sua diversidade regional, social, cultural e racial, se torna mais burocrático, mais controlado e mais dirigido para audiências estrangeiras. O gênero não recebe destaque nas agendas internacionais de pesquisa nem no conjunto de objetivos para o desenvolvimento, e o Brasil não constitui nenhuma exceção. A questão de gênero só aparece exatamente para a manutenção do *status quo* de modelos de diferenciação acentuada, relacionados com as origens patriarcais da sociedade, e não para discutir a diferenciação efetivamente observada nas famílias.

Os estudos predominantes de família no período de alto modernismo são os estudos de comunidade<sup>10</sup> (Microcosmos dos sonhos de planejadores!). Em quase todos eles há uma parte ou capítulo tratando de família, casamento e parentesco, e se situam de acordo com a sua inserção num *continuum* de mudança social de acordo com algum tipo de índice de

---

<sup>10</sup> Uma revisão desses estudos é feita por Mousinho (1970) e, mais recentemente, Souto-Maior (1999) mostra como estes autores abordaram o assunto de família. Veja também Nogueira (1962).

urbanização. Nas Américas, o *continuum* “*folk-urban*” e os estudos de famílias mexicanas de Oscar Lewis (1959, 1961) são exemplos importantes de como falar das famílias é efetivamente uma maneira de falar sobre urbanização (Redfield, 1941). Não muito diferente de outros países, o Brasil apresenta muito mais semelhanças nas descrições das famílias do que contrastes entre famílias de comunidades diferentes. Esses estudos, de estrangeiros que passaram grande parte das suas vidas acadêmicas no Brasil, exercem uma notável influência nos estudos locais, pois trazem consigo uma perspectiva comparativa que reforça algumas das questões que já vinham caracterizando os estudos das famílias brasileiras. Donald Pierson (1972), associado à escola de Chicago e estudos da ecologia humana, promove estudos ao longo do Rio São Francisco, bem como em diversos outros locais. René Ribeiro, aluno de Herskovits, produziu um estudo sobre as mudanças na composição familiar num processo de urbanização em Pernambuco, encaixando as famílias brasileiras nos padrões de urbanização observadas em outros locais no mundo. Um imigrante alemão que passa duas décadas no Brasil, Emílio Willems (1940, 1946, 1953, 1954), depois se desloca para a Vanderbilt University nos Estados Unidos para formar um instituto de estudos brasileiros no final dos anos 50<sup>11</sup>. Ele estuda comunidades tradicionais (Cunha, Búzios) e também dá destaque a famílias imigrantes alemãs no Sul do Brasil. Antonio Candido estuda a comunidade predominantemente rural do Rio Bonito em São Paulo (Souza, 1977). Para empreender seus estudos, Pierson (1954) e Wagley (1952, 1957) perguntam-se: Por que as relações raciais brasileiras são tão mais democráticas e pacíficas que as relações raciais nos Estados Unidos? E assim documentam o racismo velado (e expandem a ideia de raça social, defendida por Wagley). Esses pesquisadores oferecem interpretações weberianas detalhadas de diferenciações entre classes. Em suma, as contribuições para a compreensão da família dentro desses estudos de comunidade estão tão permeadas por ideias sobre a transição para padrões urbanos societários, que terminam, de fato, sendo quase incidentais e pouco inovadoras para a compreensão da dinâmica da organização social familiar.

---

<sup>11</sup> Hoffnagel (1999) segue a trajetória de Willems da Alemanha para os Estados Unidos através do Brasil.

É interessante notar que são esses mesmos autores que escrevem artigos mais sintéticos sobre a organização familiar brasileira em língua inglesa, publicando-os através de editores americanos. No início dos anos 50, Antonio Candido (Souza, 1951) e Willems (1953, 1954) publicam artigos sobre a estrutura da família brasileira. Candido, cuja pesquisa de comunidade trouxe contribuições singularmente importantes sobre as práticas tradicionais das famílias caipiras, prefere enfatizar as consequências do modelo patriarcal, caracterizando a forte diferenciação de gênero e androcentrismo que determinam um “moralidade dupla” como parte de uma sociedade que é permissiva para os homens e repressiva para as mulheres. Nesse artigo, ele usa o estudo de comunidade para alguns exemplos, mas em geral se preocupa mais com uma apresentação de um modelo generalizado de família na sociedade brasileira do que com a apresentação da diversidade vista em contextos específicos. Willems, lançando mão de algumas experiências de vida e de pesquisa, se impressiona mais com a diversidade das formas de família, e dá a entender que, para melhor compreender a formação das famílias, é necessário abordar as diferenças de classe social. René Ribeiro (1945) publica um estudo no *American Sociological Review* abordando a relação de amasiamento na população urbana recifense, insistindo que a legitimidade civil da união importa menos, para os recifenses, do que a simples avaliação do caráter das pessoas que coabitam. A *informalidade* da organização social brasileira põe em questão a adequação da ideia de *legitimidade* como uma maneira de entender a vida doméstica. Wagley (1964) descreve as redes amplas de parentelas e argumenta que a flexibilidade no estabelecimento de redes extensas de parentesco é um meio muito efetivo de criar domínios sociais poderosos com base em famílias. O próprio Gilberto Freyre (1964) redige um artigo em inglês, ainda não traduzido para o português, no qual esclarece algumas de suas ideias sobre a família patriarcal e a construção da nação brasileira.

Voltando justamente para essa questão da construção da nação, podemos dizer que, nesse período de otimismo do alto modernismo, o país criou uma imagem da sua família para “consumo” externo, sem perder de vista algumas de suas especificidades históricas e culturais, de modo a sugerir que estava no caminho do desenvolvimento.



Qual o papel das relações de gênero aqui? De um lado, há certamente um reforço da forte dicotomia entre masculino e feminino quando se compara o Brasil com os países não latinos. Também percebemos que há uma espécie de silenciamento sobre o significado das diferenciações na composição familiar, ao superenfatizar a diminuição do tamanho da família como indicador de urbanização e modernidade. A busca de equilíbrio estável como modelo de estrutura social (Radcliffe-Brown, 1982; Murdock, 1965), cujo auge de influência ocorre nesse período, é ressaltado, e há uma valorização do quadro weberiano da compreensão de classe, poder e mobilidade social, no qual a família tem papel central para a reprodução social de modo geral. As mulheres, mesmo que haja uma compreensão das profundas desigualdades quando comparadas com os homens, raramente entram nas análises com tratamento além de veículos reprodutivos para atingir o modelo ideal.

A família nuclear é altamente valorizada. Os antropólogos Radcliffe-Brown e Murdock e os sociólogos Goode (1964) e Winch (1963) situam a tríade mãe-pai-filho como a pedra angular familiar da organização social. Ao mesmo tempo, aqueles autores que escolheram o modelo weberiano, o qual enfatiza a necessidade de negar a comunidade doméstica para que a Estado se conforme ao desenvolvimento capitalista, terminam por ver que as trajetórias de formação familiar encontram-se inerentes aos próprios processos de desenvolvimento.

Dessa forma, o progresso se daria com base na família (“base de tudo”), mais ou menos nuclear ou conjugal, fazendo, no entanto, parte dessa esfera “privada” os grupos mais extensos de parentelas solidárias. Sexualidade ainda é um assunto bastante evitado, talvez em função de quanto poderia contribuir para desestabilizar o modelo de equilíbrio tão valorizado.

Mesmo assim, com o avanço da urbanização, a questão de gênero começa a despontar. A crescente população urbana apresenta evidências de severas desigualdades em suas famílias (nem sempre tão nucleares como sugeriria o modelo). Em 1947, antecipando o período do alto modernismo, Ruth Landes escreve *The city of women*, sobre a cidade de Salvador, Bahia, no qual mostra que a família urbana brasileira era predominantemente feminina. O diário emocionante da favelada Carolina Maria de Jesus, *Quarto de despejo*, escrito nos anos 50, também revela essa realidade na

cidade de São Paulo. O encaixe arrumadinho entre famílias nucleares e urbanização não é tão certo quando se faz referência aos segmentos mais pobres da população urbana brasileira. O núcleo conjugal tende para um lado, favorecendo a participação feminina, e, lembrando René Ribeiro, não apresenta nenhuma preocupação moral excessiva com a questão da legitimidade. Se o modelo patriarcal de uma dicotomia de desigualdade de gênero ainda representa manifestações de ideias sobre masculinidade e feminilidade<sup>12</sup>, o papel social das mulheres como garantidoras de sobrevivência cotidiana tornava-se mais evidente. Uma brecha se abria para a compreensão da família embasada numa compreensão das mulheres, mas o espaço incomodava porque falava de um empobrecimento progressivo das famílias e da ampliação dessas condições de pobreza para maiores proporções da população.

Os estudos de padrões religiosos afro-americanos é um dos espaços que primeiro acolhe a importância da participação feminina, e os debates sobre essa questão se polarizam entre a ênfase nos padrões culturais históricos africanos - conforme os seguidores dos quadros difusionistas culturais de Herskovits (1965) e Bastide (1971)<sup>13</sup> - e a ênfase na estrutura de classes e a organização da exploração de escravos - conforme as linhas mais marxistas das interpretações de Genovese<sup>14</sup>. A junção da realidade etnográfica e a valorização crescente de esquemas idealizados de desenvolvimento de fato não retrata bem o que está acontecendo no mundo não desenvolvido. O cenário está posto para uma revisão das interpretações da família no Brasil. A vitória de um regime socialista em Cuba no início dos anos 60 introduz novas preocupações que ressaltam a relação entre família e poder.

---

<sup>12</sup> Raymond Smith (1973) fornece pistas importantes para compreender diferenças de gênero nos países do Caribe com formações sociais históricas semelhantes às do Brasil.

<sup>13</sup> Os argumentos difusionistas de Herskovits antecedem a identificação das razões culturais que Bastide avança para os padrões matrifocais nas populações de origem africana.

<sup>14</sup> Eugene Genovese (1971) sistematiza uma versão histórico-estrutural de padrões matrifocais entre as populações africanas que experimentaram escravidão.

## O período de contenção de pobreza, planejamento familiar e a ascensão do movimento de mulheres

Seja qual for o nome dado à percepção das limitações estruturais dos esquemas desenvolvimentistas dos anos 50 (Segunda sementeira; Desenvolvimento do subdesenvolvimento; Teoria de dependência; Análise histórico-estrutural da sociedade etc)<sup>15</sup>, uma coisa se torna evidente para a grande maioria de cientistas sociais latino-americanos nos anos 60: A pobreza e a desigualdade social estavam crescendo. Os sonhos de mobilidade social e de uma decolagem suave com a integração na sociedade de consumo capitalista haviam sido detonados. A formação do Estado socialista de Cuba, fortemente aliado com a União Soviética e a apenas 90 milhas do litoral norte-americano é uma mensagem clara que havia caminhos alternativos para o desenvolvimento, e que as implicações de seguir tais caminhos ameaçavam bastante a hegemonia norte-americana no hemisfério.

Governos ditatoriais com alianças firmes com os Estados Unidos são estabelecidos em muitos países na América Central e na América do Sul, e o Brasil é um dos exemplos. Nesse período, o estudo da família se torna muito mais consciente de classe (mais no sentido marxista que weberiano) e da relação entre diferentes modos de produção e de uso de trabalho. Ressaltam-se as explicações de pobreza, as propostas de soluções para ela, e a sua relação com diferentes modelos de desenvolvimento. Ao tratar de questões sobre a reprodução das “relações de dominação” em estruturas sociais opressivas, abre-se mais espaço para gênero nas pautas separadas, mas convergentes, de estudiosos marxistas e feministas, na sua luta para erradicar tal opressão. Governo, planejadores e administradores de posicionamentos teóricos dos mais diversos, encaram os perigos da explosão demográfica e da superpopulação do planeta e do crescimento da pobreza, e promovem intervenções marcantes na esfera reprodutiva, estimulando o planejamento familiar e garantindo um monitoramento eficiente da contagem populacional e da organização familiar.

---

<sup>15</sup> Respectivamente, esses rótulos referem a Richard Adams (1967), André Gunder Frank (1973), Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1967), e uma série de autores inspirados no marxismo, que estava no auge.

É nessa época que cada vez mais os estudos de comunidade etnográficos cedem para um novo enfoque de abordagens sobre “problemas específicos” (“*problem-oriented*”) das famílias urbanas e do campesinato, como: Família e desenvolvimento (Mousinho, 1970), família e mudança social (Medina, 1974) e família em contextos rurais e urbanos (Fukui, 1979, 1980). Bibliografia essa que se estende e exhibe uma variedade impressionante do pensamento sobre a família brasileira. Lia Fukui, inspirada na noção de “bairros rurais” de Maria Isaura Pereira de Queiroz<sup>16</sup>, formados por grupos de famílias e parentes inter-relacionados, traça uma história sociológica marcante do desenvolvimento do Vale do Paraíba, no estado de São Paulo. Porém, essas bibliografias e estudos históricos apenas começam a mapear as novas perguntas sobre a relação entre família e economia.

O debate dos peruanos Nun e Quijano<sup>17</sup> sobre o papel da população excedente para o funcionamento da economia capitalista mobiliza a produção de uma série de reflexões na América Latina sobre o exército de reserva e o uso do trabalho e sobre a articulação entre modelos econômicos e pobreza urbana e rural. O que é marginalidade social, e como ocorre a reprodução da força de trabalho? O que a família tem a ver com isso? A relação entre as duas questões abarca uma diversidade de perspectivas. Nas áreas rurais do Nordeste (cuja história e estrutura econômica guardam maior semelhança com Cuba que outras regiões), antropólogos do Museu Nacional, sob a coordenação brasileira de Moacyr Palmeira<sup>18</sup>, e com apoio generoso da Fundação Ford, adotam um quadro interpretativo chayanoviana sobre a relação entre casa e trabalho,

---

<sup>16</sup> Queiroz (1950, 1973) desenvolve a idéia de *bairros rurais*, e Fukui (1979) faz uma reconstrução histórica cuidadosa sobre os padrões de família e parentesco nesse contexto.

<sup>17</sup> Este debate encontra-se em Motta e Scott (1983) e em Prandi (1978).

<sup>18</sup> O grupo do Museu Nacional exerceu enorme influência e inclui, além de Palmeira (1977a, 1977b), Garcia (1975, 1989), Heredia (1979), Heredia e Garcia (1971), Meier (1979), Leite Lopes (1979), Sigaud (1979), Alvim (1979, 1984). O projeto sobre *Emprego e mudança social* (Palmeira, 1977a) foi o ponto de partida para muitos desses autores, e o artigo de Palmeira sobre Casa e Trabalho (1977b) forma a base teórica para o seu tratamento de família. O uso do esquema de Chayanov (1966) é emblemático desse período internacionalmente, pois participa do debate sobre a diversidade de modos de produção com um autor cuja referência empírica é a Rússia rural pré-revolucionária.

sustentando o argumento de que a produção familiar dos trabalhadores rurais (especialmente os “*moradores*” de sítios e roçados) e camponeses da região canavieira e do agreste vizinho constitui um complemento de importância significativa para permitir tanto a sua própria sobrevivência pelo processo de autoexploração, como a eficiência da exploração do seu trabalho pelos seus patrões. Estes pesquisadores do Museu se debruçam sobre emprego e mudança social no Nordeste brasileiro trabalhando em contextos urbanos e rurais, e em ambos os locais deram bastante atenção à esfera doméstica. Comparadas com estudos anteriores, as suas etnografias dão mais ênfase às relações de gênero, seja mediante a apresentação de um quadro arrumadinho e organizado da divisão do trabalho na unidade doméstica dos trabalhadores rurais (Heredia, 1971, 1979; Garcia, 1975, 1989; Meier, 1979; France 1977), seja em abordagens mais dinâmicas, complexas e divididas, nas quais as diferenças de gênero sinalizam ainda mais as desigualdades entre homens e mulheres do que a complementação em contextos de migração e em contextos urbanos (Sigaud, 1979; Leite Lopes, 1979; Alvim, 1979, 1984; Machado da Silva, 1971).

Em outros lugares no país, mais uma vez com a participação de numerosos autores estrangeiros, o debate sobre a economia e a família urbana é posto em termos de conceitos como marginalidade, poder, dominação e subordinação, e força de trabalho (Leeds e Leeds, 1978; Perlman, 1977; Quiroga Neto, 1982; Leite Lopes e Machado da Silva, 1979; Aguiar, 1980; Prandi, 1978), junto com a continuação de algumas discussões sobre a adaptação a contextos urbanos, presentes em autores que adotam uma perspectiva mais psicológica (Berlinck, 1968; Medina, 1974).

A ênfase sobre *casa* (ou unidade doméstica) e *família* se torna mais explícita para alguns estudiosos que escrevem trabalhos inovadores sobre a relação entre a lógica da formação da casa e o ciclo de desenvolvimento doméstico no processo de desenvolvimento (Woortmann, 1984, 1987; Macedo, 1979; Bilac, 1978; Aguiar, 1980, 1984). Sobre Salvador, Bahia (de *The city of women* de Landes, de 1947), Klaas Woortmann escreveu *Marginal men and dominant women* (publicado em português com algumas revisões uma década e meia mais tarde, em 1987, com o título *A família das mulheres*), no qual ressalta tanto a necessidade de se compreender os papéis femininos na pobreza urbana, como de estudar as relações entre homens e

mulheres no contexto de marginalidade econômica. Sobre algumas cidades do estado de São Paulo, Saffiotti (1969), Macedo (1979), Bilac (1978) e Rodrigues (1978) realizam estudos que examinam essa relação nas famílias operárias e nas classes trabalhadoras. Como Saffiotti, Aguiar (1980, 1984) trata da organização doméstica e da indústria doméstica, na região Nordeste, promovendo grande avanço, do ponto de vista da perspectiva feminista, sobre a análise da participação feminina na força de trabalho.

A atenção a detalhes sobre a organização doméstica em todos esses estudos desbrava um campo no qual se percebe a relevância de geração, ciclo doméstico, sexo (identificado como o campo de estudos de “mulheres” mas ainda não de “gênero” ou de “sexualidade”), como também da fecundidade e da socialização das crianças como processos relacionados a diferentes contextos do mercado de trabalho. O trabalho de Scott (1981, 1983b, 1988) sobre a organização doméstica de trabalhadores rurais e a migração na zona canavieira, na região Nordeste, aproveita esses estudos e os do Museu Nacional mencionados acima para apresentar uma explicação da relação entre estratégias nacionais, regionais e locais de uso da força de trabalho.

Nesse mesmo período dos anos sessenta a oitenta, alguns pensadores inspirados nos modelos econocêntricos cepalinos da Comissão Econômica para América Latina – CEPAL investigam mais diretamente o papel da família no crescimento econômico, lançando mão de argumentos sobre a formação do setor informal e sua capacidade de produzir com base nos laços flexíveis e solidários da organização familiar, e apelando para o estabelecimento de políticas governamentais que tenham sensibilidade para essa maneira de a economia se estruturar. Essa literatura tem contribuído muito pouco para a compreensão da organização familiar, mas tem sido útil para mostrar o quanto alguns planejadores de desenvolvimento identificam a família como um laço relevante na administração do país.

Alguns estudos vão bem além desses que tratam do setor informal no detalhamento de como os pobres lidam com o desenvolvimento, como a análise sofisticada que Prandi (1978) faz de famílias pobres na cidade de São Paulo. Adicionalmente, em Salvador, Bahia, a coletânea *Bahia de todos os pobres* (Souza e Faria 1981 e Jelin, 1974, 1984) destaca o vínculo entre a domesticidade e pobreza e também dá uma continuidade urbana à questão muito baiana da relação entre raça, classe e família. Os estudos de Motta e

Scott (1983), no Recife, e Haguette (1983), em Fortaleza, abordam a multiplicidade de estratégias de sobrevivência de famílias de baixa renda, trazendo contribuições etnográficas e sociológicas que ultrapassam as da literatura de marginalidade e do setor informal na compreensão dessas famílias apertadas pelo modelo econômico da ditadura.

Como contrapartida à ênfase sobre a organização familiar de grupos de baixa renda, há crescente interesse na organização familiar de camadas médias da população nos anos 70 e 80. Tais estudos foram produzidos por outro grupo do Museu Nacional<sup>19</sup> cuja inspiração são a literatura antropológica sobre parentesco e as teorias de individualismo e modernidade de Louis Dumont, da fenomenologia histórica de Georg Simmel, e da abordagem interpretativa de Clifford Geertz. Esse grupo volta-se à compreensão da ideologia da família das camadas médias, que se caracterizam, nos termos de Velho (1986), como “fortemente psicologizadas”. Preferindo abordar contradições aparentes à formação de famílias nucleares (o conflito entre as gerações, as relações entre avós e netos, a produção independente, o concubinato, a nova paternidade, o simbolismo de parentesco e o conflito entre projetos individuais e familiares, por exemplo), esses estudos são análises ricas de como a ideologia da família e do parentesco é mantida entre essas famílias, apesar da aparência contraditória. O enfoque nessas famílias é curiosamente distante do enfoque mais econômico-produtivista dos que estudam as populações pobres urbanas e rurais<sup>20</sup>, mas a qualidade das interpretações, além de contribuir para a manutenção da atenção para temas relacionados à formação de famílias, contribui para aprimorar a linguagem com a qual se possa compreender a família. As interpretações se embasam profundamente em interpretações psicológicas e na ideologia de individualismo. A adoção ampla do valor simbólico dessa linguagem sugere a sua aplicabilidade para todos os segmentos da população, e muitas das preocupações abordadas nessa literatura reaparecem ainda com mais força

---

<sup>19</sup> Velho (1981, 1986) é o mentor intelectual desse grupo, que inclui Salem (1980, 1985, especialmente), Abreu Filho (1982), Lins de Barros (1987), Dauster (1984) e outros. Ver também Figueira (1985; 1987), importante referência do campo de psicanálise para o grupo.

<sup>20</sup> Para comparação, ver Scott (1997).

quando ocorre o realinhamento das relações internacionais de poder favoráveis à extensão dessas próprias interpretações.

Menos preocupados com o simbolismo, os estudiosos que se inspiram na capacidade crescente da demografia conseguem documentar mudanças concretas na organização populacional, abrindo um campo rico em números e, administrativamente, provocador, ressaltando questões sobre fecundidade e planejamento familiar. O aperfeiçoamento de modelos sobre padrões de reprodução mistura ideias de alarmistas da superpopulação<sup>21</sup>, de autores histórico-estruturais que empregam a noções de reprodução social, como Francisco Oliveira (1981) e Maria C. F. A. de Oliveira (1976, 1981, 1983), e de autoras e ativistas que enfatizam a condição e os direitos das mulheres num período em que o feminismo se ancora mais firmemente na sociedade e na academia (Pitangy, 1985; Muraro, 1983; Saffiotti, 1987; Barroso, 1977; Costa, Barroso e Sarti, 1985; Bruschini e Madeira, 1983; Durham, 1983; Moraes, 1985, 1968). O trabalho de Elza Berquó (1977) sobre fecundidade em São Paulo, realizado no Cebrap, apresenta os modelos histórico-estruturais de desenvolvimento como contrapartida crítica aos modelos de desenvolvimento econômico e às políticas sociais repressivas do governo militar. Os estudos populacionais em São Paulo estimulam o pensamento sobre a redução da fecundidade, e um dos assuntos mais discutidos até o final dos anos 70 é a transição demográfica. Demógrafos históricos e sociólogos, como Marcílio (1974), Schwartz (1985), Kuznesof (1986), Mattoso (1988) e Samara (1989a), influenciados pelas observações críticas de Laslett (1972) sobre o suposto declínio do tamanho dos grupos domésticos, procuram evidências de padrões históricos específicos para recriar um retrato mais correto de mudanças em padrões de fecundidade e em padrões familiares. A transição demográfica, com a passagem de fecundidade alta e mortalidade alta para mortalidade reduzida (resultando em aumento no crescimento populacional) e depois para fecundidade mais baixa (voltando a um ritmo menor de crescimento populacional) está invocada e discutida, implícita e

---

<sup>21</sup>*The population bomb*, livro de Paul Ehrlich (1968), é um bom exemplo das preocupações desses acadêmicos.



explicitamente, como meta de intervenções<sup>22</sup>. Para que se alcançasse essa meta foi necessário disseminar técnicas contraceptivas e promover políticas ativas de planejamento familiar, adotadas por um governo disfarçadamente controlador, associado a agências internacionais. Com frequência, as pesquisadoras nesse campo são as mesmas que ressaltam o papel das mulheres no desenvolvimento (Nash e Safa, 1985; Jelín, 1984), e o controle da natalidade toma o aspecto de um assunto que lida com os direitos das mulheres a melhor qualidade de vida e de autonomia sobre os seus próprios corpos. A meta internacional de reduzir contingentes grandes de populações empobrecidas faz parte do crescente movimento de mulheres, enquanto se abre espaço para a facilitação de discussões francas sobre sexualidade na academia e no planejamento social.

Quando Singer (1976) desmascara que os ganhos em alguns índices macroeconômicos escondem um processo de uso intensivo das famílias de estratégias de colocar mais de um de seus membros no mercado de trabalho, ele denuncia o aviltamento dos salários. A presença de cada vez mais mulheres na força de trabalho tem efeitos ainda mais duradouros sobre a percepção delas a respeito de seu papel na sociedade. A grande participação das mulheres no mercado de trabalho (Aguiar, 1984; Costa e Bruschini, 1989; Gans, Pastore e Wilkening, 1972) teve grande influência na redefinição dos padrões familiares. Como as mulheres que trabalham tendem a preferir famílias menores, o trabalho feminino torna-se um aliado na redução da fecundidade.

O controle da domesticidade passa a ser um meio de alcançar as metas anunciadas de múltiplas campanhas nacionais e internacionais para melhorar a qualidade de vida das classes pobres brasileiras, bem como da condição feminina. Uma maneira de medir o progresso em alcançar estas metas é investir fortemente na qualidade técnica da aplicação e da elaboração de análise de dados censitários e de levantamentos. Identificam-se indicadores capazes de mostrar como a distribuição de recursos entre homens e mulheres é desfavorável às mulheres. Os estudos de organização

---

<sup>22</sup> Praticamente todos os demógrafos do período fazem referência a essa questão; porém, na sistematização desses argumentos são fundamentais os estudos de Maria C. F. A. de Oliveira (1976, 1983).

familiar<sup>23</sup> apontam rendas mais baixas, salários menores, empregos mais inseguros, maior participação em unidades monoparentais e casas chefiadas por mulheres - todos evidenciando a “feminização” da pobreza e a necessidade de elaborar políticas que conscientemente promovam benefícios para mulheres. Os debates feministas sobre trabalho doméstico não-remunerado provocam interpretações inovadoras sobre o que se deve entender como “produtivo”, levantando um questionamento sério das bases epistemológicas da teoria econômica clássica e permitindo novos cálculos, inusitados, sobre quem de fato constitui a população economicamente ativa no Brasil (Bruschini, 1983; Quiroga Neto, 1982; e Woortmann, 1987). Reforça-se mais uma vez a aliança entre feminismo e aliviadores de pobreza (sejam eles defensores ou críticos de políticas governamentais).

No final desse período, durante os anos noventa, o feminismo torna-se uma forte bandeira cada vez mais forte para a compreensão da família. Não é mera coincidência que o “novo” levantamento bibliográfico versa sobre mulheres e a família (Corrêa, 1984a), e não sobre família e desenvolvimento como no início do período. Enfocar as mulheres, seus direitos e a diversidade de situações em que são colocadas ao tomarem o lugar de principais sustentadoras de suas famílias se coaduna com o esforço paralelo de controlar as capacidades e práticas reprodutivas femininas, não somente no Brasil, mas em todos os países da América Latina. Tornar-se uma nação não sobrecarregada com uma população de que não consegue dar conta só é possível se houver queda de fecundidade. O controle da sexualidade feminina (ou pelo menos o seu comportamento reprodutivo) e a reelaboração política e técnica da compreensão da relação entre a esfera doméstica abrem brechas para a criação de um conjunto de cidadãos mais bem articulado com o desenvolvimento capitalista e produz diversas novas perspectivas sobre a família em um mundo que se unifica rapidamente.

---

<sup>23</sup> Pastore e Zylberstajn (1983) apresentam um modelo analítico sofisticado de dados censitários de décadas anteriores. A Fundação Carlos Chagas usa os *Cadernos de Pesquisa* (ver especialmente 1983) como um fórum permanente para discutir a família.

## Diversidade familiar, mulheres e direitos na economia globalizada unificada

A queda do muro do Berlim marca a inserção do leste europeu numa ordem global de relações capitalistas, a qual unifica as nações numa rede única, complexa e emaranhada, de trocas comerciais e políticas intensificadas. As relações internacionais deixam de se apresentar em forma dicotômica de escolha entre o capitalismo e o socialismo para os países do Terceiro Mundo, ansiosos de fazer parte do seleto clube dos desenvolvidos. A nova globalização aponta para uma vitória muito poderosa do Primeiro Mundo (Featherstone, 1990; Giddens, 1991; Harvey, 1993). Nesta nova ordem mundial, famílias empobrecidas representam fragmentos excluídos, muito mais do que aliados potenciais do lado socialista opositor.

Nessa faixa hegemônica intensificam-se as conferências internacionais temáticas sobre direitos de cidadãos no ambiente (Estocolmo 1972), na população (Cairo 1994), de mulheres (Beijing 1995), da ecologia (Rio de Janeiro ECO-92), as quais divulgam soluções “democráticas” negociadas num mundo de nações que “estão em acordo uma com a outra” (e todo mundo tentando fazer a delegação americana se conformar a pontos de vista diferentes!). O discurso de globalização enfatiza a capacidade de inclusão de todos os tipos de diversidade debaixo do mesmo teto - simbolicamente publicizado nessas mesmas conferências sobre direitos<sup>24</sup>. Seus ideólogos apresentam a época como de ressurgência de particularidades locais valorizadas de tal forma que encontram o seu lugar ao sol no cenário global. Simultaneamente, uma imagem de possibilidades infinitas é criada por meio da insistência de que é possível superar a distância física com a formação de redes ligadas comercial e comunicacionalmente. Nessas condições não há uma forma única de se adaptar ao mundo unificado.

Para a discussão sobre famílias nesse contexto, há pelo menos duas implicações importantes. Primeiro, apesar da força continuada de uso de modelos herdados de família nuclear e de urbanização, é impossível declarar que há um tipo único de família que seja *uma indicação do progresso e*

---

<sup>24</sup> Ver Correia (1996) para uma discussão interessante da importância destas conferências sobre os conceitos de saúde, reprodução e sexualidade.

*desenvolvimento*. Segundo, as famílias são dissolúveis, tomam muitas formas e estão em constante transformação, valendo-se de novos vínculos em redes sociais e comunicacionais mais amplas. Mais divórcios, separações e recasamentos atestam esse fato, como também o faz a formação de casais homossexuais que têm lutado pelo direito de criar filhos e serem reconhecidos como família. As mudanças na família e diversidade com que se constituem têm sido documentadas principalmente em coletâneas<sup>25</sup>, em artigos de jornais e revistas especializadas<sup>26</sup> e em publicações de grupos de trabalho<sup>27</sup>, os quais abordam o assunto de perspectivas diversas. Em resumo, uma economia unificada plural pode conter uma pluralidade de valores e composições familiares.

Essa ênfase na pluralidade se sobrepõe (sem substituir por inteiro) àquela que relaciona economia, força de trabalho e família, predominante durante as décadas precedentes. Espaços novos e antigos abrem e alargam-se em torno da discussão de papéis individuais, psicológicos e ideológicos na família, e questões sobre políticas públicas, reprodução, gênero e sexualidade se tornam temas importantes, forjados agora num linguajar de direitos internacionais e cooperação para a criação de uma diversidade legítima sob a vigilância da ordem global. Procuram-se direitos, definidos e enforçados por meio de movimentos capazes de colocar holofotes sobre as demandas dos seus participantes, e a família, devido a sua própria diversidade, se torna uma arena para a negociação e realização desses direitos, muito mais do que um sujeito de movimentos ou de investigação próprios.

O que isso significa para o estudo da família brasileira? O Brasil experimenta um processo de redemocratização, vivendo um processo de efervescência democrática nos anos 80, repletos de movimentos sociais

---

<sup>25</sup> Ver especialmente Almeida (1984); Almeida e Gonçalves (1987b); Ribeiro (1987) e Carvalho (1995).

<sup>26</sup> Alguns exemplos são: *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, *Cadernos Pagu*, *Revista de Estudos Feministas*, *Horizontes Antropológicos*, *Antropológicas* e *Cadernos do Centro de Recursos Humanos*.

<sup>27</sup> Os grupos de trabalho mais conhecidos são de Família e Sociedade da Anpocs e de Família e História da ANPUH - Associação Nacional de Pesquisadores em História; na Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP) há grupos que lidam com temas relacionados; e há outros também na área de serviços sociais aplicados e de psicologia.

para defender os direitos dos que queiram evitar a exclusão dos benefícios da ordem democrática global. Legiões de grupos locais e movimentos - organizações não governamentais, técnicos governamentais, grupos de caridade, sindicatos e muitos outros atores - se emaranham nas redes internacionais para reforçar as suas lutas particulares por direitos. Nos anos 90, do Estado mínimo, muitas dessas buscas de direitos ficam freadas e enfrentam crises, mas isso não implica desmantelamento das redes formadas. A família não é uma ideia muito propícia para a busca de direitos em si, mas cada um dos seus componentes constituintes de gênero, geração e sexualidade viram pontos nodais para os construtores de redes que precisam lidar com ideias sobre a família. Vale a pena olhar estes componentes um por um.

## **Gênero e direitos**

A força das demandas feministas coloca as questões de gênero na linha de frente nesse período. Estudiosos do mercado de trabalho - como Elizabeth Lobo (1991), cuja contribuição é bastante importante - mostram como as mulheres avançam significativamente nesse campo, detalhando as especificidades de trabalho masculino e feminino e advogando a necessidade de melhor compreensão dessas diferenças. Outros - como Abreu e Sorj (1993), Bruschini (1990) e Bruschini e Ridenti (1994) - examinam o uso de (e direito a) horas flexíveis de trabalho em resposta às demandas que a família faz no seu tempo. Mulheres assalariadas articulam as suas atividades entre família, fábrica e sindicatos (Butto, 1996), e sindicatos estabelecem sistemas de quotas que garantem um mínimo de 35% de representação feminina entre as suas diretorias (direito que eles têm muita dificuldade em honrar). Algumas pesquisas mostram que as mulheres que participam mais ativamente são justamente aquelas cujas demandas familiares são menores (Capellini, 1991). A exclusão de benefícios econômicos é ressaltada por muitos desses autores, e alguns se envolvem diretamente na elaboração e estudo de programas de renda mínima para famílias empobrecidas, muitas vezes chefiadas por mulheres (Montalli, 2000; Bilac, 1990, 1995).

Contudo, na economia globalizada não são esses estudos sobre família e atividades econômicas que ganham maior visibilidade. Os estudos de gênero no Brasil têm financiamento considerável de programas das

Fundações MacArthur e Ford, distribuídos em regiões diferentes do país. Enquanto cresce o número de pesquisadores e ativistas capacitados, uma área de estudo, não muito nova, se torna muito mais evidente: A dos *direitos reprodutivos*. Não foi um passo muito grande de saúde reprodutiva (uma referência clara a programas administrativas relacionados com o planejamento familiar) para os direitos reprodutivos (uma referência nova enfatizando o lado democrático e de movimentos sociais da mesma moeda)<sup>28</sup>. Usando dados do World Health Surveys e da Fundação IBGE, os transicionistas demográficos documentam euforicamente rápida queda na fecundidade brasileira nos anos 80, que passou de cerca de 4,0 nascimentos por mãe a 2,7 nos anos 90<sup>29</sup>.

A discussão de direitos reprodutivos levanta questões centrais sobre a genética e a ética da reprodução assistida e escolha de pais, constituindo um tipo de retorno às questões de herança racial que reinaram um século antes, bem como às questões de controle social e médico sobre a capacidade reprodutiva de mulheres pobres (Scavone, 1996, 1999; Parker, 1991; Parker e Barbosa, 1996)! A discussão sobre como ocorreu o declínio da fecundidade levou a questões sobre a intervenção do Estado na esfera doméstica. A esterilização cirúrgica feminina é o método anticonceptivo mais usado, até por mães jovens<sup>30</sup>, seguido por métodos hormonais, como a pílula. Os homens ficam quase sem consideração, e reforçam-se as questões acerca do poder feminino sobre o próprio corpo<sup>31</sup>. Estes padrões demográficos em transição têm muito a ver com a formação de famílias, por tratarem de relações entre maridos e esposas, mães solteiras, aumentos de divórcios e separações, importância renovada de gerações mais antigas, a vivência de cursos de vida irregulares, dentre outros. São as implicações

---

<sup>28</sup> As coletâneas dos programas de pesquisa da Fundação Carlos Chagas são referências importantes sobre esse assunto. Ver também, especialmente, Correia (1996), Ávila (1998), Costa e Bruschini (1992) e Costa (1997).

<sup>29</sup> Estudos da BEMFAM - Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil, da Fundação IBGE e outros publicados nos anais da ABEP descrevem claramente o declínio da fecundidade. Goldani (1993), Patarra e Baeninger (1986), Guimarães (1990) e Souza (1991) escreveram relatos provocadores e detalhados desse processo.

<sup>30</sup> Jurandir Freire Costa foi pioneiro nesse assunto (1979). Leal (1995) e Scavone (1996, 1999) têm trabalhos importantes mais recentes.

<sup>31</sup> Também uma antropóloga dinamarquesa, Anne Line Dalsgaard, escreveu uma tese que virou livro sobre esterilização no Recife.

de mudanças tão radicais em curso na demografia da população brasileira que têm chamado a atenção para assuntos relacionados com a família.

Dentre os demógrafos que examinam essas tendências gerais no Brasil, Goldani (1993) discute “o mito da crise da família”, documentando o crescimento de casas unipessoais e casas monoparentais femininas<sup>32</sup>. A autora mostra que quase todas as mulheres serão responsáveis pelas suas casas durante alguma época de suas vidas, e ainda discute o envelhecimento populacional. Goldani reporta-se a discursos existentes sobre a família em crise, contrapondo-se ao argumento com uma discussão sobre a resiliência da família enquanto instituição, e ainda ressalta fatos novos que apontam para o enriquecimento da vida familiar, como na maior interação entre gerações e interação além da família nuclear, fornecidas pela maior longevidade, bem como sobre a diversidade de experiência vivida em diferentes arranjos domiciliares no curso da vida.

## Geração e direitos

Nos anos 80, o Brasil é identificado como um dos países em desenvolvimento com grandes contingentes de crianças que trabalham e moradoras de rua (CNPD, 1998). Os acordos internacionais contra tal exploração e abandono contribuem para a criação de uma imagem de família progressivamente mais fragmentada, incapaz de cuidar de sua própria prole. Os que chamam atenção a esse problema se movimentam para defender os direitos dessas crianças<sup>33</sup>, promovendo ampla fiscalização das condições de trabalho e aplicação da legislação, oportunidades para educação e políticas para manter as crianças na escola, bem como a reintegração de famílias com os seus próprios filhos. Com o Novo

---

<sup>32</sup> Castelo Branco realizou um estudo sobre “a família em números” usando dados censitários num trabalho não publicado apresentado em 1988 numa reunião intermediário sobre família em Campinas. Bilac (1990, 1995), Camarano (1990) e CNPD (1999) são outras fontes importantes.

<sup>33</sup> O Centro Josué de Castro tem feito trabalho importante de denúncia de trabalho infantil na região canvieira de Pernambuco com apoio de instituições como Save the Children e Unicef.

Estatuto da Criança e do Adolescente formam-se conselhos tutelares<sup>34</sup>, com representantes eleitos para vigiar a defesa dos direitos das crianças em diversos municípios. Os conselhos podem intervir quando descobrem maltratos. Esse poder mexe com o que Fonseca (1985, 1986, 1995) identifica como um padrão cultural de circulação das crianças entre famílias, que reforça redes de parentesco e amizade enquanto negociam pelas dificuldades de sustentar todos os membros da família em condições adversas. Fonseca (1995) e Abreu (2000) mostram a relação dessa prática com a adoção internacional, na qual as crianças brasileiras são procuradas por famílias européias com problemas de esterilidade e baixa fecundidade.

Essas questões sobre os laços entre pais e filhos são afetadas pela mudança nos padrões de fecundidade. Enquanto no decorrer dos anos mais e mais mães se submetem à esterilização, muitas vezes bastante jovens, as mulheres adultas estão tendo menos filhos, e, obviamente, a proporção relativa de mães adolescentes aumenta. Isso alarma os órgãos oficiais de saúde, ainda preocupados com o controle da reprodução feminina e da sexualidade, e abre um campo rico para a aplicação da psicologia de adolescentes, mesmo diante das severas limitações de financiamento governamental para esses programas<sup>35</sup>. Os conflitos geracionais e as estratégias para ganhar “liberdade” e “autonomia” são discutidas, e descrições etnográficas de jovens mães mostram que frequentemente se reintegram à família dentro de formas bastante tradicionais de formação de grupos domésticos entre residentes urbanos<sup>36</sup>. Mais uma vez se evidencia a resiliência familiar.

Não é somente a geração jovem que merece atenção. Maior longevidade e queda na fecundidade fazem com que os idosos sejam uma das faixas da população que mais cresce. Mais uma vez, a primeira questão é os direitos do idoso. Berquó (1988), num estudo que já se tornou clássico, examina a situação das mulheres na sociedade, descrevendo a

---

<sup>34</sup> Com base na sua dissertação (1996), Fernanda Bittencourt Ribeiro, apresentou uma discussão importante dos *Conselhos Tutelares* no encontro da Anpocs em 1997, no grupo de trabalho Família e Sociedade e continua estudando o assunto.

<sup>35</sup> Gestos, uma ONG recifense, fez um estudo, não publicado, sobre o PROSAD - Programa de Saúde do Adolescente em 1999.

<sup>36</sup> Butto e Silva (1999) e Madeira (1997) examinam esse assunto. Gestos fez um vídeo interessante sobre a questão. Ver também Paiva (1996) e Duque-Arrazola (1997).



pirâmide de solidão para mulheres idosas que, mais que os homens (que casam de novo), passam a viver sozinhas enquanto envelhecem. Em geral, mesmo entre os autores que tratam desse assunto, a ênfase cai nas atividades de socialização, sexualidade, pensões e aposentadorias e cuidados de saúde.

## **Sexualidade e direitos**

Os intérpretes da história do Brasil, como Vainfas (1989) e Parker (1991), afirmam que a vida brasileira respira sexualidade e sensualidade, numa época em que a discussão sobre família recai sobre a fragmentação e a diversidade, ao contrário da integração em torno de valores patriarcais de Gilberto Freyre. O Brasil oferece suas mulheres jovens e morenas como parceiras sexuais - e muitas vezes futuras esposas - a turistas masculinos do Primeiro Mundo, que encontram na docilidade e sensualidade características mais desejáveis que as das mulheres combativas de seus países de origem (Lehman-Karpzov, 1994). Isso não é tão diferente assim das origens históricas em que os colonizadores europeus procuravam esposas na população local; difere somente que hoje essas mulheres fazem parte de uma nova tendência de exportação da população brasileira para trabalhar e casar no estrangeiro. Num mundo unificado, que procura defender os direitos dos oprimidos, o turismo sexual mobiliza atores internacionalmente no combate de prostituição de adultas, de adultos e de crianças e dá um outro sentido na circulação das mulheres.

Ao mesmo tempo, os grupos de lésbicas e de gays enfatizam que a sexualidade é um assunto em si, que, embora associado à família, não é amarrado obrigatoriamente a ela nem aos termos de relações de gênero que identificam o ativo e o passivo nos quais frequentemente é discutido (Fry e Macrae, 1985; Fry, 1982; Mott, 1983). Quando a epidemia de AIDS chegou ao Brasil, realçou as práticas homossexuais, já que essa comunidade foi identificada como um “grupo de risco” pelas cifras e diagnósticos iniciais de contaminação. Os profissionais de saúde, associados historicamente à intervenção e controle sobre a família e sobre os assuntos privados - um processo secular bem documentado em *Ordem médica e norma familiar* (Costa, 1979) -, juntam-se às organizações não governamentais para promover a discussão sobre práticas sexuais não-reprodutivas e prazerosas, evidenciando o já alto grau do controle existente sobre as atividades

reprodutivas. Isso estimula o estudo da sexualidade como esfera independente de atividade humana, e contribui para a polêmica sobre paixão, prazer e gênero, num quadro individualizante, seja independente de, ao associado a, contextos familiares (Parker, 1991; Parker e Barbosa, 1996; Da Matta, 1985; Loyola, 1998; Guedes, 1994).

O aumento da incidência de AIDS entre mulheres leva a uma mudança radical nas proporções de infecção entre os sexos e redireciona algumas das considerações, refocando a questão dos tipos de exercício de sexualidade que de fato constituem o casamento (Knauth, 1999; M. S. M. Duarte, 1996). O número de mulheres contaminadas pelos seus parceiros infieis reacende a discussão sobre a dupla moral, sublinhando diferenças de gênero. Como é de esperar, as mulheres são tratadas de uma perspectiva abertamente vitimista, e isso ajuda a provocar questionamentos sobre as desigualdades na esfera doméstica.

Os estudos de gênero, ainda com o apoio das Fundações Ford e MacArthur, começam a abrir novas frentes na segunda metade dos anos 90, com uma reforçada ênfase sobre os contextos sociais e constrangimentos sobre a expressão de masculinidade na sociedade brasileira, debatendo paternidade, saúde reprodutiva e sexualidade (Leal, 1995; Leal e Boff, 1996; Medrado, 1997; Nolasco, 1993; Almeida, 1996; Connell, 1997; Nascimento, 1999). É de interesse especial que essa abordagem aplique teorias de “artes de resistência”, elaboradas por J. Scott (1985, 1990)<sup>37</sup>, para a compreensão de um pólo dominante da dicotomia. As interpretações que resultam são exemplos eloquentes do que a antropóloga Laura Nader (1972) advogou uma vez, da necessidade de “*study up*”, de estudar o pólo dominante; certamente uma das metas de sociedades mais equitativas.

Em outra direção, o aumento da violência na sociedade brasileira, estudado por feministas e não feministas (Saffiotti e Almeida, 1995; Zaluar, 1994; Barbosa *etal*, 1996; Azerêdo e Stolcke, 1991) resulta do enfraquecimento das redes de reciprocidade tradicionais de comunidades pobres, e uma de suas formas é a violência doméstica. Nos anos 90 se ampliam as delegacias de mulheres para que as vítimas não se intimidem em denunciar a violência que estão sofrendo. Não há nenhuma indicação

---

<sup>37</sup> Aqui me refiro à análise do autor sobre as ideias e ações dos fracos e dos dominados.

da diminuição da violência doméstica, mas há, sim, um incremento no esforço de visibilizar e promover apoios alternativos para mulheres que apanham ou sofrem violência sexual. Para o estudo da família, esse é mais um adendo para reforçar a ideia de uma “casa dividida” e não de família unida e estável.

## Interpretando famílias

Direitos de gênero, geração e sexualidade todos competem em atenção no estudo de assuntos relacionados à família, mas também há um debate sobre a lógica da organização familiar que mobiliza os que desejam entender a família brasileira. Sarti (1996a, 1996b, 1999) e Duarte (1986) advogam uma interpretação holista, inspirada em autores franceses, sobre a relação entre esferas de atividade e hierarquia de famílias pobres, enfatizando que os componentes dessas famílias usam pressupostos perceptivos e organizacionais diferentes dos que são organizados sobre a ideologia individualista em voga para entender a família de camadas médias. Essa ótica integra a família urbana pobre em torno de uma base de regras de reciprocidade e moralidade. A família chefiada por mulheres e unidades unipessoais nesse contexto complicam o quadro, e, para dar conta da diversidade, é preciso ter uma complementação com perspectivas que ressaltem diferenças percebidas, que nascem de tipos diversos de articulação do uso da força de trabalho familiar (Scott, 1988, 1992, 1996). A abordagem da integração de diferentes referências interpretativas exige cautela, mas é necessária para corrigir um fenômeno de parcialidade etnográfica<sup>38</sup>, identificado também por Corrêa (1988) nos estudos brasileiros da família. Ela mostrou que as categorias usadas por estudiosos para descrever a família de três contextos diferentes (rurais, urbanos e tribais) foram descritores melhores da categoria estudada do que o fenômeno de família em si.

Diversidade, pluralidade e transformações na organização doméstica marcam um período em que o Brasil se afirma como nação promotora dos direitos de setores da população, cada vez mais visíveis diante da

---

<sup>38</sup> Scott (1992) denomina “parcialidade etnográfica” o procedimento de superestimar o quadro interpretativo da primeira experiência etnográfica particular para interpretar fenômenos comparativamente.

participação do país no contexto internacional que defende a democracia numa sociedade global unificada. A nova ênfase se torna mais evidente do que a ainda reconhecida condição de empobrecimento de grande parte da população, e é fator importante no estabelecimento da composição de famílias e dos seus valores, embora sua relação com a economia tenha sido tratada de forma secundária (diferente da literatura com perspectivas de marginalidade, de modos de produção, de setores formais e informais, tão importantes quando o mundo era dicotômico e competitivo entre blocos socialistas e capitalistas). As questões priorizadas são os direitos de gênero, direitos de geração e direitos de sexualidade, os quais podem ser promovidos em fóruns diversos, altamente publicizados e interconectados internacionalmente. Muito mais do que antes, a “família brasileira” cede lugar às “famílias brasileiras”.

## **Gênero, identidades brasileiras e contextos internacionais de poder**

Na introdução deste artigo dissemos que discutiríamos a literatura sobre família de uma perspectiva mais explícita de gênero, com ênfase na questão da circulação de mulheres. Agora, ainda mais de que no início, é obvio que não podemos tomar a ideia de circulação de mulheres literalmente, já que não é possível tratar nações adequadamente como agrupamentos de linhagens exógamas. Mesmo quando essa ideia é traduzida para assuntos um pouco mais palpáveis de formação da família, de controle da sexualidade e da construção de noções de domesticidade, ela ainda fica aquém da possibilidade de dar conta dos muitos fatores que compõem a construção da nação. Por esse motivo, e lembrando a ênfase de Joan Scott nas esferas *simbólicas* e *normativas* de relações de gênero, não há nenhuma razão de não enxergarmos as nações como unidades corporadas num nível alto de articulação de poder, que se apresentam como estruturadas, normativa e simbolicamente, delas fazendo parte as relações entre homens e mulheres. Esses aspectos simbólicos e normativos das relações de gênero são realçados especialmente quando se enfocam as identidades nacionais na esfera internacional.

Voltando à literatura sobre família no Brasil, é possível ressaltar o quanto as mudanças sobre a construção da nação brasileira se apresentam, simbolicamente, como relações entre homens e mulheres. A

particularidade do Brasil pós-colonial e pós-imperial é de uma nação jovem de homens orientados para a Europa, preocupados em como a incorporação das suas mulheres não-européias resultou na formação de uma população vista como uma limitação severa para a operacionalidade do país de alcançar igualdade na comunidade de nações, pois a inferioridade racial do Brasil era indelével num mundo que construía o olhar sobre as suas populações em termos de raça e de teorias evolucionistas. Os homens tomadores de esposas criaram uma situação na qual, como diz Motta Lima (1998)<sup>39</sup>, o “outro” está na própria casa, e o débito que resulta disso é cobrado na forma de uma barreira para a nação jovem entrar no mundo centrado na Europa.

Enquanto a nação se centraliza politicamente, os homens descobriram sua capacidade de controlar a sexualidade feminina para criar uma esfera doméstica ampla e integrativa, o que lhes permitia a dispensa das preocupações sobre a composição da população, antes vista como “sujada” pela incorporação de mulheres não europeias. Através da reviravolta teórica de ressaltar uma abordagem “cultural” e não “racial”, descobriram como apresentar uma visão de nação cujos homens, que miscigenaram, são, simultaneamente, particularmente capazes de promover uma democracia racial. Desse modo, as mulheres se tornaram contribuintes culturais oprimidas para a singularidade de uma nação patriarcal, misturada racialmente. Essas mulheres ou eram esposas oficiais reprimidas e fragilizadas, confinadas à casa e a ocasiões formais de eventos sociais, ou eram as amadas concubinas indígenas e, sobretudo, pretas, capazes, atraentes e fogosas! É justamente a capacidade de controle da domesticidade e do exercício livre de uma sexualidade libidinosa as pistas simbólicas para a formação de uma elite forte e muito masculina, capaz de manter uma nação jovem, em processo de centralização do poder, integrada e sob controle.

Muitos dos mesmos pensadores, que reconheceram essas origens “familiares” da nação brasileira, também reconheceram que o caminho preferencial para o alto modernismo do período pós-guerra era como parceiro no desenvolvimento capitalista que estava no auge. E esse

---

<sup>39</sup> Esse autor desenvolve algumas das ideias de Mariza Peirano (1992, 1998) e Roberto Cardoso de Oliveira (1988) ao abordar questões de identidade entre os pensadores sociais e a sua relação com a própria sociedade de origem.

caminho não era pavimentado pela perpetuação do modelo de severa desigualdade de gênero que o patriarcalismo exigia. Abriu-se, então, uma brecha para mostrar como e quanto os mesmos processos de urbanização e industrialização que afetavam o resto do mundo também atingiam o Brasil. Sucessivos estudos de comunidades mostraram, especialmente para os estrangeiros interessados, que os brasileiros, no caminho do desenvolvimento, tinham casas menores e nucleadas concentradas em áreas urbanas ocupadas pelos que migraram do campo. Apesar de esses grupos domésticos reterem muito do tecido histórico das relações de gênero desiguais, provenientes de um patriarcalismo em declínio, enxergavam uma luz indicativa do início de um processo de promoção de relações de gênero mais igualitárias, mesmo se reificadoras de uma divisão de tarefas ainda muito tradicional. Mesmo com os indivíduos participando em parentelas muito extensas, a domesticidade não se localizava tão francamente nas mãos masculinas, mas por um controle societário mais difuso. A sexualidade feminina se exercia dentro dos grupos domésticos mais aparentemente igualitários (e tradicionais), e crescia uma classe operária e uma classe média espelhada nos modelos europeus e americanos. A renúncia weberiana da comunidade doméstica iniciava-se, e o valor do “indivíduo” não diferenciado no mundo moderno estava sublinhado. Homens e mulheres tornam-se parceiros (mesmo não iguais) na formação de uma família padronizada. O elemento de “troca” é normativo e simbólico, enquanto a nação bota fé na sua própria capacidade imitativa de reproduzir os caminhos de progresso sugeridos pelos altos sacerdotes das teorias de desenvolvimento econômico.

Já nos anos 60, quando o desenvolvimento acelerado inalcançável tornou-se uma frustração nacional com a tentativa de progredir 50 anos em cinco<sup>40</sup>, as implicações da participação diferencial nas redes de troca e estruturas de poder internacionais eram a referência mais sensível para os fortes conflitos sobre os caminhos a serem tomados para se chegar a uma identidade nacional. Qual seria a direção - capitalista ou socialista - da nação num mundo dicotimizado, com uma família empobrecida, atrelada a uma economia desfavorável. Nesse processo, as mulheres começaram a predominar sobre os homens, tanto no pensar sobre (cada vez mais *autoras*

---

<sup>40</sup> Esse era o *slogan* do Presidente Juscelino Kubitschek no auge da adesão ao alto modernismo no final dos anos 50.

no conjunto dos pensadores), como no agir com (sujeitas femininas) a família. Enquanto o controle masculino sobre a esfera produtiva e a garantia do seu papel de provedor enfraqueciam, as mulheres aumentavam a sua participação na força de trabalho e, com o crescimento do feminismo, abriam o verbo sobre a necessidade de questionar as relações de poder entre homens e mulheres. Simultaneamente, essas mulheres passaram a ser alvos de um empenho orquestrado internacionalmente para reduzir a fecundidade através do investimento massivo em planejamento familiar, com a promoção de práticas anticonceptivas.

Enquanto isso, os homens tomaram o controle sobre a nação pelas forças armadas, as quais se aliam com aqueles que argumentam que, dentre outras coisas, a redução do número de pessoas pobres é um caminho para uma população mais pacífica e um passo no caminho do desenvolvimento capitalista. O aperfeiçoamento de técnicas de levantamentos, de recenseamento e a expansão de instituições de pesquisa e ensino promoveram uma proliferação de informações mais fundamentadas sobre as famílias no Brasil. Nessa mesma nação em luta e empobrecida, trabalhando mais e associada a redes internacionais de promoção de planejamento familiar e contracepção, as mulheres passaram a lutar cada vez mais em defesa de sua individualidade, exigindo controle de seu próprio corpo, de sua sexualidade e de suas práticas reprodutivas. As vozes de um discurso psicologizado da formação de uma classe média, mais atuante e autoconsciente, achavam também mais espaço na discussão, cada vez mais diversificada sobre família. As próprias ideias de domesticidade e trabalho e de sexualidade entraram no campo dos estudos feministas.

As atuais discussões sobre direitos de gênero, de geração e direitos sexuais refletem uma preocupação crescentemente internacionalizada de elementos que operam na constituição da formação familiar e na ideologia familiar. A busca de *direitos* entrecorta a família pelas suas diversas linhas hierárquicas, realçando valores em competição e promovendo uma percepção e formação mais e mais fragmentada de família. Homens e mulheres, gerações mais idosas e mais jovens, pessoas que exercem as suas preferências sexuais, todos agem num mundo em fluxo (alguns o chamam de pós-moderno!), onde as estruturas de poder mantêm modelos hegemônicos e, longe de conseguir aliviar, conseguem ampliar as exclusões sociais e as vivências de situações localizadas extraordinariamente difíceis,

ao mesmo tempo que permitem e promovem a elaboração de redefinições que afetam profundamente as maneiras que todos vivem a domesticidade e a sexualidade no mundo atual.

As transformações históricas passaram por diversas perspectivas: “Arrendimento exógeno”, “integração patriarcal”, “padronização do alto modernismo”, “contenção de pobreza e planejamento familiar” e, atualmente, “diversidade alternativa e direitos individuais”. Certamente esse trajeto reforça a ideia de Joan Scott acerca da natureza transitória de perspectivas em contextos históricos diferentes. Transitória, e, em certo grau, cumulativa. É importante ressaltar que, de um período para o outro, há uma retenção marcada de instrumentos descritivos e interpretativos que, progressivamente, contribuem para a formação de um núcleo crescente de considerações temáticas, as quais enriquecem o campo de estudos da família. Como resultado, as discussões atuais sobre a organização alternativa familiar e os direitos individuais necessariamente tratam, amplamente, de raça, patriarcalismo, nucleação familiar e processos de empobrecimento, só para nomear alguns assuntos. A adaptação temática vai ao encontro de como o Brasil se apresenta nas sempre cambiantes estruturas internacionais de poder. Não é de se admirar que o país não seja o único que encontra na sua pluralidade de famílias um palco para a disputa de direitos de ser diferente num mundo unificado, e que, nesse palco, tanto homens como mulheres estrelam em cenas de defesa de seus direitos, lançando mão de roteiros permeados de referências ora a tradições, ora a transições.

## Referências bibliográficas<sup>41</sup>

- ABREU, Alice Rangel de Paiva; SORJ, Bila(Org.). *O trabalho invisível: Estudos sobre trabalhadores em domicílio no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1993.
- ABREU, Domingos Sávio. *No bico da cegonha: Por uma sociologia da adoção internacional no Brasil*. 2000. Tese (Doutorado em Sociologia)- Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2000.
- ABREU FILHO, Ovídio de. Parentesco e identidade social. *Annário Antropológico 80*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 95-118, 1982.

---

<sup>41</sup>Esta bibliografia está ampliada para incluir referências adicionais, além das citadas no texto.



- ADAMS, Richard N. *The second sowing*. San Francisco: Chandler, 1967.
- \_\_\_\_\_. *Energy and structure, a theory of social power*. Austin: Univ. of Texas 1975.
- AGUIAR, Neuma. *Tempo de transformação no Nordeste*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- \_\_\_\_\_. Perspectiva feminista e o conceito de patriarcado na sociologia clássica e no pensamento sociopolítico brasileiro. In: Aguiar, Neuma (Ed.). *Gênero e ciências humanas: Desafio à ciência desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Record-Rosa dos Ventos, p. 161-191, 1997.
- AGUIAR, Neuma (Ed.). *As mulheres na força de trabalho na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Gênero e ciências humanas: Desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.
- ALMEIDA, Angela Mendes de. Notas sobre a família no Brasil. In: ALMEIDA, Angela Mendes de; GONÇALVES, Paula (Org.). *Pensando a família no Brasil: Da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/UFRJ, 1987.
- ALMEIDA, Angela Mendes de; GONÇALVES, Paula (Org.). *Pensando a família no Brasil: Da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/UFRJ, 1987.
- ALMEIDA, Maria Suely Kofes; ARANTES, Antônio Augusto; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Colcha de retalhos: Estudos sobre a família brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- ALMEIDA, Miguel Valle de. Gênero, masculinidade e poder: Revendo um caso do sul de Portugal. *Anuário Antropológico 95*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 161-189, 1996.
- ALVIM, Maria Rosilene Barbosa. Notas sobre a família num grupo de operários têxteis. In: LEITELOPES, José Sérgio (Org.). *Mudança social no Nordeste, a reprodução da subordinação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- \_\_\_\_\_. Trabalho infantil e reprodução social (o trabalho das crianças numa fábrica com vila operária. In: SILVA, L. A. M. da (Org.). *Condições de vida das camadas populares*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- ANDRADE, Mário de. *Macunaíma: O herói sem nenhum caráter. Edição crítica de Telê Porto Áncora Lopez*. Florianópolis: UFSC, 1988.
- ARILHA, Margareth; RIDENTI, Sandra G. Unbehau; MEDRADO, Benedito (Org.). *Homens e masculinidades - Outras palavras*. São Paulo: Ecos/Editora 34, 1998.

- ÁVILA, Maria Betânia. Gênero, desenvolvimento e democracia. *Programa Integrado de Capacitação em Gênero: Desenvolvimento, democracia e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Fase, 1998.
- AZERÊDO, S.; STOLCKE, V. (Coord.). *Direitos reprodutivos*. São Paulo: FCC/DPE, 1991.
- AZEVEDO, Thales de. The family, marriage and divorce in Brazil. *Journal of Latin American Studies*, n. III, New York, 1961.
- \_\_\_\_\_. As regras de namoro no Brasil: Um padrão tradicional. *América Latina*, Rio de Janeiro: Centro Latino Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, v.13, n. 1-2, 1970.
- BARBIERI, Teresita de. Sobre la categoría género; una introducción teórico-metodológica. In: AZERÊDO, S.; STOLCKE, V. (Coord.). *Direitos reprodutivos*. São Paulo: FCC/DPE, 1991.
- BARBOSA, Sônia; BARBOSA, Cláudio; SANTOS, Fernando; SCOTT, R. Parry. Violência e sexualidade no Iburá. In: SCOTT, R. Parry (Org.). *Saúde e pobreza no Recife: Poder, gênero e representação de doenças no bairro do Iburá*. Recife: Nusp - Editora Universitária, 1996.
- BARROSO, Carmen. Diferenças sexuais. *Cadernos de Pesquisa*, n. 21, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, p. 47-60, 1977.
- BASTIDE, Roger. *African civilizations in the new world*. New York: Harper & Row, 1971.
- BERLINCK, Manoel Tosta; ROSEN, Bernard C. Modernization and family structure in the region of São Paulo, Brazil. *América Latina*, Rio de Janeiro: Centro Latino Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, ano 11, n. 3, p. 75-96, 1968.
- BERQUÓ, Elza; CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira (Org.). *A fecundidade em São Paulo - Características demográficas, biológicas e sócio-econômicas*. São Paulo: Cebrap, 1977.
- BERQUÓ, Elza (Org.). *ABEP - Primeira década, avanços, lacunas, perspectivas*. Belo Horizonte: ABEP, 1988.
- BERQUÓ, Elza; OLIVEIRA, Maria Coleta; CAVENHAGI, Suzana. In: Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, VII, 1990, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 1990.
- BILAC, Elisabete D. *Famílias de trabalhadores, estratégias de sobrevivência: A organização da vida familiar numa cidade paulista*. São Paulo: Símbolo, 1978.
- \_\_\_\_\_. Convergências e divergências nas estruturas familiares no Brasil. *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: ANPOCS, 1990.

- \_\_\_\_\_. Família: Algumas inquietações. CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: Educ/Cortez, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- \_\_\_\_\_. O poder simbólico. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1992.
- \_\_\_\_\_. A propos la famille comme catégorie réalisée. *Actes de la Recherche en Science Sociales*, Paris, n. 100, 1993.
- \_\_\_\_\_. A dominação masculina. *Educação e realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p.133-84, jul./dez. 1995.
- \_\_\_\_\_. *Razões práticas*. São Paulo: Papyrus, 1996.
- \_\_\_\_\_. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1999.
- BOXER, Charles R. *The golden age of Brazil: 1695-1750*. Berkeley: Campus-UC, 1962.
- BRANCO, Adélia de Melo. *Women of the drought: Struggle and visibility in face of a disaster situation*. João Pessoa: Editora Universitária, 2000.
- BRITTO DA MOTTA, Alda. *Não tá morto quem peleia (a pedagogia inesperada nos grupos de idosos)*. 1999. Tese (Doutorado em Educação)-Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.
- BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. *Mulher, casa e família*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1990.
- BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha; MADEIRA, Felícia Reicher. A família, a estrutura social e as formas de participação na produção social. *Cadernos Ceru*, São Paulo: Ceru-USP, n. 18, 1983.
- BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha; RIDENTI, Sandra. Família, casa e trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 88, nov. 1994.
- BUTTO, Andrea. *Integrando diferenças: Gênero e sua articulação com fábrica, família e sindicato entre trabalhadores da cia. de cigarros Souza Cruz*. 1996. Dissertação (Mestrado em Antropologia)-Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1996.
- BUTTO, Andrea; SILVA, Josineide de Menezes. Representações sociais da sexualidade na adolescência e os serviços de saúde em São Domingos, BMD. *Revista Antropológicas*, n. 2, Recife: PPGA-UFPE, 1999. (Série Família e Gênero).
- BUVINIC, Mayra; , Nadia H. *Women-headed households: The ignored factor in development planning*. Washington: International Center for Research on Women, 1978.

- CRH - Caderno Centro de Recursos Humanos. Gênero, família e trabalho. *Caderno CRH*, Salvador: UFBA, v. 16, jan./jun. 1992.
- \_\_\_\_\_. Dossiê gênero e família. *Caderno CRH*, Salvador: UFBA, v. 29, jul./dez. 1998.
- CAMARANO, Ana Amélia (Ed.). *Como vai? População brasileira*. Brasília: IPEA/IBGE, 1990.
- CAPPELLINI, Paola. Trabalhadoras rurais e aspirações feministas: Um diálogo em curso. *Revista Camuflagem e Transparência: As mulheres no sindicalismo*, São Paulo, 1991.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependencia y desarrollo*. Santiago: Ilpes, 1967.
- CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: Educ/Cortez, 1995.
- CHAYANOV, A. V. The Theory of Peasant Economy. In: THORNER, Daniel; BASILE KERBLAY, R. E. F. Smith (Ed.). *A. V. Chayanov on the Theory of Peasant Economy*. Homewood: American Economic Association/Richard Irwin, 1966.
- CNPD - Comissão Nacional de População e Desenvolvimento. *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*, Brasília: CNPD, 1998. 3 vol.
- \_\_\_\_\_. *Cairo + 5. O caso brasileiro*. Brasília: CNPD, 1999.
- COLLIER, Jane Fishburne. *Marriage inequality in classless societies*. Stanford: Stanford Univ., 1988.
- CONNELL, Robert. La organización social de la masculinidad. *Ediciones de las Mujeres*. Santiago, n. 24, p. 31-48, jun. 1997.
- CORRÊA, Mariza. Mulher e família: Um debate sobre a literatura recente. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais - BIB*. Rio de Janeiro, n. 18, p. 27-44, jul./dez. 1984a.
- \_\_\_\_\_. Repensando a família patriarcal brasileira. In: ALMEIDA, Suely Kofes. *Colcha de retalhos: Estudos sobre a família brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1984b.
- \_\_\_\_\_. Rural, urbano, tribal: Antropologia x Família. In: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, XII, 1988, Águas de São Pedro. *Anais... Águas de São Pedro*: ANPOCS, out. 1988.
- \_\_\_\_\_. Repensando a família patriarcal brasileira. In: ARANTES, A. *et. al.* *Colcha de retalhos: Estudos sobre a família no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

- \_\_\_\_\_. *As ilusões da liberdade: A escola Nina Rodrigues em Antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: IFAN/CDAPH/Edusf, 1999.
- CORREIA, Sônia. Saúde reprodutiva, gênero e sexualidade: Legitimação e novas interrogações. In: GIFFEN, Karen; COSTA, Sarah (Org.). *Questões em Saúde Reprodutiva* Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996. (Texto apresentado no Programa de Saúde Reprodutiva na América Latina e no Caribe).
- COSTA, Albertina (Org.). *Direitos tardios - Saúde, sexualidade e reprodução na América Latina*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1997. p. 173-96.
- COSTA, Albertina; BARROSO, Carmen; SARTI, Cynthia. Pesquisa sobre mulher no Brasil - Do limbo ao gueto. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 54, p. 5-15, ago. 1985.
- COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina. *Rebeldia e submissão: Estudos sobre a condição feminina*. São Paulo: Vértice/Fundação Carlos Chagas, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- COUTO, Márcia Thereza. Em busca de uma teoria de família em Weber. In: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, XXIII, 1999, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ANPOCS, 1999. (Grupo de Trabalho Família e Sociedade).
- CRUZ, Levy. Aspectos da formação e desintegração da família em Rio Rico. *Sociologia*, São Paulo: USP, v. XVI, n. 4, 1954.
- CUNHA, Euclides da. *Os sertões: Campanha de Canudos*. São Paulo: Francisco Alves, 1957.
- DA MATTA, Roberto. *A casa e a rua: Espaço, Cidadania, mulher e morte no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- \_\_\_\_\_. A família como valor: Considerações não-familiares sobre a família brasileira. In: ALMEIDA, Angela Mendes de (Org.). *Pensando a família no Brasil (da colônia à modernidade)*. Rio de Janeiro :Espaço e Tempo/UFRJ, 1987.
- DALSGAARD, Anne Line. *Matters of life and longing: Female sterilisation in Northeast Brazil*. Copenhagen: Tuscalamus Museum, 2004.
- DAUSTER, Tânia. A invenção do amor: Amor, sexo e família em camadas médias urbanas. In: Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, IV, 1984, Águas de São Pedro. *Anais...* Águas de São Pedro: ABEP, 1984.

- DEBERT, Guita. Família, classe social e etnicidade: Um balanço da bibliografia sobre a experiência de envelhecimento. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais - BIB*, Rio de Janeiro: ANPOCS, v. 33, 1992.
- DEGLER, Carl N. *Nem preto, nem branco: Escravidão e relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1976.
- DIAS, Maria Odila. Teoria e método dos estudos feministas: Perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (Ed.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, p. 39-53, 1992.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/CNPq, 1986.
- \_\_\_\_\_. Pouca vergonha, muita vergonha: Sexo e moralidade entre as classes trabalhadoras urbanas. In: LEITE LOPES, José Sérgio (Org.). *Cultura e identidade operária*. Rio de Janeiro, UFRJ/Marco Zero, 1987.
- DUARTE, Maria do Socorro Machado. *Aids e gênero na união conjugal: A história das mulheres*. 1996. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)-Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1996.
- DUQUE-ARRAZOLA, Laura Suzana. O cotidiano sexuado de meninos e meninas em situação de pobreza. In: MADEIRA, Felícia (Org.). *Quem mandou nascer mulher?* Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.
- DURHAM, Eunice. A família operária: Consciência e ideologia. *Dados*, Rio de Janeiro, n. 23, v. 2, p. 201-213, 1980.
- \_\_\_\_\_. A família e a mulher. *Cadernos Ceru*, São Paulo: Ceru-USP, n. 18, p. 7-47, 1983.
- ELLIS JR., Alfredo. Os primeiros troncos paulistas e o cruzamento euro-americano. São Paulo: Nacional, 1936.
- EHRlich, Paul R. *The population bomb*. New York: Ballantine, 1968.
- FEATHERSTONE, Mike (Ed.). *Global culture, nationalism, globalization and modernity*. London: Sage, 1990.
- FERNANDES, João Azevedo. *De cunhã a mameluca, em busca da mulher tupinambá*. 1997. Dissertação (Mestrado em Antropologia)-Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1997.
- FIGUEIRA, Sérvulo. *Uma nova família? O moderno e o arcaico na família da classe média brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- FIGUEIRA, Sérvulo (Org.). *Cultura da psicanálise*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

- FONSECA, Claudia. Amour maternel, valeur marchand et survie: aspects de la circulation d'enfants dans un bidonville brésilien. *Les Annales Economies, Sociétés, Civilisations*, Paris, v. 40, n. 5, p. 991-1022, 1985.
- \_\_\_\_\_. Orphanages, foundlings and foster mothers: The system of child circulation in a Brazilian squatter settlement. *Anthropological quarterly*, Washington, v. 59, n. 1, p. 15-27, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Os caminhos da adoção*. São Paulo: Cortez, 1995.
- FOX, Robin. *Kinship and marriage*. Hammonds Worth: Penguin, 1967.
- FRANCE, Anne-Marie. *O Bacurau*. 1977. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1977.
- FRANK, André Gunder. The development of underdevelopment. In: WILBER, Charles K. (Ed.). *The political economy of development and underdevelopment*. New York: Random House, 1973.
- FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.
- \_\_\_\_\_. The patriarchal basis of Brazilian society. In: MAIER, Joseph; WEATHERHEAD, Richard (Ed.). *Politics of change in Latin America*. New York: Praeger, 1964.
- \_\_\_\_\_. *Sobrados e mocambos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.
- \_\_\_\_\_. *Casa Grande e Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 14-ed. Rio de Janeiro: José Olympio, [1933] 1969.
- \_\_\_\_\_. *Sobrados e mocambos: Declínio do patriarcado rural e o desenvolvimento do urbano*. Rio de Janeiro: José Olympio, [1939] 1979.
- FRY, Peter. Da hierarquia à igualdade: A construção histórica da homossexualidade. In: *Para inglês ver*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- FRY, Peter; MACRAE, Edward. *O que é homossexualidade?* São Paulo: Abril/Brasiliense, 1985. (Coleção Primeiros Passos).
- FUKUI, Lia Freitas Garcia. *Sertão e bairro rural: Parentesco e família entre sítiantes tradicionais*. São Paulo: Ática, 1979.
- \_\_\_\_\_. Resenha bibliográfica de estudos e pesquisas sobre família no Brasil. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais - BIB*, Rio de Janeiro, v. 10, 1980.
- FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. A família em questão. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 37, mai. 1983.
- GANS, Marjorie; PASTORE, José; WILKENING, Eugene. A mulher e a modernização da família brasileira. *Ciências Políticas e Sociais*, São Paulo: A Escola, v. 1, n. 1, 1972.

- GARCIA, Afrânio. *Terra de trabalho*. 1975. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1975.
- \_\_\_\_\_. *O sul: Caminho do roçado: Estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- GENOVESE, Eugene. *The world slaveholders made*. New York: Vintage, 1971.
- GERGEN, Mary M. (Ed.). *O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; Brasília: Editora da UnB, 1993.
- GIDDENS, Anthony. *Modernity and self-identity*. Cambridge: Polity Press, 1991.
- \_\_\_\_\_. *A transformação da intimidade: Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora da Unesp, 1993.
- GOLDANI, Ana Maria. As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. *Cadernos Pagu*, n. 1, p. 67-110, 1993.
- GOODE, William J. *The family*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1964.
- GUEDES, Luciana Caravelas. *O que os homens fazem e pensam sobre o sexo*. Recife: Editora Universitária, 1994.
- GUIMARÃES, Iracema Brandão. A participação da família no mercado de trabalho: Notas a partir dos censos demográficos. In: Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, VII, 1990, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 1990.
- \_\_\_\_\_. Revisitando a família no cenário da pobreza. *Caderno CRH*, v. 29, jul./dez. 1998. (Dossiê Gênero e Família).
- HAGUETTE, Teresa. *Estratégias de sobrevivência*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.
- HEILBORN, Maria Luiza. Fazendo gênero? A antropologia da mulher no Brasil. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (Ed.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, p. 93-126, 1992.
- \_\_\_\_\_. Vivendo a dois: Arranjos conjugais em comparação. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Belo Horizonte: ABEP, v. 10, n. 1-2, 1993.
- HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, Sérgio (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995) - Sociologia*. São Paulo: Editora Sumaré/ANPOCS; Brasília: Capes, p. 183-221, 1999.
- HEREDIA, Beatriz. *A morada da vida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.



- HEREDIA, Beatriz; GARCIAJR., Afrânio. Trabalho familiar e campesinato, *América Latina*, Rio de Janeiro: Centro Latino Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, ano 14, n. 1-2, 1971.
- HIRSCHMAN, Alberto O. *Journeys toward progress*. New York: Anchor/Doubleday, 1965.
- HERSKOVITS, Melville J. *Economic anthropology: The economic life of primitive peoples*. New York: Norton, [1940] 1965.
- HOFFNAGEL, Judith C. Família na obra de Emílio Willems. In: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, XXIII, 1999, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ANPOCS, 1999. (Grupo de Trabalho Família e Sociedade).
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, [1936] 1988.
- HOLSTON, James. *The modernist city: An anthropological critique of Brasilia*. Chicago: Univ. of Chicago, 1989.
- HUTCHINSON, Carmelita. Notas preliminares ao estudo da família no Brasil. In: Reunião Brasileira de Antropologia, II, 1957, Salvador. *Anais...* Salvador: ABA, 1957.
- JELIN, Elizabeth. Formas de organização da atividade econômica e estrutura ocupacional: O caso de Salvador. *Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 9, p. 51-78, 1974.
- \_\_\_\_\_. *Los pobres: Familia y vida cotidiana*. Buenos Aires: Cedes, 1984.
- \_\_\_\_\_. Las familias en América Latina. *Isis Internacional Ediciones de las Mujeres*. Santiago, n. 20, p. 75-106, 1994a.
- \_\_\_\_\_. Mulheres e direitos humanos. *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: CIEL/ECO/UFRJ, v. 2, n. 3, p. 117-149, 1994b.
- KNAUTH, Daniela. Subjetividade feminina e soropositividade. In: BARBOSA, Regina Maria; PARKER, Richard (Org.). *Sexualidades pela avesso: Direitos, identidades e poder*. Rio de Janeiro: IMS/UERJ; São Paulo: Editora 34, 1999.
- KUZNESOF, Elizabeth Anne. The role of the female-headed households in Brazilian modernization: 1765-1836. *Journal of Social History*. Fairfax: George Mason University, v. 13, n. 4, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Household economy and urban development, São Paulo, 1765 to 1836*. Boulder: Westview, 1986.
- LANDES, Ruth. *The city of women*. New York: Macmillan, 1947.

- LANNA, Marcus. *A dívida divina: Trocas e patronagem no Nordeste brasileiro*. Campinas: Campus/Unicamp, 1995.
- LASLETT, Peter (Ed.). *Household and family in past time*. London: Cambridge Univ. Press, 1972.
- LEAL, Ondina F.; BOFF, Adriane de M. Insultos, queixas, sedução e sexualidade: Fragmentos de identidade masculina em uma perspectiva relacional. In: PARKER, Richard; BARBOSA, Regina Maria Barbosa (Org.). *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ABIA, IMS/UERJ, 1996.
- LEAL, Ondina Fachel (Org.). *Corpo e significado, ensaios de antropologia social*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1995.
- LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. *A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- LEITE LOPES, José Sérgio (Org.). *Mudança social no Nordeste, a reprodução da subordinação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LEITE LOPES, José Sérgio; SILVA, Luiz Antônio M. da. Introdução: Estratégias de trabalho, formas de dominação na produção e subordinação doméstica de trabalhadores urbanos. In: LEITE LOPES, José Sérgio (Org.). *Mudança social no Nordeste, a reprodução da subordinação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LEHMAN-KARPZOV, Ana Rosa. *Turismo e identidade: Construção de identidades sociais no contexto de turismo sexual entre alemães e brasileiras no Recife*. 1994. Dissertação (Mestrado em Antropologia)-Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1994.
- LEVI-STRAUSS, Claude. *As estruturas elementares do parentesco*. São Paulo: Vozes, 1976.
- LEVI-STRAUSS, Claude; SPIRO, Melford; GOUGH, Kathleen. *A família: Origem e evolução*. Porto Alegre: Vila Martha, 1981. (Coleção Rosa dos Ventos, 1).
- LEWIN, Linda. Some historical implications of kinship organization for family-based politics in the Brazilian Northeast. *Comparative Studies in Society and History*, Cambridge: Cambridge University Press, v. 21, n. 2, apr. 1979.
- LEWIS, Oscar. *Five families*. New York: Basic, 1959.
- \_\_\_\_\_. *The children of Sanchez*. New York: Random House, 1961.
- \_\_\_\_\_. *La vida: A Puerto-Rican family in the culture of Poverty - San Juan and New York*. New York: Random House, 1966.

- LINS DE BARROS, Myriam. *Autoridade e afeto: Avós, filhos e netos na família brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- LOBO, Elizabeth Souza. *A classe operária tem dois sexos: Trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- LOYOLA, Maria Andrea (Org.). *A sexualidade nas ciências humanas*. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.
- MACEDO, Carmen Cinira. *A reprodução da desigualdade*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- MACHADO DA SILVA, Luis Antonio. *Mercado metropolitano de trabalho manual e marginalidade*. 1971. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)- Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1971.
- MADEIRA, Felícia (Org.). *Quem mandou nascer mulher?* Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.
- MARCÍLIO, Maria Luíza. *A cidade de São Paulo: Povoamento e população*. São Paulo: Pioneira, 1974.
- \_\_\_\_\_. *Família, mulher, sexualidade e igreja na história do Brasil*. São Paulo: Loyola, 1993.
- MATTOSO, Kátia de Queiroz. *Família e sociedade na Bahia do século XIX*. São Paulo: Corrupio, 1988.
- MCCLELLAND, David C. *The achieving society*. New York: Free Press, 1961.
- MEDEIROS, Suzineide Rodrigues de. *A outra face do sindicalismo: Estudo sociológico sobre as relações sociais de gênero e de poder entre lideranças de seis sindicatos na Região Metropolitana do Recife, PE*. 1999. Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Universidade Federal de Pernambuco, 1999.
- MEDINA, Carlos. *Família e mudança: O familismo numa sociedade arcaica em transformação*. Petrópolis: Vozes, 1974.
- MEDRADO, Bendito. *O masculino na mídia. Repertórios sobre masculinidade na propoganda televisiva brasileira*. 1997. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.
- MEIER, Doris Rinaldi. *A terra do santo e o mundo dos engenhos: Estudo de uma comunidade rural nordestina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MONTALI, Lília. Família e trabalho na reestruturação produtiva: Ausência de políticas de emprego e deterioração das condições de vida. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo: ANPOCS, v. 15, n. 42, fev. 2000.
- MORAES, Maria Lygia. A questão feminina? *Estudos Cebrap*, São Paulo: Cebrap, v. 16, 1968.

- \_\_\_\_\_. *Mulheres em movimento*. São Paulo: Nobel - Conselho Estadual da Condição Feminina, 1978.
- MOREIRA, Morvan de Mello. Considerações sobre a fecundidade no Nordeste. In: Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, IV, 1984, Águas de São Pedro. *Anais...* Águas de São Pedro: ABEP, 1984.
- MOTTA, Roberto. O modelo de família e o problema do método em Gilberto Freyre. *Revista Antropológicas*, Recife: PPGA-UFPE, v. 1, n. 2, p. 86-96, 1997. (Série Família e Gênero).
- MOTTA, Roberto; SCOTT, R. Parry. *Sobrevivência e fontes de renda - Estratégias das famílias de baixa renda no Recife*. Recife: Sudene/Massangana, 1983.
- MOTTA LIMA, Antônio Carlos. *No espaço múltiplo, o olhar do mesmo (cultura e sociedade em Sílvia Romero)*. 1990. Dissertação (Mestrado em Antropologia)-Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1990.
- \_\_\_\_\_. *L'autre chez soi: Emergence et construction de l'objet en anthropologie*. 1998. Tese (Doutorat détat en Sciences Sociales)-École de Haute Études en Sciences Sociales - EHESS, Paris, 1998.
- MOTT, Luiz de Barros. Os pecados da família na Bahia de todos os santos. *Cadernos Ceru*, São Paulo: Ceru/USP, n. 18, 1983.
- MOUSINHO, M. L. *Família e desenvolvimento: Uma bibliografia*. São Paulo: Ceru-USP, 1970. (Manuscrito não publicado).
- MURARO, Rose Maria. *Sexualidade da mulher brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- MURDOCK, George Peter. *Social structure*. New York: Free Press, [1949] 1965.
- NADER, Laura. Up the anthropologist - Perspectives gained from studying up. In: HYMES, Dell (Ed.). *Reinventing anthropology*, New York: Pantheon, p. 284-311, 1972.
- NASCIMENTO, Pedro. *Ser homem ou nada: Diversidade de experiências e estratégias de atualização do modelo hegemônica de masculinidade em Camaragibe, PE*. 1999. Dissertação (Mestrado em Antropologia)-Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999.
- NASH, June; SAFA, Helen (Ed.). *Women and change in Latin America*. South Hadley: Bergin and Garvey, 1985.
- NAZZARI, Muriel. *Disappearance of the dowry: Women, families and social change in São Paulo, Brazil (1600-1900)*. Stanford: Stanford Univ., 1991.

- NINA RODRIGUES, Raimundo. *O animismo fetichista dos negros bahianos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.
- NOGUEIRA, Oracy. *Família e comunidade: Um estudo sociológico de Itapetininga*. Rio de Janeiro: CBPE/Inel/MEC, 1962.
- NOLASCO, Sócrates. *O mito da masculinidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- OLIVEIRA, Francisco. A produção dos homens: Notas sobre a reprodução da população sob o capital, *Estudos Cebrap*, São Paulo: Cebrap, v.16, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Elegia por uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- OLIVEIRA, Maria Coleta Ferreira Albino de. *Família e reprodução*. São Paulo: FAU-USP, 1976.
- \_\_\_\_\_. *A produção da vida: A mulher nas estratégias de sobrevivência da família trabalhadora na agricultura*. 1981. Tese (Doutorado em Sociologia)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Notas acerca da família nos estudos demográficos*. São Paulo: CERU-USP, 1983.
- OLIVEIRA, Pedro Paulo de. Discursos sobre a masculinidade. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, ano 6, 1º sem., p. 91-112, 1998.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Sobre o pensamento antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988.
- OLIVEIRA VIANNA, Francisco José de. *Populações meridionais do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1920.
- \_\_\_\_\_. *Evolução do povo brasileiro*. São Paulo: Editora Nacional, 1933.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PAIVA, Vera. Sexualidades adolescentes: Escolaridade, gênero e sujeito sexual. In: PARKER, Richard; BARBOSA, Regina Maria. *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Abia, IMS/UERJ, 1996.
- PALMEIRA, Moacyr. Casa e trabalho: Notas sobre as relações sociais na plantação tradicional. *Contraponto II*, Niterói: Centro de Estudos Noel Nuttels, v. 2, 1977a.
- \_\_\_\_\_. Emprego e mudança socioeconômica no Nordeste. *Anuário Antropológico* 76, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1977b.
- PARKER, Richard. *Corpos, prazeres e paixões: A cultura sexual no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Best-Seller, 1991.

- PARKER, Richard; BARBOSA, Regina Maria. *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Abia, IMS/UERJ, 1996.
- PARSONS, Talcott; BALES, Robert F. *Family, socialization and interaction process*. Glencoe: Free Press, 1955.
- PASTORE, José; ZYLBERSTAJN, H. *Mudança social e pobreza no Brasil, 1970-1980 (o que ocorreu com a família brasileira?)*. São Paulo: Pioneira/Fipe, 1983.
- PATARRA, Neide; BAENINGER, Rosana. Família na transição demográfica: O caso de São Paulo. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Campinas: Nepo-Unicamp, v. 3, n. 1, 1986.
- PAULA, Roberto Faustino de; SCOTT, R. Parry. Terapia familiar no atendimento psiquiátrico. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, Rio de Janeiro: Instituto de Psiquiatria, v. 30, n. 3, p. 283-288, 1981.
- \_\_\_\_\_. Duplo vínculo e o contextos sociocultural no Recife. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, Rio de Janeiro: Instituto de Psiquiatria, v. 34, n. 5, p. 327-366, 1985.
- PEIRANO, Mariza. *Uma antropologia no plural*. Brasília: Editora Univ. de Brasília, 1992.
- \_\_\_\_\_. When anthropology is at home: The different contexts of a single discipline. *Annual Review of Anthropology*, Palo Alto, v. 27, p. 105-128, 1998.
- PERLMAN, Janice E. *O mito da marginalidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- PIERSON, Donald. The family in Brazil. *Marriage and family living*, Minneapolis: National Council on Family Relations, v. XVI, n. 4, 1954.
- \_\_\_\_\_. *O homem no Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: Minter-Suvale, 1972. (3 vols.).
- PITANGUY, Jaqueline; ALVES, Branca Moreira. *O que é feminismo?* São Paulo: Abril/Brasiliense, 1985.
- PRADO, Danda. *O que é família?* 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- PRANDI, José Reginaldo. *O trabalhador por conta própria sob o capital*. São Paulo: Símbolo, 1978.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Assimilação de três famílias em São Paulo. *Sociologia*, São Paulo: Escola de Sociologia e Política, v. XII, n. 1, 1950.

- \_\_\_\_\_. Do rural e do urbano no Brasil. In: SZMRECSÁNYI, Tomás; QUEDA, Oriosvaldo (Org.). *Vida rural e mudança social no Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1973.
- QUINTAS, Fátima. *Sexo e marginalidade: Um estudo sobre a sexualidade feminina em camadas de baixa renda*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- QUIROGA NETO, Ana Maria Fausto. *Família operária e reprodução da força de trabalho*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- RADCLIFFE-BROWN, A. R. Introdução. In: RADCLIFFE-BROWN, A. R.; FORDE, Daryll (Org.). *Sistemas políticos africanos de parentesco e casamento*. 2 ed. Lisboa: Fundação Gulbenkian, 1982.
- REDFIELD, Robert. *The folk culture of the Yucatán*. Chicago: Univ. of Chicago, 1941.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RIBEIRO, Fernanda Bittencourt. *A inserção do Conselho Tutelar na construção do problema social da infância e da adolescência: Um estudo a partir do Conselho Tutelar da Microregião 3 de Porto Alegre*. 1996. Dissertação (Mestrado em Antropologia)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.
- RIBEIRO, Ivete (Org.). *Sociedade brasileira contemporânea: Família e valores*. São Paulo: Loyola, 1987.
- RIBEIRO, René. The amaziado relationship and other aspects of family in Recife, Brazil. *American Sociological Review*, v. 10, n. 1, 1945.
- RODRIGUES, Arakcy. *Operário, operária: Um estudo exploratório sobre o operariado industrial da Grande São Paulo*. São Paulo: Símbolo, 1978. (Coleção Ensaio e Memória, 11).
- ROMERO, Sílvio. *O evolucionismo e o positivismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves & Cia, 1895.
- \_\_\_\_\_. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1988.
- ROSTOW, Walt Whitman. *The process of economic growth*. New York: Norton, 1952.
- RUBIN, Gayle. The traffic of women: Notes on the political economy of sex. In: REITER, R. (Ed.). *Toward an anthropology of women*. New York: Monthly Review, 1975.
- SAFFIOTTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: Mito e realidade*. São Paulo: Quatro Artes, 1969.
- \_\_\_\_\_. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

- SAFFIOTTI, Heleith; ALMEIDA, Suela Souza. *Violência de gênero: Poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.
- SALEM, Tânia. *O velho e o novo: Um estudo de papéis e conflitos familiares*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- \_\_\_\_\_. Mulheres faveladas: Com a venda nos olhos. In: FRANCHETTI, B.; CAVALCANTI, M. L.; HEILBORN, M. L. (Org.). *Perspectivas Antropológicas da Mulher 1*, Rio de Janeiro: Zahar, p. 49-99, 1981.
- \_\_\_\_\_. Família em camadas médias: Uma revisão da literatura recente. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro: Museu Nacional, n. 54, 1985.
- SALLES, Vânia. Novos olhares sobre a família. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Campinas: Abep, v. 11, n. 2, 1994.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *A família brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- \_\_\_\_\_. *As mulheres, o poder e a família, século XIX*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1989a.
- \_\_\_\_\_. Mulheres chefes de domicílio, uma análise comparativa no Brasil, século XIX. *História*, Franca: Unesp, v. 12, p. 49-61, 1993.
- SAMARA, Eni de Mesquita (Org.). Família e grupos de convívio. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: Marco Zero/Anpuh, ago. 1988-fev. 1989b.
- \_\_\_\_\_. História da família no Brasil: Bibliografia comentada. *Cedhal - Série Fontes de Pesquisa*, São Paulo: USP, n. 1, 1998.
- SAMARA, Eni de Mesquita; COSTA, Dora Isabel Paiva da. Family, patriarchalism and social change in Brazil. *Latin American Research Review*, Albuquerque: Univ. of New Mexico, v. 32, n. 1, 1997.
- SARTI, Cynthia. *A família como espelbo: Um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas: Autores Associados, 1996a.
- \_\_\_\_\_. A família como referência moral no mundo dos pobres: Onde fica a lei? In: Reunião Brasileira de Antropologia, XX, 1996, Salvador. *Anais...* Salvador: ABA, 1996b.
- \_\_\_\_\_. Claude Levi-Strauss e a família. In: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, XXIII, 1999, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ANPOCS, 1999. (Grupo de Trabalho Família e Sociedade).
- SCAVONE, Lucila (Comp.). *Gênero y salud reproductiva en América Latina*. Cartago: LUR, 1999.
- SCAVONE, Lucila (Org.). *Tecnologias reprodutivas: Gênero e ciência*. São Paulo: Unesp, 1996.



- SCHWARTZ, Stuart B. The slave family and the limitations of slavery. In: SCHWARTZ, Stuart. *Sugar plantations in the formation of Brazilian society, Bahia, 1550-1835*. London: Cambridge Univ. Press, 1985.
- SCHWARCZ, Lilia. *O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo: Companhia de Letras, 1993.
- SCOTT, James C. *Weapons of the weak: Everyday forms of peasant resistance*. New Haven: Yale Univ., 1985.
- \_\_\_\_\_. *Domination and the arts of resistance: Hidden transcripts*. New Haven: Yale Univ., 1990.
- \_\_\_\_\_. *Seeing like a state: How certain schemes to improve the human condition have failed*. New Haven: Yale Univ., 1998.
- SCOTT, Joan. *Gênero: Uma categoria útil para análise histórica*. Recife: SOS/Corpo, 1995.
- SCOTT, R. Parry. *Between captivity and the middle of the world: Household organization and migration among rural workers in Pernambuco, Brazil*. 1981. Tese (PhD in Anthropology)-University of Texas, Austin, 1981.
- \_\_\_\_\_. Unidades domésticas e migrações: Algumas proposições sobre a organização doméstica de trabalhadores rurais do Nordeste Brasileiro. *Cadernos Ceru*, São Paulo: Ceru/USP, n. 18, 1983.
- \_\_\_\_\_. Comparáveis ou não comparáveis: Famílias de trabalhadores rurais, pobres urbanos e classe média (um roteiro de pesquisa sobre o uso social do trabalho). In: *Seminário Nordeste: O que há de novo?*, 1988, Natal: MCH/CCHLA/UFRN.
- \_\_\_\_\_. O homem na matrifocalidade: Gênero, percepção e experiências do domínio doméstico. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 73, p. 38-47, mai. 1990.
- \_\_\_\_\_. Ethnographic partiality and the comparison of households. In: *Harvard Anthropology Department Seminar*, 1992. (Unpublished).
- \_\_\_\_\_. *Saúde e pobreza no Recife: Poder, gênero e representação de doenças no bairro do Iburu*. Recife: Nusp - Editora Universitária, 1996.
- \_\_\_\_\_. A etnografia da família de camadas médias e de pobres urbanos: Trabalho, poder e a inversão do público e do privado. *Revista Pernambucana de Antropologia*, Recife, ano 1, n. 2, 1997.
- \_\_\_\_\_. Patriarcalismo e idéias salvacionistas. In: SCOTT, R. Parry; ZARUR, George (Org.). *Ideologia, fragmentação e diversidade na América Latina*, Recife: Editora UFPE, 2003.
- SEYFERTH, Giralda. *Imigrantes e cultura no Brasil*. Brasília: UnB, 1990.

- SIGAUD, Lygia. *Os clandestinos e os direitos: Estudo sobre trabalhadores de cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- SINGER, Paul. O milagre brasileiro: Causas e conseqüências. *Cadernos Cebrap*, São Paulo: Brasiliense, n. 6, 1976.
- SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- SMITH, Raymond T. The matrifocal family. In: GOODY, Jack (Ed.). *The character of kinship*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1973.
- SMITH, T. Lynn. Casamento e família. In: *Brasil: Povo e instituições*. Rio de Janeiro: Alliance for Progress, 1967.
- SOUTO-MAIOR, Heraldo Pessoa. Famílias conviventes no Brasil e no Nordeste: Uma análise comparativa dos Censos de 1970 e 1980. In: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, XVI, 1992, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ANPOCS, 1992. (Grupo de Trabalho Família e Sociedade).
- \_\_\_\_\_. A diversidade da família nos estudos de comunidade. *Revista Antropológicas*, Recife: PPGA-UFPE, v. 2, 1999. (Série Família e Gênero).
- SOUZA, Antonio Candido de Mello e. The Brazilian family. In: SMITH, T. Lynn; MARCHAND, Alexander (Ed.). *Brazil: Portrait of a half continent*. New York: Dryden, 1951.
- \_\_\_\_\_. *Os parceiros do Rio Bonito*. 4 ed. São Paulo: Duas Cidades, 1977.
- SOUZA, Guaraci Adeodato da Silva de. Constituição e socialização de proles numerosas, cada vez menores. In: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, XV, 1991, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ANPOCS, 1991. (Grupo de Trabalho Família e Sociedade).
- SOUZA, Guaraci Adeodato da Silva de; FARIA, Wilmar (Org.). *Bábia de todos os pobres*. Petrópolis: Vozes/CEBRAP, 1980.
- SUAREZ, Mireya; LIBARDONI, Marlene. *Mulheres e desenvolvimento agrícola no Brasil: Uma perspectiva de gênero*. Brasília: IICA, 1992.
- VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: Moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- VAITSMAN, Jeni. *Flexíveis e plurais: Identidade, casamento e família em condições pós-modernas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Subjetividade e sociabilidade: Uma experiência de geração*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

- WAGLEY, Charles. *Uma comunidade amazônica*. São Paulo: Nacional, 1957.
- \_\_\_\_\_. Luso-Brazilian kinship patterns: The persistence of a cultural pattern. In: MAIER, Joseph; WEATHERHEAD, Richard (Ed.). *Politics of change in Latin America*. New York: Praeger, 1964.
- WAGLEY, Charles (Ed.). *Race and class in rural Brazil*. Paris: Unesco, 1952.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Brasília: Editora da UnB, 1991.
- WILLEMS, Emílio. *Assimilação e populações marginais no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.
- \_\_\_\_\_. *Aculturação dos alemães no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946.
- \_\_\_\_\_. The structure of the Brazilian family. *Social Forces*, n. 31, may. 1953.
- \_\_\_\_\_. A estrutura da família brasileira. *Sociologia*, São Paulo: USP, v. XVI, n. 4, 1954.
- WINCH, Robert F. *The modern family*. New York: Holt, Rinehart and Winston, [1953] 1963.
- WOORTMANN, Ellen. *Herdeiro, parentes e compadres: Colonos do Sul e sitiantes do Nordeste*. Brasília: Hucitec/UnB, 1994.
- WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klaas. *O trabalho da terra: A lógica e o simbólico da lavoura camponesa*. Brasília: UnB, 1997.
- WOORTMANN, Klaas. A família trabalhadora. *Ciências Sociais Hoje 1984*, São Paulo: ANPOCS/Cortez, p. 69-87, 1984.
- \_\_\_\_\_. *A família das mulheres*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: CNPq, 1987.
- ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta. As organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- ZARUR, George. A idéia de Brasil. In: Zarur, George (Ed.). *Etnia e nação na América Latina*. Washington: OEA, 1996.



# A etnografia da família de camadas médias de pobres urbanos: Trabalho, poder e a inversão do público e do privado

Entre as muitas tradições de pesquisa antropológica sobre a família brasileira duas chamam atenção pela sua clareza, coerência interna e importância como marcas de referência para o estudo de segmentos sociais diferentes: A tradição subjetivista de estudos sobre famílias de camadas médias, e a tradição econômico-produtivista de estudos sobre famílias de trabalhadores pobres urbanos. Ambas as tradições têm raízes profundas na fecunda produção do Museu Nacional nas décadas dos anos setenta e oitenta, a primeira, mais hermética, sendo identificada com Gilberto Velho; e a segunda, com o conjunto de ideias um pouco mais diversificado de autores como José Sérgio Leite Lopes, Luís Antônio Machado da Silva e Klaas Woortmann. Apesar dos rótulos “subjetivista” e “econômico-produtivista” simplificarem injustamente as orientações, não diametralmente opostas, dos diversos autores, servem para ressaltar uma diferença nas duas tradições que é o enfoque de discussão neste trabalho. Como em outras tradições que demonstram semelhante criteriosidade etnográfica e respeito por diferenças culturais, a “família” como objeto de pesquisa se torna tão maleável que parece um objeto quase totalmente diferente em cada segmento estudado (Ver Scott, 1988; Corrêa, 1988). A pergunta que se forma é: O que aconteceria se olhasse famílias de camadas médias com conteúdos da perspectiva mais presente nos estudos sobre as famílias de pobres urbanos? Não pretendo argumentar exclusividade ou preferência por uma ou outra ótica, mas julgo importante explicitar uma convicção que subjaz este exercício: A comparação é um elemento fundamental para a compreensão antropológica, e o diálogo é frutífero para todos os lados.

Foram pelo menos duas as razões que resolvi tentar aplicar a perspectiva de pobres urbanos a camadas médias. A primeira é porque a minha própria formulação se deve mais à tradição “econômico-produtivista” por ter pesquisado entre trabalhadores rurais, camponeses e

pobres urbanos, e somente recentemente entre camadas médias. Não cabe discutir os resultados deste louvável exercício aqui, mas é importante frisar que o trabalho já faz parte valiosa do diálogo entre as tradições.

As primeiras considerações sobre as diferenças entre as duas perspectivas serão para identificar assuntos que são recorrentes nas análises dos pobres urbanos e que não aparecem, ou, melhor, que aparecem de uma forma bastante diferente, nas análises das camadas médias. Estes assuntos incluem, sobretudo, referências a situações concretas de trabalho e preocupação com dominação e poder. A reintegração destes assuntos na análise de camadas médias, com conteúdos retirados das perspectivas dos pobres urbanos, serve para realçar questões sobre a compreensão da ideologia de famílias de classe média e da sua inserção nas relações de produção e de dominação. No decorrer da apresentação, a questão da relação destes argumentos com a dicotomia público/privado será alvo de atenção, levando a uma discussão final sobre a inversão do público e do privado na etnografia sobre camadas médias.

## **Trabalho e poder: Presenças e ausências**

A etnografia sobre as famílias de camadas médias brasileiras nos apresenta um discurso íntimo, subjetivo e repleto de referências à vida “privada” deste segmento. A etnografia sobre as famílias dos pobres urbanos nos apresenta um outro discurso que às vezes também é íntimo, subjetivo e repleto de referências à vida “privada”. A inter-relação da intimidade, subjetividade e privacidade dos pobres urbanos com o mundo público do trabalho e da subordinação social está sempre presente de forma explícita, enquanto esta interrelação está muito mais oculta quando se trata das camadas médias. Por que? Certamente parte da resposta é que os segmentos são, de fato, diferentes. Etnografias de segmentos distintos, feitas por antropólogos sensíveis e competentes, hão de retratar realidades sociais e significados distintos. Mas, mesmo que convenha ressaltar as diferenças, os dois segmentos fazem parte de uma sociedade onde ambos estão constantemente em contato nas mais diversas frentes, formando a sua identidade enquanto segmento social de uma forma inter-relacional e desigual. E chama atenção que o segmento subordinado parece construir grande parte da sua identidade em torno de elementos (o trabalho e o poder) que são sistematicamente ausentes, apagados ou semanticamente

transformados na construção da identidade do segmento superordinado. O argumento aqui é que a apresentação pública de uma ideologia individualista, psicologizante, e o correspondente silêncio relativo sobre trabalho e poder no setor produtivo, pode ser entendido como um caso de “reconhecimento deslocado” (*misrecognition*) e “representação parcial” no sentido de Collier (1988). Nesta perspectiva, os etnógrafos reportam os valores explicitamente presentes no discurso do grupo investigado, mas mascaram alguns valores subjacentes que informam a distribuição de recompensas sociais que resultam das relações de poder e dependência entre segmentos. Volto a esta questão mais tarde.

## Os pobres urbanos

Não é de estranhar que trabalho e poder sejam elementos analíticos que permeiam as etnografias sobre pobres urbanos, um setor inserido num segmento rotulado, por si mesmo e por seus etnógrafos, “a classe trabalhadora”. Cabe ver dois trabalhos exemplares neste sentido.

Examinando Leite Lopes e Machado da Silva (1979) na sua introdução a uma coletânea de textos sobre trabalhadores urbanos que divulga os resultados da pesquisa, coordenada por Moacyr Palmeira do Museu Nacional, sobre “Emprego e Mudança Social no Nordeste”, trabalho e poder se destacam claramente. Evidentemente inspirados em noções sobre a articulação entre casa e trabalho desenvolvido por Palmeira (1977) para descrever a situação dos moradores dos engenhos da zona açucareira, os autores fazem uma transposição da questão para trabalhadores urbanos. A primeira questão abordada trata da relação da família do trabalhador com o salário (seja ela composta de “assalariados”, de “produtores independentes”, ou de ambos), demonstrando a contribuição da própria família do trabalhador na reprodução da sua força de trabalho. A importância histórica do estabelecimento do controle fabril administrativa sobre cada uma destas atividades é ressaltada, chamando atenção para o uso de “concessões” e “autorizações” pelos dominantes, e da luta dos próprios trabalhadores para encontrar uma “autonomização da esfera doméstica” na sua defesa de direitos de cidadania. O processo histórico de “desobreirização” desemboca numa diversidade de atividades - ocupações comerciais, profissões manuais e trabalho fabril “clássico” racionalizado - que transforma as condições de dependência ao mesmo tempo que

intensifica o empobrecimento. Os artigos na coletânea demonstram que a elaboração de diferentes estratégias de vida familiar se relacionam com diferentes sistemas de subordinação postos em relevo pela inserção no mercado de trabalho dos componentes da família.

Woortmann (1984, 1987) focaliza a constituição das relações de parentesco e os papéis sexuais estabelecidos por famílias pobres urbanos como “*resposta a uma situação de classe específica*” (1987: 18). O uso da matriz que privilegia as classes sociais na análise da formação socioeconômica brasileira é amplamente referendada criticamente na literatura sobre “marginalidade”, bem como na literatura sobre campesinato e trabalho rural. Isto o aproxima bastante a Leite Lopes e Machado da Silva, e em “*A família trabalhadora*” ele endossa (com restrições) a ideia de Machado da Silva de “*mercados de trabalho não-formalizados*”, chamando atenção ao fato que implicam numa “*não-conformidade... relativamente aos códigos e do saber dos grupos dominantes da sociedade, e não a ausência de códigos próprios relativos a uma lógica interna*” (1984: 71). Assim, toma a atenção para a reprodução da família em si em diversos contextos, como um “*workteam*” (Chayanoviano) trabalhando em espaços criados e/ou condicionados pelo capital, fazendo com que, em outras palavras, “*a articulação necessária entre a produção de valores-de-uso e de mercadorias - inclusive a força-de-trabalho - é o princípio organizador básico do grupo doméstico. Através dos seus papéis centrais*” (1984: 72-73). Ao salientar estes papéis, Woortmann exemplifica, demonstrando que a identificação da mulher com a esfera doméstica e privada da mulher faz com que o trabalho “para fora” (executado em casa) seja preferido ao trabalho fora (executado fora da casa), onde o domínio é da esfera da rua, a esfera pública. Discorrendo sobre a evolução de estratégias diferenciadas que respondem a uma lógica do desenvolvimento do ciclo doméstico, percebe-se quanto a moralidade e a ética da família pobre urbana se amarram à realização da articulação de um trabalho e de um consumo do grupo.

As questões onipresentes de trabalho e poder são formuladas, sobretudo, nas interrelações com os contextos dos mercados de trabalho e sistemas de dominação e subordinação, contextos esses forjados sempre com uma participação predominante de grupos superordinados de outros segmentos sociais. A descrição das famílias pobres urbanas, por mais sensibilidade que têm os etnógrafos sobre as particularidades internas dos elementos de geração, de gênero e de moralidade na sua constituição, é



sempre uma descrição bastante explícita de relações entre classes. Desta maneira, os assuntos “privados” se tomam consequências de assuntos “públicos”. As ideias de trabalho e poder nas camadas médias têm esses conteúdos?

## **As camadas médias**

O próximo passo neste exercício comparativo é mais delicado metodologicamente, e tenho tratado algumas das questões envolvidas em outros locais (Scott, 1988, 1992). No segundo estudo (1992) me referi a um fenômeno que denominei de “parcialidade etnográfica”, onde o privilegiamento de algum segmento social específico forma uma espécie de “blindados analíticos” que dificulta a descoberta de eixos comuns para realizar comparações entre grupos. Mostro que os etnógrafos, mesmo reconhecendo a importância do método comparativo, têm resultado em efetivar comparações. Isto pode ser [1] por convicções teóricas profundas que argumentam a inviabilidade filosófica das comparações entre realidades sociais diferentes, enaltecendo a valorização do relativismo cultural (por sinal, um argumento que ganhou muitos adeptos na última década); ou [2] por uma atitude de saudável (?) defesa da independência dos nossos espaços analítico-etnográficos, armada com o cuidado político para não invadir o terreno dos colegas, vistos regularmente no exercício cotidiano da profissão e cujo trabalho merece todo respeito. Como a comparação entre famílias pobres urbanas e as camadas médias no Brasil se realiza num eixo de inegáveis constantes inter-relações entre os dois segmentos, me parece que sustentar a primeira argumentação seria extremamente precária. Então cabe perguntar, porque é que os autores sobre as famílias pobres urbanas não levam as noções de trabalho e de poder, elaborados para entender este segmento, ao encontro dos dados etnográficos sobre a classe média? Além da proteção dos espaços já citada, há uma primeira resposta simples, válida para muitos: Nunca pesquisaram a classe média, portanto, não tiveram ocasião de pensar em fazer esse tipo de análise. Tudo bem. Mas, quais seriam as implicações da sua realização? É possível contribuir para a compreensão dos conteúdos e significados das relações estabelecidas em famílias de camadas médias com ideias extraídas da vivência, observação e descrição de um grupo subordinado? A tentação de adotar a mesma e proveitosa abordagem das boas etnografias feitas entre as camadas médias com descrições forjadas entre pesquisadores que

têm dedicado sua atenção a este setor, elaborando de forma sofisticada e coerente a problemática da organização e ideologia de relações familiares, é grande. Não há dúvida que possuímos um acervo de informações e óticas que têm fornecido uma boa descrição destas camadas. Mas também, ao revisar esta literatura, acredito que a inclusão de conteúdos adicionais mais explícitos sobre a compreensão destas camadas a partir de questões relacionadas com trabalho e do estabelecimento de relações hierárquicas que predominam na esfera de trabalho, acrescentam novas dimensões à compreensão deste segmento. Uso esta constatação para questionar a relação entre a prática de pesquisa etnográfica e a elaboração de descrições e análises de segmentos diferentes de sociedades nacionais.

Antes de enfatizar as diferenças no tratamento de trabalho e poder entre os dois segmentos, cabe descrever a literatura produzida dentro da tradição subjetivista de etnógrafos das famílias de camadas médias. Feita a partir dos estudos de Gilberto Velho no Museu Nacional, esta tradição tem produzido uma literatura particularmente elucidadora sobre a maneira de pensar e de agir destes grupos. As camadas médias que encontramos nestes estudos têm bastante diversidade, incluindo grupos de cidades do interior e da periferia urbana (Abreu Filho, 1980; Heilborn, 1984); condôminos num prédio grande, porém modesto, em Copacabana (Velho, 1973); e, sobretudo grupos que se autodefinem como das “camadas médias superiores” da Zona Sul do Rio de Janeiro (Velho, 1986, 1987a, 1987b; Salem, 1980; Dauster, 1984; Barros, 1987). É este último grupo que recebe a atenção esmagadora da maioria dos autores desta linha, descrito pelo próprio Gilberto Velho como:

“... um segmento particularmente individualista. no sentido de ser um portador ferrenho da ideologia individualista. São camadas médias altas. geralmente da Zona Sul do Rio de Janeiro. de um modo geral psicologizadas, ligadas à cultura de psicanálise. Esse é um universo que reafirma constantemente sua crença no indivíduo e na felicidade no prazer e no sucesso individuais. em oposição à relação com a família de origem.” (Velho, 1987a:83)

Salem fez uma revisão desta literatura até 1985, demonstrando, além da estreita vinculação entre os autores, que partem de uma “*perspectiva teórica e um estilo acadêmico, particulares*” (1985: 1). Ela explica que o objetivo principal destes estudos é de compreender os valores, a visão do mundo e o estilo de vida destas camadas, e diz que “*a análise da família ou de parentesco é, em princípio, trabalhada como um tema subsidiário*” (1985: 3). A sensibilidade destes

autores pela complexidade cultural do grupo, enfatizando o “sujeito na sociedade”, os encaminha a autores que privilegiam a compreensão do indivíduo e de redes de sociabilidade, como Simmel, Schutz, Bott, Mauss, e Dumont para compreender “*a lógica das regras que constituem a moralidade do grupo estudado*” (1985: 10). Seguindo o modelo de Dumont, a tensão entre os pontos de vista “individualistas” e os “hierárquicos” transparece na discussão de escolhas pessoais, de afinidades, de projetos, de ideias sobre mudança e permanência, de choques entre diversos códigos culturais resultando em “desmapeamento”, e em multitudes de outros assuntos abordados. A força da ideologia individualista é constantemente presente, sendo a explicação privilegiada pelos informantes e pelos seus estudiosos. Nesta literatura, de certa forma, as camadas médias têm criado um veículo de autorreflexão onde, obedecendo uma grande tradição antropológica, tremendamente reforçada a partir das colocações sobre antropologia interpretativa de Geertz (1989), o discurso do grupo informa, em boa parte, a própria escolha pelos pesquisadores de uma grade explicativa do universo.

Roberto Cardoso de Oliveira (1988) mostra como esta abordagem hermenêutica tem penetrado fortemente na antropologia elaborada em décadas recentes. A abordagem resgata o lugar do indivíduo e da subjetividade nas explicações antropológicas, e como mostra Caldeira (1989), a própria percepção das relações de poder entre a população pesquisada e o pesquisador chega a pontos notáveis de hipersensibilidade que informam a própria elaboração das descrições escritas. Para a classe média brasileira, a questão de intersubjetividade é onipresente na literatura desta linha do Museu, e o problema de “distanciamento” é colocado com frequência devido ao fato dos pesquisadores costumarem fazer parte do próprio grupo estudado. As discussões do assunto são exemplos de criteriosidade antropológica e sensibilidade às relações de poder (ver por exemplo: Velho 1986: 9-20, 1987b, “*Observando o familiar*”) no traçar de limites entre observação e participação.

Há uma convergência entre a sensibilidade da classe média psicologizada descrita com tanta maestria pelos seus estudiosos, e a sensibilidade dos próprios autores das descrições. Nesta convergência, no entanto, o tratamento dos elementos de trabalho e de poder diverge muito daquele que prevalece entre os etnógrafos dos pobres urbanos, e examinar

esta divergência pode fornecer informações extremamente relevantes para a compreensão da elaboração da ideologia individualista, bem como do discurso etnográfico, neste segmento da sociedade nacional. O respeito pela ideologia dos informantes e a apresentação fidedigna da sua maneira de pensar resulta em explicações coerentes para o próprio grupo, mas que não são facilmente transponíveis para outros segmentos da mesma sociedade.

## Reconhecimento deslocado e segmentos sociais

Collier (1988), usando a teoria de prática de Bourdieu (1977), insiste na importância de resgatar as bases interativas da desigualdade na sociedade. Enfatiza que uma leitura rasa do discurso de um grupo pode criar um “reconhecimento deslocado” “*misrecognition*” daquilo que é valorizado, de fato, pelo grupo. O reconhecimento de valores culturais na sociedade, descoberta na fala e na prática das pessoas, inclui o dito e o não dito. Quando as pessoas “falam, ou silenciam”, sobre algum assunto a respeito de valores culturais, estão “*ativamente tentando influenciar a distribuição de recompensas sociais, e que é fundamental perguntar, quais as recompensas que existem e quais os processos que as organizam*” (Collier, 1988: 208). Assim, ao tornar “público” alguns valores, colocando-os no campo do discurso aberto, também retira outros do mesmo campo, participando, assim, na formação de um discurso que possa contribuir para a perpetuação das desigualdades.

Neste sentido, o que é que é tirado do discurso das camadas médias e seus etnógrafos fics sobre trabalho e poder? Como é que isto se relaciona com a distribuição de recompensas para este segmento? Começamos vendo o “falado”, para depois ver o “silenciado”, à luz das análises dos pobres urbanos.

Primeiro, “trabalho” para pessoas de famílias de classe média é um elemento definidor do pertencimento ao próprio segmento, tendo as noções de poder e hierarquia estreitamente imbricadas nele. Por isso que são “médias”. O diálogo parte de uma discussão que simultaneamente adota a noção de “colarinho branco” de C. Wright Mills (1979), e se afasta da sua aplicação *tabula rasa* à situação brasileira. Falando desta noção, além de salientar que foi elaborada para a sociedade americana e a não a brasileira, Velho diz:

*“Estou procurando utilizar o conceito enquanto descrição de uma situação ocupacional e procurando evitar uma necessária vinculação com qualquer coisa que pudesse ser definida como uma “subcultura white collar.” (1973: 42-43) (ênfase no original).*

Discordando da abordagem de Mills que enfatiza a alienação dos colarinhos brancos, Velho mostra que o setor da classe média investigado primeiro por ele em Copacabana se percebe como pessoas que ascenderam e que são “atores da sua vida” (Velho, 1973: 87) procurando os símbolos de status e prestígio que os diferenciem hierarquicamente de outros setores. O individualismo da classe média tem um forte conteúdo hierárquica, e a ocupação exercida é um marcador “*par excellence*” de status.

As descrições das ocupações da classe média pelos seus etnógrafos mostram uma heterogeneidade de trabalho que lembra a própria heterogeneidade que os etnógrafos dos pobres urbanos identificam para descrever este segmento. A complexidade desafia qualquer categorização homogeneizadora, e as descrições se tornam listas de profissões liberais, ocupações bem remuneradas e atividades que requerem qualificação, sem que o exercício de uma ou de outra atividade seja focalizado dentro de uma ótica da família (ou do grupo doméstico) como “articuladora da força detrabalho”, ótica tão presente nos estudos sobre pobres urbanos. Será que as famílias da classe média não são articuladoras de força detrabalho? Será que a tensão entre projetos individuais e projetos familiares, que contribuem para conflitos entre parentes, não tem uma forte contribuição desse conteúdos? Em nome da fidedignidade ao discurso e à cultura deste grupo, esta possibilidade só é tocada de leve pelos seus etnógrafos.

Como articuladora da força detrabalho, a família de classe média pode ser vista de três maneiras analiticamente discretas, interrelacionadas e repletas de contradições internas:

Primeira maneira: Na realização da divisão de atividades cotidianas. A família é, de fato, um conjunto de pessoas relacionadas que dividem as tarefas do cotidiano de acordo com padrões de expectativas identificáveis. Gênero, geração e parentesco são os eixos organizativos das hierarquias domésticas, que não implicam em diferenças entre segmentos sociais, ao mesmo tempo que, não infrequentemente, nem sem significado, lança-se mão ao serviço de empregados domésticos nesta distribuição. Já dentro da casa, a articulação é feita por componentes da família, e sobre pessoas alheias, pertencentes a outros segmentos.

Segunda maneira: Como “refúgio privado”. Pessoas cujas ocupações extra-domésticas requerem algum grau de exercício do controle sobre o trabalho de outros podem ter na família um espaço de contraste com o espaço público onde se estabelecem formalmente as relações hierarquizadas entre segmentos sociais

Terceira maneira: Na socialização e reprodução do segmento. Como instância primária da socialização dos componentes do segmento, onde a ordem moral e ideológica que sustenta a distribuição desigual das recompensas sociais são dadas continuidade, a família requer grandes investimentos de tempo e recursos na produção e na reprodução de pessoas capazes de exercer as ocupações características do segmento.

A articulação da força detrabalho familiar de pobres urbanos é diferente [1] por não costumar conter empregados; [2] pelo refúgio se dar mais fortemente em tomo do distanciamento do controle exercido por outros fora do espaço doméstico (estabelecimento de autonomia); e [3] pela socialização e reprodução do segmento exigirem investimentos diferentes (mais vultantes) de tempo e recursos para pessoas desta famílias virem a ocupar os seus espaços no mercado de trabalho.

A família de classe média está permeada pela questão de “controle sobre o trabalho dos outros” onde a pessoa que é capaz sabe administrar a vida dos outros. A ideologia “individualista” e de “sucesso” engloba um discurso psicologizante e subjetivizado onde a compreensão aprofundada do indivíduo dá legitimidade para entender melhor a si mesmo, e, por extensão, aos outros. Isto implica menos num afastamento de relações hierárquicas, de que na sua própria reafirmação. Não enfatizar (e às vezes nem ver) a família como articuladora de força detrabalho, sistematicamente passando para o terreno de valores sociais e a cultura do grupo, convém para mudar o idioma da percepção da hierarquia e desigualdade. Talvez a palavra não é “mudar”. Talvez seja melhor ver isso como um lado de um complexo negociação de um campo de discurso sobre “as bases interativas da desigualdade”.

De certa forma, este exercício é uma retomada de uma velha disputa entre Marx e Weber, onde a percepção de conflito entre segmentos, presente no discurso sobre os pobres urbanos, é contrastado por uma percepção mais amena de escalas complexas de *status* e prestígio. Os

etnógrafos dos subordinados advogam um discurso de confronto entre grupos, e os superordenados advogam um discurso de individualismo.

Voltando uma terceira vez à noção de “reconhecimento deslocado”, onde os valores explícitos contidos nos discursos dos informantes e nos relatos dos etnógrafos nem sempre chegam ao “fundo” da questão dos interesses, pergunta-se agora, quais as recompensas sociais diferentes em jogo nos dois discursos sobre trabalho e poder? Para fazer isto, convém focalizar a percepção diferenciada da família, lembrando [1] que tratamos de “verdades” diferentes, e não da aceitação ou rejeição *a priori* de um ou outro discurso; e [2] que, segundo Collier (1988: 208), a celebração por um segmento de valores em tomo dos quais outro segmento faz “publicidade” representa um momento claro de prova de forças envolvida na negociação entre os segmentos.

## Inversões do público e do privado

Finalizo esta discussão pinçando o tema de público e privado na etnografia das famílias das duas tradições. Os etnógrafos de ambas as tradições concordam que, além de ser um “valor” generalizado dentro da sociedade brasileira (ver Da Matta, 1987), a família é uma instância mediadora entre o indivíduo e a sociedade mais ampla, mas as ênfases caem em lados opostos da intermediação. Tomando em conta o que já foi dito, pode-se afirmar que, nas duas tradições examinadas, que:

- Entre os pobres urbanos a família é vista de fora para dentro, e
- Entre as camadas médias a família é vista de dentro para fora<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup>Da Matta (1985), focalizando diferentes visões do mundo, parece argumentar o contrário. Fala sobre o uso do código da casa para interpretar o mundo declarando que “as camadas dominadas, inferiorizadas ou ‘populares’, ... tenderiam a usar como fonte para sua visão do mundo a linguagem de casa... a casa e a ética são o ponto exclusivo de uma visão da sociedade”, rotulando isto de fala naturalizada, e que “é muito diferente dos discursos dos segmentos dominantes que tendem a tomar o código da boa e assim produzem uma fala totalizada, fundada em mecanismos impessoais (modo de produção, a luta de classes, a imposição dos mercados internacionais, a subversão da ordem. A lógica do sistema financeiro capitalista etc) onde leis - e jamais entidades morais como *pessoas* - são os pontos focais e dominantes”. (42) Da Matta é um etnógrafo cuja obra não tem como referência explícita um segmento social ou outro, e

Ou seja, visto em termos das relações entre segmentos sociais o espaço de encontro “público” entre os dois invade o “privado” das famílias urbanas; e o “privado” invade o “público” das famílias de camadas médias, individualismo e psicologia sendo idiomas convenientes para expressar os valores explícitos do segmento. Há uma inversão do público e do privado nas duas tradições.

De um lado, o que não será explorado em mais profundidade aqui, é uma constatação da abrangência da dominação sofrida pelas famílias de pobres urbanos na sua “luta” e “resistência” para construir estratégias de vida familiar nas suas próprias bases, e não nas bases impostas ou induzidas de fora. Isto serve para mascarar (mas não eliminar) os processos subjetivos internos à família pobre urbana, mercedores de atenção específica de pesquisadores. O problema extrapola os limites (superáveis, mas desafiadores) da criação da confiabilidade entre etnógrafo e informante, sempre um diálogo interclasse em si. É que o idioma da intersubjetividade tem fortes conteúdos de dominação (ver Caldeira, 1989), já que é uma linguagem pública para a compreensão de valores explícitos da classe média, de uma classe superordinada. Superar este conteúdo exige muito esforço.

De outro lado, para as famílias de classe média, é a consagração de uma hegemonia que permite que o que é “privado” se torne “público” na base do discurso valorativo do próprio segmento. As ausências de referências explícitas a trabalho e poder entre segmentos sociais falam mais alto aqui. A discussão (ver Salem, 1985) se dá em torno de projetos individuais e de grupo, de autoridade e afeto, de formação de alianças de parentesco entre famílias nucleares em momentos decisivos (como, por exemplo, separação e nascimento) etc. São todos assuntos relevantes onde trabalho e poder aparecem como elementos a considerar dos grupos da classe média e não entre a classe média e outros segmentos. Problemas de sustentação da mãe-solteira, da “outra”, das avós, das relações com os filhos, são

---

sim uma “nação” criando e comunicando a sua identidade. Ele fala de dois segmentos, mas não das duas tradições etnográficas sobre eles. Sendo seguidor de uma terceira tradição, as suas observações não desmentem as tendências observadas neste trabalho. Uma questão provocante que se coloca neste caso é: Como é que os valores expressos nos elementos que contribuem para a constituição de uma identidade brasileira criam uma imagem da pátria, e a quem interessa esta imagem?



problemas reais na articulação interna de papéis familiares de acordo com gênero, geração e parentesco. Estas considerações são válidas, e extremamente esclarecedoras, para a compreensão cultural do grupo, mas são “representações parciais”, (ver Collier, 1988: 223ff) representações estas que se identificam na junção das falas e dos silêncios. Ao ouvir os assuntos sobre os quais se fala, os assuntos sobre os quais se silencia se tornam mais óbvios. Voltamos a uma versão das antropologicamente clássicas relações de evitação! É comum ouvir de etnógrafos da classe média (e também de pobres urbanos!) que as ideias sobre a família como articuladora de forçadetrabalho, tão frequentes no discurso sobre pobres urbanos, não se aplicam às camadas médias. Negar este discurso é uma maneira de retirar as relações entre as classes do campo público de compreensão, permitindo que apenas a construção do discurso intrasegmento sobre a família seja melhor elaborada.

Anteriormente esbocei umas ideias de como seria a família articuladora de força de trabalho da classe média. Aqui queria encerrar o trabalho, a risco de ser um pouco repetitivo, com um pequeno exercício, sugestivo e incompleto, de inversão da direção da análise: Queria sugerir como se poderia ver a família de classe média de fora para dentro, reiterando que se entende o “fora” como as relações estabelecidas entre segmentos sociais diferentes. No plano de valores explícitos da classe média, necessariamente soa como “falsa” representação porque apresenta um discurso dos “fracos”, dos “pobres”, (ou, pelo menos, dos etnógrafos deles) para entender os “fortes”, os “ricos”, discurso esse que não é compartilhado por grande contingente dos componentes deste segmento social.

Esta descrição parte da noção, já exposta, que a base interativa da desigualdade social da classe média está construída sobre o controle e a administração do trabalho de outros. É uma das faces públicas mais evidentes (e menos explicitadas) deste segmento social. Neste sentido, a organização e discurso familiares da classe média precisam se afinar com esta relação, uma relação fundamental para perdurar no segmento.

Como caracterizar controle e administração de trabalho dos outros? Como caracterizar a forma em que relações com outros segmentos sociais, as relações públicas - fora da família, se reinterpretam dentro da família? Os dados não são novos, mas a ênfase dos seus conteúdos e dos seus significados se transforma.

Examinar as listas de profissões de classe média demonstra que, grosso modo, quanto mais alta na escala de status a profissão (alta remuneração, muita responsabilidade), mais pessoas sob o controle (direto ou indireto) da pessoa. Não é de estranhar que as posições gerenciais e de chefia figuram como importantes nos esquemas referenciais de autores norte-americanos (Mills, 1979; Braverman, 1987) e brasileiros (Saes, 1984). Muitas crises vividas por membros da classe média se relacionam com a queda de seu controle sobre o trabalho dos outros (acompanhada frequentemente por correspondentes quedas em remuneração). Os setores inferiores, cuja segurança no segmento é mais precária, com níveis de renda e status mais baixos, frequentemente vivem mais fortemente a situação de ser “intermediários” na cadeia de comando no trabalho, onde eles mandam menos, e são tão ou mais mandados que os outros. Até nas profissões liberais com consultórios e escritórios independentes, os profissionais costumam comandar uma equipe de empregados e atender uma série de outros interessados em receber os seus serviços.

No caso brasileiro, a importância do papel “administrador de trabalho dos outros” é redobrada, pois a “vantagem comparativa” do Brasil em relação aos países centrais da economia mundial está no custo barato da sua mão de obra. Assim, comparativamente, para o brasileiro de classe média, a relação com outros segmentos é para ser mais revestida de conteúdos de saber mandar, e há evidências múltiplas disto na linguagem popular.

Como é que a organização e o discurso familiares se afinam com este quadro? Num trabalho anterior (Scott, 1989) e no relatório da pesquisa “*Unidades domésticas, gênero e políticas públicas*” fiz uma análise empírica introdutória sobre o discurso sobre estratégias de obtenção de renda e habitação, comparando os discursos dos dois segmentos. Aqui apenas recupero brevemente as “três maneiras” de articular força detrabalho ao nível da família, expostas anteriormente, acrescentando alguns comentários sobre: As repercussões potenciais, a reinterpretação dos conteúdos costumeiros do discurso, e camadas médias.

Na primeira maneira, a família se estrutura em hierarquias internas que são simultaneamente, transmissoras de status adquiridos e malhas de autoridade que favorecem os homens e as gerações mais “produtivos”- os pais e os avôs. Uma das metas é poupar quem é de casa da execução de

tarefas cansativas (*drudgery*), e libertá-los para o trabalho fora e/ou integrá-los nas redes de sociabilidade extra-domésticas. Para fazer isto, contratar serviços é desejável e é uma instância clara da validação da importância da capacidade de administrar o trabalho dos outros. Dentro da casa, pais, mães, filhos e até avôs percebem em todas as horas que, mesmo diferenciados internamente, são hierarquicamente superiores aos seus serviços.

Na segunda maneira, a representação da casa como “refúgio privado” que contrasta com o espaço público, exige a elaboração de um discurso de “igualdade” para efetivar o contraste. Como diz Da Matta sobre a casa - é “um espaço da sociedade brasileira que traduz o mundo como um assunto de preferências, laços de simpatia, lealdades pessoais. complementariedades, compensações e bondades (ou maldades)” (1985: 42).

A elaboração deste discurso também unifica os membros da casa em oposição aos outros (ver Da Matta, 1987) e a valorização destes conteúdos para a compreensão de famílias mostra que este espaço é diferente que o espaço da rua onde as desigualdades, sobretudo aqueles decorrentes do exercício do trabalho, são bem mais explícitas.

Na terceira maneira, é na família que possibilita a socialização, através de investimentos em educação, instrução e de aquisição de bens que marcam status. Ser de “boa família” (independente do tipo - “velho”, “nova”, ou seja, qual for - de classe média) é poder contar com condições de renda habitação, saúde etc que marcam uma clara diferença daqueles que não têm as mesmas condições e que, conseqüentemente, são, e serão, mandados. Este é o espaço para a elaboração de uma ideologia individualista, justificadora do sucesso (cuja probabilidade vem sendo delineada na herança e na preparação fornecida em família), e psicologizante, justificadora da intervenção informada através de uma (hiper)sensibilidade que cria condições para as pessoas administrarem adequadamente as relações humanas - tanto em casa, quanto na rua. Desta perspectiva, então, a aura individualista e psicologizante da classe média está longe de um discurso isolado de um segmento social a procura de si mesmo - ela se constrói em torno de um espaço público onde a relação desigual entre segmentos sociais se realça.

Na leitura isolada das etnografias da classe média dentro da tradição “subjetivista” é possível descobrir detalhes muito mais elaboradas dos argumentos postos aqui. Além de não constituírem “novidades”, são simplificadoras ao extremo, não fazendo justiça plena à alta qualidade desta perspectiva etnográfica complexa. Mas, na compreensão da sociedade a questão da ênfase muitas vezes é mais importante do que a simples identificação dos conteúdos. Acredito que este exercício comparativo fornece um quadro interessante para reinterpretar estes conteúdos, abrindo um espaço para o diálogo entre os segmentos e entre os seus etnógrafos. O caminho interpretativo proposto é um que se inspira na comparação com a tradição “econômico-produtivista” de etnografia sobre pobres urbanos, privilegiando a questão de trabalho e poder nas relações entre os segmentos. Inverte a direção da compreensão da família de classe média, fazendo com que possa ser de fora para dentro. Isto tira do relativo silêncio a questão da desigualdade entre os segmentos, não tratando-a como um incômodo dado hierarquizante que complexifica o discurso e a vida da classe média, comprometendo a integridade dos modelos elaborados no interior do segmento dominante. Outras comparações darão outras perspectivas novas.

## Referências bibliográficas

- ABREU FILHO, Ovídeo. 1980. *Sangue, raça e luta: Identidade e parentesco em uma cidade do interior*. 1980. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)- Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1980.
- BARROS, Myriam Lins. *Autoridade e afeto: Avós, filhos e netos na família brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. *Outline of a theory of practice*. Cambridge: Cambridge Univ., 1977.
- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista: A degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Antropologia e poder: Uma resenha de etnografias americanas recentes. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais - BIB*, São Paulo, n. 28, p. 3-50, 1989.
- COLLIER, Jane Fishburne. *Marriage inequality in classless societies*. Stanford: Stanford Univ., 1988.

- CORRÊA, Mariza. Rural, urbano, tribal: Antropologia x Família. In: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, XII, 1988, Águas de São Pedro. *Anais...* Águas de São Pedro: ANPOCS, out. 1988. (Grupo de Trabalho Família e Sociedade).
- DAMATTA, Roberto. A família como valor: Considerações não-familiares sobre a família brasileira. In: ALMEIDA, Angela Mendes de (Org.). *A casa e a rua: Espaço, Cidadania, mulher e morte no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Pensando a família no Brasil (da colônia à modernidade)*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/UFRJ, 1987.
- DAUSTER, Tânia. A invenção do amor: Amor, sexo e família em camadas médias urbanas. In: Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, IV, 1984, Águas de São Pedro. *Anais...* Águas de São Pedro: ABEP, 1984.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
- HEILBORN, Maria L. Visão de mundo e ethos em camadas médias suburbanas no Rio de Janeiro. *Ciências Sociais Hoje 1984*, São Paulo: ANPOCS/Cortez, 1984.
- LEITE LOPES, José Sérgio; SILVA, Luiz Antônio Machado da. Introdução: Estratégias de trabalho, formas de dominação na produção e subordinação doméstica de trabalhadores urbanos. In: LEITE LOPES, José Sérgio (Org.). *Mudança social no Nordeste, a reprodução da subordinação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- MILLS, C. Wright. *A nova classe média (white collar)*. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Sobre o pensamento antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988.
- PALMEIRA, Moacyr. Casa e trabalho: Notas sobre as relações sociais na plantação tradicional. *Contraponto II*, Niterói: Centro de Estudos Noel Nuttels, v. 2, 1977.
- SAES, Décio. Classe média e política no Brasil. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.
- SALEM, Tânia. *O velho e o novo: Um estudo de papéis e conflitos familiares*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- \_\_\_\_\_. Família em camadas médias: Uma revisão da literatura recente. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro: Museu Nacional, n. 54, 1985.

- SCOTT, R. Parry. Comparáveis ou não comparáveis: Famílias de trabalhadores rurais, pobres urbanos e classe média (um roteiro de pesquisa sobre o uso social do trabalho). In: *Seminário Nordeste: O que há de novo?*, 1988, Natal: MCH/CCHLA/UFRN.
- \_\_\_\_\_. Classe e o discurso familiar sobre habitação e renda. In: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, XIII, 1989, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ANPOCS, 1989. (Grupo de Trabalho Família e Sociedade). (Mimeo).
- \_\_\_\_\_. Ethnographic partiality and the comparison of households. In: *Harvard Anthropology Department Seminar*, 1992. (Unpublished).
- VELHO, Gilberto. *A utopia urbana*. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- \_\_\_\_\_. *Subjetividade e sociabilidade: Uma experiência de geração*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- \_\_\_\_\_. Família e subjetividade. In: ALMEIDA, Angela Mendes de (Org.). *Pensando a família no Brasil (da colônia à modernidade)*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/UFRJ, 1987a.
- \_\_\_\_\_. Individualismo e cultura: Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1987b.
- WOORTMANN, Klaas. A família trabalhadora. *Ciências Sociais Hoje 1984*, São Paulo: ANPOCS/Cortez, p. 69-87, 1984.
- \_\_\_\_\_. *A família das mulheres*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: CNPq, 1987.

# Patriarcalismo e ideias salvacionistas

Do fim do século XIX até hoje, o patriarcalismo é um assunto que reaparece frequentemente nas discussões sobre a relação entre família e sociedade. Embora a reflexão sobre patriarcalismo tenha sido elaborada por comunidades específicas de pensadores e em contextos históricos particulares, há algumas convergências que chamam muita atenção, e estas convergências são focalizadas neste trabalho. Dois pontos principais de convergência são privilegiados aqui. O primeiro é a ocorrência da problematização de “patriarcalismo” em teorias permeadas pelo que se pode designar de “ideias salvacionistas”. O segundo ponto se refere à relação tensa entre a proposta homogeneizante destas ideias, de um lado, e a própria diversidade social, de outro.

No fim do século XIX e no início do XX o patriarcalismo surgiu como um elo fundamental na construção das ideias evolucionistas; no meio do século XX ele surge como parte basilar das ideias de consolidação das nações ex-coloniais; e no fim do século ele se associa fortemente às ideias feministas. As três ideias - evolucionistas, nacionalistas e feministas - são, de certa maneira, inextricáveis, mas é inegável que, historicamente, as ênfases alternam de um conjunto de ideias para outro, e é esta alternância que permite tanto que se descubra a construção histórica fluída da ideia de patriarcalismo quanto que se identifique as suas permanências, ou a sua invariabilidade.

Assim, este trabalho discute separadamente cada um dos conjuntos de ideias e dos seus tempos históricos como contextos para qualificar o patriarcalismo, o que leva a uma discussão sobre os elementos comuns, definidores do patriarcalismo, bem como a uma discussão da sua relação com as ideias salvacionistas e com as tentativas de interpretar a diversidade social. Mas antes de iniciar este percurso, é importante ressaltar algumas características notáveis da ideia de patriarcalismo - características cujos conteúdos são abordados em cada discussão contextualizada.

Patriarcalismo tem uma referência histórica comum que associa a ideia à civilização romana e à ideia de “*Patria potestas*”. Então não há como escapar da ideia que faz parte da constituição mítica e concreta de uma ideologia ocidental. Lembrando que Levi-Strauss (1976) entende a história

como o mito estruturante da sociedade industrial, pode-se afirmar que o patriarcalismo “está nas *nossas origens*”.

Patriarcalismo é um termo único que sintetiza a articulação entre três hierarquias diferentes de poder: Gênero, geração e classe. É o retrato da desigualdade.

Patriarcalismo abrange, com particular clareza, duas esferas - a pública e a privada - insistindo na estreita relação entre elas. Assim, incorpora uma ambivalência que permite representar, simultaneamente, regras e códigos firmemente estabelecidos, e práticas transgressoras dos mesmos.

Patriarcalismo integra noções de ideologia, religião, ética e nacionalismo. Como todas estas noções estão imbricadas na ideia de patriarcalismo, quando uma é ressaltada em qualquer interpretação da ideia, é preciso ver como as outras continuam a ela associadas.

Patriarcalismo está constantemente sujeito à superação no olhar de quem o invoca nas suas interpretações sobre a organização social, ao mesmo tempo em que sempre perdura.

Vendo como estas noções associadas vêm sucessivamente sustentar três teorias importantes na formação de identidades imperiais, classistas, nacionais e de gênero, na conclusão deste trabalho, é possível traçar alguns paralelos entre a escolha de aliados políticos e o tratamento da diversidade social na construção de teoria social.

## **Patriarcalismo evolucionista: A caminho da superação da desigualdade de classes**

No Brasil e no mundo as ideias evolucionistas floresceram em pleno período consolidado de expansão da sociedade ocidental. Mesmo que os poderes imperiais tenham sofrido do desmembramento das suas amplas fronteiras com as revoluções e declarações de independência dos países coloniais no novo mundo, o domínio continuava no continente africano e em muitas áreas da Ásia. Os que refletiam sobre o destino da sociedade ocidental enxergavam um processo de mudança unidirecional em que o progresso era inquestionável. O que podia ser questionado era se a qualidade das relações sociais acompanhava esta tendência para o progresso. Já fazia tempo que as observações de outras sociedades (por



viajantes, administradores coloniais, naturalistas e outros) contribuíram muito para o aparecimento de visões críticas da sociedade ocidental, onde a desigualdade reinante era alvo de projetos utópicos e reformadores que postulavam a necessidade de maior igualdade e cooperação entre membros da sociedade. Num dos vertentes destas ideias, esta junção de fatores culminou na obra de Engels sobre A origem da família, da propriedade privada e do Estado (1972) em 1884. Inserido num ideário revolucionário, esta obra dá ordem às ideias de Morgan apresentadas no seu livro A Sociedade primitiva(1980), com atenção especial dedicada à evolução da família. O caminho proposto: Horda primitiva → matriarcado → patriarcado → monogomia/família conjugal - sugere uma passagem de transformação de poder e autoridade - passando de igualdade, para poder feminino, para poder masculino, e se consolidando na família conjugal - e que poderia ser superado numa fase posterior de socialismo quando reinaria novamente a igualdade. Para quem investiga esta trilha, é intrigante seguir a sequência sugerida, pois não se encontram exemplos concretos de sociedades que tenham passado do matriarcado para o patriarcado, e também, ao olhar o registro etnográfico, não se sustenta muito bem nem a existência de um período de matriarcado, pois as sociedades matrilíneas (de fato, não matriarcais) evidenciam fortes controles pelos consanguíneos e colaterais masculinos sobre as mulheres. Mas não é a veracidade do argumento de Engels que está em questão aqui, e sim, o uso que ele faz da noção de patriarcalismo.

O caminho ao socialismo é, talvez, a mais clara manifestação de uma ideia salvacionista no pensamento ocidental. A salvação proposta é uma salvação mundana, e a chegada à salvação é um caminho histórico de lutas. Não aposta numa salvação no *além espiritual*, e sim, no *além histórico*. E este além é povoado por uma igualdade que é a antítese da desigualdade que nasceu com a formação do patriarcado e a sua evolução para uma monogomia promotora da perpetuação de desigualdades. Vejamos a construção desta imagem de uma desigualdade a ser superada.

A primeira e mais importante realização do patriarca é a apropriação masculina da reprodução feminina. A dúvida sobre a paternidade inerente na condição biológica da mulher ser quem engravida e faz parir é resolvida por convenções sociais que atribuem ao homem o controle sobre a mulher e sobre a sua prole. Na fase de matriarcado se descrevem pobreza material,

fácil dissolução de casamentos, e filhos que pertencem à mãe e não ao pai. Engels fala claramente:

“Nessa etapa, o homem vive com a mulher, mas a poligamia e a infidelidade ocasional permanecem um direito dos homens, sendo que a primeira se apresenta raramente (em geral por razões econômicas) enquanto que a maior parte das vezes a mais estrita fidelidade é exigida às mulheres enquanto durar a vida em comum (o seu adultério é cruelmente punido). Mas o laço conjugal é, tanto de um lado quanto do outro, facilmente abolido, e os filhos pertencem, antes e depois, apenas à mãe.” (Engels, 1981: 12)

O aumento da riqueza complica a situação - como diz Engels - o gado (e outras riquezas) se multiplica mais rápido que a família e é preciso gente para administrar os bens que acumulam.

A medida, portanto, que as riquezas aumentavam, estas davam ao homem, por um lado, uma situação mais importante na família do que a da mulher, e, por outro lado, faziam nascer nele a ideia da utilização desta situação reforçada a fim de que revertesse a ordem de sucessão tradicional em benefício dos seus filhos... “a reversão do direito materno foi a grande derrota histórica do sexo feminino. O homem passou a governar também na casa, a mulher foi degradada, escravizada, tornou-se escrava do prazer do homem, e um simples instrumento de reprodução” (1981: 12-13).

Engels tem o maior cuidado de excluir poligamia e poliandria da linha evolucionária, dizendo que “não podem ser consideradas senão com exceções, por assim dizer, como o luxo da história” (1981: 16). Mas a sua discussão de monogomia recupera o poder patriarcal e ressalta a liberdade de atividades sexuais extra-casamento formalmente concedida aos homens: “O direito da infidelidade conjugal fica-lhe... garantido, pelo menos pelos costumes (o código Napoleão outorga-lhe expressamente, conquanto ele não leve sua concubina ao domicílio conjugal)” (1981: 18).

A mulher gera filhos, ao mesmo tempo que ela se torna propriedade e favorece o acúmulo de riqueza pelo homem. Para o homem o controle da propriedade e a definição da linha de herança desta propriedade são questões fundamentais cuja realização exige uma convenção consagrando seu próprio controle sobre a reprodução feminina e sobre o destino dos seus bens. Uma evidência disto está num par de palavras - matrimônio e patrimônio. Não é a toa que se fala de dois tipos diferentes de

“mônios”: De acordo com a etimologia de Latim (Alencar, 1944). No matrimônio é “pelos laços conjugais a mulher se torna, legalmente, mãe”, enquanto o patrimônio simplesmente quer dizer “bens paternos”. Sem o casamento, a reprodução feminina se torna ilegítima, sem um homem para assumir a paternidade, o filho não é cidadão. No “*Patria potestas*” o poder de decisão se estende sobre a própria vida da mulher, dos filhos e dos escravos, e o homem, quando lhe convém, consegue outorgar legitimidade a filhos nascidos fora do laço conjugal. Para Engels, o triunfo desta instituição (que “é fundada sob a dominação do homem com o fim expresso de procriar filhos duma paternidade incontestável, e essa paternidade é exigida porque essas crianças devem, na qualidade de herdeiros diretos, entrar um dia na posse da fortuna paterna” [1981: 18]), é o nascimento do Estado - ou seja “o direito para a classe possuidora de explorar aquela que não possuísse nada, e a preponderância da primeira sobre a segunda”, onde o reconhecimento do direito individual a acumular fortuna sobressai sobre os interesses da coletividade.

Gênero e geração são os pilares sobre os quais se instala uma separação entre o que é do grupo (do *gens* nos termos de Engels) e o que é do indivíduo. A denúncia desta desigualdade e da sua perpetuação nas relações de classe, consagrada por códigos éticos, morais e religiosos sustentadores dela, é a alma da obra de Engels e Marx. A sua sedução é na denúncia e na crítica das desigualdades existentes e na idealização de uma ordem futura mais igualitária que supere as desigualdades observadas. Ao colocar o ponto nevrálgico da formação das desigualdades na constituição de uma ordem patriarcal, Engels põe em evidência o valor sintetizador desta noção. Com pedaços e fragmentos de conhecimento sobre os costumes de outros povos, ele consegue invocar todos para fazer parte de um mito comum de origem da desigualdade na humanidade que segue uma única sequência (como já foi visto, costumes que não cabem são tratadas como exceções) e assim entram como parte de um mito formador da sociedade ocidental. A diversidade social do outro se torna parte do passado da sociedade ocidental, como é muito bem argumentado por DaMatta (1981). O Estado de Engels não é um Estado simplesmente formal e legal (como aparece em muitas noções clássicas da ciência política) e sim uma instituição social resultado da associação do público e do privado. Duas questões estruturantes de desigualdade são denunciadas juntas: Exploração de classe e exploração por sexo. O tratamento de geração e mais ambígua -

pois o poder sobre o filho é exatamente o elemento em contestação na passagem para o patriarcado - mas o filho em si é, sobretudo, uma cristalização da continuidade do processo de acumulação paterna. De certa forma, de alvo de disputa de gênero, o filho se torna (quando masculino) beneficiário da individualização da propriedade da riqueza.

A combinação de salvacionismo e da homogeneização da diversidade social é bem concatenada com a expansão imperial capitalista. As vítimas visíveis, para os evolucionistas, são as classes trabalhadoras plenamente inseridas no modo de produção capitalista, enquanto outros povos, mais distanciados do ponto fulcral do conflito básico subjacente à sociedade ocidental, e sobre os quais existem registros históricos ou registros etnográficos, são relegados a ter um lugar na interpretação do mundo como “a explicação das origens” dos plenamente integrados. Assim os beneficiários identificados - os componentes da classe trabalhadora - vão participar numa salvação proposta que homogeneiza a diversidade encontrada no mundo observado. O patriarca ocupa um espaço muito particular neste ideário - é a encarnação mítica das desigualdades sociais (sobretudo de classe e de gênero) - o protótipo do empregador capitalista e o alvo da vontade de superação que devolverá a sociedade ocidental a um estado primordial de igualdade.

## **A família patriarcal salva a nação**

As críticas ferrenhas contra a visão evolucionista ressaltam o problema da sua construção sobre uma base conjectural infundada da história. O mais contundente de todos os críticos é Franz Boas (1896), que advoga um particularismo histórico onde a noção de cultura assume um papel central. Do Brasil, Gilberto Freyre viaja e participa nesta comunidade boasiana dependendo de pensadores americanos e emprega as ideias para refletir sobre o seu próprio país (ver Motta, 1997). No meio do século XX tanto as nações que se libertaram do jugo colonial, quanto as que ainda experimentavam o domínio direto de poderes imperiais, vivem numa procura de uma visão da história que pode livrá-las de uma dependência marcada das nações colonizadoras. A nação está à procura de consolidação, e a descoberta de uma história comum unifica muito bem os cidadãos a serviço da nação. No Brasil, os pensadores sociais que antecederam a Gilberto Freyre adotavam posicionamentos racistas calcados em teorias evolucionistas, e o resultado

foi que a composição étnica brasileira ficou percebida como empecilho ao progresso da nação (Schwarcz, 1993). Emblemático deste tipo de explicação são as obras pessimistas de Sílvio Romero (1895) e de Nina Rodrigues (1935). Também as histórias de promoção de imigração no país são repletas de justificativas que apontam as capacidades das raças e povos imigrados para alavancar o crescimento da nação que o seu próprio povo mestiçado não consegue fazer (ver Seyferth, 1990). Ou seja, as ideias evolucionistas não fornecem um quadro autóctono para pautar a formação de uma nação. Até o “herói brasileiro” Macunaíma não tem nenhum caráter (Andrade, 1988; Ribeiro, 1996)! É neste cenário que aparece um contra-argumento formador da ideologia nacionalista e declaradamente apoiado na abordagem culturalista “*Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil - Casa Grande e Senzala: Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal?*” (Freyre, 1969). No seu título comprido este livro invoca duas vezes a noção de patriarcalismo.

O patriarca brasileiro freyriano está relacionado ao salvacionismo, mas de uma forma muito diferente que a teoria evolucionista. A salvação é um resgate de uma imagem positiva da composição étnica da nação nas mãos (ou melhor, cabeças e corpos) competentes e flexíveis do colonizador português. A raça que era problema vira o ponto de orgulho de um Brasil em construção, e unificada culturalmente. A história ganha contornos concretos numa imagem do português cujas viagens de exploração e experiência de ocupação moura o fazem ser um ator culturalmente construído, capaz de se relacionar social e sexualmente com índios e negros e aproveitar positivamente as suas contribuições para a formação do povo da nação. A salvação é histórica, mas o caminho dela é curiosamente mitológico e enaltecido do próprio patriarca. O patriarca que Gilberto Freyre resgata é uma figura de personalidade positiva (constrangida por fatores demográficos e de uma economia escravocrata, mas com disposições a uma abertura para se integrar com índios e negros). Ele também é uma figura em pleno processo de superação. Ele é o ponto de partida de uma sequência que define a própria trilogia de livros propostos por Freyre, passando de patriarcalismo (“*Casa Grande e Senzala*”, 1933), para semi-patriarcalismo (“*Sobrados e mocambos*”, 1939) para a família conjugal (“*Ordem e progresso*”, 1959). A força motriz deste trajeto é a urbanização e a industrialização - o avanço da história se encarrega de superar o patriarca. E a nação se consolida. As ideias sobre a importância

histórica do patriarcalismo como base da sociedade nacional atravessam outras grandes obras, como as de Sérgio Buarque de Hollanda, (*Raízes do Brasil*, 1936) e de Antônio Cândido (*“The Brazilian family”*, 1951) traçando um paralelo que se insere na discussão internacional sobre como o desenvolvimento promove a passagem para o domínio da família conjugal, ressaltando a diminuição do número de filhos e o questionamento e reestruturação das hierarquias rígidas de autoridade (Winch, 1963). A salvação da nação está no orgulho de uma versão da história que valoriza a formação da sua elite e a composição e integração do seu povo. A superação da proeminência do patriarca é apenas descritiva de um processo histórico. O esforço é de encontrar elementos simbólicos de raízes que, mesmo quando questionados, evocam uma imagem comum que possa aglutinar os brasileiros, que possa atizar um sentimento de nacionalismo muito particular a esta nação.

A ideia de miscigenação e de uma cultura híbrida nos trópicos golpeia mortalmente as distinções de raça oriundas das ideias evolucionistas. Reconhece-se que as hierarquias familiares estabelecidas nas propriedades extensas no Brasil colonial se sustentam através de um controle que abrange o público e o privado, e isto forma a base da nação. O cerne da abordagem de Freyre era a descoberta de integração, conciliação e união em tudo que parecia oposto e antagônico, nas esferas públicas e nas esferas privadas. E ele está escrevendo numa época muito anterior à da história privada e de mentalidades, quando o privado ganha estatuto entre historiadores como abordagem legítima. Ele retrata o antagônico aparente e o dissolve nas ações integradoras, como nestas passagens sobre família e sobre harmonia e mobilidade:

“A família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado, nem nenhuma companhia do comércio, é, desde o século XVI, o grande fator colonizador no Brasil.” (Freyre, 1969: 25)

“Considerado de modo geral, a formação brasileira tem sido... um processo de equilíbrio de antagonismos. Antagonismos de economia e de cultura... predominando sobre todos os antagonismos, o mais geral e o mais profundo: O senhor e o escravo... agindo sempre, entre tantos antagonismos contundentes, amortecendo-lhes o choque ou harmonizando-os, condições de confraternização e de mobilidade social peculiares ao Brasil: A miscigenação, a dispersão da herança, a fácil e frequente mudança de profissão e de residência, o fácil e

frequente acesso a cargos e a elevadas posições políticas e sociais de mestiços e de filhos naturais, o cristianismo lírico à portuguesa, a tolerância moral, a hospitalidade a estrangeiros, a intercomunicação entre as diferentes zonas do país.” (1969: 74-75)

Como o ponto de partida é a família, um dos caminhos mais seguros à ideia de integração é o detalhamento do seu funcionamento, e Gilberto Freyre aproveita a oportunidade para elaborar discussões sobre a sexualidade expansiva do colonizador patriarca português (uma espécie de extensão generosa da família do homem para incluir negras e índias), e também sobre os controles que ele exerce nas arenas de gênero e de geração, bem com as ameaças históricas a estes controles:

“Nessa instituição social - a escravidão - é que encontramos na verdade o grande excitante da sensualidade entre os portugueses como mais tarde entre os brasileiros.” (1969: 303)

O intercurso sexual entre o conquistador europeu e a mulher índia não foi apenas perturbado pela sífilis e por doenças europeias de fácil contágio venéreo: Verificou-se - o que depois se tornaria extensivo às relações dos senhores com as escravas negras - em circunstâncias desfavoráveis à mulher. Uma espécie de sadismo do branco e de masoquismo da índia ou da negra terá predominado nas relações sexuais como nas sociais do europeu com as mulheres das raças submetidas ao seu domínio. O furor femeeiro do português se terá exercido sobre vítimas nem sempre confraternizantes no gôzo; ainda que se saiba de casos de pura confraternização do sadismo do conquistador branco com o masoquismo da mulher indígena ou da negra (1969: 68-69).

“Também é característica do regime patriarcal o homem fazer da mulher uma criatura tão diferente dele quanto possível. Ele o sexo forte, ela o fraco; ele o sexo nobre, ela o belo... A extrema diferenciação e especialização do sexo feminino em “belo sexo” e “sexo frágil”, fez a mulher de senhor de engenho e de fazenda, e mesmo da iaiá de sobrado, no Brasil, um ser artificial, mórbido. Uma doente, deformada no corpo para ser a serva do homem e a boneca de carne do marido... O homem patriarcal se roça pela mulher macia, frágil, fingindo adorá-la mas na verdade para sentir-se mais sexo forte, mais sexo nobre, mais sexo dominador.” (1979: 93-94, 98)

“Towner lembra que nas sociedades primitivas o menino e o homem são quase iguais. Dentro do sistema patriarcal, não: Há uma distância social imensa entre os dois... É verdade que a meninice, nas sociedades

patriarcais, é curta. Quebram-se logo as asas do anjo. E deste modo se atenua o antagonismo entre o menino e o homem, entre o pai e o filho. Nos períodos de decadência do patriarcalismo... semelhante antagonismo não desaparece; transforma-se, ou antes, prolonga-se, na rivalidade entre o homem moço e o homem velho.” (1979: 67)

Aliás, é na discussão dos “períodos de decadência” do patriarcalismo, abordada em “*Casa Grande e Senzala*”, mas com maior clareza ainda em “*Sobrados e mocambos*”, que são retratadas com um ar de saudosismo as perdas sofridas pelo patriarcalismo no decorrer da história. Neste processo a ênfase na esfera privada e o recurso à abordagem culturalista se mostram particularmente eficientes em amenizar as denúncias de uma série de práticas que ele define como autoritárias, mórbidas, doentias, perversas etc, sejam elas associadas à escravidão, às relações de gênero ou às relações de geração.

O conflito público decorrente da relação estrutural de exploração se dilui diante da capacidade do patriarca incluir as índias, e ainda muito mais, as negras, num ambiente de intimidade com o seu amo: Deita-se e sifiliza-se junto com elas, aceitam-se os seus filhos como se fossem legítimos, torna-se padrinho, amamenta nos seus peitos, aprecia-se a sua arte culinária, contagia-se com o seu riso e alegria, adotam-se as suas práticas religiosas, brincadeiras e forma de falar, e assim por diante.

O detalhamento de cada um destes elementos culturais enche de carinho um relato da expropriação do que é dos outros para fazer parte de uma realidade construída por e para os patriarcas. Ameaçados pelas mulheres que se destacam e ficam “como se fossem homens” na administração das suas propriedades; ameaçados pelos filhos bacharéis, cuja projeção no mundo em urbanização e industrialização permite que ousem questionar a autoridade da geração superior, os patriarcas procuram carimbar o público com a informalidade do privado. O homem cordial, o patriarca, é um integrador, mas é um integrador que seleciona elementos que protegem o seu domínio particular - aquela cordialidade que Sérgio Buarque reconheceu como interesseira e subversiva ao estabelecimento a uma ordem impessoal, reconhecadora de direitos.

É curioso notar que a ideia de cultura nasceu no fim do século passado, numa Alemanha esfacelada em territórios que buscavam símbolos para promover a construção de nações. Mas uma vez, no Brasil do meio do



século XX, a noção anda de mãos dadas com a construção de um Estado forte, esta vez na era de Vargas, contribuindo para ele com muitos fragmentos e traços que são incluídas em ideias integradoras que atizam a consciência de pertencer a uma única nação - como escravos, esposas e filhos pertenciam ao patriarca - senhor de engenho. Para este projeto, é preciso que a diversidade cultural seja reconhecida e descrita, mas que ela não se torne uma arma para políticas desintegradoras. Por isso, “*Casa Grande e Senzala*” mostra um índio genérico cuja forma de viver só se torna interessante na medida em que partes dela são apropriadas e apreciadas (ou mesmo rejeitadas) pelo colonizador e senhor de engenho.

O crivo patriarcal determina que mais atenção seja dada aos elementos “domesticados”. Não é diferente para o negro, embora haja maior riqueza na elaboração de informações produzidas sobre observação numa área que sofreu intensas importações de mão de obra escrava. Para quem vê de fora, este olhar integrador perturba profundamente. Vemos perfeitamente nas críticas contundentes de Mariza Corrêa (1982) sobre a incapacidade da perspectiva de Freyre abarcar e reconhecer a diversidade. E ela se refere explicitamente à diversidade observável nas histórias de outras regiões e classes brasileiras (tanto de candidatas muito bem cotados para novas hegemonias nacionais, quanto de grupos sem vozes), bem como à própria diversidade social que compõe o universo da área canavieira.

O colapso da diversidade, sempre invocada, mas ressignificada como parte de uma nação em construção e não como reificação da própria diversidade e base para identidades à parte, contribui para uma obra integradora de patriarcas miscigenadores que enfrentam e superam as contradições das hierarquias nas quais estão inseridas. Mesmo que a história condena o patriarca à superação, ele impõe a valorização do privado sobre o público, e a nação encontra as suas raízes. A multiplicidade é uma multiplicidade centralizada, e o “outro” é primitivizado e dominado.

Do mesmo jeito que o evolucionismo faz com que as outras civilizações fazem parte do seu passado, o culturalismo nacionalista faz com que as outras culturas fazem parte de uma história integradora da nação. A salvação é uma obliteração da diversidade através do seu reconhecimento como parte de um todo maior central- na sua origem, duas vezes patriarcal.

## **Feminismo: O patriarquicídio, a igualdade e a diversidade**

O feminismo tem uma declarada finalidade política do resgate da condição feminina. Ele se pauta em torno da aceitação de uma militância política com as beneficiárias definidas como ligeiramente mais que a metade da população mundial: As mulheres. Não é possível revisar uma literatura contemporânea tão vasta, rica e diversificada, mas é possível comentar que, como ideia salvacionista, e especialmente no auge da sua formação mais sistemática como abordagem interpretativa de fenômeno social nos anos 60 e 70 do século XX, boa parte da sua inspiração se encontra na recuperação de uma leitura de ideias evolucionistas de Engels, onde a transição do matriarcado ao patriarcado merece um lugar de realce. O feminismo encontra espaço num mundo onde os ideais desenvolvimentistas estão sendo questionados - as guerras de domínio mundial geram protestos e desilusão, a intensificação da pobreza nos países que estão se subdesenvolvendo, o estabelecimento de ditaduras desrespeitadoras de direitos humanos especialmente na América Latina, e a marginalização de segmentos numerosos de todas as sociedades, apagam o brilho das ideias nacionalistas otimistas. A mão firme do Estado se identifica cada vez mais como uma mão opressora, excludente e questionável. E é exatamente nestas brechas onde o feminismo encontra um respaldo social para a eleição do patriarcado como o alvo principal das suas críticas (Albernaz, 1996; Lorber, 1998; revisam autoras/es principais).

A superação do patriarcado é uma bandeira de luta. O patriarcado entra na formulação feminista como uma combinação do histórico e do evolucionista. Contrário aos que estavam querendo salvar a nação, não tem um passado histórico saudoso a ser valorizado no contexto do feminismo, e sim o declínio de uma instituição repressora a ser comemorado. O resgate do idealismo igualitário do quadro conceitual evolucionista reverbera positivamente - mas agora a ênfase recai sobre o ponto que antecede a procura da igualdade de classes do marxismo evolucionista: A questão da igualdade de homens e mulheres. O mito da transição matriarcado-patriarcado identifica um usurpador de poder, atuante nas esferas privada e pública, e controlador direto de mulheres e da sua prole.

O feminismo promove abertamente o patriarquicídio. Inicialmente o alvo do poder desmedido exercido pelo homem frequentemente se associa a uma abordagem onde este objetivo de poder é ofuscado pela relação em que está encontrada, e o homem se torna adversário: O avanço da mulher só se dava às custas do homem. Mais uma vez, encontramos a associação de ideias salvacionistas com uma negação da complexidade da diferenciação. A diversidade se resume a uma dualidade. O poder do macho e o androcentrismo devem ser minuciosamente analisados, denunciados e devem ser propostas alternativas femininas (Saffiotti, 1978, 1987). A intensificação da participação da mulher na força de trabalho serve para as duas propostas: Demonstra a discriminação contra ela, e também evidencia a sua crescente importância na arena pública de emprego (Aguiar, 1984). Permite reconsiderações sobre as teorias econômicas clássicas de valor e uma nova significação da produtividade do trabalho doméstico e de medidas de economia costumeiramente calcadas numa divisão exagerada entre o público e o privado (Bruschini, 1983).

Mas o contexto social da aparição e desenvolvimento do feminismo não permite a perpetuação de um argumento que polariza de uma maneira simplória homens e mulheres em nome da superação do patriarcado. Como diz Aguiar (1997) ao comentar as poucas análises sociológicas das ideias patriarcais entre autores nacionais, “O efeito proporcionado por esta omissão é de desconsiderar o contexto histórico em que as demandas feministas ocorrem, enquanto movimento político que combate o autoritarismo em variados campos” (p.164). A problematização da diversidade é um dos maiores desafios do feminismo, justamente pelo fato de ter florescido numa época de contestação generalizada ao autoritarismo.

Com o crescimento do domínio globalizado do capitalismo, os combates ideológicos e político-econômicos no mundo não se dividem repetidamente em dois campos, e a descoberta da pluralidade é favorecida. As exclusões intensificam, e se dão em múltiplos campos, entre eles os étnicos, econômicos, políticos, de geração e de gênero. A formação de alianças contra o autoritarismo requer que um argumento de igualdade identifique a diversidade como seu fundamento básico. Assim, o caminho é o inverso do caminho dos ideólogos da identidade nacional “integrada”. A afirmação da diversidade encontra um contexto do movimento político:

“Em todos estes contextos e mais, feministas estão construindo consensos em torno de valores compartilhados e perspectivas políticas ao mesmo tempo que rejeitam homogeneidade. Diferenças de poder entre mulheres são nomeadas e seriamente resistidas, enquanto outras diferenças são honradas. Prioridades e estratégias variadas e diversas culturas e histórias são vistas como forças importantes... Construindo solidariedade que honra a especificidade de indivíduos, comunidades e lutas não é uma tarefa fácil.” (Miles, 1998:125)<sup>1</sup>

O patriarcado se redefine neste contexto, como metáfora encarnada do autoritarismo. Se nas suas primeiras acepções dentro do movimento feminista, ele identifica um adversário único, na reelaboração e formação de alianças do movimento, ele se torna uma espécie de cristalização sintética de relações de poder que admite, e até clama para, diversidade. Nesta construção de alianças o próprio termo “patriarcado” é preservado e constantemente retrabalhado como referência, e isto carimba o objetivo salvacionista igualitário de resgate da condição feminina como uma de muitas diversidades que precisam ser respeitadas.

As listas de temas que encontram a sua relevância realçada com o advento de feminismo são grandes, desde o apelo de Barbieri à investigação das “fronteiras e exceções” que elucidam os princípios desiguais da organização social, até a identificação de temas realizada por Neuma Aguiar no fim do seu artigo sobre patriarcado na sociologia clássica e no pensamento social brasileiro:

“A variedade de questões avançadas pelos autores clássicos e do pensamento sociopolítico brasileiro sobre a dominação patriarcal incluem os seguintes temas que são enriquecidos quando vistos em conjunto com as discussões contemporâneas avançadas pelo feminismo: propriedade econômica; propriedade e comando sobre o corpo e a sexualidade; relação entre autoridade patriarcal e a racionalidade religiosa na gestão sobre a sexualidade e a reprodução; relação entre dominação patriarcal e poder político na esfera nacional e local; políticas de alianças em base patrimoniais e seus limites.” (Aguiar, 1997:188-189)

O patriarcado de hoje é um patriarcado indissociável à teoria feminista e à sua procura de uma igualdade que respeita as diferenças, uma igualdade calcada numa leitura idealista e política - o que chamamos aqui de

---

<sup>1</sup> Tradução do autor.

“salvacionista” - do potencial de relações entre homens e mulheres. Ele é uma maneira de abordar o poder, e perceber o quanto as percepções socialmente construídas do mundo contêm imbricações de desigualdade fundamental. Talvez a declaração sucinta de Linda Christiansen-Ruffman, que propõe um “Iluminismo Global Feminista” mostre melhor por onde andam as propostas feministas contemporâneas para o uso “salvacionista” da ideia e pelo “respeito à diversidade” neste empenho.

**Patriarcado** - subverter as relações de poder patriarcais e relacionadas ao patriarcalismo, aprender sobre os muitos mecanismos de discriminar e de oprimir em contextos diferentes, e compreender como homens e mulheres reproduzem poder patriarcal enquanto o conhecimento e recursos femininos estão apropriadas para propósitos desumanos (1998:16)<sup>2</sup>.

## **Salvacionismo, diversidade e alianças políticas na construção de teoria**

O “salvacionismo” abordado neste trabalho, repito, é um salvacionismo mundano. É a escolha de preferências e alianças políticas com grupos e segmentos sociais específicos que tingem a construção da teoria social com a cor dos seus tempos históricos e das adesões dos seus autores. Há uma associação próxima entre teorias que podem ser identificadas como francamente salvacionistas, e o emprego de uma ideia de patriarcado como parte da base que sustenta a teoria. Referir-se ao patriarcado chama atenção a uma figura central, que pode ser tratada como alvo de críticas ou de elogios em conformidade com as alianças tácitas e abertas com grupos sociais feitos pelos seus construtores. Em qualquer caso, isto permite um colapso na valorização da diversidade social. A diversidade se torna, de uma só vez, tanto um fenômeno identificado pela sua associação à exploração centralizadora do patriarca (seja integrada com ele, ou seja, unida para superá-lo), quanto exatamente o caminho pelo qual as próprias teorias salvacionistas são forçadas a enfrentar as suas próprias limitações e se redimensionarem.

---

<sup>2</sup> Tradução do autor.

## Referências bibliográficas

- AGUIAR, Neuma. Perspectiva feminista e o conceito de patriarcado na sociologia clássica e no pensamento sociopolítico brasileiro. In: Aguiar, Neuma (Ed.). *Gênero e ciências humanas: Desafio à ciência desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Record-Rosa dos Ventos, p. 161-191, 1997.
- AGUIAR, Neuma (Ed.). *As mulheres na força de trabalho na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- ALBERNAZ, Lady Selma Ferreira. *Feminismo até certo ponto! Representações do feminismo no contexto das práticas profissionais e de gênero*. 1996. Dissertação (Mestrado em Antropologia)-Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1996.
- ANDRADE, Mário de. *Macunaíma: O herói sem nenhum caráter. Edição crítica de Telê Porto Áncora Lopez*. Florianópolis: UFSC, 1988.
- ALENCAR, José Arraes de. *Vocabulário latino por famílias etimológicas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1944.
- BOAS, Franz. The limitations of the comparative method in anthropology. *Science*, v. 4, p. 901-908, 1896. (Reimpresso em *Race, Language and Culture*. New York: MacMillan Co., 1940).
- BRUSCHINI, Cristina Aranha; MADEIRA, Felícia Reicher. A família, a estrutura social e as formas de participação na produção social. *Cadernos Ceru*, São Paulo: Ceru/USP, n. 18, 1983.
- CANDIDO, Antônio. The Brazilian family. In: SMITH, T. Lynn; MARCHANT, Alexander (Ed.). *Brazil: Portrait of a half continent*. New York: Dryden, 1951.
- CHRISTIANSEN-RUFFMAN, Linda (Ed.). Developing feminist sociological knowledge. In: *The global feminist enlightenment: Women and social knowledge*. (Pre-Congress Volume). Montreal: International Sociological Association, 1998.
- CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. In: ALMEIDA, Suely Kofes. *Colcha de retalhos: Estudos sobre a família brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- DA MATTA, Roberto. *Relativizando: Uma introdução à antropologia social*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- ENGELS, Friedrich. *The origin of the family, of private property and of the state*. Introduction: REED, Evelyn. New York: Pathfinder, 1972.
- \_\_\_\_\_. *Sobre a mulher: Marx, Engels, Lenin*. 3 ed. In: PEREIRA, Otaviano (Ed.). São Paulo: Global, 1981. (Trechos citados).

- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 14 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, [1933] 1969.
- \_\_\_\_\_. *Ordem e Progresso*. Rio de Janeiro: José Olympio, [1959] 1976.
- \_\_\_\_\_. *Sobrados e mocambos: Declínio do patriarcado rural e o desenvolvimento do urbano*. Rio de Janeiro: José Olympio, [1939] 1979.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, [1936] 1988.
- LEVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural dois*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1976.
- LORBER, Judith (Org.). *Gender inequality: Feminist theory and politics*. Los Angeles: Roxbury, 1998.
- MILES, Angela. Feminist sociology and social movements: New possibilities, new paradigms for sociology and the world. In: CHRISTIANSEN-RUFFMAN, Linda (Ed.). *The global feminist enlightenment: Women and social knowledge*. (Pre-Congress Volume). Montreal: International Sociological Association, 1998.
- MORGAN, Lewis Henry. *A sociedade primitiva*. Lisboa: Rosina, [1877] 1980.
- MOTTA, Roberto M. C. O modelo de família e o problema do método em Gilberto Freyre. *Revista Antropológicas*, Recife: PPGA-UFPE, v. 1, n. 2, p. 86-96, 1997. (Série Família e Gênero).
- NINA RODRIGUES, Raimundo. *O animismo fetichista dos negros babilônios*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. Macunaíma: Ser e não ser, eis a questão. In: ZARUR, George (Ed.). *Etnia e nação na América Latina*. Washington: OEA, v. II, n. 44-45, p. 113-131, 1996.
- ROMERO, Sílvio. *O evolucionismo e o positivismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Álvarez e Cia, 1895.
- SAFFIOTTI, Heleieth. Women in class society. *Monthly Review*, New York, 1978.
- \_\_\_\_\_. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.
- SCHWARZ, Lilian. *O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo: Companhia de Letras, 1993.
- SEYFERTH, Giralda. *Imigrantes e cultura no Brasil*. Brasília: UnB, 1990.
- WINCH, Robert F. *The modern family*. New York: Holt, Rinehart and Winston, [1953] 1963.





# Famílias e campos de negociação para políticas públicas: Polissemia e mobilidade

Neste trabalho, provocado pelas instigações das participantes da mesa “As famílias no Brasil: Passado e presente” num encontro em Belo Horizonte em 2005, realizam-se duas indagações gerais sobre a família nas políticas públicas: A primeira é sobre as consequências da polissemia e diversidade do termo “família” para a formação de um campo de negociações sobre políticas; e a segunda enfoca a relativa inflexibilidade do Estado gerada no processo de disciplinar os seus objetos de políticas, e a sua relação com questões de mobilidade e mudança.

Uma das questões que inevitavelmente subjaze estas linhas é se a “família” tem, de fato, uma cara política. Ora a família é vilã, ora é protagonista. De um lado, têm-se evocada a família para defender a tradição, a propriedade, a igreja, a nação, a maternidade submissa etc. De outro lado, a têm-se evocado para se contrapor a processos de exploração e subordinação de indivíduos diante do Estado e de outras entidades, organizações e campos simbólicos instituídos poderosos. Odiada e execrada em algumas fases e correntes do feminismo pelo que representa como veículo discursivo e organizacional máximo da subordinação à ordem androcêntrica, a família é ressuscitada, ressignificada e inserida em outras pautas de reivindicações em diferentes fases e correntes, igualmente feministas. Será que um objeto tão impreciso quanto este pode e deve ser alvo de políticas concretas? Antecipo a minha opinião positiva, na expectativa que estas linhas possam ser lidas como uma contribuição para um debate que promova uma percepção do potencial da inclusão e do reforço da família como objeto explícito de políticas públicas.

## As provocações

A mesa do seminário em pauta se chamava “As famílias no Brasil”. Quando uma mesa se intitula “as famílias” no Brasil, ela já pede para ressaltar a diversidade. Ainda mais, quando a mesa promete uma cacofonia simpática e aprofundada através da composição com uma historiadora (Eni

Samara), uma antropóloga (Coleta Oliveira) e uma demógrafa (Suzana Cavenaugh). E a sugestão que falassem do passado e do presente, também não poderia dar outro resultado diferente. Ser incomodado pelas observações desta mesa é ser estimulado a refletir, e também a oferecer novos pontos num esforço de ordenar, senão para aumentar, o incômodo generalizado sentido pelo assunto.

Incomoda saber que o que acreditamos ser novo na família não é tão novo assim, mesmo após os descontos pelo contexto histórico. Não é só de agora que as mulheres estão trabalhando e chefiando famílias. E se a família, outrora vista como de modelo patriarcal, se caracteriza por diversidade e multiplicidade hoje, o mesmo também se pode dizer através de uma releitura cuidadosa dos tempos passados. Neste sentido, a memória sobre a diversidade sofre por múltiplos lapsos: Faltam dados suficientes e confiáveis, leituras reconstruídas pelo olhar do tempo presente, e interpretações que favorecem omissões em defesa de posicionamentos questionáveis.

Incomoda também saber que em nome da família e da própria definição de políticas sociais capitaneada por porta-vozes norte-americanos da alta modernidade, consagrou-se um conservadorismo que favorece uma compreensão que localiza a desestruturação familiar como fonte da delinquência e da transgressão. Esta perspectiva atrela uma compreensão de moralidade e de sanidade a alguns elementos de composição heterossexual/biparental de grupos domésticos e famílias, acusando composições e modelos divergentes de serem provas da existência de crises. Se tal perspectiva não serve para outra coisa, serve como contraponto para pensarmos novas maneiras de lidar com a diversidade de vínculos entre as pessoas. As redes de solidariedade e renegociação social, de redistribuição, de proteção social, de revolta de gênero e da luta para direitos em torno de reprodução, cuidados paternos e maternos, divórcios e separações não aparecem automaticamente como fazendo parte de políticas de família. São incluídos por negociação e por inserção entre questões contemporâneas.

Ainda mais, incomoda saber que os muitos administradores que precisam identificar famílias para aplicar políticas públicas sofrem de problemas de intercomunicação que se assemelham à bíblica Babel: Tentando conciliar famílias e grupos domésticos, responsáveis e chefes,

consumo e residência, o evidente e o oculto, e, mais que tudo, as múltiplas finalidades de levantamentos realizados com instrumentos diversos para programas e registros específicos. Dá para comparar? O que fazer com os “imponderáveis”? Como contar, e ainda manter a validade da contagem quando as coisas mudam? Cadastros são declarações de significados que gravitam para o status de retratos que congelam uma imagem que é a desejada, seja pelo cadastrado seja pelo cadastrador. Como realizar os retoques nestes retratos é um enorme desafio para a definição de políticas. Não são poucos que dizem que é possível arrumar dados para defender qualquer posicionamento. Maleabilidade, diversidade e mobilidade no tempo e no espaço constituem dores do processo de disciplinamento que fazem parte de uma política implica.

## **Família e campos de negociação: Polissemia**

O problema não é somente que a família é diversa. É também que o próprio termo “família” é polissêmico e escorregadio. E é justamente isso que provoca, simultaneamente, um encanto e um desencanto como alvo de políticas públicas. Referir-se a família, seja no Brasil, seja em qualquer outro lugar, é introduzir-se a um conjunto de categorias de atenção preferencial entre os quais se destacam (sem esgotar o leque) gênero, geração, parentesco, herança, coletividade, moralidade, identidade, hierarquia, produção, reprodução, consumo, distribuição e residência. O ato de centrar-se em alguma destas categorias, e de traçar as suas interseções com raça, classe, geopolítica, macroeconomia, educação, tempo e história, particularidade ou universalidade ou qualquer outro assunto, é entrar num **campo de negociação** de relevância para a elaboração e a aplicação de políticas públicas. Um deleite dos magos profissionais da estatística seria de calcular quantas possibilidades de enfoque daria todas as interseções possíveis dos termos referidos! O número encontrado, muito ao gosto destes magos, convidaria ao abandono imediato de qualquer pretensão de “amarrar o assunto”. O que se enxerga, assim, é que a ideia de família ser objeto de políticas públicas, não é, necessariamente, um caminho de maior precisão de enfoque.

Cabe dar um exemplo da dificuldade de amarrar o assunto. Quando se pergunta se focar a família numa política vai beneficiar a subordinados ou a superordinados, a resposta será, consistentemente, aquela, muito

decepcionante, e sempre correta, “depende”. Argumentos convincentes apontam em ambas as direções. Como a família é sempre contextualizada, o **campo de negociação** muitas vezes gira em torno de exatamente o convencimento que alguma outra questão, compreendida com outros referentes, justifique uma priorização política.

De um lado, de certa forma, ao focar família há uma volta simbólica ao que autores anteriores já reconheceram ao falar da sua subordinação a outras esferas. É o caso dos teóricos do modo de produção doméstica, como Sahlins e Meillasoux, que ressaltam a sua existência costumeiramente inferior a outros modos de produção; como também de Goody que traça a história e evolução da relação da formação do domínio doméstico com enfoques comparativos na África e na Europa; como Balandier que insere relações de gênero e de geração em sistemas mais amplos de desigualdades e de desenvolvimento intensificados com as colonizações; como Chayanov e uma miríade de estudiosos do camponeses que desvendam uma “outra” lógica entre estes produtores; ou ainda como Firestone que identifica a família como peça operante fundamental da subordinação feminina na sociedade androcêntrica. O que é comum a todos estes autores, bem como a muitos outros que mereceriam menção, é uma forma de relatar que valoriza a família e o domínio doméstico enquanto esfera não somente da instauração de estruturas de exploração, mas também como local de potencial resistência ou revolta contra as mesmas.

Mesmo assim, de outro lado, não se pode confundir falar de família com falar de resistência. O apelo histórico de família como referente para políticas e de ideologia de legitimação é repleto de percalços que aconselham que a sua maleabilidade permita uma apropriação para uso por quase qualquer finalidade. A família, *a base de tudo* na constituição, inclui neste “tudo” questões que a associam à bandeira de luta conservadora e religiosa na defesa da propriedade e contra o comunismo (“*Sociedade brasileira de tradição, família e propriedade*”, Plínio Corrêa de Oliveira), ou como a referência para a construção de um mito da formação patriarcal de uma nação (cujo expositor mais influente é Gilberto Freyre), ou como um baluarte estruturado do destino que o caminho da modernidade idealiza posterior à Segunda Guerra Mundial (nos tempos de Moynihan, Winch e Goode) Como se percebe nas discussões sintéticas e críticas destas ideias de Carlos Medina (1974), e ainda mais de Ana Goldani (1993) e de Mariza

Corrêa (1984) e de Gizele Zanotto (2007), a imagem criada tende mais para o contrário de resistência. Quando Bourdieu (1993) alerta sobre os conteúdos que já vem empacotados em ideias “prontas” sobre família, convida a quem quisesse pensar sobre estes assuntos a conjugar a discussão da família por uma série de elementos suscitadas pelo termo, evitando a reificação “simbólica” de estruturas de dominação.

Não é de hoje que se fazem boas revisões sobre as implicações de família nas políticas públicas. Há uma reflexão ampla que não convém resumir aqui (Carvalho, 1997; Goldani, 2002; Jelin, 1997; Arriagada, 1998) e há outras interfaces interessantes (ainda pouco exploradas) dos seus assuntos com os de autores de direito de família (Leite, 2002; Serejo, 2005; Madaleno, 2004). Estas reflexões têm uma sensibilidade à complexidade e multiplicidade de questões envolvidas na compreensão dos assuntos levantados por um enfoque em família, e também são relatos em defesa da importância de algum critério como merecedor de realce.

Um termo tão polissêmico como família nunca pode chegar a definir, sozinho, algum posicionamento. Evocá-la como objeto de políticas, mais de que um ato de inclusão, é uma proteção contra a exclusão de alguns questionamentos no **campo de negociação** sobre o que fazer a benefício de quem. Não é por acaso que muitos dos que escrevem sobre políticas de família falam em proteção, em vulnerabilidade, em suporte, e apelam para a questão da “qualidade de vida”. A família, mesmo permeada por desigualdades internas e mesmo capaz de sistematicamente referir-se a elementos de integração, solidariedade e reciprocidade, não é uma firma, não é um partido, não é uma religião. Ela pode ser arrolada para defender todas essas instituições, e é incontestavelmente imbricada nas redes que interconectam todas elas, e outras. Consegue, ao mesmo tempo, satisfazer e frustrar muitos.

Um ponto evidente é que a família como política continua polissêmica. Identificar o que ela inclui é um passo para concretizar o trato de algum assunto no **campo de negociação** que visa a aplicação de alguma ação. Mas virando a mesa, talvez seja mais importante reconhecer que é *o que não permite excluir* que serve para melhor advogar a continuação dela como norte da formulação de políticas. Ou seja, é justamente por não marcar um posicionamento político, e por transpassar todos, que abre a negociação para a própria definição de campos relevantes. Ela não é excludente, e por

ser assim, amplia as margens do que se entende como relevante por quaisquer outros critérios adicionais. O ponto de partida é diferente que a que Bourdieu recomenda: Ao não predefinir um campo estruturado, deixa um espaço de interface múltipla aberto.

A negociação se dá em torno da valorização de acordo com a combinação de alguns referentes preferenciais associados à família, quase sempre acompanhados por algum referente adicional cuja justificação provém de além de esferas costumeiramente entendidas como relacionadas com a família. A eleição de qualquer prioridade parece ser um exercício que exige algum referente exatamente no campo extrafamiliar, pois família (como todas as outras coisas) só faz sentido quando inserido num contexto relacional estruturado. Mas o que importa não deixa de ser a explicitação da confluência deste outro assunto sobre o que se entende como “família”.

Resumindo, não se tira como conclusão que seja um exercício fútil promover atenção à família na formulação de políticas públicas. Evita-se, sim, a ilusão que a identificação do objeto tenha resolvido muita coisa. O importante é a circunscrição parcial de um **campo de negociação**. Neste campo, quem advoga uma política pública de família dispõe de um elenco de assuntos (o conjunto incompleto que chamei de “categorias de atenção preferencial”). O realce de um ou outro destes assuntos, evidentemente, é sujeito a bastante variabilidade de acordo com as características e interesses dos negociadores das políticas. Ao pronunciar-se favorável a uma política de família, o negociador forma um campo de discurso no qual dispõe de um conjunto de assuntos que não são “descartáveis” como sendo “de menor importância” tanto na hora de formular ou aplicar ações, quanto na de interpretar e avaliar o seu alcance. Ressaltar um, ou alguma combinação, destes assuntos dá margem positiva para negociar, reconhecendo que a “relevância para a família” é um critério positivo que entra em jogo.

## O Estado diante da mobilidade desafiadora

Se a polissemia do termo “família” lhe confere um lócus privilegiado para inclusão em múltiplos campos de negociação para definir políticas públicas, na hora de concretizar uma ação, acompanhar a sua aplicação e avaliar o seu impacto, esta mesma polissemia se converte em fonte de consternação para planejadores e administradores. A “mobilidade conceitual” que favorece uma ampla negociação para a inclusão como

objeto de políticas, erige uma barreira que dificulta a identificação de beneficiários e avaliação de efeitos. Uma vez determinada, uma política, seja universal, seja específica ou setorial, requer um acompanhamento de um Estado vigilante. Mas, como James Scott tem argumentado persuasivamente (1998), o Estado é permeado por perspectivas simplificadoras de realidades sociais que são complexas. E uma exemplificação disto é justamente na operacionalização de políticas desenhadas para serem de “famílias”. Se famílias são conceitualmente escorregadias, os instrumentos que o Estado elabora para entendê-las e atendê-las, com critérios de inclusão e exclusão, demonstram bastante rigidez e intolerância. E isto quando mobilidade e maleabilidade são chaves da perpetuação da instituição de família.

Mesmo quando os administradores de políticas públicas desenvolvem uma consciência que as coisas mudam e giram em torno de questões diferentes de apenas aqueles que eles almejam com as suas políticas, raramente encontram meios satisfatórios para apreender essa realidade. Uma política é um anúncio de uma vontade de promover alguma mudança com ações concretas. Mas para efetivar a medição da mudança, tem que captar momentos concretos e comparar com outros, posteriores, para ver se a política está “surtindo efeitos”. E neste processo, qualquer manifestação de mobilidade do objeto atrapalha. É o famoso “*caeteris paribus*” - quando, de fato, as outras coisas não ficam iguais. Dito de outra forma, a expressão poderia ser “ignorando-se outras diferenças”. Ao definir uma política como sendo de “família” abre-se a perspectiva de ter que admitir uma versatilidade que admite que “outras coisas também entram em jogo”.

O acompanhamento de políticas que precisam definir famílias que serão “beneficiadas” ensina muito sobre o choque entre famílias e planejadores e administradores na percepção desta dificuldade. Em todos os casos, as famílias procuram usar as estratégias de múltiplas adaptações a condições existentes que fazem parte da flexibilidade de ação familiar. A polissemia e complexidade da família são acionadas pelas famílias em defender o seu benefício, enquanto, os planejadores e administradores elegem elementos e horas específicos numa acusação das famílias de serem “proveitadoras”, justamente porque agem como famílias.

O primeiro exemplo é num projeto habitacional urbano no Recife nos anos 60. Com a compreensão que as famílias faveladas (em torno de 40% monoparentais femininas) tinham da cabeça dos planejadores, um bom número de mulheres chefes de família tornou o expediente de arrumar bons amigos homens para serem incluídos como seus parceiros, para constar no levantamento feito prévio à distribuição de apartamentos. Apesar do fato que estes homens não eram suficientemente bons para que elas quisessem morar com eles, a expectativa de que uma constatação formal de elas fazerem parte de uma “família desestruturada” poderia impedir o recebimento de um espaço digno de viver levou a arranjos temporários. E para as que recebiam os seus apartamentos na implementação do projeto, ainda havia a retribuição a fazer para estes amigos, cobrada de formas diversas. Hoje em dia, os avanços na compreensão da diversidade de estruturas familiares e direitos de mulheres fazem com que tal prática de “arranjos” seja muito menos necessário em moradia urbana.

O segundo exemplo se refere às “famílias de agricultores” atingidas pelas águas da barragem de Itaparica. Elas teriam direito a uma nova morada quando as suas casas e terras ficassem inundadas. Foram cadastradas em 1986, para dois ou três anos depois receberem lotes de acordo com o “cálculo da mão de obra familiar” com dados desse cadastro. No tempo do cadastro, as famílias, prevendo a probabilidade do uso de critérios rígidos de inclusão e exclusão, se adaptaram promovendo uniões, construindo novas residências e chamando parentes migrados de volta. Estas ações eram alvos das línguas ferinas dos responsáveis pelo cadastro que percebiam quase qualquer modificação nos grupos residenciais e matrimônios como tentativas de burlar o governo. Efetivamente, no intervalo entre cadastro e traslado, quem casou, quem saiu de casa e quem voltou não ganhou direito a uma nova morada. Pior ainda, a morosidade do governo fez com que boa parte das novas moradas ainda foi entregue sem estar acompanhada por terras em condições de trabalhar. Mas para a determinação do tamanho dos lotes, continuou valendo o antigo cálculo da mão de trabalho familiar. Assim, por não querer perceber que famílias mudam e tentam garantir condições para os seus componentes, houve distorções grandes decorrentes de modificações que ocorreram (nascimentos, saídas e chegadas, casamentos, mortes)



depois de mais 1 a 15 anos adicionais necessários para o governo criar as condições para plantio.

O terceiro exemplo, mais atual, ocorre com o Programa Saúde da Família (PSF), uma situação clara da eleição explícita da família como objeto de uma política e das dificuldades de acompanhar a lógica das famílias. É admirável o quanto profissionais de saúde trabalhando no PSF no Brasil, numa espécie de afã de encontrara quem pode identificar-se com o seu grupo profissional, cobrem à população que compreenda “as modificações no modelo de atendimento de saúde”. Como famílias envolvidas na vida cotidiana, a esta população cabe mais usar as suas próprias medidas de avaliação do que significa para eles o atendimento disponível. “Saúde” é um assunto prezado por e para todos, mas não seria o caso impô-lo como “o” eixo que organiza a vida familiar. O cadastro é domiciliar, e não familiar, e os exemplos da territorialidade ser um fator mais importante que o familiar abundam. Ainda há cadastros que nem indicam o parentesco de quem é da casa. O simples ato de receber uma visita mais ou menos demorada de um parente do interior ou de outro bairro em casa complica o controle da equipe do PSF. Isto agrava ainda mais, quando algum parente adoece e vem passar uma temporada em casa, pois a sua inclusão no atendimento é um elemento polêmico. Como lidar com o fato de não ser cadastrado? E se for uma grávida de risco, cuja condição ou não foi bem acompanhada fora, ou que se sinta melhor chegando ao acolhimento de alguns familiares nesta hora, também não é fácil. É desproporcional o número de casos de mortalidade neonatal e infantil nos quais as equipes declaram desconhecer a residência da mãe, ou ela ser de fora da área da equipe. Ainda mais, a composição de grupos operativos, obedece a lógica de patologias (hipertensão, diabetes), mais que de gênero e geração. Mesmo diante de todos estes entraves, o tratamento personalizado de profissionais que convivem diariamente com a população permite um conhecimento que efetivamente considera as relações familiares, e neste sentido, o PSF é uma demonstração de algumas das consequências positivas, mesmo se complicadas, que pode advir da família ser alvo de políticas públicas. Claro que além da família, trata-se de saúde, de território, de universalização, de gênero, de geração...

## Campos de negociação e alianças estratégicas

Entender famílias brasileiras no contexto de políticas públicas vai além da importante, e óbvia, constatação que as famílias são diversas e que o planejamento e a administração das políticas têm dificuldade de dar conta desta diversidade. Mesmo sendo um termo polissêmico, a família circunscreve um conjunto de questões (como listei parcialmente antes: Gênero, geração, parentesco, herança, coletividade, moralidade, identidade, hierarquia, produção, reprodução, consumo, distribuição e residência) que faz com que não seja um termo neutro. Falar de família como objeto é criar um aliado estratégico que, mesmo que implique numa ampla lassitude de definição, não permite a exclusão de uma série de questões do campo de negociação sobre a relevância de políticas públicas. Identificar as dificuldades de registrar e administrar, de uma forma justa, alguma ação concreta - seja um programa habitacional, uma remoção e reassentamento de população, um programa de saúde ou qualquer outra ação - não são exercícios que simplesmente suscitam críticas sobre o diálogo problemático entre o Estado e a população. Ao pensar ações concretas tendo como interfaces e repercussões sobre famílias, cria-se uma aliança estratégica entre a formação de uma política e a sua avaliação. A família não anda só; se alia com outras questões, dando uma consistência maior ao todo, criado na aliança. A prática costumeira dos defensores de uma política, ou de políticas, de família, é de associar a família a algum outro campo de valorização - como justiça distributiva, respeito à diversidade, igualdade de gênero, promoção da democracia, solidariedade e reciprocidade, ou simplesmente humanidade - e aproveitar para contextualizar a discussão de família nestes termos. Seja no mudar entre interlocutores, seja no passar do tempo, falar de família tem passado por transformações nas suas referências e inserções em estruturas de poder (R. Parry Scott, 2004). Na discussão contemporânea que ressalta a diversidade da família, ela se torna uma maneira de efetivar a defesa de algumas outras metas, armando os defensores com exemplificações concretas que não permitem que se afaste de quem vive o dia a dia. Isto já é muita coisa.

## Referências bibliográficas

- ARRIAGADA, Irma. Famílias latinoamericanas: Convergências e divergências de modelos y políticas. *Revista de la Cepal*, Santiago, n. 65, ago. 1998.
- BOURDIEU, Pierre. A propos la famille comme catégorie réalisée. *Actes de la Recherche en Science Sociales*, Paris, n. 100, 1993.
- CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. A priorização da família na agenda de políticas sociais. In: KALOUSSTIAN, S. (Org.). *Família brasileira: A base de tudo*. 2 ed. São Paulo: Cortez/UNICEF, 1997.
- CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. In: ALMEIDA, Suely Kofes. *Colcha de retalhos: Estudos sobre a família brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- GOLDANI, Ana Maria. As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. *Cadernos Pagu*, n. 1, p. 67-110, 1993.
- \_\_\_\_\_. Família, gênero e políticas: Famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de políticas. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 19, n.1, jan./jun. 2002.
- JELIN, Elizabeth. Familia, género y políticas sociales: Notas para el debate. In: FERNÁNDEZ, M. U. *Famílias populares: História cotidiana e intervención social*. Santiago: Fundación Andes/ECO, 1997.
- LEITE, Heloisa Maria Daltro (Coord.). *O novo Código Civil - Do direito de família*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2002.
- MADALENO, Rolf. *Direito de família em pauta*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.
- MEDINA, Carlos. *Família e mudança: O familismo numa sociedade arcaica em transformação*. Petrópolis: Vozes, 1974.
- SCOTT, James C. *Seeing like a state: How certain schemes to improve the human condition have failed*. New Haven: Yale Univ., 1998.
- SCOTT, R. Parry. Família, gênero e poder no Brasil no século XX. *Boletim Informativo e Bibliográfico das Ciências Sociais - BIB*, v. 58, n. 2, p. 29-78, 2004.
- SEREJO, Lourival. *Direito Constitucional da família*. 2 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.
- ZANOTTO, Gizele. Apologia da “barbárie”: A compreensão da sociedade brasileira de tradição, família e propriedade (TFP) sobre a neomissologia católica. *Histórica - Revista on line do Arquivo Público de São Paulo*. Disponível em: <[www.historica.arquivoestado.sp.gov.br](http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br)>. Acesso em: março de 2007.



## Família, moralidade e as novas leis

As famílias são diferentes entre si e as famílias mudam; portanto, é muito difícil associar uma única moralidade a elas. Muitas vezes, quando se fala sobre moralidade familiar, trabalha-se com a ideia de moralidade como algo estanque ou parado, mas, de fato, da mesma maneira que as famílias vão mudando, também vão mudando noções de moralidade na família. A legislação fornece um quadro que representa a moralidade de uma certa época. Isso faz com que as velhas e as novas leis, às vezes, esbarrem contra as novas moralidades familiares, ao mesmo tempo em que o caminho é outro e elas ajudam as novas moralidades a se instalarem no meio familiar.

Quando se lida com o meio familiar, é preciso compreender que há uma multiplicidade de processos que podem ser entendidos como constituintes da moralidade familiar. Essas questões se organizam em torno de noções como *hierarquia, autoridade, reciprocidade e afeto*, questões que estão bem presentes toda vez que se debruça sobre a realidade social da família (Sarti, 1996). Ao abordar essas noções como bases morais da família, é inevitável entendê-las como associadas a gênero, geração, parentesco e individualidade. Consequentemente, para pensar a dinâmica e a operacionalidade das noções de família e sua relação com as velhas e as novas leis, pode-se perguntar: O que faz uma família girar? Partindo do princípio de que a família não é uma entidade parada à qual se aplique uma única moralidade, o que se quer identificar é uma conjunção de diversas forças para as quais confluem todas essas questões.

Se as famílias mudam, é valioso identificar como alguns fenômenos e processos contribuem para as mudanças na organização das famílias e como isso pode afetar as transformações nas moralidades familiares e em suas relações com a lei. Nestas notas breves, cabe identificar apenas seis fenômenos ou processos, ciente de que seria possível identificar uma série de outros, também relevantes, mas provavelmente com menor abrangência que esses. São eles: Chefia feminina; transição demográfica, incluindo a queda de fecundidade e o aumento da longevidade; novas tecnologias reprodutivas; aumento de divórcios e separações; direitos sobre circulação e trabalho de crianças; e uniões homossexuais.

O primeiro fenômeno que afeta a organização das famílias é a *ampliação da chefia feminina*, muito claramente evidenciada nos dados demográficos. Entre outros motivos, isso é resultado do processo de urbanização, associado ao processo de desterritorialização, no sentido de que as famílias não estão mais sendo donas ou administradoras de terras que são fontes para a produção doméstica. Sem acesso à terra, a família torna-se mais uma unidade de consumo do que reprodução. Para quem exerce a chefia feminina, o acesso é reduzido a propriedade ou ao uso de apenas um terreno muito restrito e uma casa na cidade. A chefia feminina rural gira em torno de 10%, enquanto nas áreas urbanas ultrapassa 25%. Dessa forma sobretudo nas cidades, cria-se um espaço para a ampliação da autoridade feminina que ocorre simultaneamente à perda de acesso à terra. Diante dessa perda, aparece uma abertura que questiona as bases para a autoridade masculina tradicional e facilita a designação familiar da mulher como a chefe ou, como reza o item específico do censo, a “responsável”.

A procura de benefícios na legislação por chefes femininas, de um lado, age na contramão do modelo de autoridade feminina, porque insiste no pagamento de pensões alimentícias, que reforçam a ideia do homem provedor; de outro lado, quando aplicadas, as leis permitem uma efetiva transferência de controle sobre recursos, inclusive diante das determinações recentes da execução de muitas políticas sociais que insistem em que diversos benefícios sejam preferencialmente pagos em nome das mulheres. A autoridade feminina fica mais evidente no campo mais restrito das relações conjugais, pois, quando ocorrem conflitos e separações, não são poucas as mulheres-chefes que travam batalhas judiciais para assegurar que seus ex-companheiros sejam reconhecidos como provedores. Pela lei, ela precisa insistir em sua fraqueza diante do mercado de trabalho, que impossibilita a plena realização de ser provedora, justamente para que possa ter acesso aos recursos para si mesma e para os filhos. É assim que a mulher e seus filhos podem ter uma autoridade com sustento assegurado que não implique a convivência hierárquica cotidiana com o companheiro e o pai, respectivamente.

O segundo fenômeno que influencia a organização familiar e a ambiguidade diante das leis é a *transição demográfica com a respectiva diminuição da fecundidade e o envelhecimento populacional*, cujas influências sobre a construção de mitos e noções sobre a família foram muito bem descritas

por Goldani (1993). Na década de 1980, a queda de fecundidade contribuiu para tornar a organização familiar mais forte em torno da educação dos filhos. Dentro da família de tamanho mais reduzido, o investimento direciona-se a uma individualização, numa tentativa de garantir que cada filho tenha oportunidade de progredir (mostrando a capacidade da unidade familiar em superar obstáculos). Visto pela perspectiva de oportunidades, nunca valeu o ditado “mais barato pela dúzia”, pois, quanto maior o número de filhos, mais provável é que a rede de reciprocidade interna resulte numa igualação, num patamar de bem-estar e instrução menor, pelo menos quando a família enfrenta limitações em seus recursos. Alguns poderiam se destacar, mas dificilmente seria o caso para todos. Hoje, com menos filhos para criar, há uma valorização da educação, que dá força para a legislação, que insiste na necessidade de filhos estudarem. Isso reforça instituições formais de ensino e legitima que os filhos estejam, de alguma forma, longe de casa. Nessa moralidade da educação para todos, os filhos podem e devem ser socializados para aprender em ambientes escolares. Isso faz com que benefícios como bolsas escolares influenciem as famílias e suas atitudes diante das leis e das políticas sociais. Quando as famílias respondem aos estímulos das políticas governamentais para se planejarem, reforçam o terreno formal, legal e extradoméstico dos processos de socialização.

Do lado da questão do envelhecimento populacional, consequente à progressiva melhora nas condições de vida, que resulta em taxas de mortalidade menores e longevidade maior, as famílias descobrem novos padrões de interação relacionada com o fenômeno popularmente conhecido como “o ninho vazio”. Esse novo ninho, menor, propicia uma oportunidade para mães esterilizadas e seus companheiros, ainda relativamente jovens, verem seus filhos saírem e estabelecerem residências separadas. Assim, há casais mais velhos que, mesmo que acionem suas redes de parentesco nas relações entre as diversas casas, encontram-se morando sós, com a possibilidade de realizar atividades que vão além da dedicação à prole (filhos e netos). Os idosos, com o respaldo de um estatuto próprio e de leis de previdência que lhes asseguram renda, ganham novas autoridades e novos direitos. A interação entre as gerações assume rumos novos que levam a repensar os papéis de todos diante do parentesco, do trabalho e do lazer.

O terceiro fenômeno se relaciona com o avanço tecnológico que ocorreu paralelamente à queda de fecundidade: *Odesenvolvimento de tecnologias reprodutivas médicas*, reportado por Scavone (1996). Na impossibilidade de gerar um filho, seja qual for a razão, a medicina é acionada para dar essa oportunidade aos prospectivos pais, o que cria uma série de novas situações a serem enfrentadas para entender maternidade, paternidade e formação da família. O filho pode ser da gestação de uma mãe que apenas empresta seu útero, levando a uma transformação simbólica da gravidez. Gestar um filho pode se tornar um ato de caridade, de solidariedade ou de interesse financeiro. O pai que doou o esperma divide os louros da paternidade com o médico, detentor do conhecimento tecnológico. O primeiro médico a usar e divulgar amplamente essa capacidade do médico de “produzir filhos” tem um consultório repleto de fotografias dos filhos e se enche de orgulho ao se referir a eles todos como “meus filhos”. Ainda mais, quando sobram embriões, surge o dilema sobre a ética de guardar, de destruir ou de doar; ou seja, há uma nova roupagem para o debate sobre legalidade e moralidade do aborto e a procura incessante do ponto em que a vida é caracterizada como vida. Ainda existe a possibilidade de um homem ser pai depois de falecer, o que cria um problema no cartório, que entende que um homem falecido não pode ser registrado como pai. Para resumir, a intervenção médica no terreno da reprodução muda muitos dos códigos morais reinantes e desafia o pai e a mãe ainda com uma dúvida: Se devem ou não informar ao filho que ele nasceu como bebê de proveta. Tudo precisa ser cuidadosamente registrado perante a lei para não gerar complicação, mas, mesmo assim, gera.

Um dos fenômenos mais visíveis nas famílias contemporâneas é o *aumento de divórcios e separações* - um quarto processo, que redimensiona a relação das famílias com a lei e a moralidade. As famílias assumem um padrão de “mosaico genealógico”, no qual as relações entre as pessoas não se restringem às categorias de mãe, pai, filho, e aos parentes mais imediatos. Esse mosaico vira um conjunto de pessoas que envolve enteado, tio, padrasto, o marido da mãe, a companheira do pai etc. A abertura para a diversidade é enorme, e a ideia da família como “flexível e plural” (Vaitsman, 1994) se ancora na realidade cotidiana. Onde cabe a definição tradicional de família por linhas de parentes consanguíneas e afins? Continua existindo, mas, como o modelo de família não se fecha em torno da família nuclear clássica, termina por promover uma noção de



maior individualização das pessoas, ampliando a compreensão da possibilidade de circulação entre um conjunto de redes. Os filhos enfrentam as hierarquias e a reciprocidade familiar de mais uma casa, jogando sempre com as realidades de conviver com a situação de separado/solteiro de seus próprios pais ou mesmo de ter um pai fora, uma mãe dentro de casa e uma madrasta fora e um padrasto dentro, ou vice-versa. Essas combinações fazem com que cada um tenha mais percepção do seu papel junto a um conjunto de parentes e familiares, e não somente junto a uma família.

Essa identificação com mais de uma família faz com que moralidades familiares sejam mais ampliadas para grupos e redes maiores. Novamente coloca holofotes sobre os direitos que as pessoas têm sobre a convivência, o afeto e a herança de patrimônios simbólicos e materiais. Na dúvida, a resposta recebida nos tribunais pode definir os defeitos que a legislação reconhece, mas não responde à necessidade de ampliar a possibilidade de conviver com uma multiplicidade de perspectivas sobre as formas adequadas de viver. Afinal de contas as próprias razões de incompatibilidade que podem ter levado à separação dos pais oferecem, aos dependentes e aos novos parceiros, os meios de não absolutizar uma ou outra forma de viver como “a mais correta”.

A noção da ampliação de redes aponta para o quinto processo, que envolve *direitos sobre filhos*. Uma manifestação dessa questão é a circulação dos filhos, que, no Brasil, se conhece bem há algum tempo e que tem sido muito bem trabalhada por Cláudia Fonseca (1995). Na tradição brasileira, frequentemente, quando uma tia, uma amiga ou uma solteirona na comunidade está precisando de apoio ou uma mãe quer que seus filhos possam ter maiores oportunidades de melhorar de vida com outra pessoa na comunidade ou mesmo fora dela, não há grande dificuldade em ceder um filho para os outros. Isso é feito como uma prática que não envolve intervenção das leis. O problema é que a lei agora está cada vez mais ciente da questão por causa da alta visibilidade de vários outros processos de circulação. Porém, circular filhos de idades muito diversas e, de uma certa perspectiva, como já foi discutido no item sobre divórcios e separações, podem até circular mães e pais. Mas o que mais chama a atenção à lei é quando essa circulação se manifesta como parte do processo em um Estado de maior mobilidade geográfica, o Brasil.

O país já virou um ponto de origem de migrações, fornecendo trabalhadores para outros países, e o problema da circulação dos filhos já entrou numa questão de autorreflexão sobre a legalidade internacional dessas questões, como mostra Abreu (2002). Parte da reflexão é sobre a identidade do brasileiro. Qual é a população brasileira que está circulando no mundo e como ela reflete na leitura que os outros fazem da brasilidade? Migrantes clandestinos que sofrem para evadir as barreiras das leis de imigração de outros países; mulheres jovens e também rapazes e travestis que entram, sabendo ou não, voluntários ou forçados, em tráfico para agir na prostituição; ou, simplesmente, famílias internacionais que optam por adotar um filho brasileiro para firmar o seu compromisso com a solidariedade global; cada um suscita questionamentos sobre o que conforma com as leis e o que não conforma. As questões legais são sempre ressaltadas nesses contextos, e a moralidade da família - procurar o que seria o bem do seu filho - ou a pessoa procurar o que é bom para ela se torna emblema da precariedade moral do país, que precisa ser protegida pelas leis. Grassam faz denúncias sérias de tráfico, ora vitimizando os brasileiros, ora colocando-os no centro das manipulações duvidosas das leis. O intermediário é ou não um mercenário?

Há outra faceta do questionamento sobre o direito das crianças que se distancia um pouco da circulação, mas que também coloca o laço entre pais e filhos em questão. Passa pela denúncia do trabalho infantil, sobre o qual existe uma legislação farta e uma vigilância das entidades não governamentais que operam em um ambiente de proteção contra todos os tipos de violência e de exploração que podem vir a ocorrer no espaço doméstico (Piovesan e Pirotta, 2003). Há muitos esforços intensivos para diminuir o trabalho infantil, e isso redundou fortemente no dia a dia da população menos qualificada, que não vê na educação relevância suficiente para exercer suas profissões, realizadas em regiões e locais específicos e com oportunidades muito limitadas. Nessas situações, tem havido muitas queixas dos pais de família, com uma forte moral da solidariedade familiar e que contam com a ajuda das crianças quando elas ainda são novas. Esses pais procuram ensinar o mesmo ofício que eles dominam e entendem que o distanciamento desse aprendizado representa uma quebra da moralidade familiar.

A legislação que limita a possibilidade de trabalhar, mesmo que a educação seja alguma coisa de importância no investimento para o avanço dos filhos, em alguns contextos específicos, pode ser vista como quebrando um dos importantes laços de solidariedade entre pais e filhos. Sem querer negar que a proteção dos direitos de crianças e adolescentes, tão badalados no Estatuto aplicado em favor deles, seja necessária para conter os inevitáveis e condenáveis abusos do poder e autoridade familiares, é preciso também reconhecer que a identificação fácil de toda forma de trabalho infantil como exploração se torna um mecanismo de individuação que constringe alguns setores da população.

Um sexto fenômeno é o questionamento do que *as uniões de pessoas do mesmo sexo* trazem ao modelo hegemônico heterossexual (Fry, 1982; Parker e Barbosa, 1996; Loyola, 1998). Duas mulheres ou dois homens que fazem sexo entre si e, muitas vezes, convivem sob o mesmo teto podem ser considerados uma família? Essa polêmica marca importantes embates legislativos no mundo inteiro, com alguns países tomando a frente na liberalização das leis e outros resistindo ferrenhamente. A visibilidade dos movimentos de casais homossexuais leva ao reexame da questão de direitos com a partilha de bens entre cônjuges e companheiros. Força uma elaboração maior do pensamento sobre quais são as necessidades da “parentagem” e até que ponto é preciso arvorar-se num modelo de gêneros opostos. Estudos mostram a recriação de hierarquias de gênero, mas também ressaltam que há sinais para essas questões estarem em plena efervescência e transformação, com muitas diferenças nas interpretações de moralidade sendo levadas a procurar legitimação no campo jurídico. Os homossexuais, maiores vítimas de crimes violentos perpetrados em nome da lei, estão gerando discussões sobre as reais possibilidades de aceitar variações e alternativas das definições acerca do que é a moralidade, e mesmo do que é família.

Uma série de processos está mudando a relação entre a moralidade e as leis. Essas mudanças remetem a muitos outros processos sociais. Como se definem responsabilidades? Como se realiza a cooperação entre atores que se relacionam por parentesco num mundo permeado por leis? As leis também levam à mercantilização das relações sociais familiares? As novas vivências se caracterizam por abandono, ou por autonomia, ou por alguma combinação dos dois? Pensando sobre as últimas décadas, há evidências de

que os homens estão ficando cada vez menos autônomos. Com o apoio da legislação, a figura masculina não tem mais o mesmo poder em cada família como tinha antigamente. As próprias famílias também estão ficando menos autônomas, em parte devido à legislação em torno delas. Há uma certa dificuldade de elas agirem de acordo com suas próprias moralidades e pressupostos de organização, frente à ampliada presença da lei dentro das organizações familiares. A legislação dá um espaço maior ao individualismo, para as pessoas poderem estabelecer seus laços para além das famílias e para além dos grupos de parentes. Pode-se ver inclusive que o afeto pode ser legislado, com a lei distribuindo orientações sobre como relacionar-se com filhos, com cônjuges e com pais.

Com muita frequência, o que está se entendendo como afeto pode ser julgado de acordo com o quanto se está concedendo autonomia à pessoa, uma autonomia que tem o respaldo de uma legislação de ordem superior. As famílias vivem uma realidade de reconstrução permanente de hierarquias, de reciprocidade, de autoridade e de afeto que estão proporcionando modificações positivas e negativas e que certamente ofuscam ainda mais as fronteiras, que nunca foram muito claras, entre a lei e a moralidade.

## Referências bibliográficas

- ABREU, Domingos Sávio. *No bico da cegonha: Por uma sociologia da adoção internacional no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- FONSECA, Claudia. *Os caminhos da adoção*. São Paulo: Cortez, 1995.
- FRY, Peter. *Para inglês ver: Identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.
- GOLDANI, Ana Maria. As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. *Cadernos Pagu*, n. 1, p. 67-110, 1993.
- LOYOLA, Maria Andrea (Org.). *A sexualidade nas ciências humanas*. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.
- PARKER, Richard; BARBOSA, Regina Maria. *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Abia, IMS/UERJ, 1996.
- PIOVENSAN, Flávia; PIROTTA, W. S. Os direitos das crianças e dos adolescentes no direito e no direito nacional. In: PIOVENSAN, Flávia (Org.). *Temas de direitos humanos*. São Paulo: Max Limonad, 2003.

- SARTI, Cynthia. *A família como espelho: Um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas: Autores Associados, 1996.
- SCAVONE, Lucila (Org.). *Tecnologias reprodutivas: Gênero e ciência*. São Paulo: Unesp, 1996.
- VAITSMAN, Jeni. *Flexíveis e plurais: Identidade, casamento e família em condições pós-modernas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.



# Mulheres chefes de família: Abordagens e temas para as políticas públicas

Diante da continuação do crescimento do número de mulheres chefiando casas no Brasil, verificado em numerosos levantamentos, consideramos que há necessidade de compreendermos melhor o fenômeno e recomendarmos medidas específicas de políticas públicas para que estas mulheres e as suas famílias sejam contempladas adequadamente em diversas áreas de atuação do Estado. É preciso abordar a diversidade de questões que esta condição suscita para que se possa apontar possíveis repercussões de medidas. O caminho escolhido aqui é enfocar certas áreas temáticas cuja visibilidade se associa a estas medidas. Assim, em vez de uma revisão teórica aprofundada do assunto<sup>1</sup>, realiza-se um realce de temas com uma finalidade prática específica. Mesmo assim, para fazer isto é preciso examinar algumas abordagens usadas para estudar estas mulheres e suas famílias e identificar algumas das particularidades delas.

A maior parte de mulheres chefes de família são pobres. Algumas mulheres chefes não o são. De acordo com a distribuição de composição de famílias, quanto mais avança a idade da mulher, maior é a possibilidade dela ser chefe de família. Mas isto não quer dizer que ser chefe de família seja um assunto unicamente para as mais idosas. A proporção de mulheres chefes de família que residem na cidade é até três vezes maior que a proporção de mulheres chefes que residem no campo, mas é justamente por isso que se torna necessário também ver que condições dificultam a vivência desta condição no campo por um bom número de mulheres. As mulheres chefes de família têm maior incidência entre a população negra e encontram reforço no ideário e na organização social das religiões afro-brasileiras, mas não se limitam a raças ou religiões específicas. A mulher se designa chefe de família quase sempre na completa ausência de um parceiro masculino co-residente, enquanto exatamente o contrário acontece com os homens: Eles se designam chefes na efetiva presença de

---

<sup>1</sup> Todos os trabalhos apresentados no seminário da CNPD por: Ellen e Klaas Woortmann, Elza Berquó, Eni Samara e Irma Arriagada, abordam questões fundamentais a respeito das abordagens teóricas e informações estatísticas, etnográficas e documentais gerais.

uma esposa e filhos. Isto denota uma hierarquia de poder implícita ao convívio conjugal doméstico que sugere, como escreveu a pesquisadora Carmen Barroso no Primeiro Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, para a mulher que é “melhor só do que mal acompanhada” (1978/2010).

Nunca foi visto como problema merecedor de atenção especial o fenômeno de “homens chefes de família”, embora as características morais e os abusos no exercício de poder do homem chefe já tenham recebido muita crítica. Só recentemente as unidades unipessoais femininas, denominadas por alguns estudiosos do censo de unidades “não-famílias”, ultrapassaram em número as unidades unipessoais masculinas, e a diferenciação na distribuição etária e na localização geográfica entre homens e mulheres morando sozinhos, e servem como excelentes indicadores da relevância de certas questões vividas pelas “outras” unidades - pelas chamadas “familiares”. Assim, as unidades unipessoais não podem ser desprezadas para entender o fenômeno de “mulheres chefes de família”. Resumindo, mulher chefe de família é uma condição recheada de particularidades, bem identificáveis, mas extraordinariamente diversificadas quanto a sua ocorrência e implicações.

## **Chefia é a palavra? Reciprocidade e hierarquia**

Problematizar a denominação de “chefe”, é um exercício que já ocupou muitos estudiosos da questão, (ver Aguiar, 1984; ABEP, 1984) e o uso do termo merece algumas ressalvas. A ideia de chefia singulariza, separa e reifica diferenças de poder. Não é de se estranhar que é exatamente quando os membros da família enfrentam a necessidade de realizar um cadastro, de responder ao censo, de matricular os filhos na escola, de preencher um registro de atendimento de saúde - ou seja, de formalizar a sua existência diante de autoridades - que é exigido que se explicita a “chefia” familiar.

No cotidiano, os grupos familiares e domésticos evidenciam uma forte complementaridade diferenciada por idade e por gênero - onde certas esferas de atividade são reconhecidamente mais femininas e outras mais masculinas, outras para os mais velhos e outras para os mais novos, sem que haja necessidade de associar a atuação nestas esferas à noção própria de “chefia”. O reforço à autoridade de um sobre os outros ocorre quando



invoca o título de “chefe”. Este reforço pode oscilar entre esferas e membros do casal adulto de referência da família, como com as respostas frequentes de “quem sabe sobre isso é a sua mãe”, ou “é o seu pai que decide sobre aquele”. A supervalorização das esferas que exigem maior contato com “espaços públicos” é uma profecia autorrealizante (ou, em inglês, um *self-fulfilling prophecy*) pois são os próprios espaços públicos que promovem esta diferenciação.

A ascendência masculina, ou como fala Bourdieu, a dominação masculina (1999), (ou o poder do macho - como teria Saffiotti, 1987) permeia as formações domésticas. É identificado em todas as sociedades através de fortes indicações de subordinação feminina relacionadas com violência física, coerção de diversos tipos, controle sobre o corpo e a circulação social das mulheres, apropriação individual de benefícios coletivos e, até o emprego de elementos simbólicos e míticos associando mulheres à natureza e perigo, e homens à cultura e à ordem (Balandier, 1977), mas isto não impede que haja uma resistência efetiva e tomada de espaços que permitam uma contra-ascendência feminina. Aqui se faz referência a micro-poderes relacionados com as esferas tradicionalmente associadas ao feminino, e, também, em muitas ocasiões isto ocorre através da formação de famílias chefiadas por mulheres, negando o acesso de homens aos elementos humanos - esposas e filhos - que entram no seu esquema de construção de uma identidade social masculina positiva. A mulher como chefe afasta o homem, o distancia de casa, e ela se afirma como o ápice da hierarquia de idade e de gerações. Os filhos, subordinados pelo menos até alcançar uma idade em que podem almejar uma maior autonomia, entram na rede redistributiva comandada pela mãe, formando um conjunto de dependentese, com o passar do tempo, de aliados, na procura, seja ela solidária ou revoltada, de recursos. São estas relações, muito estreitas, com os filhos que caracterizam muitas das demandas especiais de mulheres chefes de família. Ou seja, tanto expressões da força da aliança quanto da revolta se caracterizam em parte pela ausência da figura masculina co-residente.

Afinal, a família precisa ser abordada por pelo menos duas perspectivas - como um grupo solidário, de aliança e de reciprocidade que procura abrigar todos os seus membros, e, simultaneamente, como uma malha de poder onde se realizam constantes subordinações no empenho da

construção da vida social cotidiana. Esta relação entre “reciprocidade” e “hierarquia” se resolve, em termos globais, de acordo com a própria envergadura e complexidade das relações sociais mais amplas de cada sociedade na qual as famílias se inserem. Há muitos anos que os antropólogos reconhecem que as sociedades de caçadores e coletores se organizam em torno de princípios de relativo igualitarismo e complementaridade de mulheres e homens em grupos familiares, permitindo certa permeabilidade na circulação de indivíduos entre grupos familiares e vivendo sem chefias duradouros no bando (Steward, 1958; Adams, 1975). A observação de sociedades com diversos níveis de complexidade ensina que é a aparência de um setor público e de figuras religiosas diferenciadas que favorece a efetivação de uma ideia de diferenciação de um “chefe” cuja atuação permita que perdure como hierarquicamente superior aos outros. Assim, a designação de “chefia” - seja da família ou de uma organização social maior, é um ato que promove a noção de uma desigualdade duradoura e que esconde a complementaridade que continua sempre a coexistir com a chafia.

Na sociedade contemporânea, modificações significativas ocorrem quando há admissão mais formal do espaço de complementaridade na chafia familiar, mostrando que é possível tratar grupos familiares ressaltando a diferenciação de papéis mais do que a supremacia de uma figura ou outra. Numa pesquisa na Zona da Mata pernambucana (Scott, 1998) o formulário usado pediu a identificação de chafia “masculina, feminina ou de ambos”, e um em cada quatro dos respondentes optou por “ambos”. Eliminando as mulheres que não vivem com nenhum parceiro (ou seja, que mal poderiam responder “ambos”) este número passa para um em cada três respondentes. Este número de pessoas que preferem ressaltar a complementaridade doméstica e não a hierarquia, teve uma distribuição equitativa de respondentes masculinas e femininas, o que é particularmente admirável quando se considera que a zona canavieira nordestina é onde o machismo brasileiro finca as suas raízes, segundo a literatura de identidade nacional.

Outro exemplo interessante ocorre nos programas de agentes comunitários e de Saúde da Família, onde a ficha para coletar informações oficiais sobre o SIAB (Sistema de Informação de Atendimento Básico), interessada na saúde dos indivíduos, omite por completo a identificação do

chefe. Já as informações para guiar o atendimento cotidiano são diferentes, e, com a descentralização do sistema de saúde, permitem registros municipais diferentes de atendimentos. Há registros onde os profissionais de saúde optaram por sempre designar a mulher como “responsável” pela casa, independente da presença masculina em casa. É um reconhecimento ao fato de que são elas quem operam preferencialmente nesta esfera de cuidados com saúde.

Em resumo, é possível que o reconhecimento de “chefias compartilhadas” e o registro de “responsabilidade de chefe” de acordo com a efetiva participação das pessoas em áreas específicas de serviços, sejam formas de comunicar a possibilidade de criar espaços “públicos”, onde se evidenciam relações potencialmente mais equitativas entre homens e mulheres em famílias. Mesmo após estas considerações parentéticas sobre a possibilidade de rever a própria ideia de “chefia”, há que reconhecer que, concretamente, muitas mulheres que não contam com a presença de um companheiro, e estão assumindo integralmente o fardo de responsabilidades de um grupo doméstico convivente que se entende como “família”.

Como o grupo doméstico invariavelmente integra redes de reciprocidade e cooperação ao mesmo tempo em que reifica estruturas hierárquicas, estas tensões aparentemente contraditórias influenciam a condição concreta da mulher chefe de família. Há um grande ponto de contenção na procura de entender as mulheres chefes de família. Ela quer ou não quer ser chefe sozinha? De um lado temos o argumento da feminilização da pobreza que mostra como ela é vitimizada por um sistema econômico injusto e desigual onde ela ocupa o *ranking* inferior. De outro lado, tem o argumento que afastar homens improdutivos e encrenqueiros do convívio cotidiano é uma prova da esperteza de mulheres que sabem o que querem. É menos importante chegar a uma resolução do problema, da correção ou prevalência de uma ou outra destas óticas, de reconhecer que, querendo ou não, quando a mulher se encontra na chefia de uma casa ela cria umas demandas especiais e enfrenta condições particulares que precisam ser delineadas se, por acaso, o Estado, pelo menos em alguma das duas facetas, souber como contribuir para o bem-estar delas e dos seus familiares.

## ***Um olhar sobre abordagens sobre mulheres chefes de família na história recente***

Há um histórico de estudos sobre casas chefiadas por mulheres no Brasil que precisa ser recuperado e sistematizado, por ser indispensável para a compreensão da sua situação. Vale a pena indicar alguns dos pontos altos nesta história, para que se possa pensar em como dar subsídios para iniciar um processo de identificação de temas que devem ser realçados para [1] compreender as casas chefiadas por mulheres e a vida dos seus componentes; [2] identificar a influência das políticas públicas nelas; e [3] recomendar medidas específicas. Mulheres chefiando famílias não deixou de ser uma ocorrência registrada em nenhum período da história, recente ou colonial, do Brasil. De especial importância para a compreensão de como se vê a situação atual é o registro no trabalho de Ruth Landes nos anos 30 sobre Salvador, Bahia (“*A cidade das mulheres*”, 1947, 2002), onde o fenômeno é relacionado a toda uma “aura” urbana particular de pobreza, religiosidade afro-brasileira e raça que é reforçada posteriormente em uma tradição de estudos antropológicos internacionais, com forte base na região circum-caribe, onde as mesmas características da importância da identidade social traçada por mulheres que chefiam famílias são associadas às condições de pobreza, raça e religiosidade. Seguindo as tradições de uma antropologia culturalista, procura-se ver as origens históricas de costumes apontando a África como local originador de práticas centradas na figura feminina. Insere-se num debate sobre o peso das explicações culturalistas contra as histórico-estruturais que localizam a importância feminina na organização socioeconômica particular do sistema escravista. Independente do corrente privilegiado, a constatação de uma importância notável da mulher na organização doméstica resta como saldo empírico indiscutível de ambas as perspectivas. O Brasil do Nordeste se encaixa na área cultural circum-caribe, fortemente africanizada, e compartilha uma história de economia escravista. As “mulheres chefes de família” de outras regiões do país ainda não entraram em destaque nessa época.

Com a ascensão da preocupação com a ideia de desenvolvimento, os pesquisadores das tradições culturalistas adotaram uma ênfase cada vez maior em questões de ecologia, seguindo padrões de subsistência locais e trajetos migratórios para identificar uma distribuição desigual da ocorrência do fenômeno, havendo poucas casas chefiadas por mulheres nas áreas

rurais onde predomina um trabalho agrícola em pequenas propriedades, e uma ocorrência crescente em áreas de trabalho assalariado de “*plantations*”, e ainda mais, em áreas urbanas. Autores com Edith Clarke (1999), Raymond Smith (1956), e Sidney Mintz (1988) no Caribe, e, em menor escala, no Brasil, quando membros da equipe de pesquisa sobre Raça e Classe Social no Brasil (C. Wagley, H. Hutchinson, B. Hutchinson, T. Azevedo, M. Harris, todos em Wagley, 1952) também reconhecem o fenômeno, mas ele não se torna um dos pontos de referência principais destes autores (com a exceção de B. Hutchinson). Tampouco os autores associados a Donald Pierson nos estudos no Vale do São Francisco nem os pesquisadores associados ao projeto de Florestan Fernandes (2008) sobre classe e estrutura social em cidades no centro-sul e sul do país, dão realce, além do passageiro, ao fenômeno. Estes autores estavam preocupados em contrastar o racismo “brando” brasileiro com o racismo “forte” norte-americano, descobrir o preconceito étnico embutido nas estruturas econômicas e, em todos os casos, com ênfases diferenciadas, trabalhavam com uma noção subjacente própria do meio do século XX- a ideia da queda no tamanho da família com a migração para as cidades, confirmando uma tendência para a chegada a uma família “conjugal” - que resultava numa menor problematização da situação da mulher chefe de família.

Quanto objetode estudo e alvo de políticas públicas, é nos anos 60 que as mulheres chefes de família se tornam muito mais visíveis com a conjuntura de urbanização crescente, preocupação com altos índices de fecundidade, e o avanço do movimento de mulheres. São os trabalhos sobre fecundidade e mortalidade e sobre organização doméstica nas cidades que chamam atenção para o número de mulheres que estão tocando as suas casas sem parceiros masculinos residentes. Berquó (1986, 1988) acompanha o fenômeno através da idade e mostra o que ela designa da pirâmide de solidão. A distribuição etária da chefia feminina mostra que, quanto mais idosa, mais provável que a mulher seja chefe de família sozinha. Barroso (1978), diante do grande número de mulheres chefiando famílias, já levantava a questão se isto não estaria acontecendo, de acordo com o ditado popular, porque é melhor estar “sozinha do que mal acompanhada”. Ou seja, a “solidão” de ser chefe de família poderia ser enquadrada como fazendo parte de uma “esperteza” feminina decorrente da sua avaliação da pouca capacidade de homens serem um elemento

positivo em casa. A própria demografia, com a sua preocupação constante sobre a estrutura populacional do país, encaminha a discussão, tanto para a lógica da transição demográfica, quanto para a lógica da “micro-sociologia” de relações em família, como bem se evidencia no livro de Maria Coleta Oliveira sobre reprodução e família (1976) e em Berquó e Camargo no seu estudo clássico sobre a fecundidade em São Paulo (1977). A marcha para a família conjugal é substituída por duas outras marchas intimamente interligadas: A marcha para a baixa fecundidade e a marcha para a asserção do poder feminino.

No decorrer dos anos, estes assuntos são constantemente reconhecidos como merecedores de mais atenção, e alguns estudos se concentram diretamente na questão da chefia feminina e fornecem informações valiosas para sua compreensão. Em meados dos anos 70, o antropólogo Klaas Woortmann volta a atenção etnográfica sobre a Bahia, onde a sua tese na Harvard University, intitulada “*Homens marginais e mulheres dominantes*”, é bem divulgada, embora a sua versão em português só tenha aparecido após quase quinze anos sob o título de “*A família das mulheres*” (1987). Uma década depois, a demógrafa e feminista Mary Garcia Castro (1989) aborda a questão com dados censitários na sua tese, oferecendo detalhes importantes para a compreensão desta condição. A pesquisadora Helena Hirata também se destaca neste período ao dar ênfase à condição da mulher chefe de família (ver 2002). Seguindo a linha dos estudos internacionais dos quais Mayra Buvinic e Nadia Youssef(1978), e Buvinic, Lycette e McGreevy 1983), Helen Safa (1995) e Elizabeth Jelín (1994) são expoentes importantes, as abordagens sobre a feminilização da pobreza sempre se referem a este fenômeno como uma das maiores comprovações da necessidade de prestar atenção especial às demandas destas mulheres. São estas pesquisas que colocam o benefício das mulheres e suas famílias tanto na agenda do movimento das mulheres, quanto na agenda de possíveis ações das políticas públicas, mas sempre com a tensão sobre a definição de quais seriam ações que de fato surtiriam os efeitos desejados.

Desde os anos 80, proliferam as pesquisas promovidas pela sucessão de programas sobre gênero e sobre reprodução da Fundação Carlos Chagas (através de Albertina Costa e Cristina Bruschini) e as pesquisas e programas realizados pelo Núcleo de Estudos de População na UNICAMP(através de Elza Berquó e Coleta Oliveira) incluem trabalhos

específicos que ressaltam a importância de casas chefiadas por mulheres. No Centro de Documentação Histórica da USPe entre outros historiadores demográficos (Eni Samara, 1989,1993; Elizabeth Kuznesof, 1980; Maria Luisa Marcílio, 1993) realiza-se uma garimpagem na documentação histórica para mostrar a profundidade secular do fenômeno em diferentes períodos no Brasil. As evidências em Salvador (além dos autores previamente citados, há os mais recentes Maria Gabriella Hita, 2004; Marcia Macedo, 2008, 1999) e em São Paulo, encontram respaldo em outras tradições no Rio (Neuma Aguiar, 1980,1984; Alice Abreu e Bila Sorj, 1993), Rio Grande do Sul (Claudia Fonseca, 2000), Minas Gerais (as pesquisas de Maria do Carmo Fonseca sobre fecundidade, geração e arranjos familiares) e em Pernambuco (Parry Scott, 1990, 2001, 2004; Mary Mendes, 2005) e em Natal (Françoise Dominique Valéry, 1997), só para citar alguns. As revisões gerais de estatísticas sobre a evolução da composição familiar brasileira (José Pastore e Helio Zylberstajn, 1983; Ana Maria Goldani, 1993; Maria do Carmo Brant de Carvalho, 2003; FIBGE, 2002) invariavelmente citam este crescimento, inclusive mostrando que há também o aumento no número de unidades unipessoais onde as mulheres já constituem mais da metade.

As informações sobre os autores e programas citados nesses parágrafos ainda não são o produto de uma pesquisa sistemática da literatura sobre mulheres chefes de família, como é mais que evidente. Há, sem dúvida, lacunas importantíssimas, e nesse contexto, sistematizar as informações e contribuir para preencher as lacunas em cada área de interesse com especial atenção na situação contemporânea, certamente, constitui uma das tarefas maiores que enfrenta qualquer planejamento de identificação de potenciais nas esferas de ações específicas de políticas públicas, que certamente passampor dois caminhos obrigatórios:

Primeiro, o que a literatura já publicada diz sobre mulheres chefes de família? Mesmo após a leitura dos trabalhos apresentados em 2004 em Ouro Preto, na reunião antes do Encontro Anual (uma revisão etnográfica dos Woortmann, os conceitos discutidos em Berquó, a histórica de Samara, e o levantamento de Mendes e Senna sobre trabalhos apresentados em reuniões nacionais)<sup>2</sup>, ainda é preciso detalhar mais as informações

---

<sup>2</sup> Todos disponíveis em: <[http://www.abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?caderno\\_id=723&nivel=3&texto\\_id=2120](http://www.abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?caderno_id=723&nivel=3&texto_id=2120)>.

existentes nas obras citadas nos diversos trabalhos e estimular levantamento adicionais sobre assuntos específicos.

Segundo, quais são as informações estatísticas disponíveis sobre a distribuição e características recentes (desde 1970, com ênfase nos dados mais recentes disponíveis) de mulheres chefes de família e dos que compõem suas casas? Há sistematizações já datadas e há informações avulsas sobre o crescimento do fenômeno, mas com o levantamento de Berquó na ABEP2004, atualizam-se as radiografias panorâmicas de distribuição geográfica, social e econômica destas casas (Scott 2002a). Scott (2002b) na rede Norte Nordeste de mulheres Chefes de família, em realização no âmbito da REDOR, rede de organizações feministas do Norte e do Nordeste, complementa estes dados para alguns casos destas regiões. No caso de pretender aprofundar o conhecimento e definir políticas para favorecer algum grupo, é preciso primeiro saber em quais condições se encontra atualmente. Até agora, após uma discussão sobre o conceito de chefia, ressaltou-se muito mais o processo de determinação de diferentes abordagens históricas e a apresentação da necessidade de informações para que se possa pensar temas para políticas públicas dirigidas a este setor da população. No restante deste trabalho procurar-se-á escolher certos setores onde alguns temas recorrentes transversais à condição destas famílias ficam mais evidentes.

## **Temas para as políticas públicas**

É importante esclarecer sobre o objeto da nossa atenção. Qual a primeira questão: Mulheres ou famílias? Pelo título do trabalho, o objeto é mulheres que se encontram na chefia de famílias, e não famílias que se encontram chefiadas por mulheres. Mas pelo exposto também, é evidente que nenhum dos dois objetos pode ser tratado isolada ou unicamente: A compreensão é que as demandas destas mulheres se estendem de tal modo para o meio dos grupos domésticos que elas chefiam, que é impossível ignorar a composição e demandas da família para compreender as da mulher. Assim ficamos com duas áreas de atuação política que merecem atenção: As que se referem às demandas das mulheres, e as que se referem às demandas das famílias. Políticas que impactam sobre mulheres têm sido o alvo de muita atenção bem orquestrada, sobretudo na última década, e no meio destas políticas algumas têm sido dirigidas especificamente a



mulheres que são chefes de família. Não pretendo listar o número de entidades, organizações e grupos que têm se preocupado sobre as demandas das mulheres, mas cabe lembrar que uma cobertura adequada das demandas dos movimentos de mulheres é necessária para a compreensão da sua vivência da chefia de família. A avaliação que o Conselho Nacional de Direitos da Mulher proporcionou sobre a presença da questão de gênero no plano plurianual do governo em 2000 (Cabral, 2000) e as publicações referentes ao acompanhamento permanente da legislação e ação realizada pela CFEMEA, noticiadas nos seus boletins, são exemplos de trabalhos eficientes destes tipos de ações. Mesmo assim, as mulheres chefes de família são apenas um setor das mulheres como um todo. Por isso, há necessidade de focar esta questão nas considerações sobre políticas públicas. Mas esta atenção explícita ainda não informa quais os setores de atuação de governo que merecem maior atenção, pois a própria noção da “transversalidade” de demandas de gênero faz com que se entenda “demandas das mulheres” como associadas ao mais amplo espectro de áreas de atuação.

Políticas impactantes sobre famílias não têm a mesma visibilidade das que se dirigem às mulheres, por não possuírem entidades organizadas e articuladas com uma ampla legitimação no universo da sua ação, mas, sem dúvida, de igual forma, estas políticas voltadas para as famílias permeiam, mesmo que informalmente, as muitas áreas de atuação do governo, e idealmente, todos os setores do governo teriam o que contribuir para esclarecer os objetivos e consequências das suas ações. É preciso triangular esforços para poder influenciar as políticas públicas, primeiro, governo, sociedade civil organizada e pesquisadores. Precisa debater o interesse de promoção de programas que atinjam positivamente os problemas que são enfrentados por estas mulheres. Ao tornar visível a situação destas mulheres, abre-se uma discussão sobre políticas públicas, sobre se devia promover políticas específicas, ou se devia reforçar políticas identificadas como benéficas a estas mulheres e combater políticas nefastas, sem, no entanto, construir uma área específica, diferenciada de demandas para uma condição na qual pessoas entram e saem ao longo do seu curso de vida.

Esta descrição aponta questionamento sobre como, mas não define quais são as áreas temáticas de atuação das mulheres chefes de família e de políticas públicas que selecionamos para investigação. Mesmo assim,

arrisca-se em identificar alguns setores e ressaltar algumas prioridades, baseando-se em leituras iniciais e um conhecimento preliminar do campo. Três pesquisas disponíveis no site de pré-evento no seminário (Piola e Bezerra, Bezerra Silva, Oliveira<sup>3</sup>, tanto delimitam [1] como estas mulheres são diferenciadas no seu uso de serviços; [2] como alguns programas específicos conceitualizam e agem diante da presença das mulheres chefes de família; e [3] possibilidade de ações a serem tomadas em benefício delas. Estes estudos não esgotam o campo. Os programas estudados por Bezerra Silva foram selecionados para indicar a abrangência entre programas que se efetivam em domínios de diferentes ministérios. Questões que nortearam as escolhas sobre os setores específicos permanecem, e devem ser, realçadas.

Todos os setores escolhidos reúnem questões basilares que impactam sobre a vida das mulheres chefes de família. Por isso, os mesmos serão apresentados sucinta e esquematicamente. Primeiro serão apontadas as condições encontradas no setor com a finalidade de, potencialmente, indicar a possibilidade de ações concretas; e, segundo, serão relatados de forma descritiva e sumária alguns destaques na área para as questões referentes à organização familiar e atuação das mulheres<sup>4</sup>.

### **TRABALHO**

Neste setor, mulheres chefes de família, de uma forma mais exacerbada que outras mulheres:

- 1 | Costumam ser provedoras principais (não complementares);
- 2 | Ganham rendas baixas;
- 3 | Precisam conciliar horários de casa e horários de trabalho;
- 4 | Precisam de apoio para cuidar dos dependentes enquanto trabalham;
- 5 | Sofrem frequentemente de exclusão do emprego por causa de demandas de casa; e
- 6 | São excluídas de direitos da previdência social.

---

<sup>3</sup> Disponível em: <[http://www.abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?caderno\\_id=723&nivel=3&texto\\_id=2120](http://www.abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?caderno_id=723&nivel=3&texto_id=2120)>.

<sup>4</sup> É importante lembrar que a data original deste texto, antes de algumas revisões e acréscimos, é de 2004, e cada um dos setores discutidos apresenta novas configurações decorrentes de políticas públicas e de outros fatores.

Todas as evidências da “feminilização” da pobreza mostram que, ao contar com apenas uma mulher responsável pela casa, os ganhos per capita da família diminuem, pois as dificuldades de conciliação entre casa e trabalho são muitas. Como o mercado de trabalho brasileiro tem sérias dificuldades em absorver todos que querem trabalhar, ao mesmo tempo em que proporcionalmente se abre cada vez mais para as mulheres, seria importante haver apoios que debelassem os obstáculos ao trabalho destas mulheres. No trabalho, a casa chefiada pela mulher se torna, simultaneamente, fortemente hierárquica (a mulher como fonte única ou principal ocupa o ápice da hierarquia) e fortemente solidário (a própria concentração da renda nas mãos de uma pessoa tende a contribuir ao fenômeno dos outros destinarem maiores contribuições dos seus ganhos, quando os houver, para a reserva comum de consumo do grupo: Ver Motta e Scott, 1983, para uma constatação sobre isto).

#### **EDUCAÇÃO**

Neste setor, mulheres chefes de família, de uma forma mais exacerbada que outras mulheres:

- 1 | Têm utilização para creches;
- 2 | Encontram dificuldades para colocar os filhos na escola e acompanhar os estudos;
- 3 | Precisam de apoio para transporte de crianças;
- 4 | Precisam de capacitações para entrar no mercado de trabalho; e
- 5 | Não conseguem dar continuidade aos próprios estudos.

Com as demandas fortes sobre a necessidade de auferir renda, as mulheres chefes de família e os seus familiares são vítimas antigas, bem como candidatos fortes à evasão escolar atual. Assim, promovem uma perpetuação de baixos níveis de escolaridade e de rendimentos. Mesmo que não enfrentem as demandas masculinas sobre o trabalho doméstico e a circulação limitada que, frequentemente, atrapalham o avanço individual de esposas, para estas mulheres sem cônjuges, a necessidade de trabalhar e manter a casa, às vezes impossibilita a sua própria continuação no estudo ou participação em capacitações eventuais que poderiam ser úteis para elas. Por ser chefe, ela se sacrifica em nome do grupo, o que não deixa de acontecer adicionalmente com as pessoas que residem com ela. A

solidariedade do grupo pode ser potencialmente nociva à melhora dos níveis educacionais.

### **SAÚDE**

Neste setor, mulheres chefes de família, de uma forma mais exacerbada que outras mulheres:

- 1 | Habitam em condições insalubres;
- 2 | Convivem com altas incidências de morbidade em casa;
- 3 | Sofrem prejuízos por terem que dedicar tempo ao acompanhamento de doentes;
- 4 | Não conseguem adquirir medicamentos prescritos;
- 5 | Na negociação das relações sexuais, têm demandas próprias para informações sobre métodos anticoncepcionais, de prevenção de DSTs e uso de esterilização; e
- 6 | Convivem com problemas decorrentes do avanço da idade.

A precariedade da renda redundava numa salubridade precária. E a ausência do cônjuge contribuiu em muito para que esta situação seja vivida de uma forma muito particular por estas mulheres. Com maiores dificuldades para acompanhar quem adoece, na ocasião de uma doença estas mulheres se veem necessitadas a acionar redes mais amplas de apoio familiar (as suas mães e as suas vizinhas, sobretudo). Decididas a não quererem mais filhos, são, potencialmente, optantes conscientes de esterilização, podendo enfrentar a resistência do setor médico ao reportar que não moram com o marido. Como o exercício de uma vida sexual pode implicar em encontrar parceiros cujas práticas sejam desconhecidas por ela, é preciso que ela tenha acesso a informações sobre anticoncepcionais e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. Fica evidente que, como educação, a saúde, que congrega os indicadores da deterioração das condições de vida entre a população, é uma área onde as mulheres chefes de família precisam de uma atenção especial.

## JUSTIÇA

Neste setor, mulheres chefes de família, de uma forma mais exacerbada que outras mulheres:

- 1 | Precisam de apoio jurídico para manter a guarda dos filhos;
- 2 | Não conseguem receber pensões as quais têm direito;
- 3 | Sofrem de discriminação pela condição de não ter um companheiro convivente;
- 4 | Têm histórias de terem sofrido agressões de parte de ex-companheiros; e
- 5 | Convivem com maior insegurança nos seus espaços habitacionais.

Este é um setor onde há muito a ganhar para as mulheres chefes de família. Com as modificações recentes no código civil no que diz respeito a laços conjugais, o direito de família cobre um amplo espectro de áreas onde atualmente estas mulheres de fato, são prejudicadas. A garantia de pensões alimentícias é uma área sob a mira judiciária que continua a ser honrada mais no seu desrespeito do que no seu cumprimento. O próprio querer morar sem um parceiro masculino, muitas vezes se origina no fato de ela ter sofrido alguma violência quando (e se) morava só, ou até na própria recusa do pai do seu filho de co-residir no início. Os direitos à paternidade, que podem ser uma faca de dois gumes para estas mulheres na tentativa de manter a guarda dos filhos, são também um caminho importante para que elas possam contar com o apoio necessário para sustentar a família. A ideia de morar só, ou somente com os filhos, ao nível da vizinhança, já é uma decisão ousada no que toca à sua “segurança”. E precisa ser respeitada. Já se tem notícias de mulheres que queriam direito a uma casa em programas habitacionais e se sentiam na obrigação de “inventar” um parceiro convivente para serem contempladas com a casa. É importante observar contratos de habitação, financiamento e os acessos a todo e qualquer tipo de benefício a fim de garantir que, ao outorgar o direito preferencialmente a casais, não se discrimine, de antemão, contra a mulher chefe de família.

## **AGRICULTURA**

Neste setor, mulheres chefes de família, de uma forma mais exacerbada que outras mulheres:

- 1 | Perdem acesso à terra por falta de um companheiro convivente;
- 2 | Se assalariam em condições muito precárias;
- 3 | Não têm acesso a financiamentos para investimento em agricultura;
- 4 | Sofrem de falta de braços para trabalhar a terra; e
- 5 | Trabalham na ausência de companheiros que migraram e, de fato, deixaram elas sós.

Na agricultura há uma nítida divisão de espaços domésticos de casais e de mulheres chefes de família (ver Aguiar, 1980; Scott, 1981; Stolcke, 1986; Fischer, 2006) onde o direito à terra e financiamento para agricultura familiar, seja por costume das sociedades tradicionais, seja por determinação de administradores de programas de assentamentos, passa pela presença masculina. A distribuição geográfica de casas chefiadas por mulheres, evidencia-se como fenômeno urbano, que precisa ser compreendida como uma alerta contra a discriminação que ocorre contra elas no campo, e não como um resultado “natural” da atração da cidade para as mulheres. Já no assalariamento e no trabalho braçal, onde se reside, sobretudo, fora das propriedades que são locais de trabalho, observa-se uma presença muito maior de mulheres. Isto indica que o contato inicial com elas se faz como moradoras urbanas, todavia isto encobre o fato que estas são trabalhadoras *rurais*. O englobamento do trabalho feminino na unidade camponesa é um fenômeno reconhecível nas próprias teorias sobre campesinato. No entanto, as pesquisas empíricas mostram não somente grandes participações quanto esposas, mas também enquanto responsáveis por unidades destituídas de homens. Isto é muito frequente em áreas onde os homens migram em busca de trabalho e fortuna em locais distantes, muitas vezes sem retornar e sem enviar remessas para o sustento do grupo, efetivando uma situação de fato de chefia feminina que alguns denominam

“viúvas da seca”, outros “viúvas do garimpo”, entre tantas outras situações.

## Um breve comentário final

Repetindo o que foi colocado no início destas considerações, é preciso estabelecer com comprovação concreta e maior precisão quanto é que estes, e outros, fatores, de fato, entram na determinação de demandas particulares e especiais de mulheres chefes de família. Também é preciso demonstrar a eficácia e a ineficácia de políticas existentes, vendo o que ocorre com a sua implementação em programas específicos, e sugerir medidas que possam, ao combater a pobreza, também contribuir direta e indiretamente para beneficiar mulheres chefes de família. Concretamente, através da investigação da informação disponível e desta diversidade de setores e programas concretos e as suas repercussões para estas mulheres, deve ser possível chegar a algumas conclusões sintéticas que identificam algumas poucas medidas que, afinadas e informadas, podem ser sistematicamente adotadas através de uma multiplicidade de programas orientadas por uma política explícita para beneficiar as mulheres e as suas famílias.

## Referências bibliográficas

- ABREU, Alice Rangel de Paiva; BILA, Sorj (Org.). *O trabalho invisível: Estudos sobre trabalhadores em domicílio no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1993.
- ADAMS, Richard N. *Energy and structure, a theory of social power*. Austin: Univ. of Texas, 1975.
- ABEP. Censos, consensos, contra-sensos. In: Seminário Metodológico dos Censos Demográficos, III, 1984, Ouro Preto. *Anais...* Ouro Preto: ABEP, jun. 1984.
- AGUIAR, Neuma. *Tempo de transformação no Nordeste*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- AGUIAR, Neuma (Ed.). *As mulheres na força de trabalho na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BALANDIER, Georges. *Antropo-Lógicas*. São Paulo: Cultrix, 1977.

- BARROSO, Carmen. Sozinhas ou mal acompanhadas - A situação das mulheres chefes de família. In: Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1, 1978, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ABEP, 1978. Disponível em: <[http://www.abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?caderno\\_id=074&nivel=1](http://www.abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?caderno_id=074&nivel=1)>. Acesso em: 10 de maio de 2008.
- BERQUÓ, Elza. Pirâmide da solidão. Campinas: Nepo/Unicamp, 1986. (Mimeo).
- BERQUÓ, Elza (Org.). *ABEP - Primeira década, avanços, lacunas, perspectivas*. Belo Horizonte: ABEP, 1988.
- BERQUÓ, Elza; CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira (Org.). *A fecundidade em São Paulo - Características demográficas, biológicas e sócio-econômicas*. São Paulo: Cebrap, 1977.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BUVINIC, Mayra; , Nadia H. *Women-beaded households: The ignored factor in development planning*. Washington: International Center for Research on Women, 1978.
- BUVINIC, Mayra; LYCETTE, Margaret; MCGREEVEY, William P. *Women and poverty in the third world*. Baltimore/London: The John Hopkins Univ. Press, 1983.
- CABRAL, Gilda. *Relatório final: O plano plurianual (PPA 2000-2003) e a equidade de gênero, BRA/97/034, Reform of the State 454, Termo de referência 51554*. Brasília, dez. 2000.
- CARVALHO, Maria do Carmo Brant (Org.). *A família contemporânea em debate*. 7 ed. São Paulo: EDUC/Cortez Editora, 2003.
- CASTRO, Mary Garcia. *Family, gender and work: The case of female heads of household in Brazil (S. Paulo e Bahia - 1950-1980)*. 1989. Tese (PhD in Demography)-University of Florida, Gainesville, 1989.
- CLARKE, Edith. *My mother who fathered me: A study of the families in three selected communities of Jamaica*. Kingston: Univ. of West Indies, 1999.
- FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. São Paulo: Global, 2008.
- FISCHER, Izaura Rufino. *O protagonismo da mulher rural no contexto da dominação*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2006.



- FONSECA, Cláudia Lee Williams. *Família, fofoca e honra: A etnografia de violência e relações de gênero em grupos populares*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.
- GOLDANI, Ana Maria. As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. *Cadernos Pagu*, n. 1, p. 67-110, 1993.
- HIRATA, Helena (Org.). *Nova divisão sexual do trabalho*. São Paulo: Editora Boitempo, 2002.
- HITA, Maria Gabriela. *As casas das mães sem terreiro: Etnografia de modelo familiar em bairro popular negra da cidade de Salvador*. Campinas: UNICAMP, 2004.
- IBGE. Perfil das mulheres responsáveis pelos domicílios no Brasil. *Série estudos e pesquisas, informação demográfica e socioeconômica*, n. 8, Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2000.
- JELIN, Elizabeth. Las familias en América Latina. *Isis Internacional Ediciones de las Mujeres*, n. 20, p. 75-106, 1994.
- KUZNESOF, Elizabeth Anne. The role of the female-headed households in Brazilian modernization: 1765-1836. *Journal of Social History*, Fairfax: George Mason University, v. 13, n. 4, 1980.
- LANDES, Ruth. *A cidade das mulheres*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002.
- MACEDO, Marcia dos Santos. *Tecendo os fios e segurando as pontas: trajetórias e experiências entre mulheres chefes de família em Salvador*. 1999. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)-Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Na trama das interseccionalidades: Mulheres chefes de família em Salvador*. Salvador: PPGCS/UFBA, 2008.
- MARCILIO, Maria Luiza (Org.). *Família, mulher, sexualidade e igreja na história do Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- MENDES, Mary Alves. *Mulheres chefes de família em áreas ZEIS: Gênero, poder e trabalho*. 2005. Tese (Doutorado em Sociologia)-Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.
- MINTZ, Sidney. *Caribbean transformations*. New York: Morningside, Columbia Univ., 1988.
- MOTTA, Roberto; SCOTT, R. Parry. *Sobrevivência e fontes de renda - Estratégias das famílias de baixa renda no Recife*. Recife: Sudene/Massangana, 1983.
- OLIVEIRA, Maria Coleta. *Família e reprodução*. São Paulo: FAU/USP-FUPAM, 1976.

- PASTORE, José; ZYLBERSTAJN, H. *Mudança social e pobreza no Brasil, 1970-1980 (o que ocorreu com a família brasileira?)*. São Paulo: Pioneira/Fipe, 1983.
- SAFA, Helen. *The myth of the male breadwinner: Women and industrialisation in the Caribbean*. Boulder: Westview, 1995.
- SAFFIOTTI, Heleieth. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.
- SAMARA, Emi de Mesquita (Org.). Família e grupos de convívio. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: Marco Zero/Anpuh, ago. 1988-fev. 1989, 1989.
- \_\_\_\_\_. Mulheres chefes de domicílio, uma análise comparativa no Brasil, século XIX. *História*, Franca: Unesp, v. 12, p. 49-61, 1993.
- SCOTT, R. Parry. *Between captivity and the middle of the world: Household organization and migration among rural workers in Pernambuco, Brazil*. 1981. Tese (PhD in Anthropology)-University of Texas, Austin, 1981.
- \_\_\_\_\_. Comparáveis ou não comparáveis: Famílias de trabalhadores rurais, pobres urbanos e classe média (um roteiro de pesquisa sobre o uso social do trabalho). In: *Seminário Nordeste: O que há de novo?*, 1988, Natal: MCH/CCHLA/
- \_\_\_\_\_. O homem na matrifocalidade: Gênero, percepção e experiências do domínio doméstico. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 73, p. 38-47, maio, 1990.
- \_\_\_\_\_. Família, gênero e saúde na Zona da Mata de Pernambuco. In: Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, IX, 1998, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ABEP, 1998.
- \_\_\_\_\_. Quase adulta, quase velha: Porque antecipar as fases do ciclo vital?. *Interface: Comunicação, saúde, educação*, São Paulo, v. 5, n. 8, p. 61-72, 2001.
- \_\_\_\_\_. Famílias sem casais e diversidade conjugal no Brasil. *Interseções: Revista de estudos interdisciplinares*, Rio de Janeiro, v. ano 3, p. 93-112, 2002a.
- \_\_\_\_\_. Mulheres chefes de domicílios e trabalho em ambientes distintos no Norte e Nordeste. In: Encontro anual da REDOR, XI, 2002, Aracaju. *Programa...* Aracaju: REDOR, 2002b.
- \_\_\_\_\_. Família, gênero e poder no Brasil do século XX. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais - BIB*, São Paulo, v. 58, n. 1, p. 29-78, 2004.

- SMITH, Raymond T. *The negro family in British Guiana*. London: Routledge and Keegan Paul, 1956.
- STEWART, Julian H. *Theory of culture change*. Univ. of Illinois Press, 1958.
- STOLCKE, Verena. *Café amargo cafeicultura: Homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- VALÉRY, Françoise Dominique. *Femmes et habitat*. 1 ed. Marseille: Editora da EAML, 1997.
- WAGLEY, Charles (Ed.). *Race and class in rural Brazil*. Paris: Unesco, 1952.



# O homem na matrifocalidade: Gênero, percepção e experiências do domínio doméstico

*Em todos estes casos encontramos a mesma combinação de expectativas de forte dominação masculina na relação conjugal e como chefe da casa, junto com uma realidade em que as relações mãe-filho são fortemente solidárias e grupos de mulheres, filhas e filhos das filhas emergentes para fornecer uma base de continuidade e segurança (Smith, 1973: 129)*

O objetivo central deste trabalho é entender como o homem e a mulher percebem e vivem esta situação chamada “matrifocalidade”, descrita por Smith (1973). O termo matrifocalidade identifica uma complexa teia de relações montadas a partir do grupo doméstico onde, mesmo na presença do homem na casa, é favorecido o lado feminino do grupo. Isto se traduz em: Relações mãe-filho mais solidárias que relações pai-filho, escolha de residência, identificação de parentes conhecidos, trocas de favores e bens, visitas etc, todos mais fortes pelo lado feminino; e também na provável existência de manifestações culturais e religiosas que destacam o papel feminino.

Smith alerta para que não se confunda “chefia feminina” com matrifocalidade (Smith, 1973: 125-127). “Chefia” e “focalidade”, no domínio doméstico, são ideias distintas ambas têm gerado muito debate (ver Aguiar, 1984 sobre chefia). Mesmo assim, vale a pena ressaltar que um índice elevado de casas chefiadas por mulheres, em qualquer grupo específico, é uma pista forte para determinar a existência de um padrão generalizado de matrifocalidade na totalidade de casa do grupo.

Esclareça-se que a coexistência de normais “patriarcais” e práticas “matrifocais” faz parte da própria conceituação de Smith. Assim, não é através de complicadas tipologias de composições e/ou estruturas de unidades domésticas que se chega a uma maior compreensão do fenômeno. Nem é pela casa (no sentido de *household*). Compor-se como

família nuclear, extensa, truncada (ou como qualquer outra forma categorizável), que se pode identificar a matrifocalidade.

Matrifocalidade pode ocorrer em diversas camadas sociais, nas relações estabelecidas pelos membros da casa entre si, bem como entre parentes e amigos fora da casa, que são fundamentais para a sua identificação. A noção de segregação de papéis conjugais desenvolvida por Bott (1957: 137-138) num estudo de classe média inglês, leva à conclusão de que, “na ausência de vantagens econômicas particulares decorrentes de afiliações com parentes do lado paterno, há um terreno fértil para o desenvolvimento de relações de parentescos matrilaterais, que são extremamente maleáveis e que *não* duram porá várias gerações” (ênfase minha). Assim, não havendo propriedade, nem herança substancial para a manutenção de um *status* privilegiado, o papel de mãe destaca-se e torna-se o eixo da formação das relações familiares do grupo doméstico.

É teoricamente admissível que o surgimento da matrifocalidade seja favorecido em sociedades nas quais o acesso a bens, propriedade e herança faz-se pelo lado feminino. No entanto, deve-se reconhecer que grande maioria da literatura em ciências sociais que trata do assunto constrói-se sobre uma base etnográfica referente a grupos bilaterais destituídos do acesso a recursos, tanto pelo lado feminino, quanto pelo masculino (ver Woortmann, 1987, 1984; Kottak, 1961; Smith, 1956, 1963; González, 1965, 1970; Kunstadter, 1963; Gerber, 1973; Greenfield, 1973).

Destarte a pobreza, a incerteza do ganho e o desemprego seriam cúmplices predominantes favorecendo a ocorrência de famílias matrifocais. Destacando a relação mãe-filho, em sua análise de famílias de classes baixas na Guyana, Smith (1973) examina a modificação que ocorre no papel da mulher, particularmente na criação de filhos, durante o ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico, como indicador da matrifocalidade nessas casas: “Durante o período inicial de coabitação (que pode ser ou não um casamento legalizado), a mulher ocupasse completamente com a criação dos filhos e é dependente, ao máximo, de seu marido. Mas, embora os homens contribuam para sustentar a casa, não participam muito no cuidado das crianças, nem passam muito tempo em casa. À medida que vão crescendo, as crianças começam a abandonar a escola para ajudar nas tarefas domésticas, no trabalho no sítio, ou fazendo mandados. Gradativamente a mulher se livra do trabalho constante de cuidar das

crianças e, ao mesmo tempo, começa a trabalhar contribuindo para as despesas da casa. É neste estágio que se pode ver, com mais clareza, o padrão subjacente de relacionamentos dentro do grupo doméstico: Enquanto anteriormente a mulher tinha sido o foco de coalizão afetiva, ela agora torna-se o centro de uma coalizão econômica e de tomada de decisões, junto com seus filhos” (p. 124-125).

O conceito de ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico, elaborado inicialmente por Fortes (1958) e Goody (1972), segue as fases de formação do casal, expansão e dissolução do grupo. Esta é a mesma sequência descrita por Smith para a Guyana, e baseia-se em um padrão ideal (embora não obrigatório) de uma relação duradoura entre marido e mulher.

Sob condições de pobreza urbana (a evidência abunda no Brasil, bem como em outros países); em casas onde o ciclo está em expansão, nem os maridos conseguem contribuir adequadamente para a casa, nem as relações afetivas conseguem manter-se suficientemente satisfatórias para garantir a duração da maioria das uniões (Merrick e Schmink, 1983; Woortmann, 1987; Neves, 1985; Quintas, 1986; Barroso, 1978; Kottak, 1961; Scott, 1986; Figueiredo, 1980). O ciclo de desenvolvimento doméstico torna-se um ciclo repetitivo constituído, frequentemente, de relações quase efêmeras entre homem e mulher. Os grupos transformam-se rápida e constantemente. Os autores que trabalham com a noção de matrifocalidade usam, cada vez mais, a noção de “uniões visitantes”, onde a participação masculina regular é limitada e não co-residencial. Não raramente, a própria relação mãe-filho coloca-se em perigo pela precariedade das condições econômicas, e a mulher chega até a desfazer-se, temporária ou permanentemente de seus filhos, num processo que Fonseca (1986, 1987) tem chamado de “circulação de filhos” e descrito, em alguns casos, como “formas especiais de internato”.

Neste processo, a primeira relação a ocorrer é entre marido e mulher. As separações são constantes, embora nem sempre fique claro se o homem abandona a mulher ou se a mulher expulsa o homem de casa. A imagem pitoresca de uma informante baiana de que “neste terreiro o galo não canta” (Woortmann, 1987; Neves, 1985) tem sido usada para descrever este afastamento do homem do domínio doméstico. Na mesma linha, a questão inicial a ser formulada, para entender como esta situação de “não

cantar no terreiro” é percebida pelo homem, deve ser: Isto o abala, o liberta, ou faz ambas as coisas? (Scott, 1985). No entanto, outra pergunta antecede esta: Os atores envolvidos concordam sobre o que é “o terreiro”?

Ao adotar, como fazemos aqui, uma perspectiva que admite uma separação fundamental entre os interesses de gênero, forçosamente deve-se examinar os seguintes pontos: [1] o que “a casa” representa; e [2] como é vivida diferencialmente, entre homens e mulheres, em seus ciclos de vida individuais. Isto também leva a uma reflexão sobre a articulação entre as relações de gênero, por um lado, e o estabelecimento de estratégias diferentes de abordar o transcorrer do ciclo de desenvolvimento doméstico, por outro.

A união entre mulheres e filhos é fortalecida pela clara divisão do trabalho, por sexo, o que confere uma convivência intensa durante o período da infância. A mulher, por um lado, vira agente principal da reprodução biológica e social, tendo a casa como seu palco. De outro lado, o homem, impossibilitado de realizar o papel de provedor que lhe é designado, transfere a marginalidade econômica que sofre na rua para uma marginalidade dentro da casa. As tensões entre marido e mulher impedem projetos familiares explícitos apoiados na complementaridade de papéis como ocorre nos grupos operários mais estáveis economicamente, descritos por Macedo (1979) e Bilac (1978). Assim, tensões entre marido e mulher nos grupos urbanos mais empobrecidos aumentam e agravam-se até o ponto de, para o grupo como um todo, predominar o padrão de “a família das mulheres” (Wortmann, 1987). Como consequência, frequentemente ocorre o que Neves (1985) explica: “... a mulher amplia o poder e a autoridade interna à família e passa a intensificar o controle em relação ao desempenho esposo ou companheiro. A intensificação desses conflitos pode levar à expulsão ou abandono da casa pelo esposo e à expansão dos papéis e funções da mulher” (p. 200).

Nestas condições, o homem é visto pelas mulheres como “lento e sem iniciativa”, incorporando e representando o fracasso no desempenho das atividades que lhes são conferidas. As mulheres, em contraposição, se veem, ao mesmo tempo, como vítimas (sofrendo das agruras da vida e enfrentando a vida sozinhas), e “espertas” (iniciadoras de ações essenciais para a manutenção da casa). Transparece que a casa é um “nó de interesses individuais” como diz Peter Laslett (1985), onde o contexto determina os



interesses que vão sobressair em momentos diferentes. Tais interesses tomam matizes distintos de acordo com o gênero dos atores.

O enfraquecimento do papel masculino é duradouro, no sentido de que é fruto de condições econômicas que não se alteram com a passagem dos anos. É vivido como algo que, de um lado, é generalizado ao grupo e, de outro, é transitório aos atores individuais, fugindo a seus padrões de expectativas. Não há uma renúncia preferencial ao casamento (legal ou não) no início da trajetória familiar de cada ator. No entanto, a combinação de sucessivos fracassos de tentativas de casamento, com a passagem de anos e a chegada dos filhos a uma idade em que possam contribuir para sustentar a casa, tornam a renúncia ao companheiro convivente masculino mais a regra que a exceção (Salem, 1981: 82-93). A “coalizão econômica e de tomada de decisão”, de que fala Smith, impõe-se como realidade.

A exclusão do homem da casa é, em parte, apenas uma manifestação da separação cultural de gêneros em esferas nitidamente diferentes, justificada socialmente por “tradição” e por “natureza”. A “casa” é da mulher, a “rua” é do homem. Tal separação, pertencendo a uma realidade relacional e cognitiva brasileira, estudada por Da Matta (1985), não deve mascarar o fato que a mulher tem que lidar com a rua e o homem com a casa. É interessante notar que Da Matta insere esta divisão entre casa e rua em outra oposição, entre dominante e subordinado, declarando que “o discurso dominante é muito mais da rua do que da casa”. Vindo da “rua” ele vem sempre de seus componentes legais e jurídicos. A fala dos subordinados é muito mais idioma da “casa”, da família, sendo assim, é sempre vazado de conotação moral e de um apelo aos limites morais da exploração social (1985: 18). Ultimamente, muita atenção tem sido dirigida às evidências e implicações do desempenho da mulher na força de trabalho. (Cita-se Aguiar, 1984; Nash e Safa, 1986; entre muitos outros, apenas por serem coletâneas recentes que dão uma ideia da abrangência e diversidade destas abordagens). Grupos de trabalho, os mais diversos, têm se organizado para estudar a mulher na esfera dominada por homens: Na esfera da rua.

O outro lado da equação (de como os homens lidam com a esfera da casa) tem suscitado muito menos investigações de enfoques diferentes. É curioso que, apesar das críticas e elogios feitos à obra de Gilberto Freyre (1968, 1969), detalhando uma visão do patriarca e de sua família (1968,

1969), não há outros autores que tenham desenvolvido bem o enfoque da relação entre o homem e a casa. Com a intensificação dos enfoques feministas, nos últimos anos, alguns autores têm contribuído para a literatura o homem e a família, enfatizando a violência doméstica e outras manifestações de machismo (Azevedo, 1985; Drumont, 1982; Oliveira e Prado, 1981; Correa, 1983). O papel masculino também pode ser discernido em alguns dos trabalhos que enfocam a forma como homens e mulheres traçam seus projetos familiares e estratégias de sobrevivência, diante de condições específicas de inserção no mercado de trabalho (Bilac, 1978, 1978; Rodrigues, 1978; Motta e Scott, 1983; Woortmann, 1975, 1984). Cabe ressaltar que, na maioria desses últimos trabalhos, mais do que relações de gênero, o grupo doméstico que é salientado.

Continua a existir uma lacuna em nossa compreensão de como aquele homem, que é patriarca potencial, sendo intermediário entre o mundo da rua e da casa, e que vive na favela, enfrenta a própria incapacidade de controlar a rua, o que lhe impede de trazer subsídios para exercer o poder em casa. Como é que pode transportar sua experiência de “dominado” (no mundo legal e jurídico da rua), numa experiência de “dominador” efetivo da casa? Em sua casa, a mulher é a primeira a acusá-lo de não desempenhar adequadamente seu papel (ver descrição de Salem, 1981; e Barroso, 1978). Ela salienta que está sendo vítima, justamente como postulam Lopes e Silva em sua descrição dos efeitos da subordinação (1981).

Em estudo onde encontrou altos índices de matrifocalidade, Neves (1985: 201) aventura uma explicação do recuo do homem: Ele “procura minimizar a participação na vida familiar porque não se considera com autoridade para tomar certas decisões”. O problema maior implícito aqui parece ser outro. Pode-se perguntar: Como é que o homem aborda a esfera da casa? Que contexto de atuação seria a casa para o ator masculino?

É importante lembrar que, na maioria das pesquisas sobre famílias faveladas, as informações são quase sempre fornecidas por mulheres. Isso se deve ao fato de que as mulheres são mais fáceis de serem encontradas em casa e também mais dispostas a discursar sobre elas. Mas o fato de não se ter dado ouvido aos homens pode ter levado a distorções sobre o ponto de vista deles a respeito da formação do grupo doméstico, bem como da atuação masculina nessa formação.

Nesse trabalho, argumenta-se que, para entender o papel do homem na casa favelada matrifocal, é preciso adotar o ponto de vista que a “casa” ocupa espaço diferenciado nas estratégias de vida de homens e de mulheres. A partir deste pressuposto, tendo em vista a noção diferenciada que resulta da sua adoção, tecem-se algumas considerações sobre a articulação entre análises que enfocam gênero com os que enfocam grupos domésticos.

## **Estratégias de vida, gênero e a casa**

Constatar que existe uma forte divisão sexual do trabalho em relação à casa é repetir apenas um fato reconhecido e investigado por gerações e gerações de cientistas sociais (ver Burton *et al*, 1976; e Pouillon, 1978 para um resumo de muitos argumentos). O que se frisa aqui é que tal divisão do trabalho cria representações e experiências sistematicamente diferenciadas, da realidade social concreta da casa, seja qual for o nome adotado para descrevê-la: Unidade doméstica, grupo doméstico, família ou casa mesmo<sup>1</sup>.

Embora falar da casa como objeto ou traçar o ciclo de seu desenvolvimento seja um artifício analítico que muito contribui para a compreensão de um nível específico de articulação da realidade social, corre-se o risco de, em parte, retratar uma média que ofusca a realidade de seus participantes. Exemplificando, se num dado universo de dez indivíduos, cinco ganham oito cruzados e outros cinco ganham oitenta, é evidente que se entenderia menos sobre o fenômeno apenas centrado a análise na média de quarenta e quatro cruzados que o conjunto ganhou, sem reportar a diferença explícita entre o grupo de oito e o grupo de oitenta. Da mesma forma, falar da casa sem dividi-la, nas experiências e representações das mulheres, de um lado e dos homens, de outro, certamente esconde as reais diferenças das estratégias de vida montadas em cima da variedade de gênero.

---

<sup>1</sup>Concordamos com os autores que insistem na diferenciação explícita entre a noção de família (*family*), mais vinculada à congregação de noções de parentesco, ideologia e coabitação, e unidade doméstica (*household*), mais vinculada à coabitação e cooperação econômica imediata para este grupo; mas, para o que se argumenta aqui, aplica-se tanto “família” quanto “unidade de grupo doméstico”.

A diferença a que a “casa” assume nas estratégias femininas e masculinas pode ser tentativamente descrita. Da mulher, espera-se que esteja ativamente controlando sua casa, e do homem que possa apresentar sua casa como já sob “controle” ou “resolvida”. Isto é reconhecido pela terminologia popular segundo a qual “a casa é do seu João” mas “quem a administra é a dona Maria”.

As mulheres têm na sua casa uma peça fundamental da determinação da identidade feminina. É sobre sua relação com a casa que ergue a determinação e autoavaliação do seu *status* e de sua articulação com o mundo da rua. Geralmente, construir uma casa inicia-se com o estabelecimento de uma relação conjugal mais ou menos estável com um homem. Não é à toa que, das dezenove expressões qualificantes de “mulher” no dicionário conhecido como Aurélio (Ferreira, 1975), dezesseis são definidoras dela como “meretriz” e fora do espaço doméstico<sup>2</sup>. A mulher da casa não é esta, como bem demonstra única expressão inequivocamente positiva sobre a mulher no Aurélio: “Mulher de César, de reputação inatacável”. Há necessidade premente de a mulher definir-se diante da casa, seja para afirmar sua obediência à ordem culturalmente estabelecida, seja para negá-la.

Sabendo que as tarefas domésticas relacionadas com a preparação e reposição da força do trabalho (criação dos filhos, preparo do alimento, limpeza etc) recairão sobre ela, a mulher é levada a viver e pensar a casa de uma forma extremamente ativa e crítica. O sucesso ou fracasso da estratégia de vida da mulher será avaliado por ela mesma, por outras mulheres e por homens, de acordo com a maneira como opera com os elementos constitutivos da casa.

Para o homem, o mesmo não é verdade. Com o estabelecimento do critério predominante de avaliação, sucesso centrado na rua, a casa torna-se um domínio que precisa estar “sob controle” e “inquestionável”. Nenhuma das dezesseis expressões qualificantes do homem refere-se fundamentalmente ao domínio doméstico<sup>3</sup>. Tal como a administração da

---

<sup>2</sup>Mulher: Vadia, perdida, pública, errada, de pala aberta a toa, da comédia, da rótula; da rua, da vida, da zona, de má nota da ponta da rua, de fado, de fandangó e do mundo.

<sup>3</sup>Homem: Da rua, de ação, de bem, de cor, de Deus, de empresa, de estação, de leitura, de negócios, de palavras, de prol, de povo, de sete Instrumentos, feito, marginal e público.

casa incorporada na mulher, o controle sobre a mulher, simbolizando o controle sobre a casa, também precisa ser “inquestionável”. Os piores e mais violentos insultos ao homem referem-se a sua incapacidade de controlar sua mulher (“corno”) ou vir de uma família onde a mãe não foi controlada (“filho da puta”). O próprio afastamento físico do homem, que o trabalho costuma exigir, elimina a afetiva e ativa vigilância pessoal sobre o cotidiano doméstico. O discurso masculino sobre a casa constrói-se sobre esse conhecimento mais reduzido, mas não é um discurso de importância reduzida. Ao transparecer o discurso que a casa não está “sob controle” a ameaça à avaliação do desempenho do homem é real, tão real quanto a administração direta de fracasso no papel masculino de “provedor”.

Com essas bases diferentes para organizar a experiência e a percepção da casa, de acordo com o gênero - homens com casa “sob controle” e mulheres ativamente controlando a casa - o ciclo de desenvolvimento doméstico é visto por cada um de formas distintas. Isto evidencia-se na confrontação da situação de mulheres e homens nos dados de composição de unidades domésticas de acordo com a renda, e na mesma confrontação do discurso sobre momentos chave no ciclo de desenvolvimento doméstico, vistos nos próximos itens.

## **Gênero e a casa no bairro dos Coelhos**

A cidade do Recife tem grandes extensões ocupadas por populações pobres. A característica matrifocal destas casas pobres é preponderante. Um levantamento sobre a organização econômica (Motta e Scott, 1983) indica que 21,5% têm sua renda básica fornecida por mulheres (75% destas mulheres provedoras básicas não têm maridos, mais de 10% destas mulheres têm maridos em casa e o restante é filho ou agregado). A metade das casas estudadas tem mais de um provedor, e 56,3% destes provedores complementares são mulheres. As esposas são mais importantes como provedoras complementares (26,2%), seguidas pelos filhos homens (23,7%) e pelas filhas (só 13,8%). Pode-se afirmar que, embora culturalmente haja uma clara preferência e tendência de os homens serem os detentores de rendas, a atividade econômica remunerada é feminina e fundamental para o sustento de aproximadamente três em cada quatro casas.

Nos Coelhos, um dos bairros pobres do Recife, evidencia-se forte matrifocalidade e importância econômica da mulher, ainda maior do que na cidade como um todo. Segundo dados da URB- Empresa de Urbanização do Recife (Recife, 1981), são 5.298 habitantes em 1.347 casas, com uma localização estrategicamente próxima ao centro da cidade. Em 88% das casas ganha-se menos de três salários mínimos. A renda familiar média é de 1,7 SMe mediana de 1,3. Como é frequente em outra populações pobres, percebe-se uma rotatividade enorme no emprego, o que dificulta qualquer tentativa de diferenciação entre “assalariados”, “autônomos” e “biscateiros”. A pergunta posta aqui é: Como os homens e as mulheres se distribuem entre estas casas, e qual a relação disto com as estratégias de sobrevivência e ciclos de desenvolvimento dos grupos domésticos?

**TABELA 01**

DISTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES DOMÉSTICAS  
SEGUNDO A RENDA, POR SEXO DO CHEFE.  
Bairro dos Coelhos, Recife, 1981.

FAIXA DE RENDA	CHEFES			
	Masculino		Feminino	
	n	%	n	%
Sem renda	28	45,9	33	54,1
0 a 1 SM	168	39,8	254	61,2
1 a 2 SM	325	71,9	127	28,1
Mais de 2 SM	252	75,9	80	24,1
<b>TOTAL</b>	<b>773</b>	<b>61,0</b>	<b>494</b>	<b>39,0</b>

Fonte: Recife, 1981.

Estas casas concentram as faixas mais pobres da população (Tabela 01): 58,9% recebem menos de 1 SM. Os 61,0% dos chefes que são homens são majoritariamente de casas com rendas maiores (74,6% acima de 1 SM). De um ponto de vista econômico simplificador, evidencia-se que a casa com chefe homem está mais “sob controle” do que a casa com chefia feminina. Assim, estas mulheres têm de controlar mais ativamente os ingressos em sua casa para sustentar o grupo. De fato, verifica-se, como ocorreu na pesquisa anterior que desenvolvemos sobre sobrevivência e fontes de renda (Motta e Scott, 1983), que são proporcionalmente maiores as

quantias entregues às mulheres chefes de casa por outros membros da unidade, do que as entregues aos homens em situação idêntica.

Um companheiro masculino está presente em 16,5% das casas com a chefia atribuída à mulher. Lamentavelmente, os dados não permitem uma comparação dos níveis de renda dos dois parceiros nestas casas. A comparação com as casas com chefes sem companheiros indica que, independentemente do sexo da pessoa a quem se atribui a chefia, as casas com casais alcançam rendas maiores (Tabela 02). É notável, adicionalmente, que 16,4% dos homens chamados chefes não tenham esposas. Novamente a limitação dos dados da URB não permite que seja verificado quantos destes homens são viúvos, quantos são jovens ou irmãos de unidades de colaterais e quantos são jovens ou adultos que moram sozinhos.

A observação no bairro sugere que a maioria pertence a esta última categoria. As casas destes homens, chefes sem parceiras, não alcançam os níveis de renda das casas com casais. No entanto, deve-se salientar que o número de consumidores a serem sustentados com o que se ganha é drasticamente reduzido. O mesmo não é o caso das mulheres sem parceiros, pois elas frequentemente têm a guarda dos filhos. A limitação em sua capacidade de ganho é patente: 64,0% ganham menos de um salário mínimo. Ao estabelecer uma residência solitária, o homem pode driblar a responsabilidade do cuidado cotidiano dos filhos. Para a mulher é mais difícil, e as implicações da dupla carga de filhos e de sustento evidenciam-se nos níveis de renda atingidos.

**TABELA 02**

DISTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES DOMÉSTICAS SEGUNDO A RENDA, POR  
RESULTADOS CONJUGAL E SEXO DO CHEFE.  
Bairro dos Coelhos, Recife, 1981.

FAIXA DE RENDA	CHEFES							
	CASADOS				SOLTEIROS			
	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Sem renda	20	3,1	0	-	8	6,3	33	8,0
0 a 1 SM	125	19,3	22	27,5	43	33,9	232	56,0
1 a 2 SM	272	42,1	33	41,3	53	41,7	94	22,7
Mais de 2 SM	229	35,5	25	31,2	23	18,1	55	13,3
<b>TOTAL</b>	<b>646</b>	<b>100,0</b>	<b>80</b>	<b>100,0</b>	<b>127</b>	<b>100,0</b>	<b>414</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Recife, 1981.

Considerando a média da idade do chefe da casa (Tabela 03), seja homem ou mulher, observa-se que são os mais jovens que estão tendo as maiores dificuldades em auferir renda. Isto implica sérias barreiras, na fase inicial do ciclo doméstico, para formar, manter e expandir as unidades. Nas outras faixas de renda, a média de idade do chefe é relativamente estável e indiferenciada, não havendo, por este meio, possibilidade de discernir tendências à pauperização ou enriquecimento de casas ao longo do tempo.

A inclusão de membros de outras gerações na casa mostra-se como um processo diferenciado. Mães idosas residentes com seus filhos casados são 88% dos agregados, os pais sendo apenas 12% deste grupo de agregados. Na mesma geração, são aproximadamente iguais as proporções de irmãos e de irmãs em casa. Estas casas com colaterais agregados normalmente têm rendas totais acima da média. Na geração mais jovem a tendência é contrária à da mais velha - o privilégio é masculino. Os filhos representam 55,2% dos componentes totais das casas, dos quais 52,2% são homens e 47,8% mulheres.



**TABELA 03**

MÉDIA DE IDADES DE CHEFES DE UNIDADES  
DOMÉSTICAS SEGUNDO A RENDA E SEXO.  
Bairro dos Coelhos, Recife, 1981.

FAIXA DE RENDA	MÉDIA DAS IDADES DE CHEFES	
	Masculino	Feminino
Sem renda	33,2	32,5
0 a 1 SM	45,8	41,0
1 a 2 SM	38,0	42,7
Mais de 2 SM	40,8	44,3
<b>TOTAL</b>	<b>40,1</b>	<b>42,0</b>

Fonte: Recife, 1981.

A análise da distribuição por sexo e faixa etária dos filtros que permanecem em casa mostram variação interessantes. Nas faixas de 15 a 19 anos e 20 a 30 anos, os filhos homens permanecem mais em casa que suas irmãs (59,0% na faixa de 15 a 19, e 57,0% na de 20 a 30 anos). Acima de 30 anos, nota-se uma esperada diminuição, e também uma inversão do equilíbrio por sexo (apenas 39,6% dos filhos que permanecem na casa são homens). A maior presença de filhas mulheres maiores de 30 anos parece indicar uma combinação de continuação da “proteção” de filhas que nunca chegaram a sair da casa, com retorno daquelas que buscam apoio na casa da mãe para criar seus próprios filhos após uniões desfeitas.

Resumindo, os dados sobre a composição das casas nos Coelhos fornecem um quadrado de experiências diferenciadas por sexo. Como um conjunto, os homens fazem parte de unidades com renda maior; formam numerosas unidades solitárias (destituídas de filhos e outros dependentes) e ficam mais tempo na casa dos pais. Cabe lembrar que a maioria dos homens adultos dos Coelhos é, de fato, pais de família que residem com suas esposas.

Quanto às mulheres, a maioria (59,5%) tem companheiros conviventes. No entanto, há um número surpreendentemente alto de mulheres que são chefes. A elas cabe a responsabilidade da administração de uma casa que geralmente inclui filhos e que tem uma renda muito reduzida. Embora as filhas saiam de casa mais cedo que seus irmãos para formar sua própria casa, é também mais fácil voltarem a viver com sua mãe em momentos de

crise posteriores. Também, muito mais que o homem, ao envelhecer a mulher conta com o abrigo da casa de seus filhos. A “casa” perduram, assim, com um espaço que privilegia a mulher.

## **Gênero e ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico**

Para confrontar adequadamente as representações masculinas e femininas das respectivas vivências domésticas, seria necessário considerar detalhadamente vários momentos chave: A saída da casa dos pais; a agregação do companheiro; o nascimento dos filhos; a inclusão de outros parentes e amigos; a separação do companheiro; a saída dos filhos; a exclusão de outros parentes e amigos; mortes; e a substituição definitiva da unidade. Foge ao alcance deste trabalho tão extensa confrontação; conseqüentemente, privilegiam-se os momentos de agregação e de separação do companheiro por envolverem, mais transparentemente, a questão de gênero em relação à constituição da casa.

“Uma mulher sem marido não é nada”. Muitas mulheres, especialmente as mais jovens, apoiam esta declaração de uma mulher dos Coelhos. Ter “uma casa” para cuidar é quase universalmente citado como um elemento decisivo na ideia de morar com um homem. Mas, para escolher um marido com qualidades que possam melhorar a autoavaliação do *status* uma mulher, muitos favores devem ser pesados. Para formar uma nova unidade, são questões relevantes a reputação dos membros da unidade de origem, bem como a reputação da própria mulher que mais claramente entra em jogo na procura de um marido. Uma opção cultural é “fugir”. Fugir, passando uma temporada fora da casa dos pais com o novo parceiro, é uma forma tradicional de proteger a reputação de todos, comum entre famílias pobres, especialmente de origens rurais. De um lado, evitam-se as despesas proibitivas de um casamento formal. De outro, a mulher troca uma casa por outra, sem ter de passar pela “rua”, onde não existe a vigilância efetiva de sua atividade sexual, símbolo maior de sua reputação (e de sua casa). Este aspecto já foi visto no comentário sobre a definição de mulher no Aurélio.

Tradicionalmente, a fuga se processa com a colocação da mulher na guarda temporária dos parentes do marido, o que implica sua aceitação e

proteção por este grupo. Algumas mulheres dos Coelhos, originárias do interior, seguiram este padrão, mas não é a regra geral. Muitas passaram temporadas morando e trabalhando como domésticas em casas de famílias, ou passaram temporadas em pensões ou quartos alugados. Durante este tempo, “namoraram” ou mantiveram relações sexuais com parceiros eventuais.

No caso, a questão da reputação (pessoal e do grupo doméstico) tão importante na fuga tradicional, tem de ser ganha ou reconquistada de outra forma no bairro pobre da cidade. Encontrar um marido adequado pode representar a recuperação de um *status* junto aos outros como “mulher direita” e “respeitada”, como mulher cujo parceiro sexual é, ou aparenta ser, seguro. Aqui a “casa” é um espaço feminino que confere identidade cultural à mulher, livrando-a da dubiedade da rua. A presença do marido, pois, reporta-se a uma estratégia que não passa, necessariamente, pela questão de “sobrevivência” e aumento de fontes de renda.

Para as mulheres mais novas, a realização de sua sexualidade promove, obviamente, a procura de um parceiro. Nos Coelhos, são muitas as que alegam que uma boa “primeira experiência” com um certo homem, que conheceram numa festa, levou à resolução de estabelecer uma casa. Geralmente com a passagem dos anos, outros elementos entram mais na decisão sobre a participação do esposo na unidade.

Juntar-se envolve muito mais do que o estabelecimento de uma reputação e a realização de uma vida sexual. Ter a própria casa para cuidar é excepcionalmente importante. O ditado popular bem afirma que “quem casa, quer casa”. O espaço físico separado, seja ele próximo à casa dos pais ou longe, identifica o casal como unidade separada. Identifica um local não contestado onde a mulher pode organizar seu trabalho e seu tempo, tanto de acordo com exigências próprias, como de acordo com as relações estabelecidas entre ela e o marido. A não interferência das gerações superiores, a mãe e especialmente a sogra, marcam um passado importante que o espaço físico separado da casa providência à mulher.

Um homem que tenha um renda segura, seja caseiro e não gaste em bebida ou farra (o que descreve uma minoria dos homens dos Coelhos) muitas vezes prefere que sua mulher abra mão da renda própria de seu trabalho fora, para ficar com ele e cuidar da casa dos dois (que, finalmente,

não é dos outros). Nos Coelhos, as mulheres mostram-se bastante eficazes em se identificar como “donas” das casas onde residem com o marido. No caso de separação, geralmente as mulheres ficam com as casas, quer como proprietárias, quer como inquilinas.

A maioria das mulheres entrevistadas casou-se mais de uma vez. A casa pensada nestes segundos ou sucessivos casamentos não é mais espaço físico (que ela geralmente tem, mesmo precariamente) nem afirmação de sua identidade “feminina” forçosamente ligada à casa. Outras características ganham destaque mais central na “coalizão econômica e da tomada de decisões” que Smith descreve para caracterizar a matrifocalidade. Agora, ela, dona de uma casa “espaço físico”, exercendo em casa papel feminino responsável pelos filhos na maioria dos casos, transfere o peso de sua avaliação da casa para as “relações sociais” implicadas na convivência com um homem. Ele tratará os filhos como se fossem seus? Como muitas vezes ela já tem uma casa própria, não convém agregar um homem que apenas aumentará a carga de trabalho em casa. Quanto “trabalho” a presença do marido em casa implicará para ela? Finalmente, é muito provável que continuem trabalhando fora, se for este o caso.

No contexto de pobreza urbana, ficar com o marido vira exceção e não regra entre as mulheres. Apenas seis das vinte e oito entrevistadas no Coelhos continuam com o primeiro marido. Note-se ainda que cinco destas seis, por serem jovens, têm pouco tempo de convivência matrimonial. Esses dados permitem afirmar que as expectativas de melhora que levaram à decisão de agregar um marido são superadas pelas dificuldades que o casamento apresenta.

O casamento geralmente não satisfaz à expectativa de que o juntar-se daria uma garantia de reputação com o estabelecimento de uma casa. Marido e os filhos exigem muito trabalho. A reputação se mantém em constante perigo, tanto em função dos ganhos baixos e inseguros, como pelas atividades recreativas e amorosas do marido. Uma mulher desabafou: “Comprei o meu marido com o meu suor”. Percebe-se que, ao passar do primeiro para os sucessivos maridos, a mulher começa a pesar mais a carga de trabalho implicada na inclusão ou exclusão de seu homem das atividades cotidianas da casa. Várias mulheres declararam ter impedido a mudança dos parceiros para sua casa para não se tornarem “escravas” dele,

da sua roupa e do fogão. Poucos são os homens cujos ganhos sustentam realmente a casa. Alguns homens, inclusive, impedem que a mulher trabalhe e ainda por cima gastam seus trocados com bebidas e outras mulheres. Intensificam-se as brigas e agressões físicas. Muitos homens saem para morar com outras mulheres.

É evidente que, com a passagem do tempo, a presença de um marido que, ao mesmo tempo, é pobre, dá trabalho e é “desrespeitador da casa” desfaz qualquer garantia de “reputação” para a mulher. Tudo isto é, evidentemente, acompanhado por uma diminuição na satisfação sexual. Na medida em que se torna público o desrespeito, o casamento se modifica em algo que rebaixa a mulher e a separação torna-se inevitável.

Os homens dos Coelhos não têm pressa em se casar, mas a iniciação sexual deve ser cedo. As mulheres são vistas primeiro como parceiras sexuais, e são frequentes as experiências com prostitutas. Para alguns homens há a nítida separação entre as mulheres da rua (que são “fusacas”, são “de brincadeira” e participam da malandragem) e as “mulheres direitas”, as únicas casáveis. Na dança, evento social frequente nos Coelhos, há a presença obrigatória das primeiras e a presença apenas sob vigilância de algumas moças que pertencem à segunda categoria. Observa-se que os homens que passaram sua juventude nos Coelhos, afastados das origens rurais de suas famílias, frequentemente conheceram suas esposas numa dança no mesmo bairro. Paralelamente, os homens que mantêm mais forte ligação com o interior do estado costumam fazer questão de excluir mulheres da “dança” do conjunto de mulheres “casáveis”.

Qualquer que seja a origem da relação estabelecida, inicialmente, na cabeça da maioria dos informantes masculinos não estava um casamento ou uma união duradoura até ter aparecido uma gravidez. Para estes, a casa não se apresenta como parte integrante de um projeto de vida individual. Mas sim como eventualidade, quase fatal, dos relacionamentos amorosos. Faz-se muita referência à importância dos conselhos da geração com mais idade na resolução de estabelecer uma unidade à parte, tornando-se responsável por mulher e filhos. A casa assim formada não é indesejável. No entanto, a passagem para o papel de marido e pai representa um acréscimo na responsabilidade pelo sustento da casa que, frequentemente, não estava incluído nas expectativas imediatas do homem.

Nos namoros mais demorados, especialmente ao entrar no casamento, os homens estabelecem uma condição fundamental às mulheres: Serem subordinadas e ficarem sob controle. Este discurso é, paradoxalmente, em geral acompanhado por referências à igualdade dos dois. Um dos informantes declarou o seguinte: “Acredito em direitos iguais, não sou machista, mas não é para soltar as rédeas” (Scott, 1986).

Outro homem mostra sua visão:

*“Eu acho que a mulher tem que obedecer obomem porque o herói da casa é o homem. Mas eu acho também que se estou dentro da cara com a mulher, todos os dois podem falar alto... Os dois têm que ficar unidos porque sem unidade não pode viver. Não é só o homem ficar dentro como herói. Tanto você fala quanto eu falo. Agora sempre a mulher fala mais baixo que o homem. O homem sempre quer ser o herói, quer ser o homem, e a mulher não quer ser mais que o homem. A mulher tem que ser um pouquinho mais em baixo que o homem. Não pode gritar alto demais, mais do que o homem. Agora, o homem respeitando a mulher, eu acho que ela gosta de autoridade que eu tenho porque ela é meia feroz mesmo.”*

Esta dominação em casa traduz-se numa vigilância que coloca em questão a mulher viver na rua, ou nas casas dos outros. As queixas que os homens têm sobre suas casas são, primordialmente, queixas sobre a não domesticidade da mulher: “Quem vive pela casa dos outros não quer mais o marido”. A casa mal administrada, sem comida pronta, sem cuidado adequado das crianças, sem pratos lavados etc é um sinal de que a casa do homem está fora de controle e que ele deveria procurar outra mulher para administrar uma casa.

Embora a mulher não possa viver pela rua, a maioria dos homens dos Coelhos acredita que a recíproca não é verdadeira. Relações extraconjugais são frequentes, constituindo uma razão básica para muitas separações. Os primeiros casamentos no bairro tendem a ter curta duração, e a combinação da incapacidade de sustentar a unidade com a renda instável e as relações extraconjugais dos maridos (normalmente) são os fatores mencionados como mais importantes na dissolução destas uniões. Não há, atualmente, dados que permitam verificar o número e o tempo médio de união dos casais no bairro dos Coelhos, como um todo. Dos catorze homens entrevistados em mais profundidade, nove tiveram uma primeira união fracassada, e cinco continuam sem “casas” deles mesmos, morando com os pais, em quartos alugados ou passando por sucessivas uniões rapidamente desfeitas. A observação indica que os homens que

estabelecem relações duradoras, após a primeira união, o fazem com mulheres que têm alguma atividade remunerada. A resistência a que a mulher trabalhe fora reduz-se nas uniões subseqüentes. O homem não se prende tanto às noções idealizadas de “mulher em casa e homem na rua”, pois já percebeu que a renda auferida pela mulher é fundamental para a sobrevivência do grupo. Quando a mulher já tem filhos (ao entrar na união) isto é ainda mais frequente.

Prestando atenção aos 16,7% de homens que não têm esposas, verifica-se que boa parte destes vivem em quartos alugados ou casas cedidas, costumando afirmar que não têm em seus projetos a construção de uma casa ou novo casamento. Afirmam que “mulher não falta” e que preferem não assumir a responsabilidade de um grupo doméstico. A “esperteza” destes homens está em manter-se “desobrigados”. Há outras formas de “desobriga-se”, como no arranjo de um sapateiro de 44 anos, que continua residindo em casa com a mulher e quatro filhos, contribuindo para o sustento, mas com ela “nada tem” e, com os filhos, quase não fala. Ele explica:

*“Não estou mais com essa idade, já cansado, já trabalhei muito. Arrumar uma menina para ir morar com ela não vai dar certo. Eu sei que vou ter raiva. Por quê? Porque eu sei que a maioria das meninas hoje em dia têm vaidade. Eu não posso sustentar a vaidade, quer ir para o clube, quer ir para essas coisas, eu não quero mais. É preferível eu viver tranquilo no meu canto. Mulher não falta por aí. A gente arruma e traz; uma mulher para esquentar minha cabeça, eu não quero.”*

Este raciocínio não dista muito de um homem de 35 anos, separado após quatro anos de casamento e residente na casa da mãe. Ele diz que agora nem pensa mais em casar, pois as mulheres de hoje em dia são muito “individuais” e não dão para casamento.

A vivência masculina do ciclo doméstico difere muito da feminina. Com base na pesquisa descrita aqui, podemos isolar alguns momentos que ilustram distinções importantes para a compreensão de estratégias diferenciadas por gênero. Enquanto, inicialmente, a mulher representa seu namoro e manutenção de relações sexuais estrategicamente visando o estabelecimento de uma casa, o homem representa estas relações como um objetivo em si, que incidentalmente resulta na formação de uma casa à parte.

Do ponto de vista de homens e mulheres, o fracasso das primeiras uniões deve-se ao despreparo dos dois para o casamento, devido à idade, às dificuldades de sustentar a unidade e ao não controle das atividades do parceiro. Após esta separação, a mulher normalmente sai com a “casa feita”, incorporada na responsabilidade pelos filhos; enquanto o homem enfrenta uma situação de escolher entre uma vida onde renuncia à “casa” e uma em que estabelece uma nova relação mais duradoura com outra mulher, onde, comumente, ela passa a permitir, e mesmo exigir, que a mulher trabalhe.

Com isto abre mão do papel de “provedor único” de um lado, mas integra-se a uma unidade doméstica economicamente mais equipada para enfrentar a pobreza com estratégias múltiplas de gerar e de gerir renda, de outro.

Na matrifocalidade, se a mulher é uma vítima que se vê como esperta em relação a sua atuação diante da casa, uma casa que dificilmente pode renunciar, o homem também é esperto, ou porque divide com a mulher a responsabilidade econômica da casa, numa estratégia que se mostra materialmente vantajosa, ou renuncia à “casa” quanto fundamento para sua estratégia particular, e realiza-se através de relações sexuais destituídas de conteúdos e compromissos mais duradouros de sustentação econômica.

## **Implicações para investigação de gênero e grupos domésticos**

O texto já apresentou diversas conclusões nos dados sobre famílias pobres recifenses não convém repeti-las. Nestes comentários finais, ressaltam-se os elementos da abordagem adotada que demonstraram ser os mais frutíferos para auxiliar na compreensão da operação do fator de gênero nos grupos domésticos.

Primeiro, matrifocalidade, o favorecimento das relações matrilineares do grupo doméstico, foi entendida como um contexto tanto para operações femininas quanto para operações masculinas. Relegar a análise do grupo doméstico ao lado feminino da equação, seja qual for a razão, seria tratar de apenas a metade da história. Os informantes, a observação e a análise devem captar ambos os lados.



Segundo, e intimamente relacionado com o primeiro ponto, ao adotar uma abordagem que privilegia o ciclo doméstico, utiliza-se um conceito que, à primeira vista, é livre da problemática de gênero, por situar-se num nível analítico supra individual. Mas isto é ilusão. Ficou patente, neste trabalho, que uma das conclusões mais significativas é que o ciclo doméstico é vivido e representado de formas radicalmente diferentes por mulheres e por homens.

Terceiro, a casa e a rua são duas partes de ambiente passíveis de controle por mulheres e homens ao manterem relações entre si. A relação entre gêneros é, como toda relação social, uma relação de poder. Os dois atores procuram controlar parte do ambiente para conseguir exercer alguma influência sobre as ações do outro.

O caminho de menor resistência é de seguir a dicotomia culturalmente imposta que atribui a casa à mulher e a rua ao homem. A casa torna-se um recurso, uma parte do ambiente sobre o qual o homem e a mulher formam estratégias de interação que julgam favoráveis à sua sobrevivência particular, resultando numa distinção onde se vê que as mulheres são representadas como ativamente controladoras em suas casas, enquanto os homens são representados como tendo suas casas sob controle.

Finalmente, chama-se atenção para o fato de que a análise, neste trabalho, concentra-se na questão da inclusão e exclusão de parceiros nas estratégias de formação de grupos domésticos. Basta reportar-se à tremenda diversidade de elementos comumente usados para identificar a matrifocalidade, resumidos no início deste trabalho, para saber que existe um campo rico de elementos adicionais a serem analisados para melhor compreender as relações de gênero neste contexto.

## Referências bibliográficas

- AGUIAR, Neuma (Coord.). *Mulheres na força de trabalho na América Latina: Análises qualitativas*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- ALMEIDA, Maria Conceição Lafayette de. *Em busca da igualdade: Um estudo de casais de camadas médias urbanas no Recife*. 1988. Dissertação (Mestrado em Antropologia)-Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1988.
- AZEVEDO, M. A. *Mulheres espancadas: A violência denunciada*. São Paulo: Cortez, 1985.

- BARROSO, Carmen. Sozinhas ou mal acompanhadas: A situação da mulher chefe de família. In: Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, I, 1978, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ABEP, 1978.
- BILAC, E. D. *Família de trabalhadores: Estratégias de sobrevivência; a organização da vida familiar em uma cidade paulista*. São Paulo: Símbolo, 1978.
- BOTT, Elizabeth. *Family and social network*. London: Tavistock, 1957.
- BURTON, Michael L. *et al.* A model of the sexual division of labor. *American Ethnologist*, Washington: Amer. Ethnological Society, p. 227-51, 1976.
- CORRÊA, Mariza. Mulher e família: Um debate sobre a literatura recente. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais - BIB*, Rio de Janeiro, n. 18, p. 27-44, jul./dez. 1984.
- \_\_\_\_\_. *Morte em família: Representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- DA MATTA, Roberto. *A casa e a rua: Espaço. Cidadania, mulher e morte no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- DRUMONT, M. P. O machismo como sistema de representações ideológicas recíprocas. In: LUZ, M. *et al.* (Org.). *O lugar da mulher: Estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- DURHAM, Eunice. A família e a mulher. *Cadernos Ceru*, São Paulo: Ceru-USP, n. 18, p. 7-47, 1983.
- FERREIRA, Aurélio Buarque H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.
- FIGUEIREDO, M. O papel sócio-econômico das mulheres chefes de família numa comunidade pesqueira do litoral norte da Bahia. *Cadernos de Debates*, v. 6, 1980.
- FONSECA, Cláudia. *Orphanages, foundlings and foster mothers: State intervention in the system of child circulation in a Brazilian slum*. 1985. (Mimeo).
- \_\_\_\_\_. A circulação de crianças em grupos populares de Porto Alegre: Um exame do processo jurídico de apreensão de menores, 1900-1926. In: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, X, 1986, Campos do Jordão. *Anais...* Campos do Jordão: ANPOCS, 1986. (Mimeo).
- \_\_\_\_\_. O internato do pobre: FEBEM e a organização doméstica em um grupo porto-alegrense de baixa renda. *Temas IMESC, Sociedade, Direito, Saúde*, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 21-39, 1987.

- FORTES, M. Introduction. In: GOODY, Jack (Ed.). *The developmental cycle of domestic groups*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1958.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mocambos*. 4 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.
- \_\_\_\_\_. *Casa Grande e Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 14-ed. Rio de Janeiro: José Olympio, [1933] 1969.
- GERBER, Stanley N. (Ed.). The family in the Caribbean. In: Conference on the family in the Caribbean, 2, 1973, Rio Piedras. *Proceedings...* Rio Piedras: Institute Caribbean Studies/Univ. of Puerto Rico, 1973.
- GONZÁLEZ, Nancy L. The consanguineal households and matrifocality. *American Anthropologist*. Lancaster, v. 67, p. 1541-1549, 1965.
- \_\_\_\_\_. Toward a definition os matrifocality. In: WHITTENJR., N. E; SZWED, J. F. (Ed.). *Afro-american anthropology: Contemporary perspective*. New York: Free Press, 1970.
- GOODY, Jack. *Production and reproduction: A comparative study of the domestic domain*. Cambridge. Cambridge Univ. Press, 1972.
- GREENFIELD, Sidney. Dominance, focality and the characterization of domestic groups: Some reflections on matrifocality in the Caribbean. In: GERBER, S. (Ed.). *The family in Caribbean*. Porto Rico: Institute of Caribbean Studies/Univ. of Puerto Rico, 1973.
- KOTTAK, Conrad P. Kinship and class in Brazil. *Ethnology*. Pittsburgh: Univ. of Pittsburgh, v. 6, p. 427-443, 1961.
- KUNSTADTER, P. A survey of the consanguine or matrifocal family. *American Anthropologist*. Washington, v. 65, n. 1, p. 56-66, mar. 1963.
- LASLETT, Peter. The family as a knot of individual interests. In: NETTING, R. M. et al. (Ed.). *Households: Comparative and historical studies of lbe domestic group*. Berkeley: Univ. of California, 1985.
- LEITE LOPES, José Sérgio; SILVA, Luiz Antônio Machado da. Introdução: Estratégias de trabalho, formas de dominação na produção e subordinação doméstica de trabalhadores urbanos. In: LEITE LOPES, José Sérgio (Org.). *Mudança social no Nordeste, a reprodução da subordinação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- MACEDO, Carmen Cinira. *A reprodução da desigualdade: Projeto de vida familiar de um grupo operário*. São Paulo: Hucitec, 1979.

- MERRICK, Thomas; SCHMINK, Marianne. Households heads by women and urban poverty in Brazil. In: BUVINIC, Mayra. *et al.* (Ed.). *Women and poverty in the third world*. Baltimore: Johns Hopkins Univ. Press, 1983.
- MOTTA, Roberto; SCOTT, R. Parry. *Sobrevivência e fontes de renda - Estratégias das famílias de baixa renda no Recife*. Recife: Sudene/Massangana, 1983.
- NASH, June; SAFA, Helen (Ed.). *Women and change in Latin America*. South Hadley: Bergin and Garvey, 1985.
- NEVES, Delma Pessanha. Nesse terreiro galo não canta: Estudo de caráter matrifocal de unidades familiares de baixa renda. *Anuário Antropológico* 83, Rio de Janeiro/Fortaleza: Tempo Brasileiro/UFC, 1985.
- OLIVEIRA, Cicera. F.; PRADO, Danda. *Cícera, um destino de mulher: Auto biografia duma emigrante nordestina, operária têxtil*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- POUILLON, François. A determinação de um modo de produção: As forças produtivas e sua apropriação. In: POUILLON, François (Org.). *A antropologia econômica*. Lisboa: Edições 70, 1978.
- QUINTAS, F. *Sexo e marginalidade: Um estudo sobre a sexualidade feminina em camadas de baixa renda*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- RECIFE (Prefeitura). Empresa de Urbanização do Recife - URB.PROMORAR: *Relatório*. Recife, 1981.
- RODRIGUES, Arakcy. *Operário, operária: Um estudo exploratório sobre o operariado industrial da grande São Paulo*. São Paulo: Símbolo, 1978. (Coleção Ensaio e Memória, 11).
- SALEM, Tânia. Mulheres faveladas: Com a venda nos olhos. In: FRANCHETTI, B.; CAVALCANTI, M. L.; HEILBORN, M. L. (Org.). *Perspectivas Antropológicas da Mulher 1*, Rio de Janeiro: Zahar, p. 49-99, 1981.
- SCOTT, P. Os maridos nas estratégias femininas de formação de unidades domésticas. In: Seminário relações de trabalho e relações de poder, 1986, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: UFCE, 1986.
- SMITH, Raymond T. *The negro family in British Guiana*. London: Routledge and Keegan Paul, 1956.
- \_\_\_\_\_. Culture and social structure in the Caribbean: Some recent work on family and kinship studies. *Comparative Studies in Society and History*, New York: Cambridge Univ. Press, v. 6, n.1, p. 24-46, oct. 1963.

- \_\_\_\_\_. The matrifocal family. In: GOODY, Jack (Ed.). *The character of kinship*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1973.
- WOORTMANN, Klaas. *Marginal men and dominant women: Kinship and sex roles among the poor of Bahia*. 1975. Tese (PhD in Anthropology)-Harvard University, Cambridge, 1975.
- \_\_\_\_\_. A família trabalhadora. *Ciências Sociais Hoje 1984*, São Paulo: ANPOCS/Cortez, p. 69-87, 1984.
- \_\_\_\_\_. *A família das mulheres*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: CNPq, 1987.



# Família, gênero e saúde na Zona da Mata de Pernambuco

Este trabalho aborda três questões inter-relacionadas: Como são compostas e distribuídas as famílias na Zona da Mata pernambucana? Como é que a participação na família se dá em condições diferenciadas para homens e mulheres? Como é que o tratamento de saúde evidencia estas mesmas diferenciações? Desta maneira, a discussão sobre a saúde dos residentes da Zona da Mata se torna uma forma de compreender a articulação entre a história particular de uma região e o estabelecimento do processo de diferenciação por gênero na família.

Um dos pontos de partida da argumentação é a compreensão de gênero apresentado por Collier (1988), cujas observações sobre as sociedades nativas norte-americanas sem classes aponta que, mais do que os valores masculinos de bravura na caça e na guerra (como dizem muitos autores), os fundamentos da organização social jazem na necessidade do homem alcançar a condição de “casado” para ter um reconhecimento social positivo. Isto ocorre num ambiente de dedicação feminina a tarefas que complementam as do homem e permitem que ele acumule indicadores de prestígio, inclusive, em alguns casos, outras esposas. Ao transpor este argumento para a Zona da Mata pernambucana, o contexto se modifica radicalmente, pois é uma região onde a desigualdade social é um dos elementos mais marcantes. Mas a própria intensidade desta desigualdade faz com que a maioria da população viva na pobreza e com poucas possibilidades de superar limitações impostas numa estrutura socioeconômica desfavorável. Ocorre assim, uma espécie de “nivelamento por baixo”. A quase impenetrabilidade das barreiras que separam pobres e ricos homogeneiza a pobreza, e as diferenças vividas dentro das camadas pobres se assemelham internamente, à condição de “sem classes”. Consequentemente volta a uma indagação inspirada na feita por Collins: Para homens e mulheres, como é que a questão de estar casado e frente a um domicílio se articula com a conferência de um reconhecimento social para os dois?

## **A Zona da Mata como contexto para formar famílias**

Uma matriz ideológica para a discussão da formação da família brasileira é a Zona da Mata pernambucana, descrita como berço da família patriarcal, e como local da sua decadência, por Gilberto Freyre (1968, 1969). Sempre privilegiando a família da oligarquia, Freyre insiste no domínio masculino da esfera pública e em suas repercussões sobre as relações domésticas - tanto na manutenção de esposas legítimas numa espécie de clausura particular, quanto no aproveitamento sexual de escravas e indígenas. Mas a ênfase de Freyre ressalta a valorização da miscigenação na criação de um modelo para a nação brasileira. Apesar de demonstrar uma sensibilidade para intimidades e práticas da vida cotidiana da oligarquia, a realidade vivida pelos grandes contingentes da população trabalhadora na Zona da Mata é pouco investigada. Como frisam muitos autores (especialmente Corrêa, 1984), o poder de explicação demográfica deste modelo da família patriarcal é limitado, pois, são poucas as famílias que efetivamente se organizam centradas no poder político e econômico originado da oligarquia agrária escravocrata. A Zona da Mata é uma realidade onde, apesar do patriarcalismo não se associar a patrimônios altos, a presença ou ausência de um parceiro em casa é uma medida importante para o reconhecimento social. O “patriarcalismo de pequenos patrimônios” vai além do ditado popular que “a riqueza de pobres são os filhos”; vai para o que o “ter filhos” e “estar ou ter estado casado” implica sobre a vivência diferenciada da conjugalidade por gênero, e o controle sobre o patrimônio e os filhos.

Há mais de quatro séculos a população da Zona da Mata constrói a sua vida em torno de atividades relacionadas com o plantio e o comércio da cana de açúcar, fazendo com que esta região litorânea do estado tenha uma história marcada pelo domínio da monocultura sobre as mais diversas formas de organização da vida social e econômica da população. No campo, as mais diversas inserções na economia que se formaram para a população trabalhadora, após o período de exploração extensiva de trabalho escravo, mistura produção independente de pequenos lavradores, trabalho assalariado no campo, migração sazonal proveniente da pequena agricultura familiar do vizinho Agreste, e o uso de trabalho temporário residente nas periferias das áreas urbanas da própria Zona da Mata. Nas cidades, o comércio e a indústria giram em torno de serviços relacionados



ao atendimento da população envolvida na produção de açúcar, havendo poucas exceções. O crescimento destas cidades se deve muito mais ao processo de expulsão do homem do campo, do que à formação de oportunidades econômicas urbanas atraentes. Grande parte da população que mora nas cidades ainda trabalha no campo. A falência de muitas usinas de grande porte em toda a zona açucareira acirrou as condições de extrema pobreza já existentes. Na mesma área, os sindicatos de trabalhadores rurais historicamente lutam pela extensão e pelo respeito dos direitos trabalhistas para as pessoas que trabalham no campo desde as décadas de 50 e 60, e, hoje em dia, encontram-se diante da intensificação da procura de meios de subsistência rural com a ocupação muito intensa de áreas ociosas pelo Movimento dos Sem Terra. Esta é só uma das muitas manifestações da procura da população por espaços de trabalho. O processo de seleção, de homens e mulheres, velhos e jovens, contribuiu para uma redistribuição da população que criou uma diferenciação grande interna à própria população, na sua vivência desta luta. Na composição das famílias e na descrição das suas condições de saúde, o processo seletivo se torna mais transparente.

A composição e distribuição de famílias nesta região obedecem a processos que estão relacionados a políticas de uso de trabalho nacionais e internacionais (Scott, 1981, 1983). O processo de formação de grupos domésticos na Zona da Mata é o resultado histórico da sua condição de região que é, simultaneamente [1] de emigração para o centro-sul e para as áreas metropolitanas do país; e [2] de imigração de regiões vizinhas de pequena produção agrícola. Isto resulta numa tensão ao nível do grupo doméstico. De um lado, na Zona da Mata são oferecidos empregos assalariados que fornecem recursos fundamentais para a manutenção da família de pequenos agricultores, tanto do agreste quanto da própria região. De outro lado, o processo de expropriação dos pequenos agricultores e de trabalhadores rurais moradores de engenhos (que plantavam roçados em complementação ao seu salário), os leva a se estabelecerem nas periferias das cidades da região. Nelas, os salários são tão ínfimos e as condições sazonais tão desestabilizadoras, que as famílias são levadas, constantemente, a procurar recursos fora da Zona da Mata, emigrando para a área metropolitana pólo da região (Recife) ou para o centro-sul do país. Mesmo com o quadro atual de diminuição das tendências migratórias para o centro-sul, a tensão entre “obtenção de recursos locais” e a

“procura de recursos em locais distantes”, caracteriza a vida cotidiana das famílias que residem na Zona da Mata.

Neste contexto, a dinâmica entre a composição das famílias e a lógica do uso de trabalho contribuiu para uma distribuição de acordo com a chefia (casado ou sozinho; masculina, feminina, ou ambos) como indicação da fase do ciclo doméstico (visto de acordo com várias características, incluindo idade dos chefes de família e dos seus dependentes e o tamanho da família) e cuja lógica será descrita em seguida, após uma curta apresentação dos dados que serão examinados neste trabalho.

Os dados examinados são de quase 3.900 questionários aplicados em treze municípios na Zona da Mata em fevereiro e março de 1997, com a finalidade de subsidiar a elaboração de um programa de desenvolvimento sustentável para a região, designada pelo governo estadual como “PROMATA”. Os municípios foram escolhidos de acordo com uma hierarquização de dados que indicavam **potencialidades econômicas**, de um lado, e **carências sociais**, do outro. O resultado foi uma amostra que é bem distribuída entre a Zona da Mata Norte (38,2% dos questionários em Itambé, Timbaúba, Aliança e Carpina), a microrregião de Vitória de Santo Antão (13,2% dos questionários em Chã de Alegria e Glória de Goitá) e a Zona da Mata Sul (48,6% dos questionários em Primavera, Serinhaém, Tamandaré, Xexéu, Palmares, Catende e Belém de Maria). Esta distribuição pode ser vista no Mapa 01.

Os planos atuais de reestruturação da área canavieira tradicional da Zona da Mata pernambucana vão operar em diversas áreas (diversificação econômica, saneamento, saúde, educação e ambiente), com o exposto objetivo de beneficiar a população que aí reside. Esta não é uma meta fácil de alcançar. Saber como esta população se distribuiu (em famílias, gênero e de acordo com as condições de saúde) diante da estruturação atual, pode ser valioso para monitorar alguns efeitos possíveis de novos programas de investimento com a finalidade de reestruturar a área.

Mas, mais de que isso, pode elucidar como a formação de famílias se traduz num mecanismo de conferir *status* econômico e social de uma forma diferente entre homens e mulheres.

Mapa 01 | Municípios pesquisados na Zona da Mata.



## As famílias da Zona da Mata e suas condições

Uma visão panorâmica de algumas características das famílias e dos seus componentes na Zona da Mata (de acordo com os dados do próprio questionário) é necessária para compreender tanto o contexto sociocultural da região, quanto a maneira com que as famílias como um todo vêm se delineando nele.

Apesar de ser uma região voltada para a agricultura, 62,5% das famílias residem em áreas urbanas. É na expulsão do campo que a mobilidade da população é muito evidente, pois entre chefes e cônjuges residentes nas cidades 62,8% dos homens e 64,2% das mulheres são originárias da zona rural. A maior parte da mobilidade é local, pois em torno de 54,0% dos chefes de família e seus cônjuges ainda reside no mesmo município onde nasceu, tanto entre homens (54,5%), quanto entre mulheres (53,1%). Mesmo assim, isto não é uma indicação de uma população sem experiência migratória, pois muitas destas mesmas pessoas (35,2%) já passaram pelo

menos dois anos morando fora dos seus municípios de origem, e, por alguma razão, voltaram. Destes quase um em cada quatro residiu fora do estado.

Do contingente que nasceu fora do município, por cada cinco pessoas que vêm de outros municípios do próprio estado, uma vem de fora do estado. Isto ainda esconde uma realidade de dinâmica populacional imigratória mais local, pois boa parte dos que vêm de fora do estado se concentra justamente nos municípios nas fronteiras do estado. Assim, a migração na Zona da Mata ainda é uma migração que se constitui de municípios que são destinos de fluxos migratórios de distância limitada. A emigração propriamente dita não foi verificada nesta pesquisa, mas a sua ocorrência é amplamente documentada em outros trabalhos (ver 1981, 1984). É uma área de intensa circulação migratória, onde a redistribuição populacional obedece a critérios bastante seletivos sobre as famílias.

A maior parte desta população (59,4%) reside em casa própria, geralmente na cidade, mas a história de dependência completa nas empresas empregadoras (usinas, engenhos, fábricas) ainda se evidencia no 24,2% da população que vive em residências cedidas por empresas. Com frequência, a própria mobilidade da população se dá via a retirada da concessão de moradia, levando as pessoas a procurar uma residência muito modesta “na rua”, ou seja, na periferia de cidades próximas. Mesmo que as casas sejam predominantemente de alvenaria (86,1%) e com energia (85,3%), o acesso à água é mais precário, tendo 35,4% das casas sem água encanada. E nas outras casas, com água encanada, quase a quarta parte diz que falta muito, e outra metade, que falta às vezes. Ou seja, entre cinco casas, em mais de quatro há necessidade de procurar água fora de casa, principalmente em cacimbas e poços particulares e públicas. As práticas declaradas mais comuns de tratar a água de beber são de coar (28,5%) ou filtrar (28,3%), mas mesmo assim, 23,5% dizem que não a tratam. A prática de ferver a água é muito rara. Quando o problema do uso da água é associado ao problema de falta generalizada de sistemas de esgoto, usando-se sobretudo fossas individuais (44,6%) e despejos diretos (35,2%), é fácil evidenciar que esta parte do ambiente continua oferecendo uma ameaça à saúde da população. Além do mais, menos da metade (44,7%) das casas conta com coleta pública do lixo, precisando encontrar soluções próprias (especialmente a de deixá-lo exposto num terreno baldio - 37,2%). Ainda

mais, a julgar pelas práticas vistas em quase todos os municípios da região, a coleta pública não se diferencia muito de um “jogar num terreno baldio” coletivo, pois os lixões são a céu aberto e com precário tratamento.

A população da Zona da Mata tem uma escolarização muito baixa: Entre os chefes e cônjuges, 32,0% dos homens e 33,6% das mulheres nem chegaram na primeira série. Assim 50,1% dos homens e 47,4% das mulheres se declaram analfabetos ou só sabem escrever o nome. É uma população com níveis baixos de renda (de trabalho, aposentadorias e outras fontes) - 39,1% das famílias (não indivíduos) ganham um salário mínimo ou menos, e mais 29,9% entre um e dois. Entre os chefes e seus cônjuges, o trabalho dos homens é fortemente ligado ao setor agrícola (42,2%) e ao setor de transportes (8,4%) e trabalho e comércio, como autônomos (12,7%), havendo pouquíssimas oportunidades para trabalho assalariado urbano e/ou industrial. Já 67,7% das mulheres têm “cuidar da própria casa” como sua principal atividade, e quando trabalham fora, é principalmente em agricultura (38,2%), educação e saúde (22,5%), serviços domésticos (14,4%) e trabalho e comércio - como autônomos (13,7%). A formalização do trabalho através de carteira assinada é fortemente diferenciada por sexo, pois ocorre para 50,0% dos homens, e somente para 8,3% das mulheres chefes de família e cônjuges.

22,4% dos homens e 20,5% das mulheres contam com algum benefício ou aposentadoria. A composição numérica e etária das casas permite que os próprios filhos trabalhem e ajudem no sustento monetário da casa em mais ou menos uma em cada cinco casas, embora que as famílias possam reconhecer que todos façam a sua contribuição da maneira que puder, aumentando a percepção da ajuda dos outros que estejam em condições de não somente “trabalhar no prato” como dizem os pais quando falam dos seus dependentes mais novos ou incapacitados, mas também “na manutenção da casa”. 70,0% da população opina que a sua renda “mal da para viver”, que é insatisfatória para as suas necessidades.

Nesta região de tradição católica, a população feminina procura alternativas religiosas não católicas, especialmente as igrejas evangélicas (15,8%) com mais frequência que os homens (10,4%), e há mais homens (4,8%) que mulheres (2,9%) que dizem não ter religião. Outras religiões (especialmente espíritas e afro-brasileiras) são pouco citadas como adesões religiosas preferenciais.

O passado escravista é carimbado numa grande incidência de população “de cor”, mas é uma população que se vê esmagadoramente mais como morena (68,3%) do que como negra (3,5%). O contingente de população branca é de 27,9%. Quando comparadas aos homens, as mulheres têm proporções ligeiramente maiores de pessoas que se classificam como negras e como brancas, e proporções menores que se classificam como morenas.

Como são as famílias (ou melhor dizer, os grupos domésticos) onde reside esta população? Esta pergunta será respondida por quatro ângulos diferentes: O sexo da chefia, a situação residencial dos chefes, a idade dos chefes, e o tamanho da família. Um quinto ângulo, da idade dos filhos, ajudaria muito a definir melhor a fase do ciclo doméstico, mas será deixado para um trabalho futuro mais elaborado.

## **O sexo da chefia**

A população foi confrontada com três opções para chefia: Masculina, feminina ou os dois. Isto deu um resultado interessante, pois levou a uma diminuição significativa no número de casas declaradas como chefiadas por homens (em torno de 75,0% pelo Censo de 1991), e um reconhecimento da participação feminina na chefia.

Os resultados foram:

55,5% chefiadas por homens;

23,3% por mulheres; e

21,1% pelos dois.

Por se tratar de uma divisão que esclarece sobre a questão de gênero, as características destes três tipos de “sexo da chefia” serão descritas e comentadas em mais detalhe na próxima seção.

## **A situação residencial dos chefes**

Como o sexo da chefia em si não informa se há um cônjuge residente, uma pergunta específica abordou esta questão (o casal mora junto?), e mostrou a seguinte distribuição:

75,9% casal residente;

24,1% reside sem parceiro.

Os chefes que moram sem parceiros ainda foram diferenciados dos que residem assim porque o cônjuge está falecido, e os que não explicitam as razões. Assim, os que estão sem parceiro co-residente por causa de falecimento chefiam 12,7% de todas as famílias, e 52,5% das famílias sem parceiros, e os outros chefiam 11,4% de todas as famílias. Esta diferenciação interna entre as casas chefiadas por pessoas sem parceiros residentes se mostra extremamente valiosa para elucidar vivências diferenciadas de chefiar, sozinho, a casa, e isto será descrito e comentado na próxima seção.

## **A idade dos chefes**

A idade dos chefes e dos seus cônjuges é uma chave sobre a vivência do ciclo vital e uma sugestão sobre a vivência do ciclo doméstico. É sempre mais fácil o homem constituir uma nova família após uma separação. E, sendo assim, a sua idade informa menos sobre o andamento do ciclo doméstico. Como a mulher costuma ficar com os filhos, a sua idade, (e, ainda mais, a constituição da sua prole que, pela complexidade dentro das informações do questionário, lamentavelmente não podemos investigar agora) informa muito mais sobre a vivência possível do ciclo doméstico.

Assim, constatamos as seguintes distribuições:

Quadro 01: Idade de Chefes e Cônjuges, por Sexo.

Homens chefes e cônjuges (%)		Mulheres chefes e cônjuges (%)
18,6	até 30 anos	25,2
35,6	31 a 45 anos	34,6
25,1	46 a 59 anos	24,2
20,6	60 anos e mais	16,0

Fonte: Questionário PROMATA.

A média de idade maior para os homens segue os padrões conhecidos de formação de grupos domésticos. A quarta parte das mulheres está em plena idade de crescimento do grupo doméstico, especialmente na idade ainda fecunda de 31 a 45 anos quando potencialmente se mistura o crescimento do número dos filhos com a dispersão dos filhos mais velhos.

Todavia, mais de 40% das mulheres estão fora da faixa de 45, e, portanto, potencialmente vivendo mais intensivamente as influências do processo de dispersão e dissolução do grupo doméstico. Nas descrições das outras composições estas diferenças etárias e de vivência de ciclos domésticos serão comentadas.

## O tamanho das famílias

O número de pessoas que residem no domicílio esconde uma complexa demanda para estratégias de cooperação que não são uma função simples e direta do número, mas, sim, da sua relação com fatores como idade, sexo e condições de saúde. Na Zona da Mata, continua havendo um tamanho médio elevado, cuja distribuição se dá da seguinte maneira:

- 4,9% Uma pessoa só
- 11,2% Duas pessoas
- 16,2% Três pessoas
- 20,5% Quatro pessoas
- 16,7% Cinco pessoas



12,7% Seis pessoas

17,8% Sete ou mais pessoas

As famílias com acima de dez pessoas são apenas 2,3% do total. A vivência diferenciada destes números de membros da família será comentada nas descrições das famílias de diferentes tipos de chefia (por sexo e por situação residencial dos chefes).

Os tamanhos dos domicílios se distribuem diferentemente entre o campo e a cidade, de uma maneira que é fruto, em boa parte, das estratégias de uso de força de trabalho que prevalecem pela Zona da Mata inteira. Na cidade há mais domicílios pequenos (até quatro membros) do que no campo (56,1% contra 47,4%). Já nas áreas rurais, os domicílios com mais de sete pessoas são mais comuns (23,5% contra 14,5%). Diante da realidade migratória e de acesso à moradia na Zona da Mata, seria um engano interpretar isto principalmente como resultado da maior fecundidade da área rural.

Há diferenças, sim, que confirmam a contribuição deste fator (por exemplo, enquanto 37,4% das mulheres na cidade tiveram 5 ou mais filhos vivos, no campo, observa-se que este percentual sobe para 43,4% das mulheres esta mesma taxa de fecundidade). Mas não se pode esquecer das práticas dos empregadores de usar a concessão de residências e de empregos para reter famílias maiores em suas propriedades, e desse modo acaba tendo acesso a mais trabalhadores e expulsando aquelas famílias cujas composições desfavorecem trabalho nos engenhos contribui muito para esta diferença no tamanho dos domicílios rurais e urbanos.

## **Alguns indicadores de saúde e fecundidade na Zona da Mata**

Como uma das finalidades deste trabalho é verificar como a saúde é vivida diferentemente de acordo com contextos familiares e de gênero, procuramos alguns indicadores informados no questionário para abordar a questão da saúde da população da Zona da Mata. Os dados coletados são os seguintes:

## Problemas recentes de saúde

A metade das famílias entrevistadas indica que alguém da família recentemente teve algum problema de saúde, e foi registrado o sexo, idade e tipo de problema (além do itinerário terapêutico que não será examinado aqui).

Os problemas de saúde identificados se concentram mais nas mulheres que nos homens:

- 41,9% Homens com problemas recentes de saúde;
- 58,9% Mulheres.

Estes problemas têm maior concentração entre os adultos que estão em idade produtiva:

- 34,0% De 0 a 18 anos;
- 47,1% De 19 a 59 anos;
- 18,9% Acima de 60 anos.

A própria população deu nome a seu problema, e este nome foi classificado posteriormente e quando possível, de uma forma que, de fato, fere bastante a riqueza semântica desta terminologia, incluindo alguns termos médicos, ilusoriamente mais precisos. Os mais citados são:

- 20,6% Gripe e resfriado;
- 19,6% Doenças de causas desconhecidas;
- 16,8% Doenças infecciosas e parasitárias;
- 8,8% Doenças do aparelho circulatório;
- 7,5% Doenças do aparelho digestivo;
- 6,5% Dor de cabeça;
- 5,8% Doenças do aparelho respiratório;
- 5,3% Doenças de nervos;
- 3,1% Doenças de pele;
- 1,4% Causas externas.

A alta incidência de doenças infecciosas e parasitárias certamente se deve às condições insalubres decorrentes do tratamento da água e do saneamento, já descritos. As doenças podem ser agrupadas entre as que foram mais citadas como problemas de homens ou de mulheres, dando o seguinte resultado (os primeiros nas listas são os que têm maior prevalência para o grupo). Os últimos nas listas têm incidências quase iguais entre homens e mulheres. Para maior precisão, o número entre parênteses especifica o afastamento da média em pontos de porcentagem:

Quadro 02: Prevalência de Doenças por Sexo na Zona da Mata.

<b>Doenças Masculinas</b>	<b>Doenças Femininas</b>
Causas externas (16,1)	Dor de cabeça (7,2)
Aparelho digestivo (9,2)	Infecciosas e Parasitárias (5,8)
Aparelho respiratório (3,8)	Doenças de nervos (4,4)
Gripe/resfriado (1,9)	Aparelho circulatório (1,3)
Causas desconhecidas (1,2)	Doenças de pele (0,8)

Não há diferenças grandes entre os sexos de acordo com a idade das pessoas que adoeceram - sendo ligeiramente acima da média para jovens femininas e para adultos masculinos, nenhuma diferença significativa se apresenta para os mais idosos.

### **Doenças crônicas e debilitantes e deficientes**

Uma lista de doenças crônicas foi apresentada às famílias, nesta lista estavam incluídas: pressão alta, diabetes, asma/cansaço, reumatismo, coração, rins, cirrose, epilepsia e derrame. Apesar de em 46,9% dos domicílios não haver nenhuma pessoa com estas doenças, observou-se que em 14,0% apresentam mais de uma doença crônica entre as pessoas da casa. Os problemas mais comuns, em ordem, são:

21,8% Pressão alta;

5,6% Reumatismo;

3,6% Asma/cansaço;

3,0% Rins;

2,2% Diabetes.

Deve-se ressaltar que nem todas as deficiências foram pesquisadas, no entanto, as deficiências mais notáveis (surdez, cegueira, retardamento mental, paralisia) apareceram em 6,9% dos domicílios, sendo a mais comum retardamento mental.

## **Fecundidade e mortalidade infantil**

Os dados sobre a fecundidade, e especialmente sobre a mortalidade infantil, são notoriamente desconfiáveis para toda a região da Zona da Mata. Os dados disponibilizados pelo IBGE referentes a cada município estão baseados em poucos casos, sendo assim, apresentam distorções que dificultam qualquer interpretação.

Neste trabalho, ainda não temos a pretensão de comparar, e muito menos corrigir, estes dados de acordo com os que o questionário da PROMATA apresenta. Por isso, aqui adotamos uma apresentação “não ortodoxa” destas informações, de forma que possam ajudar a compreender a organização familiar. Assim, das 3.825 mulheres chefes e cônjuges para as quais há informações, podemos apresentar algumas considerações.

Tratadas como um todo, sem diferenciar por idade, as mulheres da Zona da Mata tiveram 16,379 filhos nascidos vivos, o que resulta em uma média de 4,28 por mulher.

Podem ser divididos entre:

- 9,4% Mulheres sem nenhum filho nascido;
- 9,5% Com um filho nascido vivo;
- 15,2% Com dois filhos nascidos vivos;
- 26,9% Com três ou quatro filhos nascidos vivos;
- 25,8% Com cinco a nove filhos nascidos vivos;
- 13,4% Com dez ou mais filhos nascidos vivos.

Já a alta taxa de mortalidade fica evidente em três ocasiões diferentes: Duas que aqui não são calculadas dentro da taxa de fecundidade, os filhos que nasceram mortos, e os abortos, e um que diminui do número de sobreviventes do primeiro ano de vida, que é o de filhos nascidos vivos,

mas que morreram antes de completar o primeiro ano de idade. Na Tabela 01 a seguir, estes números podem ser vistos. É possível visualizar estas porcentagens em número por mulher, a fim de ter uma noção de quantas perdas são reconhecidas pelas mulheres - desde a hora da concepção até o final do primeiro ano de vida: 0,43 natimortos por mulher, 0,61 abortos, e 0,76 filhos que morreram antes de completar um ano de idade.

Tabela 01: Natimortos, Abortos e Mortalidade Infantil na Zona da Mata (Em % das Mulheres em cada Condição).

Tipo mortalidade	% Mulheres	% Mulheres	% Mulheres
Número de casos	com Natimortos	com Abortos	com filhos que morreram no primeiro ano
0	79,2	67,5	68,5
1	11,2	17,7	17,0
2	4,7	8,0	6,5
3	2,1	3,7	3,0
4 ou mais	2,8	3,1	5,0
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Questionário PROMATA. Scott (1997).

## Quando são dois, e quando é um, que responde(m) pela família

Lembramos que 75,9% dos domicílios possuem um casal co-residente, independente de quem eles indicam como chefe do domicílio. Podemos designá-los como “casados”, em contraposição aos outros que são “sozinhos”. Esta informação independe do estado civil formal, e às vezes mascara condições de casados que efetivamente contam pouco com os seus parceiros, e “sozinhos” que recebem apoio de parceiros ausentes. Isto ocorre com mais frequência para os sozinhos que não são viúvos (tanto pela questão da possibilidade de continuada cooperação de um parceiro ausente de casa, quanto pelo fato da idade mais avançada da maior parte dos viúvos dificultar este tipo de arranjo). Assim descritos, designamos estes três arranjos de domicílios de acordo com a situação residencial como de “casados” (75,9%), de “sozinhos solteiros e separados” (11,4%) e de “sozinhos viúvos” (12,7%). Estes domicílios têm condições bastante diferenciadas entre si.

Seria enfadonho num trabalho que apresenta tantas cifras continuar descrevendo todas as diferenças que se apresentam em termos numéricos ou percentuais; conseqüentemente, optou-se por descrever as características que marcam cada tipo de domicílio, só chamando atenção para estatísticas específicas quando são, de fato, elementos muito marcantes. Como foi colocado no início do trabalho, ênfase sempre será dada à manifestação de diferenças de gênero articulados aos arranjos internos destes domicílios. É aqui que se examina a pergunta sobre percursos diferentes por gênero para obter reconhecimento econômico e social de chefes casados e de chefes sozinhos.

### **Domicílios de casados e a subordinação feminina**

Em todo lugar os domicílios de “casados”co-residentes são a regra geral, sendo ainda mais o caso no campo que na cidade. Pela sua estrutura etária, estas famílias, de prole relativamente numerosa, se situam tanto na fase de expansão do ciclo doméstico, quanto na fase de expansão e dispersão. As mulheres são bem mais jovens que os homens, reforçando ainda mais a importância do período de expansão do grupo, e contribuindo para a subordinação feminina na vivência do cotidiano. Estes domicílios costumam ser de pessoas nascidas no próprio município e não desviam dos padrões gerais de raça para a região.

Ainda de baixa escolaridade, os membros destes domicílios costumam alcançar níveis ligeiramente melhores de educação que os membros de outros tipos de domicílios. Caracteristicamente, são chefiados por homens (66,5%), mas, mesmo diante da presença de parceiros masculinos, 6,3% das mulheres se declaram chefes. A opção do restante (27,1%) foi de designar a chefia como sendo “dos dois”, entretanto, em uma de cada quatro das famílias que declararam que a chefia é dupla, o informante é homem.

Em termos econômicos estes domicílios têm rendas familiares mais elevadas que outros domicílios (66,9% com mais que um salário mínimo). Estas rendas são ganhas com o próprio trabalho, pois são poucos que contam com aposentadorias ou benefícios.

Para a mulher, esta situação da presença de um parceiro masculino, ao mesmo tempo em que confere o status de mulher casada, de mulher de respeito, é associada à sua subordinação individual econômica e social,

reafirmada nas desigualdades na esfera doméstica. Ela tem mais filhos para cuidar, em 61,3% dos casos ela não tem absolutamente nenhuma renda própria, e somente em 9,6% dos casos ela conta com um benefício ou aposentadoria própria. Muitos maridos fazem com que seja um ponto de orgulho próprio sustentar as suas casas sem que a mulher precise trabalhar, assim a subordinação da mulher se torna constituinte da identidade positiva masculina nas famílias de casados.

Estas mulheres tratam não somente da sua própria saúde, mas também estão muito envolvidas nos cuidados da saúde dos filhos e dos maridos. Gripes, resfriados e doenças de causas desconhecidas ocorrem com mais frequência, e as doenças dos aparelhos circulatório e digestivo também têm incidências bastante altas. Casadas, e com parceiros co-residentes, estas mulheres parem mais, ao mesmo tempo em que a combinação da relativa juventude e de melhores condições econômicas contribuem para que os seus problemas com natimortos, abortos e mortalidade infantil sejam amenizados quando comparados aos problemas de mulheres em outros arranjos domésticos na Zona da Mata.

Entre todas as mulheres, estas são as que mais procuram as religiões evangélicas. Parece provável que estão à procura de outro contexto “não dominante” para o exercício da religiosidade e que isto pode se traduzir em algum controle ou compensação adicional em termos da valorização da mulher casada. É sugestivo para pesquisa adicional.

### **Domicílios de chefes sozinhos, separados ou solteiros**

Estes domicílios, mesmo sendo predominantemente muito pequenos (54,5% contam com apenas uma ou duas pessoas) são os arranjos menos homogêneos. A maior parte é de separados, enquanto a terça parte se declara solteiro sem que apresentem informações sobre se já foram “amasiados”, “casados” ou se já iniciaram a vida sexual. O grande número de domicílios pequenos é contrabalançado por um quinto dos domicílios que têm cinco pessoas ou mais (lembrar, que isto é sem contar com um parceiro co-residente!). Nestes casos, de tamanho maior, quase sempre a chefia é feminina, e os outros residentes são os dependentes filhos que ela acumulou com o passar dos anos, antes, e às vezes depois, de separar-se. De cada três domicílios com chefes sozinhos, solteiros ou separados, dois são chefiados por mulheres.

Cabe lembrar, que mesmo com esta prevalência feminina, há muitos homens que moram sem companheiras. Eles vivem em domicílios de tamanhos pequenos e as faixas etárias nestes arranjos chefiados por homens sozinhos são muito equilibradas, chegando a incluir proporcionalmente mais jovens e mais idosos do que nos arranjos com casados co-residentes. Assim, para os homens, assumirem sozinhos um domicílio não faz muita diferença se já viveram ou não a condição de “casado”. Pode ser uma preparação para um casamento ou um afastamento dele.

Já as mulheres solteiras (poucas) e separadas (preponderantes) apresentam significativamente idades mais avançadas do que as mulheres nos domicílios de casados. Assim, para a mulher assumir sozinha a responsabilidade de um domicílio, o caminho da legitimação mais percorrido é pela vivência de uma união conjugal. Ou seja, isto indica que quando os filhos têm maior independência para o trabalho, na fase de dispersão do grupo doméstico, entre os que já se dispersaram, com frequência, primeiro de todos, a se dispersar é o próprio marido.

Os domicílios de separados e de solteiros se abrigam muito mais nas cidades do que no campo, onde a presença de uma mulher “sozinha” na chefia do domicílio é vista pelos administradores dos engenhos como um elemento desestabilizador das relações sociais.

Na percepção deles, a mulher sozinha, especialmente quando tem filhos, não tem tempo para trabalhar, e - “só dá confusão!” - uma clara referência à possibilidade de haver disputas entre os homens dos engenhos para os seus favores sexuais. As mulheres são convidadas a sair dos engenhos e procuram se estabelecer nas cidades. Já os homens sozinhos, com poucos dependentes, são vistos como primeiramente trabalhadores que demandam pouco espaço, se acomodando em quartos mais que em casas, tanto nos engenhos quanto nas cidades (ver 1990 para uma discussão disto).

Quando os homens não aderem ao catolicismo, é mais comum eles negarem ter religião. A forte associação das igrejas evangélicas a padrões rígidas de moralidade parece criar restrições às atividades sociais e sexuais destes homens. As mulheres, em reforço à sua identidade de respeito, quando não são católicas, procuram as religiões evangélicas (embora em



proporções ligeiramente menores de que entre as mulheres casadas). As mulheres separadas também são as que mais aderem declaradamente ao espiritismo.

Os domicílios de chefes “sozinhos” são mais pobres que os domicílios de “casados”. A metade destes têm rendas que mal chegam a um salário mínimo, mesmo contando com os benefícios e aposentadorias detidos em proporções quase iguais (30%) por homens e mulheres. Muito diferente dos arranjos nos domicílios de casados, não há diferença significativa de ganho entre homens e mulheres.

Com cada um na sua casa, as mulheres inclusive demonstram um pequeno favorecimento em nível de renda (além de um nível de escolarização maior). Quando mora sozinha, é mais imperativo a mulher entrar no mercado de trabalho. Ela não está reforçando a reputação de nenhum provedor masculino, e ela precisa de dinheiro. É interessante notar que a renda individual dos homens que moram sozinhos é bem menor que a dos homens casados, comprovando uma tendência deles, de certa maneira, não serem “bons partidos” no mercado casamenteiro.

Nestes domicílios, os problemas de saúde identificados estão em consonância com a sua própria composição etária e de sexo, sobretudo, de adultos e de mulheres.

As doenças infecciosas e parasitárias aparecem em proporções maiores, junto com os problemas do aparelho circulatório.

Problemas de “dor de cabeça” são muito mais vividos pelas mulheres nestas casas de que em outras. Os domicílios se assemelham muito aos domicílios de casados, quanto à convivência com problemas de doenças crônicas e debilitantes e quanto a deficiências.

No que diz respeito à fecundidade e mortalidade, que incluem tanto as mulheres solteiras e as que já foram casadas, nestes arranjos uma em cada cinco das mulheres chefes nunca teve um filho nascido vivo, sendo o índice maior de mulheres sem filhos entre os arranjos domésticos vistos aqui. Mas entre as que pariram, a incidência de natimortos e de mortalidade infantil são maiores que entre as casadas que residem com os maridos, mostrando que elas também passam por grandes dificuldades.

Resumindo, os domicílios de chefes sozinhos, separados e solteiros, residem mais nas cidades e demonstram uma pobreza maior do que os domicílios dos casados. Há nítidas diferenças para homens e mulheres na vivência da condição de chefe sozinho. Homens chefes sozinhos mais pobres atravessam todas as faixas etárias, e mulheres, tendendo a ter mais idade, se equiparam aos homens sozinhos em capacidade de ganho, mas como mães vivem com dependentes e enfrentam problemas de saúde semelhantes às casadas.

### **Domicílios de chefes sozinhos viúvos**

Estes domicílios, de tamanho pequeno e médio (de 1 a 4 membros), são muito mais homogêneos que os outros domicílios. São esmagadoramente de chefia feminina (85,0%) e acima de 45 anos (também 85,0%), estando assim plenamente inseridos na fase de dispersão e de substituição do ciclo doméstico. A grande parte destes domicílios se localiza nas cidades. Não há dúvida que estes domicílios são mais pobres que os outros, pois 64,1% só auferem um salário mínimo ou menos.

Os homens viúvos são notavelmente mais velhos que as mulheres, o que provavelmente se deve ao fato de que os homens que enviuvam mais jovens tendem a recasar mais frequentemente que as mulheres, fazendo com que haja poucos homens viúvos mais jovens que chefiam sozinhos o domicílio. Estes viúvos homens sozinhos e velhos tendem a ser do próprio município onde nasceram, se classificam mais como morenos e negros, e as suas rendas são as mais baixas dentre todos os homens entrevistados, mesmo contando com as aposentadorias e benefícios que a metade deles detém. Nesta fase de vida, a adesão masculina às religiões evangélicas é muito notável, chegando a acima de um em cada cinco viúvos (o dobro dos casados, e o triplo dos sozinhos, separados e solteiros).

As mulheres são menos fixas, tendo vindo mais frequentemente de municípios diferentes dos municípios onde residem atualmente. Tem mais que se classificam como brancas do que a média da população de chefes e cônjuges. As suas rendas individuais são as mais estáveis dentre as mulheres de todos os arranjos domiciliares vistos, devido ao fato de que 81,4% contam com aposentadorias ou benefícios. Os complementos próprios a estas rendas são poucos, apenas 16,3% conseguem ultrapassar o valor de um salário mínimo. É notável observar que as mulheres viúvas, as

chefes sozinhas, talvez por serem mais novas e por conseguirem se associar a grupos de filhos, possuem rendas próprias e rendas familiares significativamente melhores que as rendas dos homens viúvos.

Devido à composição destes domicílios, os problemas de saúde são mais de femininos e de idosos. Enfrentam mais problemas crônicos e debilitantes, bem como de deficiências. As gripes, resfriados e outros problemas de causas desconhecidas cedem um pouco, enquanto a incidência das doenças infecciosas e parasitárias crescem e as doenças do aparelho circulatório se mantêm importantes. A aflição que duplica a sua incidência normal é a de doenças de nervos! As mulheres nesta faixa etária, quase todas já tendo passado da idade fecunda, ainda têm quase a mesma proporção de mulheres sem nenhum filho nascido do que entre as que estão casadas. Porém, em contraste, elas mostram ter sofrido maiores problemas de natimortos, abortos e mortes de filhos no primeiro ano de vida.

Se a situação de ser chefe sozinho viúvo atinge muito mais mulheres e precariza mais do que qualquer outra, as condições econômicas das famílias da Zona da Mata, é interessante notar que as muitas mulheres conseguem sair menos prejudicadas que os poucos homens que vivem a situação. O valor da rede social de parentes estabelecidas através dos anos, sobretudo pelas mulheres, é difícil de aferir com os dados a mão, mas certamente desempenha um papel significativo na vivência diferenciada por gênero.

## **Saúde, sexo e chefia**

No início deste trabalho insistiu na importância das estratégias de uso de trabalho para entender a distribuição de famílias na Zona da Mata. A mesma questão ajuda a entender algumas diferenças entre homens e mulheres nestas famílias, mas no decorrer da interpretação dos dados é evidente que a relação entre sexualidade e status ultrapassa os limites estreitos compreendidos na ideia de “uso de trabalho”. Pode-se afirmar que, individualmente, a mulher se iguala economicamente ao homem quando ela não convive com ele. Em termos comparativos, é uma ascensão individual num contexto de mais acentuada pobreza.

O custo da maior estabilidade econômica oferecida no contexto do casamento co-residente é uma subordinação acentuada, onde os ganhos individuais podem se dar em torno do respeito que circunda a mulher casada. As mulheres solteiras e separadas são vistas pela comunidade sob maior suspeita, pois as suas atividades sexuais não são tão sujeitas a uma vigilância masculina imediata. A evidência sugere que estas mulheres casadas ainda buscam reforço para a sua “superioridade moral” através da maior procura de religiões evangélicas. Quando ela é solteira ou separada, tocando a sua própria casa, ela enfrenta discriminação: Como mulheres predominantemente adultas, a sua “igualdade econômica” com os homens nos mesmos tipos de arranjos domiciliares é um pouco ilusória - pois os homens solteiros muitas vezes são bastante jovens ou bastante idosos, fator que limita a sua capacidade de ganho. Enquanto a metade dos homens solteiros e separados é muito jovem ou muito velha, somente a terça parte das mulheres nestas condições o são. Como viúva, chefe de domicílio, a mulher é menos envolvida em atividades sexuais, ficando assim menos “suspeita” que a separada e a solteira.

A vigilância masculina não é negada quando esta mulher forma o domicílio, apenas é retirada pelo falecimento do marido, um ato do destino que não é resultado de uma vontade da mulher. Os homens viúvos, chefes sozinhos dos seus domicílios, os mais empobrecidos dentre todos os arranjos, não têm mais a presença de uma mulher subordinada para reforçar o status. Esta tentativa de recuperar status encaminha a muitos para as religiões evangélicas.

Nos domicílios chefiados por mulheres, por homens e pelos dois (21,1% dos domicílios de casados!) a vivência dos problemas de saúde elucida a estreita imbricação entre arranjos familiares associados a diferentes usos da força de trabalho e exercícios de controle sobre a sexualidade. Inevitavelmente, gênero e poder se inter-relacionam.

Quando se trata dos problemas principais de saúde enfrentados, as diferenciações não são surpreendentes: As mulheres chefes, tendo domicílios menores, cuidam proporcionalmente mais da sua própria saúde do que de outros membros da família. Já nos domicílios chefiados por homens, há proporcionalmente mais atenção aos cuidados de problemas de jovens. Problemas de saúde crônicos e debilitantes e problemas de deficiência são enfrentados bem mais quando as mulheres são chefes do

que quando homens ou ambos o são. Simplificando, em ser chefe feminino, no contexto atual da Zona da Mata, é provável que a mulher terá que lidar com maiores problemas próprios e no seu domicílio.

É nas informações sobre fecundidade que se vê com mais clareza a relação entre poder e sexualidade na esfera doméstica (como não poderia deixar de ser). A proporção de mulheres que nunca tiveram filhos é semelhante nas casas chefiadas por homens e por mulheres, mas é nas casas onde se declara que ambos são chefes que há a menor proporção de mulheres que nunca tiveram filhos (só 5,8%).

Quando as mulheres casadas dizem que ambos são chefes, elas são mulheres que tiveram mais filhos (4,52 por mulher) que as mulheres nas casas chefiadas por homens (4,14), porém menos que as mulheres chefes sozinhas (5,30). Ter filhos, então, está associado ao maior reconhecimento de autoridade feminina dentro da casa. Isto reforça o argumento sobre a importância da vivência do ciclo doméstico para conferir status para as mulheres.

Há uma inversão entre homens e mulheres quando se fala de chefia. Por um lado, os chefes homens convivem costumeiramente com as suas esposas, e, excepcionalmente moram sozinhos. Por outro lado, as chefes mulheres moram costumeiramente sem parceiros, e em situações excepcionais convivem com seus maridos. Quando comparado às mulheres, os homens vivem o auge do seu *status* quando encontram-se casados, e a sua situação se precariza com a ausência de uma parceira co-residente e com o avanço da idade. As mulheres também ganham *status* através do casamento, mas a custo de uma desigualdade e dependência econômica extrema que só se ameniza quando ela chefia, sozinha, o domicílio.

Com filhos, e cada vez mais com benefícios econômicos decorrentes da sua passagem pela condição de casada, ela enfrenta uma pobreza acentuada onde consegue articular estratégias de benefício próprio de uma maneira mais efetiva (ou melhor, menos deletéria) que os homens sozinhos.

## Referências bibliográficas

COLLINS, Jane F. *Marriage and inequality in classless societies*. Palo Alto: Stanford Univ., 1988.

- CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. In: ALMEIDA, Suely Kofes. *Colcha de retalhos: Estudos sobre a família brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mocambos*. 4 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.
- \_\_\_\_\_. *Casa Grande e Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 14 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, [1933] 1969.
- SCOTT, R. Parry. *Between captivity and the middle of the world: Household organization and migration among rural workers in Pernambuco, Brazil*. 1981. Tese (PhD in Anthropology)-University of Texas, Austin, 1981.
- \_\_\_\_\_. Unidades domésticas e migrações: Algumas proposições sobre a organização doméstica de trabalhadores rurais do Nordeste Brasileiro. *Cadernos Ceru*, São Paulo: Ceru/USP, n. 18, 1983.
- \_\_\_\_\_. Migrações interregionais e estratégia doméstica. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 3, n. 1, p. 101-105, jan./jun. 1986.
- \_\_\_\_\_. O homem na matrifocalidade: Gênero, percepção e experiências do domínio doméstico. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 73, p. 38-47, mai. 1990.

# Monoparentalidade, analfabetismo e políticas de gênero e geração

## INTRODUÇÃO

Para mulheres acima de 30-40 anos, aumentam os arranjos monoparentais e unipessoais. Nesta mesma faixa etária há uma inversão na predominância de analfabetismo por gênero, os homens predominando na faixa mais jovem e as mulheres na mais idosa. Este texto identifica os processos sociais que contribuem a estas realidades e reflete sobre as implicações destas para as políticas públicas, realçando as educacionais, tomando por exemplo a cidade do Recife.

Na equipe houve uma divisão do trabalho que permitiu a realização de quatro ações: [1] um levantamento de dados do IBGE; [2] uma discussão da literatura; [3] estudos de caso em comunidades de baixa renda e com participantes de programas de alfabetização para adultos; e [4] pesquisa documental sobre programas oficiais e não-oficiais de alfabetização para adultos.

Perguntou-se: Quais os fatores socioeconômicos, culturais e históricos que favorecem a ocorrência de altas taxas de analfabetismo entre as mulheres da faixa etária mais avançada? Qual o significado de “analfabetismo” para elas e como é que este conceito vem sendo elaborado pelos estudiosos da questão? Como Recife se relaciona com os padrões do país? Como se organiza o ensino de mulheres e homens acima de 35 anos no Recife? Enfatizando as questões de gênero, geração e pobreza de uma ótica longitudinal, são estas as questões abordadas neste trabalho que privilegia, acima de tudo, a escuta das mulheres adultas que vivem esta condição cotidianamente nos bairros do Recife e a reflexão sobre as políticas para beneficiá-las.

A revisão da literatura sobre alfabetismo e letramento levou a algumas conclusões que nortearam o trabalho. São que: Historicamente há uma sucessão de programas de alfabetização para adultos com prioridades e

metodologias diferentes; a ênfase atual recai mais nos jovens e adultos jovens do que nos adultos mais idosos (acima de 35 anos); há uma lacuna relativa de estudos específicos relativa à alfabetização de adultos no Recife e no Estado de Pernambuco; o conceito “letramento” se refere às práticas sociais de leitura e da escrita que ocorrem na sociedade, enquanto o conceito de alfabetização se restringe à aquisição das habilidades de ler e escrever. Os estudos mais recentes sobre o letramento mostram que não é suficiente ensinar o indivíduo a ler e escrever, mas é necessário, sobretudo, levá-lo a fazer uso da leitura e da escrita, isto é, transformá-las em práticas sociais.

## **Gênero, geração, pobreza e analfabetismo**

Algumas ideias precisam ser esclarecidas para entender a argumentação. A primeira é de “gênero”. Foi a constatação das diferenças nas taxas entre as mulheres e os homens do Recife que chamou atenção inicial do problema. Como um trabalho com uma abordagem de gênero necessariamente vai além de mera constatação das diferenças de taxas por sexo, a questão que se apresenta é: “Quais as implicações destas diferenças para as relações de poder entre homens e mulheres e para a inserção dos dois em outras estruturas de poder societárias?”

A inversão constatada sugere a hipótese de uma melhora no acesso da mulher a meios educacionais nas últimas décadas. Assim, é preciso constatar como está sendo e como foi no passado, a valorização da educação no que diz respeito às relações entre homens e mulheres e como meio de facilitar o acesso de ambos à esfera pública.

A segunda ideia lida com a interface entre “idade” e duas concepções inter-relacionadas de “geração”. O primeiro conceito é estrutural e refere-se à posição de uma pessoa numa rede de parentesco onde sucede pais e filhos. Estabelecem-se relações de hierarquia e autoridade entre gerações, unidas pelo “sangue” e solidariedade de pertencerem a grupos específicos de parentes, e separadas por possuírem as responsabilidades diversas, os pais e avós socializando gerações mais novas, as mais novas com mais direito de acesso a meios de se beneficiarem do que oferece a sociedade e serem apoiadas pelas gerações mais velhas. Constituem-se debates sobre direitos e deveres que passam pelo discurso de autoridade e de obediência e que retratam as mudanças ocorridas na sociedade. A idade é apenas um



indicador impreciso destas relações de geração. Para a segunda ideia de geração, uma ideia mais histórica, a idade é um indicador mais confiável. Num nível micro esta questão se trata como grupos etários ou de “coortes” mas é na referência mais macro que a sua importância se revela com mais clareza. Neste sentido “gerações” passam por experiências históricas semelhantes, que a sociedade marca e rotula, como “a geração de 68” (de contestação de hippies), “a geração de 80” (da década perdida ou das caras pintadas dependendo da ideologia do rotulador), “da geração da internet” etc...

Cada “grupo etário” tem enfrentando um conjunto de fatores dentre os quais, dependendo do assunto em pauta, alguns ganham destaque. Quando se trata de mulheres acima de 35 anos, os fatores geracionais estruturais as colocam como, principalmente, mães e avós, com experiências de casamentos provavelmente há mais de dez anos e muitas vezes separadas ou viúvas, em unidades monoparentais ou morando sozinhas. Em contraste com elas são as mulheres abaixo de 35 anos, que têm menos experiência de casadas ou que nem casaram ainda e que, via de regra, ainda não se tornaram avós. Os fatores geracionais históricos são de uma importância extraordinária neste período, pois as mulheres acima de 35 anos seriam candidatas a alfabetização na idade escolar nos anos 70 ou antes, e neste período houve menor acesso das mulheres à escola, bem como maiores proporções de pessoas morando no campo distante das escolas. Para estas mulheres, houve uma pressão para ingressar na força de trabalho devido à diminuição salarial que acompanhou o milagre brasileiro dos tempos da ditadura e, acima de tudo, ainda não havia muita repercussão de um movimento feminista incipiente que abriria a aceitação do acesso das mulheres na esfera pública.

É impossível lidar com a questão do analfabetismo sem abordar a questão mais ampla da pobreza. Embora alfabetizar-se não seja uma condição suficiente para fugir da pobreza é muito difícil uma pessoa analfabeta sair da pobreza sem que seja por um “golpe de sorte”. Os enormes contingentes da população brasileira que vivem com rendimentos inferiores e com níveis de instrução, medidos em anos de escolaridade ou em capacidade do uso da língua escrita, evidenciam o investimento amplo da sociedade brasileira na garantia de uma massa trabalhadora mal remunerada cujos produtos encontrarão uma “vantagem comparativa”

internacional justamente por causa deste baixo custo do fator “trabalho”. Assim, alfabetizar-se pode parecer para quem tem vivido anos e mais anos sem ter uma noção de como escrever, como um objetivo que não oferece atrativos suficientes para estimulá-lo a dedicar-se ao tempo necessário para aprender. Nas palavras destas pessoas: “Qual vai ser o benefício? Tem muita gente que estudou e não mudou de vida!”. O ganho subjetivo da satisfação da compreensão que a alfabetização traz, mesmo que estimule muitas pessoas pobres a estudarem, nem sempre se contrapõe à decepção da alfabetização não ser uma “chave mágica” para escapular da pobreza.

Não há indicações de nenhuma mudança estrutural significativa na organização da economia brasileira que possa contornar esta dificuldade que decorre do baixo investimento em educação e qualificação de mão de obra, como indicaram as queixas públicas de Ministros da Educação sobre os limites dos seus recursos para alfabetizar o país. Num cenário mundial que continuamente reforça a necessidade de permanentes e repetidas requalificações avançadas da mão de obra, o Brasil tem optado por continuar investindo no baixo valor de sua mão de obra. Isto não impede que haja avanços no nível educacional da população do país com quedas significativas de taxas de analfabetismo com o passar dos anos. Proporcionalmente, o investimento e o avanço da sociedade brasileira na educação não acompanham aqueles de outros países.

## **Alfabetização comparada: Recife, Nordeste, Brasil: Taxa de alfabetização geral da população com 15 ou mais anos, por sexo e idade<sup>1</sup>**

Segundo os dados do Censo 2000, cerca de dezesseis milhões da população com 15 ou mais anos no Brasil não eram alfabetizadas. Destas, aproximadamente 50% encontravam-se no Nordeste. Apesar da expressividade dos números absolutos, a taxa de alfabetização para essa população com 15 ou mais anos no Brasil cresceu nos últimos anos, atingindo 86,37%, e representando um crescimento médio de 5,77% na última década. Nas regiões Nordeste e Norte, esse crescimento foi mais

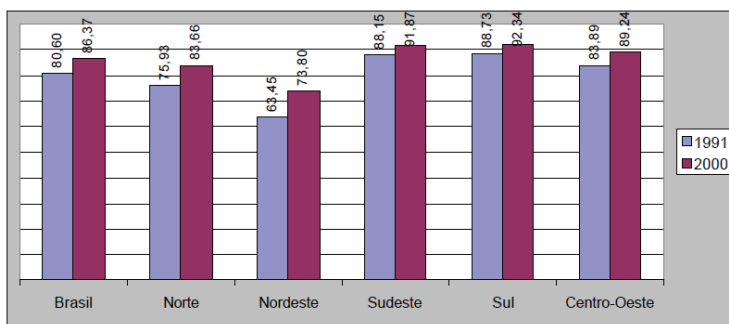
---

<sup>1</sup>Os dados aqui foram compilados por Magda Fernandes, que também realizou as comparações mais importantes. As cidades de Belém, Fortaleza, Salvador, São Paulo e Curitiba foram selecionadas a título de comparação com Recife.

expressivo, atingindo respectivamente, 10,35% e 7,73%. Mas, mesmo assim, não foi suficiente para reverter a posição do Nordeste e Norte, mantendo-os com a mais baixa taxa alfabetização. Na região Nordeste a taxa de alfabetização foi de 73,80%, e na região Norte foi 83,66%. Nas demais regiões, a taxa de alfabetização encontrou-se próxima aos 90%: A região Sul manteve a mais alta taxa de alfabetização com 92,34%; seguida da região Sudeste, com 91,87%; e logo abaixo a região Centro-Oeste com 89,24% (Gráfico 01).

No tocante a região Nordeste, Alagoas foi o estado com a mais baixa taxa de alfabetização (66,61%), seguido pelo Piauí (69,49%) e Paraíba (70,29%). Por outro lado, a Bahia, juntamente com Pernambuco e Sergipe, apresentaram as mais baixas taxas de alfabetização, correspondendo respectivamente a 76,85%, 75,50% e 74,84%. Nas capitais dos estados, a taxa de alfabetização se elevou e atingiu, em média 88,83%. As capitais que apresentaram as maiores taxas de alfabetização foram Salvador (93,70%), São Luís (92,69%) e Aracaju (90,05%). Apesar de Pernambuco se situar entre os primeiros estados da região Nordeste, Recife foi apenas a quarta capital em taxa de alfabetização (89,45%). Isso representa cerca de 110 mil pessoas com 15 ou mais anos de idade não alfabetizadas na cidade do Recife.

Gráfico 01: Taxa de Alfabetização, população de 15+ anos, Brasil e regiões, 1991 e 2000.



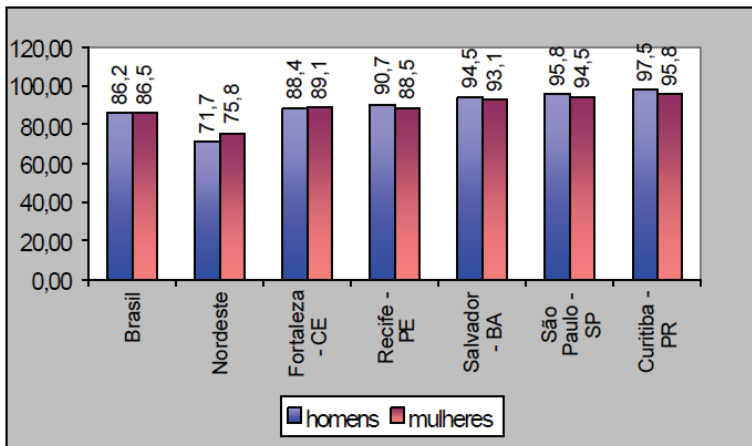
Fonte: IBGE, Censo 1991 e 2000.

**SEXO:** No Brasil, 51% da população não alfabetizada com 15 ou mais anos era do sexo feminino, correspondendo aproximadamente a 8.300.000

mulheres, donde quase a metade se encontrava no Nordeste. Considerando a distribuição da taxa de alfabetização por sexo no Brasil, Nordeste, e cidades de Fortaleza, Recife, Salvador, São Paulo e Curitiba, verificou-se que quanto maior a taxa total de alfabetização, maior foi o déficit de alfabetização das mulheres em relação aos homens. No Brasil, a taxa de alfabetização das mulheres correspondeu a 86,50% e foi 0,27% maior que a taxa de alfabetização dos homens (86,23%). No Nordeste, as mulheres apresentaram a taxa de alfabetização 4,01% superior aos homens correspondendo respectivamente a 75,78% e 71,68%. Por outro lado, nas capitais analisadas, onde as taxas de alfabetização foram maiores, os homens apresentaram taxas de alfabetização superior às mulheres. A única exceção desse quadro referiu-se a Fortaleza que manteve as mulheres com taxas maiores que os homens. Em Salvador, São Paulo e Curitiba, as taxas de alfabetização das mulheres foram inferiores às taxas de alfabetização dos homens em -1,39%, -1,23% e -1,74%, respectivamente. No caso de Recife, a diferença da taxa de alfabetização das mulheres em relação à taxa dos homens foi superior a 2%.

**IDADE:** Observando o comportamento das taxas de alfabetização do Brasil, verificou-se que as taxas de alfabetização apresentaram uma correlação negativa muito forte com as faixas etárias dos grupos com 15 ou mais anos. Quanto maior a idade dos grupos, menor a taxa de alfabetização. A taxa de alfabetização máxima se encontrou no grupo de 15 a 19 anos. Os demais grupos apresentaram taxas menores e seguiram decrescendo. O maior déficit de alfabetização encontrou-se nas faixas etárias mais velhas, a partir do grupo de 45 a 49 anos. Nessas faixas as diferenças de um grupo para o outro se ampliaram. Apesar desse comportamento comum, a distinção entre as localidades analisadas se apresentou na intensidade do declínio da taxa de alfabetização por grupos de idades. Assim, a taxa de alfabetização no Brasil sofreu uma redução que variou de 95% no grupo dos 15 aos 19 anos a 52,23% no grupo com 80 ou mais anos, totalizando uma diferença de 40,52%.

Gráfico 02: Taxa de alfabetização da população com 15 ou mais anos por sexo - Brasil, Nordeste e capitais, 2000.



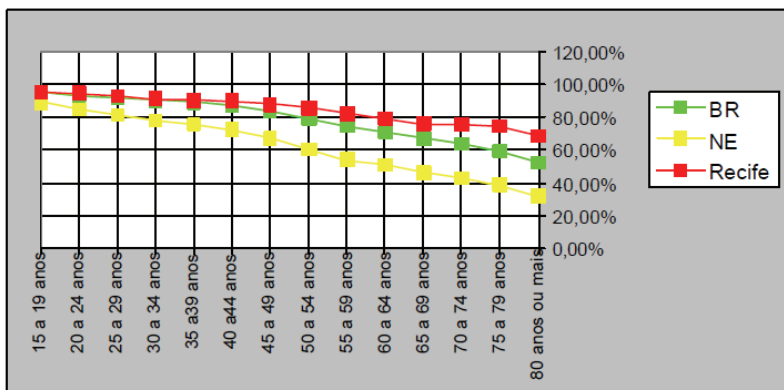
Fonte: IBGE, Censo 2000.

No Nordeste, a configuração do declínio da taxa de alfabetização foi mais acentuada, destoando fortemente das demais curvas analisadas. Em parte, o contraste deveu-se às baixas taxas de alfabetização presentes em todas as faixas de idades. Cabe destacar que o Nordeste não alcançou o patamar dos 90% da taxa de alfabetização em nenhum grupo etário. Sua maior taxa de alfabetização correspondeu a 89,33% no grupo dos 15 a 19 anos e caiu substancialmente para 31,75% no grupo com 80 ou mais anos. A diferença de taxa de alfabetização da faixa de 15 a 19 anos para o mais idoso totaliza mais de 58 pontos percentuais.

Em contraste, no Recife, o ritmo do declínio da taxa de alfabetização por grupo de idades é menos acelerado que no Brasil. A diferença da taxa de alfabetização máxima para a menor corresponde a apenas 27,08 pontos. Comparando a cidade do Recife ao Brasil e ao Nordeste, observou-se que a distribuição da taxa de alfabetização por grupo de idade apresentou valores acima dessas localidades. Nos grupos mais jovens, a taxa de alfabetização situou-se acima dos 90% para os grupos de 15 a 44 anos, e variou entre 80 a 90% para os grupos de 45 a 59 anos. De forma similar, a taxa de alfabetização abaixo de 70% incluiu, no Brasil, os grupos com mais de 65 anos, e no Nordeste, os grupos com mais de 45 anos, enquanto no

Recife, apenas o grupo com 80 ou mais anos não atingiu a faixa acima dos 70%.

Gráfico 03: Distribuição da taxa de alfabetização da população com 15 ou mais anos por idade - Brasil, Nordeste e Recife, 2000.



Fonte: IBGE, Censo 2000.

Em São Paulo e Curitiba, o declínio da taxa de alfabetização por grupo de idades foi ainda mais tênue do que a de Recife. Nenhum grupo de idades situou-se abaixo de 77,71% em São Paulo, e de 81,86% em Curitiba. Quando distribuído por grupo de idades, a taxa de alfabetização por sexo apresentou o seguinte comportamento: Nos grupos de idades mais jovens, as taxas de alfabetização das mulheres foram superiores às dos homens; nos grupos de idades mais velhos, as taxas de alfabetização das mulheres passaram a ser inferiores as taxas de alfabetização dos homens.

Considerando o Brasil, o grupo de 25 a 29 anos apresentou a maior diferença das taxas de alfabetização entre mulheres e homens e atingiu 3,23%. No grupo de 40 a 44 anos, as taxas de alfabetização entre mulheres e homens se aproximaram e giraram em torno de 0,5%. A partir dos grupos seguintes, os homens passaram a ter taxas de alfabetização superior as mulheres. O grupo de 65 a 69 anos apresentou o maior déficit de alfabetização para as mulheres em relação aos homens e apresentou uma diferença de 5,37.

A situação do Nordeste foi um pouco diferente do Brasil. O grupo de idade a partir do qual inverteu-se a relação das taxas de alfabetização entre homens e mulheres no Nordeste foi o grupo de 55 a 59 anos, dez anos a mais que o Brasil. Nos grupos seguintes, apesar de serem maiores que as das mulheres, as taxas de alfabetização seguiram muito próximas com uma diferença máxima de 2,59% no grupo de 80 ou mais anos. O que chamou atenção no Nordeste foi a grande diferença das taxas de alfabetização entre mulheres e homens nos grupo de idades mais jovens, particularmente no grupo de 20 a 24 anos, onde a taxa de alfabetização das mulheres foi superior a dos homens em 8,07%.

Diferentemente do Brasil e do Nordeste, nas cidades de Fortaleza, Recife, Salvador, São Paulo e Curitiba, a taxa de alfabetização das mulheres nos grupos mais jovens foi levemente superior a taxa de alfabetização dos homens. Apenas em Fortaleza, Recife e Salvador, o grupo 15 a 19 anos apresentou uma diferença superior a 3%. Nos demais, essa diferença não ultrapassou 1%. Em Recife e Salvador a inversão da diferença da taxa de alfabetização entre mulheres e homens ocorreu no grupo de 35 a 39 anos, dez anos mais cedo que o Brasil e vinte anos mais cedo que o Nordeste. Por sua vez, São Paulo e Fortaleza ocorreram mais tarde, nos grupo de 40 a 44 anos e 45 a 49 anos, respectivamente. Em Curitiba, a inversão da diferença da taxa de alfabetização entre mulheres e homens ocorreu no grupo de 25 a 29 anos, bem mais cedo que as demais cidades. Nas cidades analisadas, excetuando Fortaleza, os grupos mais velhos manifestaram um grande déficit de alfabetização para as mulheres em relação aos homens.

Em Recife, por exemplo, a alta diferença das taxas de alfabetização entre mulheres e homens se manteve nos grupos de idade mais velhos. O grupo que apresentou a maior diferença da taxa de alfabetização das mulheres em relação aos homens foi o grupo de 65 a 69 anos e correspondeu a 8,49%.

Na análise por bairro de acordo com sexo e gênero constatou que o problema do analfabetismo na cidade do Recife encontra-se espacialmente pulverizado em suas diversas localidades, sem constituir nenhum foco específico que requeira prioridade de intervenção.

## **Ouvindo as mulheres sobre o estudo, a alfabetização e a vida**

Para melhor compreender as experiências das mulheres não alfabetizadas residentes nos três bairros onde foi realizada a pesquisa é possível organizar as informações coletadas em torno de três grandes eixos que de certa forma podem se transformar nas três perguntas centrais que orientam esta parte do nosso trabalho. E que são:

- 1 | Quais as razões que impediram as mulheres de estudar quando as mesmas estavam em idade escolar?
- 2 | Qual o valor socialmente construído atribuído à alfabetização e a participação em instituições educadoras por essas mulheres?
- 3 | Que razões estas mulheres apresentam atualmente para estudar ou, igualmente, para não estudar?

As informações advindas das respostas a essas questões, com foco principalmente nas mulheres que estão acima de 35 anos, tornam possível traçar um perfil dos benefícios sociais e culturais que incidirão sobre as mulheres quando estas são participantes de programas de alfabetização, que considerem as recomendações de inclusão de medidas e de ações voltadas para atender as necessidades específicas deste grupo.

### **Os impedimentos ao estudo na idade escolar**

As mulheres acima de 35 anos escutadas nas comunidades do Ibura, Santo Amaro e Várzea compartilham algumas experiências bastante peculiares da sua geração. Uma das questões que mais influenciou a falta de estudo destas mulheres, há quase três ou mais décadas, quando as mesmas estavam na idade de “alfabetizar-se”, foi o fato de boa parte delas se originar de áreas rurais.

Como foi o ambiente rural de onde as pessoas vieram, quanto contexto para aprendizagem de leitura e de escrita? São muitas as mulheres e, também, os homens que se referem à ausência de escolas no seu local de moradia ou a enorme distância que necessitavam percorrer para chegar à elas como o principal fator desestimulante para o estudo.



*“No interior o pessoal lá só vive da roça. Quando meu pai morreu nós continuemo trabalhando pra viver, nós não tinha condição de estudar não. Nenhum estudou porque não tinha condição, tinha era que trabalhar senão morria de fome. Lá também não tinha escola perto...”*(Josena, 54 anos)

*“Quem era rico ia pra escola, porque a escola era longe.”* (Sebastiana, 61 anos)

A inexistência de escolas na área rural pode ser vista como resultado da falta de investimento do estado em educação e do descaso dos proprietários de terra que jamais se preocuparam em instruir e capacitar a população trabalhadora. Nenhuma política ou medida de promoção educacional por parte dos donos de terra é mencionada pelas pessoas entrevistadas.

A inexistência da escola antecede uma mentalidade que contribui fortemente para a falta de estímulo ao estudo e a aprendizagem. Se de um lado os fazendeiros letrados estavam interessados apenas no lucro da fazenda recrutando indiscriminadamente meninos e meninas para as tarefas agrícolas, de outro estavam os pais analfabetos enxergando no trabalho de filhos e filhas na roça a única possibilidade de minorar a exiguidade do orçamento doméstico.

Para estes últimos, a relação entre estudo e melhoria da condição de vida nunca foi estabelecida, sobretudo, pela falta de perspectiva imposta pela condição de pobreza. Tanto meninos como meninas trabalhavam na roça não havendo muita evidência sobre uma maior liberação das moças destas tarefas em ralação aos rapazes.

Assim, a escola não precisava inexistir ou estar distante para desestimular o estudo. Ambos, meninos e meninas, eram requisitados para o trabalho na roça, não havendo uma clara evidência de ter havido uma liberação maior de rapazes ou de moças.

*“quando eu ia pra escola meu pai ia me chamar lá pra me levar pra roça, pra limpar mato e plantar, porque se a gente não fizesse assim não comia porque meus pais era bem pobre, bem pobre mesmo, viu? As vezes eu tava no dever e ele dizia, venha limpar mato e plantar, aí eu ia porque era meu pai e eu tinha que obedecer.”*(Geruza, 50 anos)

Percebe-se, por exemplo, que as referências sobre a impossibilidade existente de se estudar no interior, está subjacente a ideia de que estudar

não é para pobre. Trabalho é trabalho e estudo atrapalha o trabalho. Para sobreviver é preciso se dedicar à labuta que é incessante, sobretudo, para as meninas que ao lado do trabalho na roça passam a acumular a responsabilidade de ajudar nos afazeres domésticos. Para elas a inexistência do tempo para investimento no estudo começa desde muito cedo, pois muito cedo também começa a responsabilidade do trabalho doméstico.

Mas atribuir o impedimento ao estudo ao “trabalho duro na roça”, às “exigências do trabalho doméstico” e ao questionamento sobre a utilidade do estudo para o trabalhador seria esconder uma questão de gênero que se apresenta com muita força nos relatos dos entrevistados: O controle dos pais sobre o namoro das filhas. Para eles, os pais, tal controle ficaria ameaçado caso a capacidade de expressão escrita e de leitura de suas filhas não fosse controlada já que as mesmas permitiriam a comunicação entre elas e os namorados. Os pais assumem a responsabilidade de controlar as atividades de namoro das suas filhas, e a aquisição da capacidade de ler e escrever por elas é percebida como uma ameaça a este controle paternal. Esta vontade de controlar as mulheres através da negação de acesso aos estudos é muito explícita, e foi expressa de uma maneira contundente por um líder comunitário:

*“São proibidas de ir à escola, proibidas disso e daquilo para sobreviver, proibidos pelo marido. Essas mulheres que vêm do interior já têm essas proibições desde nascença. Já vêm com a coleira!”*

Nas suas lembranças, as próprias mulheres constantemente recordam como os homens da vida delas lhes puseram a coleira:

*“meu pai nunca se interessou pra botar a gente na escola. Quando eu tinha 13 anos eu fui sozinha e me matriculei, com dois dias ele descobriu e foi lá na escola e me tirou e disse que não queria filha escrevendo carta pra namorado.”(Silvana, 63 anos)*

*“O meu pai era professor no interior. Não deixava a gente estudar para não arrumar namorado. Nenhum de nós estudava, nem homem nem mulher. Alguns dos meus irmãos aprenderam depois de adultos. O meu pai nunca quis ensinar. Nós morava no engenho, ele dava aula o dia todo mas não ensinava. Era muito carrasco. Para ter a liberdade eu tive que dizer a ele que me perdi.” (Josefa, 55 anos)*

A geração de mulheres migrantes do interior veio de uma realidade social de forte domínio masculino onde o “letramento” não tinha vez para

elas. A chegada ao meio urbano, muitas vezes é caracterizada como uma fuga das condições precárias de suas existências. Entretanto, é preciso que se diga, que tal fuga é limitada pelos deficits e lacunas que a vivência rural deixou.

Na cidade acabam tendo que se submeter ao trabalho doméstico ou a trabalhos de baixa remuneração como o comércio ambulante. Em ambos os casos, a exigência da leitura e da escrita é reduzida como também são reduzidas e limitadas as oportunidades para a aprendizagem.

Mas nem todas as analfabetas acima de 35 anos incluem em sua trajetória a passagem campo-cidade. Há trinta anos, a desclassificação do estudo feminino na própria cidade marcou uma época da tentativa da asserção do domínio masculino, num espaço que já tinha se tornado muito mais feminino. O mercado de trabalho urbano é muito pouco exigente, e muitas destas mulheres também trabalharam, e trabalham, como empregadas domésticas. Desde jovens o tempo dedicado à labuta não oferecia brechas para o estudo, e isto não melhorava com a passagem dos anos.

*“a família onde eu vivia não incentivava não, queria mesmo era que eu fizesse os serviços da casa, e eles não me pagava não, eu ganhava o que eles quisesse dar.”*  
(Livramento, 75 anos)

*“eu trabalhava nessa época, mas não é nem pelo trabalho, mas pelo cansaço. Eu era lavadeira e faxineira, não era nem pela hora que eu chegava, mas às vezes eu chegava tão cansada que eu me deitava e não tinha coragem de levantar nem pra comer.”*  
(Ivonete, 49 anos)

A expansão da rede de ensino fundamental no país que atravessou as últimas décadas do século XX se conjuga com dois fenômenos inusitados: A abertura do mercado de trabalho para mulheres e a forte defesa das mulheres pelo movimento feminista. Nas condições criadas nesta “nova geração” de estudantes, as mulheres moradoras predominantes nas cidades, derrubaram os obstáculos aos estudos e o resultado é uma inversão na taxa de analfabetismo masculina versus feminina na faixa de 30 para 40 anos em 2000.

Mesmo que as nossas entrevistas tenham se concentrado nas pessoas que não conseguiram estudar, é possível perceber que a “nova geração”,

mesmo enfrentando dificuldades semelhantes, percebe a abertura de oportunidades no sistema educacional.

No grupo de discussão composto por pessoas de uma faixa etária mais nova e que estão se alfabetizando, ficou evidente à vontade de avançar nos estudos. Na verdade, este foi o tema recorrente do grupo e foi apresentado com mais força do que nos grupos formados por pessoas de maior idade.

Nem todas as mulheres referem-se explicitamente às condições sociais que dificultam ou facilitam os seus estudos. Mulheres que não estudaram frequentemente adotam um discurso auto-depreciativo, onde a impossibilidade de aprender é percebida como algo inerente a sua individualidade.

*“Foi desinteresse meu e assim mesmo eu tinha muita dificuldade, essas coisas não ficam na minha memória.”* (Josina, 47 anos)

*“Eu não aprendo, eu tenho cabeça de pau. Eu acho que eu não aprendo não.”* (Verônica, 46 anos)

*“Não entra mesmo a leitura, faço muito esforço, escrevo, escrevo, mas não sei ler; fui estudar na associação [dos moradores da comunidade], mas também não consegui ler. A professora tirou do quadro e mandava eu ler passava as palavras e quando eu ia ler, nem pra lá tinha jeito.”* (Ana, 36 anos)

Estas ideias contêm uma mistura curiosa da “representação social” do analfabetismo, onde há uma espécie de localização num *continuum* que vai da culpa interna à culpa externa. De um lado fica a ideia de que “eu não tenho jeito”, sem maiores explicações e do outro fica a ideia de que dificuldades impostas pela vida, como falta de saúde ou mesmo a ocorrência de um acidente concreto foi responsável pela dificuldade de aprender. Esta ideia foi encontrada numa quantidade surpreendentemente alta de informantes.

De fato, o que se pode concluir é que a dilapidação das condições de vida provocadas pela expansão da miséria, gera custos individuais enormes para as pessoas trabalhadoras submetidas mais diretamente a estas condições.

Vejamos algumas das falas mais claras:

*“Não quis estudar quando pôde porque me operei 12 vezes além do sinal que tirei, ‘vivía muito no médico’. O marido cuidava da casa, lavava roupa quando eu estava operada.”(Josefa, 55 anos)*

*“Depois que meu marido me deixou tive de criar meus filhos sozinha, aí comecei a fumar e beber, fiquei ‘ruim dos nervos’, quase louca, foi problema de nervo! Fui ao médico e tomei muito remédio [controlado], cheguei a não conseguir cuidar da comida dos meus filhos por causa da bebida, pelo nervosismo e pelos remédios que tomava. Hoje eu sofro do coração, pressão, nervo e coluna.”(Santa, 55 anos)*

*“Tive paralisia e amnésia. (...) Comecei na creche com 4 anos, com 6 anos tive paralisia. Até os 12 anos fiquei mal, fui para uma escola na comunidade mas não tinha mais cabeça para guardar, esqueço endereço, telefone, esqueço tudo.”(Verônica, 50 anos)*

Frequentemente, a representação da “doença que impede” o aprendizado, ocorre após a idade regular de alfabetização. Assim, existe um motivo real para que a alfabetização não tenha acontecido, mas este é camuflado pela explicação da ocorrência da doença. O que ocorre é que o discurso sobre a saúde ou a sua falta, tem na sociedade contemporânea uma força legitimadora o que deve ser considerado na compreensão de possíveis motivações que poderão levar ao estudo no futuro.

Para ilustrar o que foi dito vale ressaltar um caso em que a pessoa fez questão de dizer que tinha um atestado médico que provava a sua impossibilidade de ler por causa de uma doença e ainda outra ocorrência em que a entrevistada dizia que tinha muito esquecimento por causa da diabetes.

Finalmente, uma razão alegada por muitas mulheres para não ter estudado envolve a sua dedicação, por vezes precoce, ao papel de cuidar das pessoas do ambiente doméstico. Responsabilidade com os irmãos mais novos, com os próprios filhos que estas mulheres começam a ter ainda muito jovem ou mesmo com familiares outros, são empecilhos para o investimento na própria capacitação. No decorrer do tempo, outros impedimentos vão surgindo: Do papel de esposa inseparável do papel de mãe passam a cuidar também dos maridos que as impedem de estudar de forma direta ou através de subterfúgios.

*“Eu deixei de estudar quando meus pais se separaram. Eu deixei de estudar para cuidar dos meus cinco irmãos. Todos eles estudaram mais que eu!”(Lourdes, 36 anos)*

*“Meu pai era rico, aí ele não me registrou, minha mãe não entendia bem das coisas, aí eu tinha vontade de ir pra escola, mas quando chegava lá eu não podia ficar porque não tinha documento, e também eu tinha que trabalhar. Só vim tirar quando tinha 20 anos.”*(Telma, 45 anos)

*“Quando eu falava em estudar ele dizia que mulher casada não precisava estudar.”*  
(Inalda, 63 anos)

*“eu dizia, por que eu não posso estudar? E ele dizia: Porque não mulher!”*(Carmina, 52 anos)

*“agora é por causa do marido que fica com ciúme. Ele diz, pra que uma mulher depois de velha aprender? Vai aprender mais o que se já tá perto de morrer? Outro dia eu disse assim, Oh! José, eu acho que eu vou me matricular aí no Lions aonde tá a D. Lourdes, ela tá estudando lá e disse que tá aprendendo. Sabe o que ele disse? Mas, mas, baixa teu fogo vai, aonde é que vai uma mulher velha, perto de morrer?”*(Josina, 47 anos)

A retomada dos estudos de Dona Lourdes (36 anos) é emblemática dos artifícios masculinos para impedir o estudo feminino. Segundo ela, quando o marido “a liberou para estudar” há um ano, ele já estava tendo um relacionamento com outra mulher. Agora que estão separados, quando ele passa por ela, goza da cara dela, dizendo “Vai para onde, pra faculdade?”

A resposta ao porque de as mulheres não estudaram passa pela história das trajetórias de vida pessoal marcadas por sofrimento e repressão. As marcas deixadas pelas dificuldades, e mesmo pela continuação dessas dificuldades esbarram na vivência cotidiana onde a viabilidade do estudo e sua valorização são continuamente colocadas em questão. Pobreza, trabalho, saúde precária, homens opressores, são fatos que continuam fazendo parte do cotidiano feminino dessas mulheres.

## **Para que se alfabetizar e onde fazê-lo?**

As mulheres analfabetas acima de 35 anos, quase sempre com filhas e filhos, sobrinhos ou netos para cuidar, residentes na Região Metropolitana do Recife, têm avaliações diversas sobre o que para elas significa alfabetizar-se. Tal diversidade remete a quem as escuta e a criação de imagens sobre as condições socioeconômicas e simbólicas das comunidades pobres da cidade.

É preciso ressaltar que costumam haver dois pronunciamentos aparentemente antagônicos sobre a importância do alfabetizar-se: Um que exalta os valores de alfabetização e que arrola as vantagens existentes para uma pessoa alfabetizada e, outro que afirma a inutilidade da alfabetização para os pobres, levantando as múltiplas barreiras que o mesmo sofre no processo de exclusão ao qual está constantemente submetido, independente do seu nível de “letramento”.

Em vez de encarar estes dois discursos como frontalmente opostos um ao outro, é instrutivo observar algumas referências que unificam o que idealmente se espera da alfabetização. Neste sentido, o discurso mais pessimista engloba, dentro dele, uma valorização muito positiva da alfabetização que termina sendo anulada pela percepção dos impedimentos concretos dos indivíduos para alcançar os benefícios que poderia trazer. Ou seja, a negatividade não está localizada na alfabetização em si, mas nas condições sociais a ela associada. Para as pessoas mais idosas é frequente associar o avanço da idade ao advento de um discurso mais negativo. Entre as pessoas abaixo de 35 anos a expectativa de algum retorno se situa na melhora de emprego e do ganho e na própria possibilidade de continuar o estudo.

Assim, a nossa leitura dos significados de alfabetizar-se para os moradores de comunidades pobres do Recife é altamente positiva. A lamentação de não ter aprendido é uma das evidências mais claras desta significação favorável.

A convivência cotidiana não exige frequentes contatos com a palavra impressa, nem os assuntos abordados nas conversas privilegiam informações colhidas em tais fontes (jornais, livros, revistas). Um grande estímulo ao uso da palavra escrita costuma vir atrás dos meios de comunicação que associam muitas e fortes imagens às palavras, como, por exemplo, o jornal “*Folha de Pernambuco*” que aprecia muito o fotojornalismo com assuntos que ressaltam violência e insegurança nos ambientes populares da cidade, e os “gibis”, sejam sobre os astros da televisão, sejam sobre “gente como a gente” retratada nas fotos e desenhos. O pictórico é fundamental e quando associado à palavra escrita, é possível que estimule o letramento.

Quando o imagético e o áudio substituem as letras, o seu uso em excesso pode gerar exatamente o efeito contrário, o que certamente não deixa de ser o caso no Brasil contemporâneo, altamente integrado numa mídia que explora estes dois aspectos mais intensivamente que a palavra escrita. Não precisa nem lembrar a grande repercussão que as novelas tem no exercício do lazer cotidiano. E na pesquisa foi notável a quantidade de mulheres que apontaram o prazer que têm em assistir os programas de notícias - mais uma vez as imagens e as palavras faladas substituindo as palavras escritas. As muitas revistas que remetem ao meio artístico (leia: Atores) são um atrativo para a leitura, mas carecem de uma finalidade pedagógica ou didática para que, de fato, sirvam para estimular a leitura significativamente entre a população iletrada.

Mesmo assim, no meio deste mundo retratado pictoricamente, há demandas de leituras que os analfabetos reconhecem como exigente para eles. A mais importante demanda, subjacente às lamentações e às razões de voltar a estudar é a própria mobilidade autônoma.

*“[Querida aprender] pra andar no mundo, pra andar de ônibus, eu sei andar a pé, mas de ônibus eu não sei pegar um ônibus... tem que depender feito um bebê pequeno, perguntar que ônibus é... e isso é chato, a pessoa vê a gente assim e diz: Oxê, não saber ler não é? Claro, se eu soubesse ler, não perguntava.”* (Josélia, 39 anos)

Algumas exigências do mundo da tecnologia desafiam o conhecimento dos analfabetos. É muito conhecida a situação de pessoas que não conseguem tirar aposentadorias e benefícios das máquinas nos bancos, sendo forçadas a levar pessoas de confiança para realizar esta tarefa (às vezes sendo a um custo monetário para eles). Operações bancárias mais complexas são ainda mais aterrorizantes para alguns:

*“uma vez mesmo minha cunhada mandou um dinheiro pra mim de longe (pausa, e chora) e eu entrei naquele banco, coisa que eu nunca entrei, só Deus faz isso, banco de rico, entrei ali, minha cunhada mandou um dinheiro para mim, depositou, e eu não sabia, eu digo: Jesus como é que eu vou, eu não sei, que vergonha todo mundo olhando pra mim, eu não sei nem assinar meu nome.”* (Dilma, 37 anos)

Há uma insistência de alguns em não equacionar analfabetismo com “burrice”. Isto se evidencia claramente no emprego do termo “inteligência” como capacidade de lidar com as coisas da vida cotidiana com desenvoltura. O cientista político J. Scott batiza esta capacidade de



“*metis*” e mostra que esta forma linguística de resistência aos códigos vigentes nas hierarquias mais altas da sociedade reporta a um conhecimento muito real, mesmo se desatrelado da alfabetização. A capacidade de realizar cálculos para não ser enganado, inclusive, é muito citada, como não poderia deixar de ser num mundo onde a monetarização das trocas sociais permeia o dia a dia. Não são poucos os analfabetos que se defendem com estas afirmações.

*“O que vale é a inteligência. Às vezes não sabe ler, mas é inteligente.”* (Edu, 66 anos)

*“Eu disfarço, pois sei negociar e fazer porcentagem, coisa que aprendi como dizimista na igreja. Eu queria saber ler como eu sei de conta!”* (Margarida, +- 35 anos)

Há um orgulho particular, ainda mais concentrado entre homens e mulheres mais jovens, em mostrar que ninguém tira vantagem das deficiências de leituras das pessoas na hora de realizar transações com dinheiro. A insistência nesta questão chega a evidenciar que há uma inquietação e desconfiança das pessoas que podem ser alvos de aproveitadores. Esta aguçada atenção mostra quanto o analfabeto se sente “alvo” na sociedade. Há um bom número de analfabetas que se dedicam ao comércio ambulante e ao comércio doméstico de pequeno porte, comprovando que a falta de leitura e a capacidade no comércio são assuntos separados. Mesmo assim, algumas pessoas se queixam que têm que montar esquemas especiais de colaboração na hora de sistematizar o registro das suas transações.

Não foram raras às vezes em que estávamos visitando a casa de uma analfabeta e pessoas chegarem na porta com uma circular informando sobre reuniões, promoções, ações de prevenção etc, e as mulheres explicarem como desgostam de ter que pedir aos outros para saber o conteúdo do material.

Alfabetizar-se, portanto, representa a possibilidade de extrapolar as restrições de movimento e de dependência que a falta de leitura impõe. Extrapolar esta primeira limitação certamente não é suficiente para a fuga da pobreza ou do julgo masculino, mas um passo necessário reconhecido quase que unanimemente por todas.

*“eu quero estudar porque eu parei na 3ª série, me casei muito nova e meu marido não deixava estudar, aí depois ele faleceu aí agora comecei a estudar. Era sério mesmo, ele não deixava a gente estudar, não deixava eu estudar, com ciúme né? Com certeza era ciúme, aí eu digo: Agora chegou a minha vez!”*(Severina, 54 anos)

Também representa a possibilidade do desempenho da maternidade com maior respeito e dignidade evitando que as mulheres, e especialmente as mais idosas, se vejam passadas para trás pelos filhos que, hoje, usufruem a oportunidade de estudar mesmo que de forma precária.

*“porque eu quero dá exemplo aos meus filhos... todos os dois quer desistir de estudar, eu quero dar exemplo a ele, que se ele ver eu estudando ele vai continuar no colégio, né.”*(Maria, 39 anos)

Assim, um dos grandes valores da alfabetização é permitir que as pessoas possam “circular livremente” em espaços que extrapolam os limites do território formado pela vizinhança e obter respeito e dignidade, qualidades por vezes ameaçadas pela condição de iletrado ou analfabeto. Historicamente, a ideia de “livre circulação” está mais associada aos homens do que as mulheres, mas, atualmente, é reconhecida como um direito de todos. Na verdade, os resquícios e a continuidade deste tipo de controle resultam tanto de atitudes masculinas quanto de atitudes e restrições impostas a si mesmas pelas próprias mulheres.

Mesmo diante do fato de muitas mulheres tornarem-se “chefes de família” sem parceiros masculinos conviventes, o sentimento de esgotamento permeia a vida das mulheres mais idosas, e de boa parte das mulheres cuja idade cronológica é muito menor que a percepção da sua trajetória de vida:

*“eu só vivo zonzza, tomo remédio pros nervos, minha vida é só aporreio.”*(Jandira, 66 anos)

*“eu levei a mocidade sem estudo, pra que serve o estudo agora? Vou perder esse estudo pra debaixo da terra? Vou escrever pra Jesus?”*(Neuma, 63 anos)

*“depois de velha tá quebrando a cabeça. Eu já tô tão ocupada, tô meio doida.”*(Isa, 43 anos)

O discurso sobre “doença” presente nas razões de não ter estudado quando mais jovens, reaparece quando as mulheres explicam as causas de

não estudar no momento atual. A procura, de um sentido para o aprendizado marca fortemente o discurso destas mulheres cujas vidas foram dilapidadas pela pobreza e pelo controle masculino. Inicialmente as falas podem sugerir uma desvalorização da alfabetização. Entretanto, a leitura mais cuidadosa nos leva a perceber que se trata da recusa de abrir mão de controles aos quais estavam sujeitas durante toda a vida.

Uma questão crucial para a avaliação dos cursos de alfabetização é o lugar onde as aulas serão ministradas. Não basta colocar uma faixa anunciando as “aulas de alfabetização” porque a adesão certamente não será automática por parte das mulheres necessitadas. Nas três comunidades estudadas foram identificados espaços físicos disponíveis para a alfabetização mas que não são do agrado das alunas. As razões são várias e podem ser vistas nos relatos que se seguem.

*“tenho vontade, mas eu fico pensando assim do povo mangar, porque a senhora sabe que esse pessoal novinho, nem todos, mas têm muitos que mangar... eu tenho vergonha por causa da idade, 50 anos, né, eu acho que o povo vai mangar. É que eu me acho muito velha pra esses colégios, velha, de cara enjilhada.”*(Geruza, 50 anos)

*“eu ouvi uns jovens passando aqui na rua perto duma senhora que vinha da escola e eles tavam dizendo assim, oia, nessa idade, essa mulher na terceira série (...) eu? Óxe, se eu não aprendi de nova imagine de velha.”*(Ivone, 49 anos)

O ambiente físico poucas vezes estimula o estudo, havendo muitas queixas sobre barulho, bagunça, falta de segurança e fogos de artifícios, uso de armas, roubos etc. Pior ainda, e também frequente é a atitude da professora, de desleixo, de exigência demais ou de repreensões. Cada uma dessas restrições aos ambientes de ensino e aprendizagem revela preocupações diferentes que se somam na avaliação do que significa alfabetizar-se na idade “adulta” ou “fora da faixa”.

A perda da autoridade da geração mais velha torna quase insuportável as gozações dos mais jovens que aproveitam a sua capacidade de ler melhor (mesmo que seja pequena) para poder humilhar e envergonhar quem está aprendendo. Mesmo que não seja impossível juntar gerações diferentes numa sala de aula, são poucas as pessoas mais velhas que não ressaltam que seria melhor se fossem separadas. As aulas terminam tendo uma dupla carga: Relembra a desvantagem que as pessoas carregam

desde novas e minam parte da autoridade que conseguem adquirir pelo fato de pertencerem a uma geração mais velha.

Entretanto, a mera separação das gerações na turma pode ajudar, mas não resolve por completo esta questão. Devido à própria impiedade na vizinhança, nada impede que se formem grupos para caçoar de gente mais velha que vai se alfabetizar, mesmo num local reservado somente para eles, ficando no caminho e procurando janelas, portas e brechas para espiarem.

Os recursos materiais e humanos mobilizados para os cursos de alfabetização são também indicadores do valor que se atribui este grupo da população pobre. Uma sala esquálida, cadeiras quebradas, falta de quadros, iluminação precária, professores desrespeitadores de horários ou mesmo faltosos, todos comunicam a baixa valorização deste espaço. As avaliações positivas coincidem com os cursos onde o cuidado com o espaço físico e o respeito ao horário marcado são observados. Superar a precariedade do espaço físico e da baixa condição de atendimento dos cursos é ressaltado nos discursos como heroísmo por parte dos alunos e/ou dos professores que conseguem qualquer coisa “apesar do espaço ruim”.

O recrutamento de porta em porta, o agenciamento através de pessoas de dentro ou de fora da comunidade parece ser um fator muito estimulador para o aprendizado. Além de quebrar a inércia e apresentar uma pessoa “preocupada em ajudar a pessoa a conseguir ler e se beneficiar”. São várias as pessoas que avaliam positivamente estas experiências, dizendo que a professora vem atrás de mim, se preocupa comigo, ou manda pessoas atrás. A ideia de agentes educacionais, ainda não efetivada na prática, teria que ser cuidadosamente analisada para ver de que forma pode ser um estímulo ao interesse não somente das mulheres mais idosas, mas de todos os que poderiam se beneficiar com a alfabetização.

Ou seja, anunciar a abertura de uma turma para alfabetização à noite, ou colocar a já mencionada “faixa” ou “anúncio” será muito mais eficiente se acompanhado por um trabalho na comunidade que estimule as pessoas a aprender e a formar estratégias para que possam melhorar de vida através do acompanhamento individual. Assim, as escolas que associam informações sobre direitos das mulheres com aulas de alfabetização,

registram baixos índices de absentéismo e evasão somando bom percentual de alfabetização.

São muitas escolas conveniadas à prefeitura através da Federação de Mulheres de Pernambuco, e esta federação e uma das suas escolas foram observadas proximamente por alguns participantes da pesquisa. A filosofia de se interessar individualmente pelos alunos estava sendo bem praticada pelas instrutoras desta instituição específica visitada, que iam para a comunidade para indagar às faltosas se estavam necessitadas de alguma coisa para poder voltar a frequentar as aulas. A dedicação de parte do tempo de cada semana a questões de interesse sobre os direitos das mulheres trouxe um conteúdo com grande significado para as alunas. Pelo menos num caso observado, o problema de evasão, evidenciado em muitos outros locais, não se apresentou. Certamente a alfabetização foi estimulada através desta diversidade de ações.

Em resumo, espaços para aprender são espaços que constroem significados para uma população já marcada pela sua desvantagem histórica, então é fundamental que os cuidados sejam tomados para que os espaços disponíveis contribuam plenamente para uma ressignificação positiva das experiências das pessoas que estão dispostas a se alfabetizar.

## **Mas, porque estudar ou não estudar?**

De certa forma, o item anterior sobre a valorização do estudo já sinalizou um conjunto de razões pelas quais muitas mulheres estão, ou não estão, estudando. Ouvindo mais algumas mulheres, é possível enxergar que o não estudar pode ser percebido como o cumprimento de um dever moral, do exercício do papel de protetor ou de provedor.

*“eu não estudo agora porque não tem quem olhe o menino que eu crio. É meu sobrinho de 4 anos e ele só fica comigo, não fica com o João e nem com minha filha.”*  
(Rosilene, 46 anos)

Ou seja, a obrigação de cuidar que existe para as mulheres desde o início das suas carreiras domésticas como filhas e mães, e de prover que existe para os homens, tornam-se prioritárias em relação ao privilégio, de estudar. Como sintetizou uma mulher:

*“o estudo ficou para os ricos e não para os pobres, o estudo do pobre é o trabalho.”*(Neuma, 63 anos)

Antes de chegar a ver quais são as razões efetivas que as mulheres alegam para não estarem estudando, é importante lembrar que nas comunidades pesquisadas, encontrou-se, entre as entrevistadas, mais mulheres sem estudar de que estudando. Vale ressaltar ainda que em algumas escolas onde pesquisamos, foram encontradas mulheres de idades variadas empenhadas em aprender a ler e escrever. Nos grupos de discussão realizados com quem estava estudando, em que havia jovens, adultos e idosos de ambos os sexos, apareceram muitas razões para o fato de estarem estudando. Umas já foram citadas acima e outras serão listadas a seguir: Para poder escrever o nome; para assinar o nome no banco; para aprender ler; para pegar ônibus; para ler e escrever carta; para ler a Bíblia; para melhorar no trabalho ou achar um trabalho melhor; para conseguir qualificação para um emprego específico; para recuperar tempo perdido, realizar um sonho.

*“eu tô estudando agora porque eu fui criada nas casas dos outros de empregada doméstica, tudo, e depois que eu me casei meu marido nunca deixava eu estudar e ele bebia muito e eu tinha medo que ele vinha me buscar na escola, bêbado, aí agora eu resolvi, ele deixou e tudo.”*

Ainda nos grupos de discussão chama atenção a ênfase dada à personalidade e qualidade dos instrutores:

*“eu estudei em Caruaru e a professora só fazia escrever, não explicava nada, sabe. Aí a gente não aprendia nada. É diferente dessa professora nossa, ela tem paciência, ela explica, ela pergunta a gente, conversa com a gente, tira dúvida, brinca.”*

*“eu tinha uma professora que ela passava um dever no quadro e a gente só copiava e ela ficava fumando lá no canto da sala, a gente terminava e ela ficava lá, só fazia fumar.”*

As qualidades exigidas dos professores incluem uma combinação de carinho, paciência e interesse junto com segurança e firmeza. O espaço escolar precisa ser um espaço de respeito para manter o interesse e adesão de alunos que estão desgastados pelos anos difíceis que tiveram anteriormente com os estudos. Alguns, inclusive, enfatizam a valorização

do ambiente de estudo e a metodologia empregada em sala de aula. Segundo um participante do grupo de discussão:

*“precisa também mudar as aulas, fazer uma coisa diferente e não só aquela aula no quadro todo dia... Tem que ter teatro pra aprender, palestras sobre o lixo, a dengue, AIDS, ninguém vê isso aqui.”*

Os aspectos mencionados acima, pelos alunos, precisam ser fortemente considerados. A observação feita nas comunidades revela que não foi a inexistência de lugares para aprender que impediu as pessoas de iniciar ou continuar o processo de alfabetização. Em cada uma das comunidades foi possível registrar de quatro a sete instituições oferecendo cursos de alfabetização para pessoas “fora da faixa”. Alguns estudantes, especialmente aqueles situados abaixo de 35 anos, reclamaram de não conseguir vagas em locais mais próximos às suas casas, embora isto não tenha sido a regra geral.

Independentemente das condições físicas, a combinação dos objetivos dos usuários com o gestor das instituições pode gerar um fator importante de incentivo ao estudo. Não se deve minimizar a importância da expectativa de melhoria das pessoas em relação às oportunidades no trabalho, na igreja ou na defesa de seus direitos, quanto mulheres cidadãs. Em alguns casos, registrou-se uma maior insistência pela demanda de recompensas de cunho monetário para cada pessoa matriculada nos cursos de alfabetização. Observou-se um caso de entrega mensal de cestas básicas como mecanismo compensatório pela ausência de políticas governamentais mais consistentes na área onde o fato aconteceu e também como forma de evitar a evasão. Embora esta não seja uma medida eficiente para estimular o aprendizado, é possível que a mesma seja o reflexo de uma simbologia de dependência que acompanha a cesta doada e que relembra a dependência tão presente na vida dos analfabetos, não os livrando da sensação do cerceamento da mobilidade, autonomia e auto-estima.

Ao ouvir as razões de algumas mulheres não procurarem escolas, identificam-se elementos úteis para a formulação de políticas comprometidas com o sucesso escolar. Há grupos de mulheres que acham o horário noturno inconveniente pelas seguintes razões:

- 1 | É hora em que os programas de televisão mais interessantes estão passando;
- 2 | É muito perigoso andar na comunidade à noite, e preferem ficar em casa;
- 3 | O marido não deixa que elas saiam à noite; e
- 4 | Estão cansadas após longas horas de trabalho e acham que não vão render nos estudos.

Mesmo que algumas delas possam ainda aprender alguma coisa, é importante entender que haverá sempre um “resíduo” de pessoas para quem as barreiras ao aprendizado vão sempre parecer intransponíveis. Isto torna absolutamente irreal qualquer meta de “erradicar por inteiro o analfabetismo”, de atingir o “analfabetismo zero”. Na verdade, esta meta deve ser entendida como uma meta ideal e não real, como uma arma para estimular, e não como um índice para medir sucesso.

É inegável que ser analfabeta é uma condição que reflete uma vida que iniciou de uma maneira difícil e que continuou muito árdua, sofrendo uma série de restrições de classe e de gênero. A vergonha que algumas mulheres experimentem quando procuram se alfabetizar numa idade mais avançada é causada pela exposição das fraquezas existentes nas suas histórias de vida perseverantes. Para muitas delas, no entanto, esta vergonha é quase naturalizada. Outras mulheres, porém, ainda bastante jovens, mostram quanto o orgulho da manutenção de uma ordem moral dos pobres e uma vivência de “pobre digno” contribuem para entender que a ideia de vergonha é uma construção social que precisa ser desnaturalizada!

*“Eu não sinto vergonha não porque pior do que eu tem por aí, né...? E tá se interessando agora também, porque se você vier aqui mais tarde você vai ver o tanto de gente mais velho do eu aqui estudando. Eu não tenho não, porque ali não é vergonha de eu não saber ler, porque ali eu já tô vindo pra aprender, agora vergonha era se eu chegasse aqui e pegasse uma bolsa, uma coisa, aí eu tinha vergonha se a polícia me parasse ali, aí eu ter vergonha, mas por uma coisa que eu não sei ler e tô estudando pra aprender, por causa disso não tenho vergonha não. Vergonha é aquele que rouba e mata, aí é vergonha.”(Marta, 31 anos)*

*“Meu marido é quem lê as correspondências que chegam na porta. Se eu tivesse estudado tinha sido melhor, teria arranjado emprego melhor que vender munguzá. Não precisaria perguntar para os outros sobre o que está escrito. Mas, mesmo assim,*



*eu não tenho vergonha, porque vergonha faz quem tá roubando.”(Quitéria, +- 30 anos)*

Eliane, uma Agente de Saúde com longa convivência com mulheres analfabetas e suas famílias em umas das comunidades estudadas, sintetiza na sua fala muitas das questões que foram vistas ao longo desta pesquisa.

*“É muito sofrimento. É aquele pessoal que vem do interior, que não estudaram estavam no cabo da enxada pra sobreviver e têm muitas que têm vergonha de ir pra escola já velha, elas acham também que não vão mais aprender (...). Agora tem outras que é por falta de interesse mesmo, tem escola onde moram e não vão, aqui tem umas que não são do interior, são daqui mesmo, com a escola na porta de casa e não foram pra escola, quer saber é de casar, arruma logo uma gravidez e aí pronto.”(Eliane, 35 anos)*

Os cursos de alfabetização oferecidos no Recife são muito variados, e a pesquisa não visou acompanhar todos, mas vale a pena destacar dois pontos.

Primeiro é a já mencionada diversidade. Entre as diversas instituições que ministram cursos de alfabetização para adultos, identificadas na pesquisa, inclui-se: A Prefeitura da Cidade do Recife; o Governo do Estado; o Banco do Brasil através programa BBeducar; a Federação das Mulheres; Igrejas diversas; SESC; SESI; ONGs (Visão Mundial e COMDICA); a FEPEAL; e ainda cursos organizados pela própria comunidade.

A partir das observações registradas num catálogo produzido pela pesquisa, percebe-se que o funcionamento dos cursos em sua grande maioria resulta de parcerias financeiras realizadas entre os órgãos do setor público com instituições filantrópicas, privadas e também com ONGs. Em geral, boa parte dos cursos resulta de convênios feitos entre a Prefeitura e outras entidades, como por exemplo, o existente entre a Prefeitura e a Federação das Mulheres. Quanto as ofertas das entidades que se dedicam à alfabetização de jovens e adultos, há uma multiplicidade de entidades de diversos tipos oferecendo cursos, uma variação nas faixas etárias, uma forte predominância de cursos oferecidos no horário noturno, metodologias extraordinariamente diversas e muitas vezes pouco claras. Em termos numéricos, a turma varia entre 10 e 45, com a concentração das turmas menores em aulas associadas a instituições religiosas. Segundo o cadastro existente de cursos no Departamento de Jovens e Adultos da

Secretaria de Educação para 2002, há 432 turmas e 13,455 alunos, sendo 21,8% no primeiro módulo e 77,1% nos primeiros três módulos.

As principais dificuldades encontradas pelas mulheres entrevistadas nas escolas onde estavam estudando ecoam nas falas já tratadas, incluindo convivência em turmas com jovens e adolescentes, escolas longe da comunidade, sentimentos de inferioridade, medo e angústia por não se perceberem capazes de aprender, oposição dos maridos e companheiros, acúmulo de tarefas domésticas e em alguns casos do trabalho fora de casa e pouco tempo disponível para se dedicar ao estudo. Elas querem superar os próprios limites; vencer situações de humilhação causadas pela falta de estudo; buscar melhores oportunidades no mercado de trabalho; participar mais ativamente da vida em comunidade, seja na Igreja ou mesmo em casa; aumentar sua dignidade frente aos filhos letrados; e, em geral, desfrutar da satisfação de aprender.

Quando os cursos incluem atividades complementares à alfabetização propriamente dita, ampliando cidadania e participação, estimula as alunas. Tendo turmas pequenas, próximas ao local de moradia, sem misturar com alunos mais novos e acompanhamento sistemático e interessado a evasão é baixa e a satisfação alta.

## **Considerações e recomendações**

Partindo do pressuposto que a continuação da historicamente evidenciada expansão de vagas e de acesso das mulheres à educação vai contribuir para que as mulheres apresentem vantagens relativas cada vez maiores e em idades cada vez mais avançadas em anos futuros, pergunta-se o que se sabe e o que é se pode fazer para estimular o estudo de mulheres jovens e, especialmente, adultas?

Diante das informações levantadas nesta pesquisa, a equipe recomenda um elenco de 15 ações prioritárias para pensar as políticas públicas de estímulo à alfabetização de mulheres acima de 15 e, ainda mais, de acima de 35 anos de idade. São extensas demais para apresentar aqui. Para sintetizá-las, há necessidade de uma política diferenciada para as mulheres analfabetas acima de 35 anos por meio da criação de condições locais e municipais, de melhoria do ambiente físico e social das instituições de ensino incluindo dedicação e qualificação dos docentes. Ainda mais,

precisa de uma atenção especial à melhoria da qualidade de vida e investimento em autoestima, autonomia e mobilidade para mulheres cujas histórias de vida evidenciam restrições impostas pela pobreza e pelos homens que marcaram as suas vidas.

Duas transformações no curso de vida evidenciam um padrão histórico de modificação de relações de gênero que afetaram [1] o acesso de mulheres à educação; e [2] a vivência do domínio doméstico como espaço das relações de poder entre homens e mulheres. São questões de trabalho e cidadania que se reportam não somente ao empobrecimento e desemprego da população trabalhadora masculina e feminina, mas também às conquistas do movimento feminista e ao acirramento da condenação pública de práticas de violência doméstica e à desautorização masculina em casa. Como consequência destes processos, as mulheres nas faixas etárias superiores a em torno de 35 anos, analfabetas e residentes em arranjos familiares sem cônjuges, sofrem de dificuldades no mercado de trabalho pela sua desqualificação e também sofrem desafios para lidar com os efeitos dos eventos violentos e excludentes no curso de vida que levaram à formação dos novos arranjos domiciliares.

Argumenta-se que, para promover a igualdade de gênero, as políticas educacionais deveriam ter componentes especiais favorecendo mulheres de faixas etárias superiores que incluam, além da própria alfabetização, reforço de autoestima e valorização frente aos eventos excludentes e violentos vividos por elas nas relações de gênero ao longo da vida.









Este livro, de tamanho 14,8cm x 21cm, foi composto em Garamond e utilizou papel *Triplex* 260g/m<sup>2</sup> para capa e papel Offset 75g para miolo. Foi impresso e montado na Oficina Gráfica da Editora Universitária da UFPE.